



Fitas de rolo – Acesso somente em CD

As datas entre colchetes foram arbitradas de acordo com o período em ocorreram os episódios relatados nos documentos

<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1001</p> <p>1. Assuntos</p> <p>1.1 Faixa 1 Hospital Moncorvo Filho</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Inauguração da unidade de saúde, anexo do hospital Moncorvo Filho, excelência do hospital escola, assassinato de mendigos, viagens, empréstimos</p>	<p>F1: 30min</p>	<p>F1: 30/09/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Hospital Moncorvo Filho</p> <p>O dr. Brito, secretário de Saúde, comemora a entrega de mais uma unidade de saúde à população do estado da Guanabara. Comenta que a nova unidade então inaugurada, o anexo do hospital Moncorvo Filho, tinha custado 500 milhões de cruzeiros. Fala que a unidade receberia equipamentos da República Federal da Alemanha. Diz que o empréstimo conseguido, no valor de 4 bilhões de cruzeiros em equipamentos da Alemanha, era altamente vantajoso para o estado da Guanabara. Explica que o hospital abrigava cinco das mais importantes cátedras de ensino da Faculdade Nacional de Medicina. Destaca que na nova unidade ficariam os serviços de radiologia, endocrinologia, diabetes e de anestesia. Além desses serviços, continua, foi instalado o laboratório de radioisótopos da Faculdade Nacional de Medicina. Fala sobre o grande número de médicos residentes e técnicos de enfermagem dos hospitais estaduais. Critica as administrações anteriores e valoriza a então vigente administração, afirmando que os antigos administradores não podiam voltar. Diz que entrega ao governador, para ele entregar à população, uma nova unidade hospitalar. Agradece a presença de todos. O governador Carlos Lacerda conta que encontrou o hospital Pedro Ernesto quase fechado e que o estava reformando. Fala sobre a importância de um hospital em que os médicos complementam a sua formação. Critica os governos anteriores por não investirem na Faculdade Nacional de Medicina. Comenta sobre os moradores da antiga favela do esqueleto, que agora eram proprietários de casas na Vila Kennedy e diz que no terreno onde havia a favela ficaria o campus da Universidade da Guanabara. Afirma que o anexo do hospital Moncorvo Filho seria um hospital-escola, que além de tratar os pacientes, formaria bons médicos para cuidar deles. Salienta que os antigos governantes não podiam voltar ao poder. Afirma que as reportagens nos jornais que o acusavam de responsabilidade no afogamento de mendigos no rio da Guarda e do abandono de alguns mendigos em outros estados, era falso. Acrescenta que os responsáveis pelo afogamento de mendigos eram policiais nomeados por administradores anteriores. Um, era membro da guarda pessoal do ex-presidente Juscelino, outro, era um ex-mendigo. Lacerda fala que os dois foram demitidos, processados e estavam presos.</p>
---	------------------	------------------------------	---



			Crítica a reportagem que o acusara de viajar 18 vezes ao exterior como governador. Ressalta que foram menos vezes e que sempre trouxe das viagens empréstimos e acordos em benefício do governo da Guanabara.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002	F 1: 10min F 2: 10 min F 3: 30min F 4: 10min F 5: 32min F 6: 40min F 7: 10min F 8: 12min F 9: 10min F10: 20min F11: 1 min F12: 15 min F13: 50min	F1: 17/04/1964 F2: [1964] F3: 02/04/1964 F4: 10/04/1969 F5: 01/03/1964 F6: [1960/1965] F7: 10/04/1964 F8: 10/04/1964 F9: 17/04/1964 F10: 13/04/1964 F11: s/d F12: 04/03/1965 F13: 20/03/1964	<i>Faixa 1</i> Assinatura do Decreto que Aumenta em 50% a Pensão de Vários Pensionistas do IPEG Lacerda fala sobre a alegria de ver a recuperação do IPEG (Instituto de Previdência do Estado da Guanabara). Diz que era preciso acabar com a política do empreguismo para obter votos. Ressalta que as vagas no serviço público deveriam ser preenchidas por concurso público. Elogia o secretário de administração, Pires Leal. Lacerda afirma que quando assumiu o governo a menor pensão que o estado pagava era de 375 cruzeiros e a maior de 11.400 cruzeiros e que o novo governo aumentou a menor pensão para 3.750 cruzeiros. Menciona que depois o governo deu um abono fixo de 2.500 cruzeiros para as pensões e que a aposentadoria mínima era então de 7.250 cruzeiros e a máxima de 29.708 cruzeiros. Explica que a despesa era paga pelas reservas do Instituto. Acrescenta que o governo daria máquinas de costura para as antigas pensionistas, de forma a aumentar a sua renda, e que o governo também doaria óculos de grau para as pensionistas que precisassem. Agradece a presença das autoridades e das pensionistas à cerimônia de assinatura do decreto que aumentava em 50% as pensões de 19.000 das pensionistas do IPEG <i>Faixa 2</i> Carlos Lacerda Lê o Manifesto do Golpe de 1964 O governador Carlos Lacerda faz a leitura de manifesto escrito pelos generais Arthur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Décio Palmeiro Escobar. O manifesto propaga que a aproximação do presidente João Goulart com notórios comunistas punha em risco a democracia no Brasil e acusa o presidente de pressionar o Congresso e de levar o Brasil ao caos econômico e social. Difunde que a liberdade estava ameaçada e que quando se subvertia a democracia as Forças Armadas eram destruídas. Veicula que as Forças Armadas deveriam proteger a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem e por isso deveria ser dado um basta às manobras desagregadoras e subversivas. Os manifestantes conclamam a todos os camaradas do Exército brasileiro a cerrar fileiras em nome da segurança nacional, para a salvaguarda das Forças Armadas, gravemente ameaçadas. O manifesto se estende à Marinha, à Aeronáutica e às Forças Auxiliares estaduais. Prometem restaurar a legalidade e garantir a democracia. Conclamam a todos a se
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Assinatura do Decreto que Aumenta em 50% a Pensão de Vários Pensionistas do IPEG			
1.2 Faixa 2			
Carlos Lacerda Lê o Manifesto do Golpe de 1964			
1.3 Faixa 3			
Marcha da Família com Deus pela Liberdade			
1.4 Faixa 4			
Inauguração da Escola Ary Barroso			
1.5 Faixa 5			
Entrevista na TV Itapoã			
1.6 Faixa 6			
Discurso de Carlos Lacerda na Câmara Municipal de Teófilo Otoni – MG			
1.7 Faixa 7			
Inauguração da Escola Rômulo Galegos			
1.8 Faixa 8			
Inauguração da Escola Marcílio Dias			
1.9 Faixa 9			
Inauguração da Escola George Bernamos			
1.10 Faixa 10			
Inauguração da Escola Marechal Etschegoyen			
1.11 Faixa 11			
Discussão Sobre Adultério do Ponto de Vista Jurídico			
1.12 Faixa 12			
Instalação da Superintendência do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro			



1.13 Faixa 13

Almoço no Rotary de Osasco – SP

2. Temas

2.1 Faixa 1

Aumento de pensões, concurso público, aposentadorias

2.2 Faixa 2

Manifesto de Arthur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Décio Palmeiro Escobar, aproximação de Goulart com comunistas, ameaça às Forças Armadas, democracia versus comunistas

2.3 Faixa 3

Vitória da “Revolução”, vitória da democracia, guerra contra o comunismo, elogios ao general Mourão Filho, eleições em 1965, politização do povo brasileiro

2.4 Faixa 4

Inauguração da quarta escola no mesmo dia, escola dedicada a Ary Barroso, fama de Ary no exterior

2.5 Faixa 5

Elogios a Rui Barbosa, combate à corrupção, reforma administrativa, remoção consentida, Guandu, empréstimos externos, construção de unidades hospitalares, reforma agrária, comunistas reacionários

2.6 Faixa 6

O exemplo de Teófilo Otoni, a descentralização administrativa, críticas à burocracia e à reforma agrária, Lenin e o NEP

2.7 Faixa 7

Homenagem a um professor, depois presidente da Venezuela, vitória da “Revolução” e das Forças Armadas

2.8 Faixa 8

Compara a bravura de Marcílio Dias à das Forças Armadas, elogia a “Revolução” sem derramamento de sangue, regozija-se com o combate ao

unirem em defesa do Brasil. Carlos Lacerda se diz orgulhoso de ter lido este documento. Acusa a rádio Mairink Veiga de provocar o povo e diz que ela deveria parar de fazer isso. Pede a todos que confiem nas Forças Armadas, que eram a garantia de liberdade. Diz que no Brasil não havia lugar para os comunistas e para os cúmplices dos comunistas.

Faixa 3

Marcha da Família com Deus pela Liberdade Lacerda diz que o povo tinha celebrado, no dia anterior, em São Paulo, e naquele dia, no Rio de Janeiro, a vitória da justiça. Fala que todos deveriam agradecer a Deus, pois pela primeira vez ocorrera uma vitória sem guerra sobre o comunismo. Afirma que todos deveriam agradecer às Forças Armadas do Brasil. Faz elogios a atuação das Forças Armadas. Elogia o general Mourão Filho, que precipitou a “Revolução” e assim evitou o sangue no Brasil e milhares de mortes. Elogia dois membros do Congresso brasileiro, o deputado Armando Falcão e o senador Mem de Sá. Afirma que cabia ao Congresso eleger o presidente e o vice-presidente até que houvesse a eleição, em 1965. Conta sobre a sua ligação com a Aeronáutica, por causa da morte de Rubens Vaz. Acusa a Rússia de tentar dirigir o Brasil através de traidores. Comenta que os russos não imaginavam que os democratas teriam coragem de enfrentá-los. Acrescenta que a reconstrução do Brasil teria que começar imediatamente, não poderia esperar até 1965. Diz que não se poderia confundir generosidade com leniência. Afirma que na democracia não havia lugar para quem a traísse. Ressalta que a tarefa de defender a democracia era de todo o povo brasileiro. Fala que os estudantes deveriam fazer renascer a UNE. Comenta que se alguma coisa era altamente animadora no Brasil, era a politização do povo brasileiro. Considera que o povo sabia a diferença entre democracia e demagogia. Afirma que o povo queria a reforma agrária para aumentar a produção, queria justiça social, ter o que repartir e não repartir o que não havia.

Faixa 4

O governador Carlos Lacerda assinala que era a quarta escola que estava sendo inaugurada naquele dia. Destaca que o nome da primeira escola inaugurada era a Rômulo Galego, presidente da Venezuela, a segunda, Pintor Lasar Segall, e a terceira, homenageando Marcílio Dias, herói da Marinha brasileira, e a quarta teria o nome de Ary Barroso. Lacerda conta uma história para mostrar o prestígio de Ary Barroso no exterior. Relata que ele estava na Suécia e que no hotel em que estava hospedado haveria um show. Quando os integrantes da banda



<p>comunismo</p> <p>2.9 Faixa 9 Combate à traição comunista, vitória da “Revolução”, democracia, participação dos pais</p> <p>2.10 Faixa 10 Escola na Vila Kennedy, respeito aos favelados, militares no lugar dos políticos, guerra subversiva, intervenção dos militares, carreira para policiais, exploração do povo</p> <p>2.11 Faixa 11 Discussão sobre adultério do ponto de vista jurídico.</p> <p>2.12 Faixa 12 importância nacional e internacional do Quarto Centenário do Rio de Janeiro, funcionamento, apoio da população, cidade hospitaleira</p> <p>2.13 Faixa 13 Favelas, reforma agrária, progresso, civilização, teoria da CEPAL, D. Hélder, visão romântica das favelas, favelas no exterior, COHAB, trabalho voluntário, problema habitacional</p>		<p>souberam que ele era brasileiro, tocaram Aquarela do Brasil. Diz que ninguém nunca enjoou de uma música de Ary Barroso e que ninguém também nunca esqueceu de uma música dele.</p> <p><i>Faixa 5</i> Entrevista de Carlos Lacerda à TV Itapuã, na Bahia Começa a entrevista falando sobre o que significava a sua presença na vida pública. Diz que como jornalista combativo foi naturalmente se encaminhando para a política. Lacerda enaltece Rui Barbosa e critica os que falavam mal dele. Diz que era injustiçado como foi Rui Barbosa, embora não tivesse a pretensão de se comparar a ele. Conta que criaram uma imagem falsa a seu respeito, de que só guardaria ódio, que era um destruidor, incapaz de construir qualquer coisa duradoura, incapaz de afeto, de amor. Considera que esta perseguição ocorria porque ele combatia a corrupção e a demagogia. Mas, mesmo assim, comenta, cogitou da possibilidade de governar o estado da Guanabara que, segundo ele, estava abandonado. Explica que o principal problema era a falta de ânimo, de coragem, de confiança. Lacerda fala que conseguiu fazer uma reforma administrativa, que aumentou de 3 para 30 bilhões os fundos do Banco do Estado da Guanabara. Acrescenta que era só um exemplo da aplicação, na prática, dos princípios do seu governo. Menciona que encontrou cerca de um milhão de favelados e que algumas favelas foram removidas, outras foram melhoradas, mas nunca uma família de favelados foi removida pela força. Considera que a mudança tinha sido para melhor, porque o morador passava a ser proprietário de sua casa. Fala sobre a obra na adutora do Guandu, que não tinha obtido o apoio do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou do BNDES, somente um empréstimo do exterior, e que o resto tinha sido garantido pelo BEG. Promete construir unidades hospitalares de dois em dois meses e reformar hospitais, como o Getúlio Vargas. Admite que não iria resolver o problema das favelas, mas diz que seria possível resolver o problema de habitação da população, e que era isso o que o seu governo estava demonstrando. Afirma que os grandes latifundiários do estado da Guanabara eram os institutos de previdência, que compraram grandes terrenos para especulação imobiliária. Considera a reforma agrária uma palhaçada, porque a reforma agrária como era aplicada não pretendia aumentar o número de proprietários, uma vez que a propriedade estava sendo constantemente desvalorizada. Discorre sobre a teoria de Malthus que versava sobre a Inglaterra no século XIX, e que afirmava que a população aumentaria</p>
--	--	--



em progressão geométrica e a comida em progressão aritmética, logo haveria fome. Mas, acrescenta que a previsão estava errada, que a população tinha aumentado duas vezes, enquanto a produção de alimentos tinha crescido duas vezes e meia. Comenta que a previsão de Marx de que aumentaria a concentração da riqueza enquanto a miséria se espalharia pela população estava errada, e que os comunistas eram os maiores reacionários que existiam. Defende as grandes propriedades, necessárias para alimentar a população. Explica que não adiantava um homem ignorante ser proprietário, que ele precisava ter condições de ter um caminhão para transportar a sua produção. Defende a tese de que era possível governar o estado da Guanabara - que diziam ser ingovernável - , não acertando sempre, mas agindo sem medo de errar. Pede para não confundirem indignação com radicalização.

Faixa 6

Discurso de Carlos Lacerda na Câmara Municipal de Teófilo Otoni – MG

Carlos Lacerda diz sentir-se honrado por receber o convite da Câmara de Teófilo Otoni para estar presente à cerimônia. Conta que queria conhecer a cidade há muito tempo, que tinha ouvido falar muito bem de Teófilo Otoni por seu amigo Virgílio de Melo Franco. Destaca que Teófilo Otoni, que deu nome à cidade, era um exemplo a ser seguido. Agradece pela hospitalidade e pelo exemplo de civilização política, que esperava que fosse seguido em todo país. Critica a classificação da ONU, que para ele se preocupava com a média de cada nação, por isso colocava o Chile em uma posição superior ao Brasil, assim como o estado americano de Porto Rico. Considera que o Brasil tinha estados muito desiguais, então, não se poderia levar em consideração as estatísticas da ONU. Explica que o Brasil era, ao mesmo tempo, uma nação desenvolvida, em desenvolvimento e subdesenvolvida e que o Brasil deveria seguir o seu próprio caminho. Acrescenta que as regiões mais desenvolvidas do país deveriam auxiliar as menos desenvolvidas. Ressalta que esperava que o Brasil, em 20 anos, desse o salto que os EUA deram no século XIX e a Inglaterra no século XVIII. Acrescenta que o Brasil precisava utilizar o petróleo, a eletricidade, e a energia atômica para dar o salto sobre o atraso. Defende maior investimento do Brasil em energia atômica. Acredita que era preciso instalar uma política de descentralização no Brasil, que colocasse a autoridade pública próxima do contribuinte. Acha que era preciso uma aproximação do administrador local com as associações de moradores. Enfatiza que isto estava sendo feito no estado da Guanabara.



Comenta que a descentralização era muito fácil de ser feita no plano nacional, porque já existiam os estados e municípios, faltava apenas que os governantes percebessem que o poder não era deles, que eles estavam exercendo o poder em nome do povo. Propõe que as soluções para os problemas do Brasil começassem pelos municípios, de cima para baixo, porém, deveria haver cooperação entre o governo federal, governo estadual e os municípios. Explica que sua proposta não era nova, existia desde o Império. Critica a burocracia brasileira pelo excesso de documentos que os governantes tinham que assinar e anuncia que então já assinava menos 30% do que antes. Fala que recebia decretos com oito vias para assinar, e passou a assinar apenas a primeira para ver o que acontecia e não aconteceu nada. Continua a criticar a burocracia brasileira e a afirmar que era necessário haver uma descentralização administrativa no Brasil. Conta que falavam muito sobre as reformas, mas poucas reformas tinham sido feitas. Critica as propostas de reforma tributária e reforma agrária. Critica a reforma agrária russa e diz que Lênin se arrependeu de ter feito a reforma em 1917, tanto que dez anos depois lançou a NEP (Nova Política Econômica), que permitia a propriedade privada. Considera que não era preciso fazer reforma agrária para dar terras e conclui dizendo que a maior partes das terras pertenciam a União, a estados e municípios.

Faixa 7

Inauguração da Escola Rômulo Galegos.

Carlos Lacerda conta que a sugestão do nome fora do embaixador venezuelano e que Rômulo tinha sido professor primário, secundário e universitário, e que depois se tornou presidente da Venezuela. Além de professor e político, Rômulo também era romancista. Ressalta que o povo brasileiro estava prestando solidariedade à Venezuela pela agressão de que foi vítima, perpetrada pelos agentes comunistas a serviço de Fidel Castro. Afirma que o Brasil iria romper relações com a tirania de Fidel Castro e ficar fiel à Venezuela e a outras nações do continente. Explica que houve no Brasil uma revolução, mas não de usurpadores e sim de servidores da lei e do povo. Acredita que só quem nunca sofreu a traição poderia ser contra a posição das Forças Armadas de tomar o poder e que elas existiam para defender a população e garantir o cumprimento da lei. Segundo Lacerda, o brasileiro deveria se sentir orgulhoso por ter derrotado o comunismo internacional, sem derramar sangue.

Faixa 8

Inauguração da Escola Marcílio Dias



Carlos Lacerda conta que os nomes das escolas eram escolhidos para servirem de inspiração e exemplo aos alunos. Considera que nenhum nome poderia ser melhor para uma escola da Guanabara do que o de Marcílio Dias, que se converteu em um marinheiro símbolo da glória e da honra da Marinha do Brasil. Acha que quando as Forças Armadas do Brasil se levantaram em nome da lei e da ordem, o fizeram pelas mesmas razões que levaram Marcílio Dias a morrer com os olhos fitos na bandeira do Brasil. Lacerda acredita que a guerra se fazia então dentro de cada nação, pela agressão, usando a pobreza, a ingenuidade, a propaganda e a traição. Esta guerra interna, segundo Lacerda, era estimulada pela Rússia, usando o comunismo como uma arma de guerra. Lacerda defende a atuação das Forças Armadas no combate ao comunismo no Brasil. Acrescenta que elas responderam à agressão e à traição dos comunistas. Relata que o Brasil inteiro se uniu para restaurar a ordem, as Forças Armadas e a opinião pública. Concorde com a cassação dos mandatos dos políticos que traíram a população, mas pondera que isso não representaria falta de liberdade, mas justiça. Lacerda acha que o Brasil deveria se orgulhar de ter conseguido vencer o comunismo, sem derramar sangue. Elogia mais uma vez as Forças Armadas por terem agido na hora certa e comenta que nos últimos três anos os brasileiros estavam assustados, envergonhados. Elogia a participação de Marcílio Dias na Batalha do Riachuelo.

Faixa 9

Inauguração da Escola George Bernamos

Carlos Lacerda diz que o movimento revolucionário não tinha vindo pedir desculpas a ninguém por ter vencido, que tinha vindo para acabar definitivamente com a corrupção e a traição comunista. Afirma que o espírito da “Revolução” precisava continuar. Acredita que era preciso não ter medo do esforço, não ter vergonha do heroísmo e ter consciência da grandeza do país para fazer do nacionalismo uma força de construção e não de negação. Lacerda discorre sobre a importância de transformar o Brasil em uma grande nação. Acha que o país não era subdesenvolvido, a não ser na cabeça de alguns subdesenvolvidos. Afirma que ao entregar uma escola, estava entregando uma oficina de democracia. Considera fundamental a participação dos pais no funcionamento das escolas e esperava que a escola se tornasse mais um elo de amizade entre ele e o povo. Acredita que o povo deveria tomar em suas mãos a “Revolução”.

Faixa 10

Inauguração da Escola Alcides Etchegoyen



Lacerda se diz emocionado por estar inaugurando uma escola em Vila Kennedy. Considera que os moradores fizeram uma pressão legítima para que a escola fosse inaugurada rapidamente. Menciona que ainda pretendia construir oficinas e dar financiamento para artesanato e pequenas indústrias, de forma a que os moradores de Vila Kennedy se bastassem. Explica que a ideia era integrar a comunidade, que antes era maltratada e favelada, e por ele era tratada com dignidade, com direitos e deveres; que a ideia de não expulsar ninguém das favelas, mas trazer as favelas para as verdadeiras cidades novas, era uma prova de respeito à população e de confiança no futuro do país. Acredita que a eleição do general Castelo Branco para a Presidência da República não representava o fim dos objetivos da “Revolução”, mas apenas o início. Lacerda considera que muitas pessoas ainda precisavam ser afastadas da vida pública, pessoas que foram desleais e desonestas com o Brasil, porque estas pessoas tinham explorado a pobreza do povo brasileiro. Acha que alguns podiam estranhar que os militares estivessem ocupando o lugar dos políticos. Ele explica que a guerra, naquela época, tinha várias modalidades: a guerra atômica, a guerra convencional, a guerra fria, a guerra civil e a guerra subversiva. Lacerda menciona que esta última era a que estava sendo feita no Brasil, por isso os militares tiveram que intervir. Mas, acredita que quem enfrentou esta guerra foram as mulheres de Belo Horizonte. Acrescenta que os militares demoraram a intervir e que esperava que as Forças Armadas não saíssem do poder antes que todos os objetivos da “Revolução” tivessem sido atingidos. Espera que não se repetisse o que aconteceu em 1930 e 1954, fatos que iludiram e decepcionaram os militares e o povo brasileiro. Aguarda que o Brasil realmente tivesse eleições livres e que elas não tivessem a participação dos comunistas. Comenta que aquela não fora uma revolução reacionária, tinha sido como uma eleição feita pelas armas. Ressalta que não sabia como tinha suportado os últimos três anos de boicote ao estado da Guanabara. Faz elogios a Alcides Etchegoyen, escolhido como nome da escola que estava sendo inaugurada. Comenta que tinha dificuldade em chamá-lo de marechal, tamanha a sua simplicidade. Agradece a presença de representantes da Marinha, Aeronáutica e Exército à cerimônia de inauguração da escola. Afirma que a homenagem a Alcides Etchegoyen tornou a polícia respeitada pela população da Guanabara. Conta que ele tentou acabar com a corrupção na polícia e criar uma carreira para os policiais, e que Alcides fez parte da geração dos tenentes que fizeram revoluções, mas ingenuamente achou que poderia fazer uma revolução e ficar



do lado de fora. Ele só compreendeu que não poderia fazer isso na idade madura.

Faixa 11

Discussão Sobre Adultério do Ponto de Vista Jurídico.

Faixa 12

Instalação da Superintendência do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro

Lacerda anuncia que estava sendo instalada a Superintendência do Quarto Centenário, criada pela Assembleia Legislativa do estado. Acrescenta que o Quarto Centenário tinha importância nacional e internacional. Explica brevemente como funcionaria a Superintendência, que seria presidida pelo secretário de Turismo, e se estenderia até o fim daquele ano. Conta que cuidou das obras de base, fez uma reforma administrativa, investiu em saúde, educação, saneamento, abastecimento d'água e na expansão da atividade econômica, para poder comemorar o Quarto Centenário. Saliencia que esperava que a população também ajudasse na comemoração, já que a Superintendência fora criada para ajudar e incentivar as comemorações, e não para ser a única responsável. Explica a importância da comemoração tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Faz diversos elogios à cidade do Rio de Janeiro, à sua natureza e a seus monumentos. Comenta que a cidade sempre recebeu imigrantes de todas as partes do mundo, principalmente da África.

Faixa 13

Almoço no Rotary de Osasco

Lacerda diz que já tinha falado várias vezes uma tolice, que as favelas eram fruto da falta de reforma agrária. Comenta que mudou sua visão, que as favelas eram criadas pelo progresso, pela urbanização, eram consequência da revolução industrial por que passava o país. Lacerda critica a teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que considerava o Brasil um país subdesenvolvido. Diz que uma prova de que esta teoria estava errada era que a CEPAL não classificou o Chile e o Uruguai como países subdesenvolvidos. Diz que o Brasil é um país com dimensões continentais e um país com diferentes graus de desenvolvimento. Lacerda critica a teoria econômica da CEPAL de que a construção de casas era inflacionária e diz que esta era a principal causa da expansão de favelas no Rio de Janeiro e no Brasil, porque não se investia na construção de casas, apenas na construção de fábricas. Acredita que a elite tinha uma visão distorcida das favelas ou as considerava um antro de marginais ou uma espécie de capela na qual só havia santos. Critica



Dom Hélder Câmara que, segundo ele, tinha uma visão romântica das favelas. Lacerda comenta que a maioria dos moradores de favela tinham que pagar aluguel pelos barracos onde moravam e, muitas vezes, para pessoas que não moravam nelas. Explica que as favelas não eram previstas pela lei, e poderiam ser consideradas um triunfo da iniciativa particular do seu morador, privado de crédito, do amparo da lei. Afirma que as favelas da Zona Sul existiam porque os favelados precisavam morar perto de seus empregos. Acrescenta que as favelas também eram construídas perto das fábricas, nas quais os favelados trabalhavam. Diz que um dos maiores erros que se poderia cometer era dizer que o favelado era um desclassificado social. Assinala que depois de estudar as favelas tinha resolvido enfrentar o problema. Critica as pessoas que se preocupavam em remover as favelas por causa dos estrangeiros. Relata que conheceu favelas em Paris, Londres, Nova York e que não havia motivos para nos envergonharmos. Conta que começou o trabalho nas favelas com a Fundação Leão XIII, depois criou a COHAB (Companhia de Habitação). Por fim, destaca, conseguiu um parecer do Departamento Nacional de Previdência Social para que os institutos entrassem com os terrenos, que tinham disponíveis, como parte do capital da COHAB, de forma que fossem construídas casas para os contribuintes dos institutos, que depois seriam vendidas, mas diz que até aquele momento os terrenos não tinham sido cedidos. Lacerda comenta que não eram todas obras do seu governo, que havia verbas do governo dos Estados Unidos como, segundo ele, afirmavam os comunistas. Acredita que o Rio Grande do Norte já tinha recebido mais verba dos EUA do que a Guanabara. Conta que usou a verba destinada às favelas para urbanizá-las e para comprar terrenos com vistas a criar conjuntos habitacionais como Vila Kennedy e Vila Aliança. Lacerda rebate as críticas que vinha recebendo por não ter entregue as casas completas, ou seja, por ceder as casas com um terreno para que a casa pudesse ser, posteriormente, ampliada. Menciona que na Vila Aliança 40% dos moradores já tinham ampliado a sua casa. Defende a ideia de que os moradores tinham que comprar as casas na Vila Aliança e na Vila Kennedy, pagando 15% do salário mínimo por mês, durante 10 anos, aproximadamente. Fala sobre a urbanização da favela da Vila da Penha, que foi feita pelo governo do estado da Guanabara. Diz que este trabalho contou com a ajuda dos moradores da favela e que a favela do Vintém foi urbanizada por dois mil moradores, coordenados por um engenheiro do governo do estado. Considera que com o trabalho voluntário o governo tinha



			<p>economizado 30 milhões de cruzeiros. Lacerda narra o caso de um deputado que quis comprar votos dos moradores de uma favela oferecendo duas bicas e que ouviu a resposta de que a favela não precisava de bicas, porque já tinha sido construído um reservatório no local. Comenta que obras como estas libertavam os moradores de políticos interesseiros. Lacerda fala sobre a remoção da favela do Pasmado e menciona que o Partido Comunista tentou evitar a remoção da favela, para não perder o seu curral eleitoral. Mas, relata que os moradores das favelas queriam ir para Vila Kennedy e que pelo menos 40 % das famílias tinham geladeira. Comenta que estas famílias tinham crédito para comprar geladeira, mas não tinham crédito para comprar uma casa. Salienta que muitos políticos eram contra a remoção de favelas, não queriam que os favelados tivessem condições de comprar uma casa. Ressalta que chegou à conclusão de que era preciso haver um financiador para a construção de casas populares. Explica que não era o estado o responsável por resolver o problema de habitação, mas que deveria criar condições para que as pessoas construíssem a sua própria casa ou construíssem casas para outras pessoas comprarem.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1003</p> <p>1. Assuntos</p> <p>1.1. Faixa 1 Exposição à Câmara dos Deputados pelo Secretário Raphael de Almeida Magalhães</p> <p>1. 2. Faixa 2 Continuação da Faixa 1</p> <p>1.3.1 Faixa 3a Continuação da Faixa 2</p> <p>1.3.2 Faixa 3b Inauguração da Escola George Pfisterer</p> <p>1.3.3 Faixa 3c Transferência do Hospital Pedro Ernesto para a Universidade Estadual da Guanabara</p> <p>1.3.4 Faixa 3d Governador Lacerda na TV Tupi</p> <p>1.4.1 Faixa 4a Continuação do Discurso de Carlos Lacerda na TV Tupi</p> <p>1.4.2 Faixa 4b Inauguração da Escola Augusto</p>	<p>F 1: 60min F 2: 60min F 3a: 10min F 3b: 10 min F 3c: 15 min F 3d: 20 min F 4a: 40 min F 4b: 23 min</p>	<p>F1: 05/07/1962 F2: 05/07/1962 F3a: 05/07/1962 F3b:01/03/1962 F3c:09/08/1962 F3d:07/08/1962 F4a: 07/08/1962 F4b: 05/02/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i> Exposição à Câmara dos Deputados pelo Secretário Raphael de Almeida Magalhães Diz que foi convocado à Câmara para explicar a atuação violenta da polícia militar na dissolução de um comício no centro do Rio de Janeiro. Afirma que a polícia estava diretamente ligada ao governador, então ele não respondia por sua ação, embora concordasse com ação de acabar com um comício que não havia sido autorizado. Fala que a democracia é um regime de ordem e segurança e, em um estado de direito, a lei tem que ser respeitada. Considera que não existe liberdade onde não existe direito, por isso a autoridade tinha que cumprir o seu dever, fazer a lei ser respeitada, mesmo que fosse necessário usar a força. Crítica o governo federal por não combater a inflação, gerando uma crise social. Comenta que não adianta aumentar o salário se a inflação não fosse combatida e que esta deveria ser a reforma de base prioritária. Salienta que o governo estava emitindo mais dinheiro do que o necessário e estava adotando o empreguismo. Fala que todos sabiam que providências deveriam ser tomadas. Crítica o aumento dos preços que diminuía o poder de compra dos trabalhadores, o que gerava um sentimento de revolta da população contra as autoridades constituídas. Rafael considera que apenas o governo federal era responsável pela crise de abastecimento de açúcar e álcool. Destaca que as reformas de base eram um paliativo para o governo não falar sobre a crise. Assinala que não</p>



<p>Paulino Filho (FOM)</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Sabatinado sobre dissolução violenta de comício, críticas dos deputados Roland Corbusier, Paulo Alberto e Saldanha Coelho à atuação da polícia, secretário exime-se de responsabilidade e critica o governo federal, defesa do secretário feita por Aliomar Baleeiro</p> <p>2.2 Faixa 2 Deputado Paulo Alberto, comício no largo do Caco, repressão a cavalo, secretário critica governo federal, comícios não autorizados, exoneração do capitão Leão, deputado Gonzaga da Gama, polícia age dentro da lei</p> <p>2.3.1 Faixa 3a Secretário agradece convite da Câmara e se prontifica a comparecer para falar sobre a Secretaria de Segurança</p> <p>2.3.2 Faixa 3 b Homenagem a industrial, obras de reforma nas escolas, baixo nível de ensino, concursos públicos</p> <p>2.3.3 Faixa 3c Agradecimento ao corpo médico, elogio ao hospital Pedro Ernesto, plano de reformas e construção de hospitais</p> <p>2.3.4 Faixa 3d Parlamentarismo, emenda constitucional, ato adicional, comunismo, João Goulart, Leonel Brizola, renúncia, ministros militares</p> <p>2.4.1 Faixa 4 a Parlamentarismo, ato adicional, presidencialismo, legalidade, plebiscito, Partido Comunista, desabastecimento</p> <p>2.4.2 Faixa 4 b Comunismo X liberdade, novo modelo de escola, terreno no Leme</p>		<p>via motivos para o governo criticar o Congresso. Defende que se dissolvesse o comício, porque estava previsto na Constituição que todos poderiam se reunir sem armas, desde que a polícia autorizasse o local da reunião. Explica que a desobediência à lei não poderia ser relevada pelas autoridades. Volta a afirmar que o comício não havia sido autorizado. O secretário responde às perguntas dos deputados Paulo Alberto e Roland Corbusier sobre a dissolução do comício e afirma que a polícia agiu corretamente ao acabar com um comício que não havia sido autorizado. O secretário se diz surpreso porque embora o comício fosse organizado por estudantes, nenhum dos cinco feridos no confronto com a polícia era estudante. O deputado Saldanha Coelho, autor do requerimento de convocação do secretário, critica-o por eximir-se de responsabilidade da Secretaria do Interior e Segurança com relação à atuação da Polícia Militar. Critica, também, o tempo que o secretário dedicou às críticas ao governo federal, que não era o assunto para o qual tinha sido convocado a falar na Câmara. O deputado disse que o secretário deveria ter falado mais sobre as atribuições da sua Secretaria. Critica as respostas que o secretário deu às perguntas dos deputados, pois se não era o responsável pela atuação da polícia, não tinha autoridade para responder por ela. Acrescenta que não sabia o que o secretário fora fazer na Câmara. O deputado Roland Corbusier tece críticas ao discurso do secretário, que considera inoportuno e inadequado. Afirma que o secretário não foi chamado para dar lições de Direito, nem para criticar o governo federal, mas para responder sobre a atuação da Polícia Militar no caso do comício. Questiona porque o secretário respondeu às perguntas se afirmou que não era responsável pela atuação da polícia. Diz que não ficou satisfeito com as respostas às suas perguntas. Critica o governo do estado, que acusa de ser reacionário, de aumentar o gabarito dos imóveis da cidade, de reprimir com violência as manifestações populares, de aumentar as tarifas de serviços públicos. Fala que mesmo com a atuação violenta da polícia militar no governo do estado da Guanabara, as vozes da oposição não se calariam. Acusa o governo de ser incapaz, corrupto e financiado pelos bicheiros. Defende o governo federal das críticas do secretário de Segurança e acredita que não havia possibilidade de diálogo com a reação. O deputado Aliomar Baleeiro defende o secretário, diz que a interpelação não foi feita de maneira adequada, de acordo com o regimento. O deputado Paulo Alberto menciona que a questão de ordem pedida pelo deputado Baleeiro foi feita em hora inadequada, deveria ter sido feita no momento em que o secretário estava</p>
---	--	---



sendo interpelado.

Faixa 2

Continuação da Faixa 1

O deputado Paulo Alberto pergunta ao secretário porque não foi dissolvido o comício no largo do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, Direito, UFRJ) depois do incidente dois dias antes no comício do Centro. Pergunta porque a polícia reprimiu o comício com cavalo. Afirma que as respostas do secretário foram inoportunas e desrespeitosas aos deputados, porque ele não fora chamado à Câmara para criticar o governo federal. Rafael de Almeida Magalhães responde que não fugiu do assunto no seu pronunciamento. Afirma que o que o trouxe até ali foi a dissolução do comício pela Polícia Militar, que não houve na convocação pedido de esclarecimento sobre o funcionamento da Secretaria de Segurança. Defende-se ao dizer que era necessário esclarecer que a polícia tinha o direito de evitar a realização de comícios não autorizados. Considera que as críticas ao governo federal eram pertinentes porque, segundo ele, as ações do governo federal estimularam o comício realizado sem autorização da polícia. Explica a demissão do capitão Leão por não ter impedido a realização do comício, por ter chegado ao local com uma hora e meia de atraso. Diz que por causa do seu atraso o comício teve que ser desfeito com uso de maior energia por parte da polícia. Acrescenta que era sempre necessário pedir à polícia autorização para a realização de eventos em locais públicos. O secretário declara que os comícios eram permitidos, desde que fosse solicitada autorização à polícia militar, que o tema fosse adequado a um ato público e que o local fosse adequado também. Pede ao deputado que o ajude a convencer os organizadores de comícios a pedirem autorização previamente à polícia. A respeito do comício no Caco, o secretário diz que houve uma peça intramuros, desta forma não haveria nada a ser feito pela polícia. O deputado Paulo Alberto faz um aparte dizendo que houve um comício na rua e que não foi reprimido pela polícia. O secretário ratifica que desconhece a razão da polícia não ter reprimido esse comício, pois diz que a função da polícia era sempre evitar a realização de comícios sem autorização. O secretário volta a dizer que a polícia não era de sua responsabilidade, mas que respondeu às perguntas por se sentir obrigado a respondê-las, uma vez que tinha sido convocado pela Câmara para este mister. O secretário responde às perguntas do deputado Gonzaga da Gama sobre a atuação do capitão Leão, durante o comício ocorrido no Centro da cidade. O deputado pergunta ao presidente da mesa se ele tinha as



cópias das perguntas escritas pelos deputados para o secretário. O presidente passa as perguntas ao deputado. O deputado Gonzaga da Gama conclui que o comício foi realizado em local não permitido. O deputado pergunta se houve feridos. O secretário responde que houve seis feridos sem gravidade. O deputado pergunta qual foi a atuação dos deputados presentes ao comício. O secretário afirma que os dois deputados tentaram evitar que o comício fosse dissolvido. O deputado Gonzaga da Gama afirma que não havia motivos para que se fizesse críticas ao executivo pela ação de dissolução do comício. Diz que a polícia agiu de acordo com a lei e que, mesmo sendo de partido opositor ao governador, era a favor da atuação da polícia em defesa da ordem. Indaga o que aconteceria se um comício não autorizado acontecesse em Cuba. Defende o regime democrático brasileiro. Critica o incitamento à desordem e à baderna.

Faixa 3a

Continuação da Faixa 2

O deputado Amaral Neto faz um discurso em defesa da atuação da Polícia Militar, do secretário de Segurança e critica o presidente do país e o governador do Rio Grande do Sul. O secretário de Segurança, Rafael de Almeida Magalhães agradece o convite para ir à Câmara e diz que iria sempre que fosse convidado a prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da Secretaria de Segurança.

Faixa 3 b

Cerimônia de Inauguração da Escola Municipal Jorge Pfisterer

O governador Carlos Lacerda diz que o nome da escola era uma homenagem ao jovem industrial Jorge Pfisterer, morto em um acidente de avião. Fala que esperava que o nome da escola servisse de estímulo para os estudantes se tornarem industriais. Critica o Ministério da Guerra por não ceder um terreno no Leme para a construção de uma escola. Enumera as escolas que ainda seriam construídas com recursos da Fundação Otávio Mangabeira. Comenta que precisava de mais recursos para finalizar a construção de algumas escolas. Critica a burocracia do estado, que acabava prejudicando a conclusão das obras. Acrescenta que estava também reformando escolas em mau estado de conservação. Critica o nível da educação no estado e diz que o mais difícil não era construir escolas, mas reformar o ensino. Explica que teve que anular a prova do concurso para professor de História, devido à facilidade das questões. Anuncia que iria fazer concurso para procurador do estado e que o processo de seleção seria rígido e que faria concurso para todas as vagas que estivessem disponíveis no estado. Considera que governar



também é educar.

Faixa 3c

Transferência do Hospital Pedro Ernesto para a Universidade Estadual da Guanabara

Carlos Lacerda conta que se sentiu emocionado ao entrar no hospital. Agradece ao secretário de Saúde, aos médicos que eram professores da Faculdade de Ciências Médicas do Estado. Elogia o corpo de estudantes da Faculdade de Ciências Médicas que se utilizava do hospital em suas aulas. Afirma que o Pedro Ernesto era o segundo maior hospital de clínicas do Brasil e em breve seria o melhor da América Latina. Acrescenta que havia um ano o governo do estado vinha investindo no programa de reforma e expansão da rede hospitalar do estado e que o governo alemão tinha emprestado 10 milhões de marcos ao governo da Guanabara para financiar este programa. Menciona que esperava ampliar o hospital Souza Aguiar ainda naquele ano e construir uma unidade médico-sanitária na Tijuca. Anuncia que pretendia fazer obras também nos hospitais Miguel Couto e Getúlio Vargas. Elogia a faculdade de Medicina e diz que ela deveria ser um centro de diálogo e deveria trazer pessoas do exterior para palestras e debates. Encerra a cerimônia agradecendo a presença de todos.

Faixa 3d

Governador Lacerda na TV Tupi

Carlos Lacerda diz que preferia estar falando sobre as realizações do seu governo, mas precisava falar sobre outros assuntos devido à crise pela qual passava o país. Afirma que foi censurado pelo ministro da Justiça ao ser obrigado a gravar sua fala e não poder falar ao vivo. Conta que se conformou ao saber que esta regra valia para todos. Menciona que a primeira medida das ditaduras era acabar com a democracia representativa, sob o pretexto de que estava acabando com as barreiras entre o povo e o governo. Acha que o Congresso Nacional estava passando por um momento de agonia. Lacerda diz que vinha falando muito em legalidade e que aqueles que ameaçavam fazer uma guerra civil para defender a legalidade, defendiam então a legalidade para fazer uma guerra civil. Cita um trecho do livro "O que o mundo deve saber a respeito do comunismo" que diz que "o talento do Partido Comunista consiste na sua capacidade singular de trabalhar para finalidades ilegais, usando uma variedade de meios, muitos dos quais tomados separadamente, e que estão estritamente dentro da letra da lei". Diz que esta era a legalidade que o país estava vivendo, em que a inflação chegava a 45%, o comércio e a indústria vendiam pouco, o que levaria ao desemprego.



Acredita que os comunistas sabiam disso. Lacerda contesta a versão de que o Ato Adicional, votado pela Câmara no ano anterior, pelo Congresso Nacional, para passar de presidencialismo para parlamentarismo, fosse ilegítimo. Diz que quando foi votado o ato já havia sido votada uma emenda parlamentarista, que obteve aprovação da Câmara, e não houve protestos na época. Comenta que na votação da emenda nem Brizola nem João Goulart votaram contra ela. Afirma que a renúncia do presidente não estava prevista na Constituição do Brasil e que, quando Jânio Quadros renunciou, o vice-presidente estava em viagem oficial. Para assumir o governo, era preciso que o Congresso declarasse a vacância do poder. Mas os ministros militares eram contra a posse de Goulart, por considerarem que havia risco à segurança nacional, pela proximidade de João Goulart com o comunismo. Lacerda disse que o país passou por uma crise institucional, que foi resolvida pelo Congresso, que aprovou uma emenda constitucional chamada de Ato Adicional Nº 4. Afirma que foram dois ministros que negociaram a emenda, que permitiu a posse de Goulart, e que eram aliados do presidente, Afonso Arinos e San Tiago Dantas.

Faixa 4a

Continuação do Discurso de Carlos Lacerda na TV Tupi

Diz que João Goulart, ao assumir a presidência graças ao Ato Adicional, prometeu seguir a Constituição, incluindo o referido Ato. Lacerda chama a atenção para o fato de que se a Câmara não tinha legitimidade para votar o Ato Adicional, a posse de João Goulart era ilegítima. Comenta que não podiam pedir a realização de plebiscito se não havia na Constituição a previsão de um plebiscito, a não ser no Ato Adicional. Então, continua ele, se o Ato Adicional era ilegítimo, o plebiscito também era, argumenta Lacerda. Menciona que no dia sete de outubro iria haver um plebiscito, onde o povo iria escolher o novo Congresso, que aí sim, iria poder decidir no ano seguinte entre parlamentarismo e presidencialismo. Lacerda fala que não estava satisfeito com o parlamentarismo, mas também não era a favor do presidencialismo que existia anteriormente. Acha que era preciso encontrar um novo sistema, mas que este não era um problema urgente que precisasse ser resolvido imediatamente. Lacerda conta que o país estava parado, que a fome aumentava. Critica a política externa brasileira por não dar atenção à América Latina e fazer negócios com países da cortina de ferro. Critica o governo por boicotar a Aliança para o Progresso. Lacerda não admite a hipótese de estudantes da UNE integrarem os conselhos



universitários. Critica o governo federal por não agir para acabar com o problema de desabastecimento no Brasil. Explica que estava prevista na Constituição como deveria ser a atuação do governo no caso de desabastecimento. Porém, assinala, o primeiro ministro não estava seguindo a Constituição, alegando que precisava ter poderes especiais para agir. Lacerda critica a vontade do governo de reformar a Constituição e argumenta que não era necessário haver uma reforma e que o governo poderia querer usar esta reforma para ampliar o mandato do presidente ou para legalizar o Partido Comunista. Acha que o governo não queria fazer as reformas, fala que já existiam no Congresso propostas de reforma bancária, reforma tributária e reforma agrária e que o presidente João Goulart não dava atenção a elas.

Faixa 4b

Inauguração da Escola Augusto Paulino Filho (FOM)

O governador Carlos Lacerda conta que Augusto Paulino Filho foi um grande cirurgião, que foram grandes amigos, que o conhecia desde a infância. Explica que o nome da escola iria inspirar os alunos. Acredita que Augusto nasceu para servir à medicina. Elogia Otávio Borghetti Teixeira, tabelião que se dedicou, voluntariamente, à criação da fundação Otávio Mangabeira, e comenta que ele foi injustiçado ao ter que prestar depoimentos a uma CPI, que terminou não conseguindo provar nada contra ele. Conta que o governo não quis desapropriar um terreno na avenida Atlântica e conseguiu encontrar o terreno no Leme, onde estava sendo inaugurada a escola. Lacerda esperava que o Exército cedesse outro terreno no bairro para construir mais uma escola. Afirma que o que fez em um ano de governo na Guanabara, em termos de educação, era uma lição que deveria ser refletida pelos moradores do estado. Elogia o trabalho de Flexa Ribeiro na Secretaria de Educação e acrescenta que as críticas que fizeram a ele foram injustas. Lacerda explica que a escola foi construída com uma técnica revolucionária de construção e que outra escola estava sendo feita na Lagoa., seguindo o mesmo modelo. Elogia a caixa d'água construída na escola, para evitar a suspensão das aulas quando faltasse água. Agradece ao arquiteto cubano que projetou a obra. Fala que o governo teria o apoio da Fundação Otávio Mangabeira para construir novas escolas, defende o ensino supletivo pelo rádio e pela televisão, mas diz que isto não substituíria o ensino em sala de aula. Considera que o dever do seu governo era fazer a revolução pela escola. Acredita que o homem precisava ter consciência da sua grandeza e que isso se daria



			através da educação. Lacerda alerta que em breve a população teria que escolher entre o comunismo e a liberdade.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.004	F 1: 28min	F1: 11/01/1963	<i>Faixa 1</i> Lançamento de Títulos – Bolsa de Valores . Lacerda conta que se sente feliz por estar na Bolsa de Valores para selar um acordo que iria beneficiar a todos. Afirma que o sucesso do Banco do Estado da Guanabara demonstrava o crédito que o governo do estado obtivera junto à população. Explica que os títulos do governo do estado tinham liquidez e que o crescimento do estado era garantido, por isso os títulos eram um bom investimento. Diz que os interesses da Secretaria de Fazenda do Estado se conjugavam com os interesses da poupança particular e que o rendimento dos títulos seria utilizado apenas em obras de primeira necessidade. Conta que esperava arrecadar 30 bilhões de cruzeiros com o lançamento dos títulos. O secretário de Fazenda do Estado da Guanabara explica que seria o rendimento dos títulos lançados pelo governo do estado e conta que ao fazer o orçamento para aquele ano tinha constatado que seriam necessários mais 15 bilhões de cruzeiros. Acrescenta que o estado tinha limites legais para pedir empréstimos e que por isso foi preciso buscar alternativas. Destaca que o título era de renda mensal e era isento de impostos. Anuncia que qualquer dúvida poderia ser tirada com os corretores da Bolsa de Valores. Salaria que o crescimento da renda dos títulos estava diretamente ligado ao crescimento da taxa inflacionária e que a Fazenda da Guanabara honraria sempre os seus compromissos em dia.
1. Assunto 1.1 Lançamento de Títulos – Bolsa de Valores 2. Temas 2.1 Faixa 1 Títulos do estado, investimento, BEG, crescimento, liquidez, poupança particular, Secretaria de Fazenda, orçamento			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.005	F 1: 15 min F 2: 20 min F 3: 40 min F 4a: 20 min F 4b: 25 min F 5: 25 min F 6: 7 min F 7: 5 min F 8: 20 min F 9 a: 5 min F 9 b: 55 min F 10: 3 min F 11: 5 min	F1: 04/10/1962 F2: 11/12/1963 F3: 11/12/1963 F4a: 05/12/1963 F4b: 05/12/1963 F5: 05/12/1963 F6: 17/10/1963 F7: 05/03/1963 F8: 05/03/1963 F9a: 05/12/1963 F9b: 04/03/1963 F10: s/d F11: 17/10/1963	<i>Faixa 1</i> Inauguração dos Galpões da Te James (Perfilação e Laminação de Aço e Material de Incêndio) Lacerda considera que o estado da Guanabara foi o estado brasileiro que mais gerou riqueza com a criação de novas indústrias, 50 bilhões de cruzeiros. Critica a inflação no Brasil, mas diz que apesar disto a COPEG (Companhia para o Progresso da Guanabara) conseguiu um empréstimo de 4 bilhões de dólares para converter em cruzeiros, com vistas a empréstimos para o desenvolvimento industrial do estado. Menciona que esta era a melhor resposta a seus adversários. Faz elogios a Thor Janer pelo muito que ele fez, pela escola de civilização industrial que ele criou no Brasil. Diz que se sente muito feliz por ver como a COPEG era útil. Afirma que a COPEG era como um sinal de salvação, que ela sozinha reabilitava as empresas estatais do Brasil. Lacerda diz que esperava que a inauguração mostrasse que não era necessário que o estado controlasse tudo. Defende a ideia de que ao invés de todos serem proletários, todos os proletários fossem
1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração dos Galpões da Te James (Perfilação e Laminação de Aço e Material de Incêndio) 1.2 Faixa 2 Colégio Santa Úrsula - Paraninfo da Turma de Clássico e Humanidade na Maison de France 1.3 Faixa 3 Posse de Engenheiros e Médicos Aprovados em Concursos – Palácio Guanabara 1.4.1 Faixa 4a Morro do Dendê – Ilha do Governador 1.4.2 Faixa 4b Inauguração do Mercado a			



COCEA na Praia de Olaria na Ilha do Governador	proprietários. Avisa que apenas tinha iniciado uma obra e que ainda tinha três anos e meio para completá-la. Conta que na eleição para vice-governador esperava que a população não elegeesse um adversário, mas um companheiro de trabalho. Destaca que se isto ocorresse, o interesse do povo seria derrotado. Afirma que não se arrependia de não ter reaberto os cassinos no estado.
1.5 Faixa 5 Inauguração do Viaduto João XXIII	
1.6 Faixa 6 Posse do Tabelião Mário Fontainha	<i>Faixa 2</i>
1.7 Faixa 7 Inauguração da linha de ônibus Castelo – Bairro Peixoto	Colégio Santa Úrsula - Paraninfo da Turma de Clássico e Humanidade na Maison de France Diz que como paraninfo não deveria apenas dar conselhos mais ou menos ociosos e mais ou menos inócuos, mas tinha o dever de conferir com suas afeições a razão profunda da afinidade mútua. Elogia os discursos anteriores ao seu, dizendo serem semelhantes ao de chefes de estado. Fala que conhecia bem esta fase em que as mulheres abandonam as bonecas. Novamente elogia as oradoras. Exalta o ensino dos colégios das freiras ursulinas. Afirma que o mundo estava atrasado em relação à igreja e não o contrário. Salaria que os discursos não foram apenas comemorativos, mas também não foram exageradamente sentimentais. Fala sobre o papel da mulher na sociedade. Diz que não poderia haver nada mais alentador do que a consciência da limitação, a verdadeira humildade. Elogia um trecho do discurso de uma aluna “nós sabemos que nem todas podem ser capitães e nós queremos ser dignamente tripulação”. Segundo Lacerda, palavras dignas de um capitão. Diz que aqueles discursos dariam novas motivações para ele prosseguir na luta. Acrescenta que a juventude brasileira o deixava entusiasmado, que todos eram um pouco poetas e que o poder não o corrompia porque o usava para realizar a fantasia, para transformar sonhos em realidade. Comenta que não havia glória maior do que transformar os sonhos em realidade.
1.8 Faixa 8 Aula Magna Proferida pelo Governador Carlos Lacerda, na Escola Rivadávia Corrêa	<i>Faixa 3</i>
1.9.1 Faixa 9a Continuação da Inauguração do Viaduto João XXIII na Penha	Posse de Engenheiros e Médicos Aprovados em Concursos – Palácio Guanabara
1.9.2 Faixa 9b Aula Magna Promovida pelo Governador Carlos Lacerda, na Escola Amaro Cavalcanti	Carlos Lacerda lê o nome dos médicos e dos engenheiros que passaram nos concursos. Diz que o governo do estado da Guanabara estava pagando pela primeira vez os triênios. Relata que assinou um decreto que aumentava o salário de todos os servidores estaduais. Explica que no orçamento de 1964 estavam previstos recursos para o aumento dos salários de acordo com o aumento da arrecadação. Lacerda ressalta que os médicos iriam encontrar os hospitais estaduais entregues a uma nova autarquia, a SUSEME (Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara). Lacerda afirma que era necessário contratar mais médicos porque o governo estava ampliando a
1.10 Faixa 10 Gravação de música	
1.11 Faixa 11 Cerimônia de Posse do Tabelião Mauro Araújo	
2. Temas	
2.1 Faixa 1 Inauguração, industrialização, COPEG, empréstimos, proletários e proprietários, cassinos	
2.2 Faixa 2 Exaltação às mulheres, à educação, importância da religião	
2.3 Faixa 3 Saúda médicos e engenheiros, triênios, profissão como bico, SUSEME, orçamento, veto, paralisação de obras	
2.4.1 Faixa 4a Obras, direito de greve, críticas ao governo federal, ordem e progresso, assassinato de John Kennedy, inflação, reformas de base, cassinos	



2.4.2 Faixa 4b

Construção de armazéns, Companhia Central de Abastecimento, greves, governo federal, SURSAN, Secretaria de Obras, Cocotá, aumento de vencimentos

2.5 Faixa 5

Elogio a Enaldo Peixoto, Secretaria de Obras, prêmio e multa para as empreiteiras, novo pavilhão do hospital Getúlio Vargas, parque N.S. Da Penha, substituição dos bondes, Light, atentado, comunistas, demagogia

2.6 Faixa 6

Tribunal de Alçada, despesas, concurso público, carreira independente, nepotismo

2.7 Faixa 7

Serviço de transporte moderno, construção de escolas e ginásios, bolsas de estudo

2.8 Faixa 8

5 ginásios noturnos, bolsas de estudo, histórias em quadrinhos, ampliação de vocabulário, utilização do cérebro

2.9.1 Faixa 9a

Greves, reformas de base, reforma da cúpula

2.9.2 Faixa 9b

Conceito de Economia Política, economistas e sociólogos, marxismo, hipertrofia do bacharelismo e dos economistas, construção civil, industrialização, agricultura, estatização, crítica ao Plano Trienal

2.10 Faixa 10

Gravação de Música

2.11 Faixa 11

Nomeação versus concurso público

rede estadual. Ele pede que a lei fosse rigorosamente cumprida, que os médicos trabalhassem quatro horas por dia. Critica o sistema que permitia que o médico trabalhasse apenas um dia por semana, cumprindo as 24 horas exigidas. O governador ressalta que era necessário que o médico trabalhasse 4 horas por dia, até para ter condições de acompanhar seus pacientes. Informa que não queria que o trabalho dos médicos no estado se transformasse em um bico, e por isso já tinha aumentado o salário dos médicos e pretendia depois de um tempo ter condições de contratar alguns médicos para trabalharem em horário integral. Fala que a saúde pública não era gratuita, era paga pela população e que a lei deveria ser cumprida por todos os médicos, desde os mais experientes até os que tinham acabado de entrar. Discorre sobre os engenheiros eletricitas, contando que precisou abrir concurso para engenheiros de forma a realizar uma série de instalações de redes de baixa tensão e redes de iluminação em geral. Critica o orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa e alerta que se os vetos que fez no orçamento não fossem respeitados, seria obrigado a paralisar todas as obras do estado, fechar hospitais e interromper a construção de escolas. Ressalta que iria levar estes esclarecimentos à televisão e ao rádio para avisar à população sobre o risco dos seus vetos ao orçamento não serem aprovados. Faz um apelo ao deputado Álvaro Vale, para que a Assembleia devolvesse ao orçamento a sua integridade. Dá boas vindas aos médicos e engenheiros.

Faixa 4a

Morro do Dendê – Ilha do Governador

Lacerda menciona que o estado já tinha gasto 34. milhões nas favelas da Ilha do Governador, em obras de pavimentação, abastecimento d'água e redes elétricas de baixa tensão. Destaca que não era Papai Noel, que não estava fazendo favor, nem dando esmola. Afirma que o tempo do favor tinha acabado e que o objetivo era ajudar os moradores a se ajudarem. Lacerda fez campanha para que os moradores se alistassem e votassem nas eleições. Diz que existe o direito de fazer greve, mas que não se deve abusar deste direito, porque isto enfraqueceria o país. Critica o governo federal, calcula que houve uma greve de cinco em cinco dias no governo. Goulart. Afirma que o governo queria greve porque queria uma nação fraca para poder ser ditador. Lacerda fala que país nenhum fica rico com greve e que sem ordem não há progresso. Comenta que trabalha tanto quanto todos os outros trabalhadores e que uma nação forte é feita de trabalhadores. Pede uma salva de palmas a John Kennedy, que tinha sido



assassinado recentemente. Lacerda ressalta que a sua eleição foi difícil, mas que conseguiu se eleger governador. Diz que já foi chamado de nazista, de comunista, mas era democrata. Conta que quando entrou no governo havia 100 mil crianças fora da escola, e que no momento em que estava falando havia 100 mil vagas nas escolas estaduais. Defende das acusações de ser assassino de mendigos. Salienta que o Brasil era um país jovem, mas que não seria rico enquanto todos os jovens não estivessem na escola. Critica a inflação brasileira e menciona que até a Indonésia que, segundo ele, era governada por um maluco, tinha uma inflação menor do que a brasileira. Comenta que a reforma de base que tinha que ser feita era a reforma da cúpula, que estava podre. Explica que a Guanabara, três anos antes, era considerada ingovernável e que os seus problemas não tinham solução. Lacerda menciona que Juscelino defendia a abertura de cassinos na Guanabara, mas ele não abriu cassinos e ainda fechou alguns.

Faixa 4b

Inauguração do Mercado a COCEA na Praia de Olaria, na Ilha do Governador

Lacerda diz que o estado tinha prejuízo com os 26 armazéns de sua propriedade, mesmo sem pagar imposto. Afirma que os armazéns do estado vendiam as mercadorias pelo preço da concorrência, mesmo sem pagar imposto. Havia um prejuízo anual de 200 milhões. Fala que a solução do seu governo foi construir mais dois armazéns e criar uma Companhia Central de Abastecimento para ajudar o comércio a se modernizar e a baratear o seu processo de distribuição e venda. Critica o funcionamento dos antigos armazéns, que fechavam na hora do almoço. Comenta que isso ocorria porque os armazéns não pagavam imposto, que as indicações para trabalhar nestes armazéns era política e que havia interesses de deputados envolvidos. Conta que tentavam chantageá-lo dizendo que, se ele mexesse nos armazéns, suas contas como governador não seriam aprovadas. Mas, afirma que não tinha medo de ter suas contas reprovadas e que ia mexer nos armazéns. Fala sobre o número de greves ocorridas no governo federal e diz que não houve greve na Guanabara e não iria haver, porque ele tinha aumentado o salário mínimo dos servidores estaduais e porque em todas as companhias estaduais os funcionários, operários e empregados elegiam um diretor. Agradece à SURSAN e à Secretaria de Obras pela praia do Cocotá. Salienta que a praia era o resultado do sonho dos moradores, que valia a pena sonhar. Explica que escolheu estar ali no dia do terceiro aniversário do governo. Afirma que ganhou a



eleição por muito pouco, por causa dos boatos que existiam contra ele. Diz que a Assembleia iria custar, no ano seguinte, 5 bilhões ao contribuinte. Acrescenta que os deputados tinham aumentado os seus próprios vencimentos e os vencimentos do governador, mas que ele tinha rejeitado o aumento e pediu para o secretário de Justiça que recorresse à justiça para anular os aumentos. Ressalta que não se deveria pensar em enriquecer através da política, que quem quisesse enriquecer deveria procurar outras áreas. Menciona que se preocupava apenas com o julgamento de Deus e das mulheres, que são mais rigorosas e justas que os homens.

Faixa 5

Inauguração do Viaduto João XXIII, na Penha
O governador Carlos Lacerda começa o discurso elogiando o companheiro de trabalho, o engenheiro, secretário de Obras, Enaldo Cravo Peixoto. Fala que a obra foi concluída antes do prazo, ganhando um prêmio de 6 milhões de cruzeiros. Conta que o governo premiava as empreiteiras que acabavam as obras antes do prazo e multava as que atrasavam a entrega das obras. Diz que somando as obras no entorno do viaduto, os custos da obra foram de 400 milhões de cruzeiros. Afirma que o hospital Getúlio Vargas, localizado perto do viaduto, projetado para atender 300.000 pessoas, já atendia a 1.000.000 de pessoas. Por isso, estava construindo, ao lado, um novo pavilhão para este hospital, com o nome do cirurgião Alfredo Monteiro. Comemora a inauguração do primeiro parque público do subúrbio carioca, o parque de Nossa Senhora da Penha. Lacerda promete inaugurar pelo menos mais um parque no subúrbio. Anuncia que estava prestes a vencer a luta contra a Ligth, acabando com os bondes na Guanabara, recebendo uma indenização em vez de comprar o acervo e recebendo da concessionária um pagamento em vez de comprar seu patrimônio. Destaca que a Ligth tinha percebido que o melhor negócio era aquele em que todo mundo lucrava. Diz que os bondes seriam substituídos por 300 ônibus. Pede à população uma salva de palmas em memória do presidente John Kennedy. Lacerda diz que queria que os comunistas no Brasil ouvissem as palmas e que soubessem que os brasileiros gostavam mais de um democrata morto do que de um demagogo vivo. Lacerda considera que só o trabalho redime o homem, que o trabalho é um ato de amor. Promete que no próximo atentado que sofresse, morreria calado e sorridente, para não chocar os bons sentimentos das excelentes pessoas para as quais um atentado não era nada, contanto que fosse contra a vida alheia. Afirma que os atentados não impediriam a marcha do



povo para a conquista do seu destino.

Faixa 6

Posse do Tabelião Mário Fontainha

Lacerda conta que estava para receber o projeto de reforma judiciária para apresentá-lo aos deputados, e ficou inquieto porque leu uma reportagem no jornal *O Globo*, que calculava que os Tribunais de Alçada iriam custar 200 milhões de cruzeiros por ano. Lacerda diz que os 200 milhões de despesa com os tribunais eram mais baratos do que o prejuízo que o estado tinha com a falta de Tribunais de Alçada. Afirma que em São Paulo os Tribunais de Alçada estavam funcionando muito bem. O governador reafirma o seu compromisso de transformar em carreira independente tudo aquilo que tangesse, que tocasse o funcionamento e a distribuição da justiça. Lacerda diz que esta era a primeira vez no Brasil em que se provia o cargo de escrivão de cartório com concurso de títulos e provas. Deseja que este primeiro ato de posse por concurso de títulos e provas, de um escrivão de cartório na Guanabara, fizesse com que isso se tornasse irreversível e nunca mais um escrivão fosse nomeado por ser parente ou amigo de alguém.

Faixa 7

Inauguração da Linha de Ônibus Castelo – Bairro Peixoto

Carlos Lacerda fala que era um prazer inaugurar um serviço de transporte confortável, moderno e razoavelmente barato. Afirma que já poderia ter construído uma escola no local, se não houvesse polêmica, por isso, preferiu fazer escolas em locais onde a construção fosse unanimidade. Diz que no dia anterior tinham sido inaugurados cinco ginásios noturnos. Conta que já havia 10.000 bolsas para ginásios particulares, e outras 10.000 bolsas no Banco do Estado Guanabara, com o comprometimento do pagamento em 8 anos. Considera que desta forma aumentaria o número de vagas nos ginásios estaduais. Salienta que o estado tinha dinheiro para quem queria estudar.

Faixa 8

Aula Magna Proferida pelo Governador Carlos Lacerda, na Escola Rivadávia Corrêa – 5/3/63

Agradece ao secretário de Educação pela inauguração de cinco ginásios noturnos no estado da Guanabara. Reclama que os jornais não publicavam notícias sobre as 10.000 bolsas disponíveis para estudantes que não conseguiram vagas em ginásios públicos. Afirma que havia poucos candidatos às bolsas, por falta de informação. Diz que alguns anos antes tinha estudado as histórias em quadrinhos e que temia que elas substituíssem os livros. Acha que este



assunto era mais importante do que poderia parecer, porque um estudo com jovens tinha comprovado que a assimilação de vocabulário ampliava a inteligência. Conta que o defeito das histórias em quadrinhos era reduzir o uso de palavras, desta maneira estimulava menos a inteligência do que os livros. Fala que nunca seria a favor da língua brasileira, mas da língua portuguesa falada no Brasil, porque haveria um empobrecimento da língua. Explica que os portugueses tinham uma palavra para cada coisa, enquanto os brasileiros usavam a palavra coisa, em várias situações, por preguiça e falta de ginástica da inteligência em não procurar saber o nome de cada coisa. Lacerda discorre sobre a importância de se dominar o vocabulário, para transmitir ideias. Ressalta que não era preciso conhecer as palavras apenas para ser escritor, era preciso saber as palavras para qualquer profissão e para ser bom como pessoa, na convivência com outras pessoas. Menciona que uma das coisas que mais o impressionaram nos últimos tempos era a verificação, por cientistas, de que apenas uma parte do cérebro era utilizada pelo ser humano. Considera esta afirmativa muito estranha e uma prova do atraso em que se encontrava a ciência. Desconfia que a ciência ainda não descobrira para que servia o resto do cérebro, mas deveria haver alguma utilidade para esta parte. Conta que, na sua época, o ginásio era chamado de preparatório, porque tinha a função de preparar os alunos para ingressarem na universidade, mas que o ginásio era já então concebido como um aprendizado que poderia terminar ali, embora não fosse o ideal. Porém, se tivesse que acabar ali, a pessoa deveria ter condições de conseguir um emprego, sem ser obrigado a ter um diploma universitário. Para finalizar, afirma que estudar ainda era um privilégio no Brasil.

Faixa 9a

Continuação da Inauguração do Viaduto João XXIII na Penha

Lacerda critica o número de greves desde o início do governo João Goulart e acusa o governo de incentivá-las. O governador diz que queria falar de coisas boas e desejava votos de felicidades aos moradores da Penha. Considera que o Brasil não precisava de reforma de base, mas de reforma da cúpula.

Faixa 9b

Aula Magna Promovida pelo Governador Carlos Lacerda, na Escola Amaro Cavalcanti - 4/3/63

Carlos Lacerda informa que tinham sido inaugurados cinco ginásios noturnos no estado da Guanabara. Conta que não era economista, mas se sentia honrado com o convite e se sentia capaz de dar uma aula magna. Explica que era



preciso evitar a confusão entre Economia Política e Política. Segundo Lacerda, a definição de Economia Política em um dicionário era: “um ramo da ciência social que tem por objetivo a atividade voluntária do homem”. Ele explica que o objeto da Economia Política era a parte desta atividade que se aplicava à produção, apropriação e ao consumo das riquezas. Quanto à Economia Política aplicada, assegura ele, era uma arte que durante muito tempo limitou-se a cuidar para que um povo fosse o mais próspero possível e se ampliou a ponto de cuidar também de procurar as condições nas quais a sociedade poderia manter em vida o maior número possível de criaturas e as melhores criaturas possíveis. Considera que no Brasil havia uma dupla confusão. A primeira era que os economistas estavam ocupando o lugar dos sociólogos. A segunda era a que submetia todos os valores a um só conceito, o da Economia Política de inspiração marxista, e, afirma ele, marxista de segunda mão. Diz que o Itamaraty estava matando os diplomatas, ao fazer com que eles só se preocupassem em comprar e vender mercadorias, que no Brasil houve uma hipertrofia do bacharelismo e que agora já estava havendo uma hipertrofia do economista. Assinala que qualquer um se considerava capaz de falar sobre economia no Brasil, que se fazia confusão entre plano e programa e entre Economia e Economia Política. Lacerda afirma que o Brasil estava deixando de ser uma nação para se tornar um arquipélago de estados e regiões separadas umas das outras. Acredita que a construção civil era a área que gerava mais emprego no país, e que o processo de industrialização levava à urbanização, enquanto que a modernização da agricultura diminuía a necessidade de trabalhadores no campo. Acrescenta que uma comissão da CEPAL concluiu que a construção de casas era um fator inflacionário e, como consequência deste pensamento, houve uma restrição do crédito à construção civil. Assegura que houve uma confusão entre a construção civil e a especulação imobiliária. Enquanto isso, diz ele, as favelas cresceram. Afirma que era necessária a estatização das empresas de gás, transportes coletivos, luz e telefone, desde que fossem administradas sem corrupção, e que o custo da estatização não fosse acima de um certo limite. Comenta que não fazia sentido a compra dos bondes da Ligth. Considera que a estatização, do modo que estava sendo feita, era um péssimo negócio. Acredita que Marx não fundou uma ciência, mas uma religião, e que a teoria de relatividade acabava com o marxismo, assim como a psicologia de Freud também tinha destruído o marxismo. Assinala que o marxismo era o campo ideal do charlatão, e lamenta que no



			<p>Brasil houvesse muitos marxistas. Menciona que no Brasil a ignorância da classe dirigente era mais grave que a ignorância do povo e que quando se falava em reforma, se pensava em revolução. Comenta que se chegou a criar uma doutrina do desenvolvimento, o desenvolvimentismo, que nada mais era do que a aplicação do marxismo à arte de furar. Critica o Plano Trienal, que chamava de um conjunto de desejos e promessas. Acha que o ministro da Fazenda provavelmente conseguiria aumentar o prazo para pagar a dívida que o Brasil tinha com os Estados Unidos. Considera que o Brasil precisava ter uma administração descentralizada, honrada e eficiente e que no Brasil dever-se-ia dar liberdade para que os cidadãos criassem riquezas.</p> <p><i>Faixa 10</i> Gravação de música</p> <p><i>Faixa 11</i> Cerimônia de Posse do Tabelião Mauro Araújo Carlos Lacerda discorre sobre a sua satisfação em ver a ascensão de um antigo colega de colégio. Lacerda garante que não havia neste ato crítica aos titulares de cartório que foram nomeados e que precisava dizer isso para evitar que alguém se ofendesse. Explica que o objetivo de se criar concurso público para a vaga de tabelião de cartório não tinha tido a intenção de ofender ninguém, mas de acabar com uma prática comum no Antigo Regime, mas que estava defasada.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.006</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Carlos Lacerda Reassume o Cargo de Governador – Palácio Guanabara Discursos de Rafael de Almeida Magalhães e de Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Trabalho em equipe, honestidade e eficiência, leitura do termo de posse, obras, liberdade, Forças Armadas, crítica à classe política, vitória da “Revolução”, adiamento das eleições, UNE</p>	F 1: 30 min	F1: 09/07/1964	<p><i>Faixa 1</i> Carlos Lacerda Reassume o Cargo de Governador – Palácio Guanabara Discursos de Rafael de Almeida Magalhães e de Carlos Lacerda O governador Rafael de Almeida Magalhães diz que estava restituindo ao governador as alavancas de comando da administração estadual, que o governo da Guanabara era um trabalho de equipe, cuja fecundidade repousava na identidade de pensamento resultante do livre debate e do sentimento de dever a cumprir, que todos os colaboradores do governo de Carlos Lacerda tinham. Diz que o governo era honesto e eficiente, ousado e atrevido na solução dos problemas. Discorre sobre a abertura de escolas, hospitais, túneis e viadutos e sobre a obra da adutora do Guandu. Afirma que a opinião pública apoiava o governador Carlos Lacerda e que todos estavam felizes com o seu retorno. Segue a leitura do termo de transmissão de posse. O governador Carlos Lacerda assinala que encontrou o governo melhor do que deixara, o que demonstrava que o governo não era uma pessoa só, mas um conjunto em ação, a serviço de uma ideia. Agradece aos que trabalharam</p>



			<p>durante a sua ausência, membros do judiciário, deputados, servidores do estado, sua equipe de governo, e à população, além do vice-governador Rafael de Almeida Magalhães. Acredita ter trazido informações que iriam auxiliar o presidente Castelo Branco em seu governo e que encontrava o Brasil melhor, livre do medo e da ansiedade que existiam antes das Forças Armadas que, atendendo a um apelo da maioria da população, libertaram o país da ameaça que a inépcia dos quadros políticos tinha desencadeado sobre ele. Lacerda afirma que o inimigo ainda estava vivo, por isso ainda era preciso ficar atento, porque o inimigo tinha muito dinheiro no país e no exterior. Critica a classe política brasileira de modo geral. Assegura que o Brasil tinha um povo melhor do que a elite e que a elite não confiava no povo. Afirma que a resistência da Guanabara tinha acelerado a vitória da “Revolução”. Comenta que falava por todos, pelo bem da pátria. Considera que o adiamento das eleições impopularizava a “Revolução” e consagrava os seus inimigos. Aponta como prova o fato de que o adiamento tinha o apoio de inimigos da “Revolução”. Acredita que era um risco marcar as eleições em 1965, mas que o risco aumentaria se as eleições fossem adiadas. Defende que a UNE (União Nacional dos Estudantes) deveria continuar aberta, e que fechar a UNE, porque ela tinha sido ocupada por comunistas, era o mesmo que fechar a República porque foi ocupada por João Goulart. Propõe que a UNE fosse reaberta com eleições livres nas escolas.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1007</p> <p>1. Assunto Reportagem sobre a Convenção da UDN, em São Paulo</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República</p> <p>2.2 Faixa 2 Peça teatral</p>	<p>F1: 10min F2: 25min</p>	<p>[1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Reportagem sobre a Convenção da UDN, em São Paulo Convenção da UDN para a escolha do candidato do partido à Presidência da República. O favorito era o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que faria o discurso de encerramento da convenção. A previsão era de que iriam comparecer à convenção 400 udenistas. Estavam previstas comemorações após a indicação de Carlos Lacerda como candidato da UDN, em São Paulo e no Rio de Janeiro.</p> <p><i>Faixa 2</i> Peça teatral</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discurso do Governador na Câmara de Rio Preto – SP</p> <p>1.2 Faixa 2 Discurso do Governador na Câmara de Rio Preto – SP</p>	<p>F1: 10min F2: 5min</p>	<p>[1963/1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso do Governador na Câmara de Rio Preto – SP Defende que a Constituição deveria ser duradoura, não deveria ser mudada constantemente. Diz que a cidade era um exemplo do que vale a liberdade e a proteção da lei. Comenta que tinha vindo para fazer uma pergunta: “Foi preciso reformar a Constituição para fazer Rio Preto progredir?” Ressalta que o país progrediu mais em 40 anos de liberdade do</p>



<p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Liberdade, escravidão, progresso, União Soviética, propaganda soviética, descentralização, educação</p> <p>2.2 Faixa 2 Promessas X compromisso, diálogo, comunistas, caixeiro viajante da liberdade</p>			<p>que a Rússia em 40 anos de escravidão. Afirma que as estatísticas da União Soviética eram sempre datadas de 1917, e que as estatísticas eram usadas como propaganda para enganar os ingênuos. Comenta que as estatísticas brasileiras eram melhores que as soviéticas. Afirma que a descentralização administrativa era necessária para o Brasil. Diz que essa era uma reivindicação que existia desde o Império, quando José Bonifácio defendeu a ideia. Acha que os municípios iam ficando cada vez mais pobres e os estados se transformavam em pedintes do governo federal. Considera que a descentralização e o planejamento eram fundamentais. Defende que a prioridade de investimentos deveria ser a educação. Diz que tinha chegado a hora do país escolher entre a liberdade e a escravidão, entre o progresso autêntico e o progresso de papelão.</p> <p><i>Faixa 2</i> Discurso do Governador na Câmara de Rio Preto – SP Lacerda diz que não pedia votos fazendo promessas, que promessas deveriam ser feitas no altar da igreja. Considera que já existiam muitas promessas por lá. Comenta que em vez de promessas preferia estabelecer um compromisso com o eleitor, ou seja, fazer tudo o que deveria, mais até do que poderia. Mas, esperava que o eleitor também fizesse tudo o que podia. Diz que o povo deveria ter a oportunidade de criar riquezas para viver em segurança e não ser tratado como um João ninguém, porque todos eram filhos de Deus e mereciam o mesmo tratamento. Conta que dialogava com os comunistas, mas que não dava para dialogar com quem só sabia fazer monólogos. Menciona que não podia dialogar com os filhos de Lee Oswald, assassino de John Kennedy, com aqueles que queriam trazer para o Brasil a semente do ódio. Anuncia que pretendia ser o caixeiro viajante da liberdade.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.009</p> <p>1. Assunto</p> <p>Faixa 1 Conferência do Governador Carlos Lacerda na Escola Superior de Guerra</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Constituição estadual, Assembleia Constituinte, nomeação dos prefeitos, centralização, burocracia, delegação de poderes, BEG,</p>	<p>F1: 75min</p>	<p>F1: 03/06/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Conferência do Governador Carlos Lacerda na Escola Superior de Guerra Carlos Lacerda fala que estava emocionado por voltar à escola onde tinha estudado. Acentua que na escola aprendera a pensar sobre os problemas brasileiros e que por isso tinha escolhido a escola para falar sobre as suas realizações no estado da Guanabara. Conta que a primeira dificuldade que enfrentou foi criar uma Constituição estadual, mas que isto foi resolvido com a criação de uma Assembleia Constituinte e ele considerava que essa era a melhor Constituição estadual do Brasil. A segunda dificuldade enfrentada era o caráter municipal do estado e a terceira era a nomeação dos prefeitos pelo presidente, o que gerava incerteza sobre o</p>



falência da educação, Guandu, sistema de saúde, CPI, Administração Regional, custeio, investimento, militares em cargos civis, Plano Agache, favela do Esqueleto, UEG

tempo de mandato. Sobre a estrutura, considera que o antigo Distrito Federal era a maior vítima da centralização do poder, o que, segundo ele, era o pior problema administrativo do Brasil. Critica o excesso de requerimentos que o governador era obrigado a assinar diariamente. Diz que o excesso de documentos impedia que o governador lesse tudo o que assinava. Afirma que, ao delegar poderes, reduziu em 80% o número de documentos assinados pelo governador. Lacerda revela que mais da metade dos auxiliares de enfermagem do estado eram analfabetos e nenhum dos estatísticos do estado tinha curso superior. Diz que desistiu de criar uma Secretaria de Planejamento, pela falta de estrutura do estado, e para compensar aumentou as atribuições da Secretaria de Governo. Ressalta que um dos problemas do novo estado era a preponderância das atividades meio sobre as atividades fins. Lacerda reconhece que este problema ainda existia, mas chama a atenção para a sua redução. Discorre sobre os concursos públicos que realizou para preencher os cargos no estado. Cita o teto estabelecido pela Constituição Estadual que limitava a 60% os gastos com pessoal. Comenta que ainda estava com 64%, mas estava decrescendo anualmente, mesmo com o aumento de salário dos servidores. Fala sobre o crescimento do Banco do Estado da Guanabara na sua gestão, que já estava entre os oito primeiros bancos do Brasil. Diz que não precisou do aval do Banco do Brasil ou do BNDES para conseguir empréstimos internacionais, pois o próprio BEG foi o responsável e deu o aval para os empréstimos. Relata os problemas na educação quando assumiu o governo do estado: escolas com três turnos, déficit de 10 mil vagas, escolas mal conservadas e uma universidade estadual mal administrada. Diz que em seu governo a situação estava melhorando. Defende a política de saúde do estado, que investia mais na medicina preventiva do que na medicina curativa. Fala sobre as campanhas de vacinação organizadas pelo estado e sobre a implantação do sistema de residência nos hospitais. Discorre sobre a importância das obras no Guandu para regularizar o abastecimento de água no estado da Guanabara. Lacerda conta que investiu na construção e reforma da rede de esgoto do estado. Comenta que a Guanabara era o primeiro estado do Brasil a cumprir as diretrizes da Lei Federal sobre orçamento. Diz que o estado foi elogiado pelo Tribunal de Contas e Lacerda divide o mérito com a Assembleia Legislativa. Considera que o orçamento era essencial para o planejamento do governo. Comenta que o seu governo passou por diversas Comissões Parlamentares de Inquérito, mas que todas acabaram por não encontrar nada de errado na



			<p>sua administração. Sobre a estrutura administrativa do estado, explica que para descentralizar a administração foram criadas as Administrações Regionais. Fala que os administradores regionais eram funcionários do estado e trabalhavam como representantes do governador nas regiões. Critica o orçamento tradicional utilizado em outros estados e defende o orçamento/programa do estado da Guanabara, que separava bem o que era investimento do que era custeio, facilitando a fiscalização e a execução do orçamento. Volta a falar sobre os concursos públicos promovidos pelo estado e elogia a Escola do Serviço Público. Lacerda defende a contratação de militares da reserva para cargos civis em empresas públicas. Diz que os militares tinham uma boa formação técnica e que as faculdades não preparavam os estudantes para o serviço técnico. Fala sobre a ampliação da rede de telefonia no estado da Guanabara. Diz que esta ampliação foi feita em 3 anos e custou 2 bilhões de cruzeiros. Explica que os usuários seriam donos de ações da companhia de telefone. Menciona que o serviço era barato e um dos mais modernos do mundo. Em relação ao plano viário, Lacerda conta que buscou inspiração no Plano Agache, de 1928. Considera que o Plano foi abandonado e que foram cometidos muitos erros, como a construção da avenida Perimetral, que não resolveu o problema de trânsito no local. Ressalta que estava removendo a favela do Esqueleto para instalar no local o campus da Universidade do Estado da Guanabara.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.010</p> <p>1. Assunto</p> <p>Faixa 1 Conferência do Governador Carlos Lacerda no Círculo Operário de Botucatu</p> <p>Faixa 2 Conferência do Governador Carlos Lacerda no Círculo Operário de Botucatu</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Reforma agrária, café, saúde, BEG, empréstimo a agricultores, burocracia, produção agrária, política do café, inflação X desinflação, diversificação da economia, CLT, Previdência Social</p>	<p>F 1: 60min F 2: 15 min</p>	<p>F1: 20/12/1964 F2: 20/12/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Conferência do Governador Carlos Lacerda no Círculo Operário de Botucatu Carlos Lacerda fala sobre a reforma agrária. Diz que o objetivo principal deveria ser a racionalização da produção agrícola, ou seja, tirar mais com o mesmo esforço. Afirma que era preciso reabilitar o Ministério da Agricultura. Diz que havia anos o governo tentava desestimular o plantio de café, mas sempre havia novos plantadores. Lacerda diz que o problema era o processo de financiamento do café, que era diferente do financiamento de outros grãos, como o arroz. Segundo Lacerda, se o financiamento fosse igual, o problema estaria resolvido. Lacerda diz que mais importante do que investir na indústria ou na agricultura era investir no homem. Por isso, era necessário investir na educação, em escolas que dessem a oportunidade do filho do trabalhador chegar mais longe do que o pai. Lacerda acha que se deveria dar prioridade também à saúde, não só com a construção de novos hospitais, mas com investimentos também na prevenção de doenças. Ele atribui o fortalecimento do Banco da Guanabara ao sucesso do plano de crédito para a</p>



2.2 Faixa 2

Crítica ao ministro de Castelo Branco, ameaça à “Revolução”, o episódio do governador Mauro Borges

agricultura do estado da Guanabara. Diz que o agrônomo era quem ficava responsável pelo empréstimo aos agricultores. Critica a burocracia do Banco do Brasil para conceder empréstimos e afirma que o BEG não tinha burocracia. Comenta que ainda não tinha havido calote desde que o programa fora implementado e que o estado da Guanabara, mesmo sendo o menor do Brasil, fora o único onde, nos quatro anos anteriores, a área agricultada tinha aumentado, e também o único onde a população agrícola também aumentara. Diz que a produção agrária brasileira poderia aumentar em 30% se fossem usados fertilizantes, mas, para isso era necessário barateá-los. Ressalta que não se deveria discutir se uma medida era socialista ou liberal, mas se ela deveria ser adotada ou não. Espera que a informação do governo, de que a safra seria muito grande naquele ano, fosse verdade. Mas, esperava que não ocorresse o problema de safra grande, falta de transporte, safra pequena, transporte sobrando. Lacerda acredita que o que o governo precisava fazer era dar condições para o agricultor produzir. Afirma que governar era fazer, fazer, e fazer com que os outros fizessem. Mas, que para isso era preciso saber fazer. Surge uma pergunta sobre a política do café e sobre a limitação de preços dos produtos agrícolas. Lacerda responde que em relação ao café, primeiro era preciso saber se éramos contra ou a favor do café. Explica que o Brasil ainda era dependente do café. Defende a diversificação da economia brasileira, mas, segundo ele, havia um exagero em não querer vender café. Lacerda diz que o café ainda respondia por 60% das exportações brasileiras. Sobre o tabelamento de produtos agrícolas, Lacerda afirma ser contra qualquer tabelamento. Adverte que se deveria tomar cuidado caso houvesse falta de produtos. Salienta que não existia fiscalização da produção industrial. Conta que os produtores pagavam muitos impostos e isso acabava se refletindo no preço para o consumidor. Considera que a luta contra a inflação não deveria afetar a produção e que o governo deveria estabelecer bem as suas prioridades. Pensa que o Brasil tinha saído de uma inflação desenfreada para uma desinflação desenfreada. Critica o aumento do preço dos ingressos no Maracanã para um jogo decisivo e comenta que impediu o aumento do ingresso, mas declara que a renda foi a mesma que seria se o preço tivesse sido aumentado, porque mais pessoas tinham ido ao estádio. Lacerda afirma que as pessoas queriam conforto, segurança e queriam consumir, mas que o governo estava cerceando o consumo. Explica que a contenção do consumo desestimulava a produção, dificultando o progresso do país. Surge outra pergunta sobre os planos de Lacerda para os



			<p>operários brasileiros. Ele agradece a pergunta e responde que, antes de ser candidato a presidente, quando era deputado, criou um projeto de consolidação da Consolidação das Leis Trabalhistas. Um dos artigos do projeto previa que o operário fosse livre para se sindicalizar, desde que fosse comunicada a existência do sindicato ao Ministério do Trabalho. Lacerda lamenta que seu projeto tenha sido sabotado na Câmara. Ele afirma que o déficit da Previdência era de responsabilidade do governo federal. Defende a descentralização administrativa, que ele ressalva que implementou no estado da Guanabara, ao criar as Administrações Regionais. Argumenta que a descentralização valorizava o trabalho do servidor público. Defende a descentralização da Previdência Social, deixando a parte assistencial para os sindicatos, enquanto a Previdência seria responsável pelas aposentadorias e pensões.</p> <p><i>Faixa 2</i> Conferência do Governador Carlos Lacerda no Círculo Operário de Botucatu Lacerda responde a uma pergunta dizendo que não escreveu uma carta se desculpando, o que poderia ter feito, porque o homem público só se engrandece ao pedir desculpas. Afirma que escreveu ao presidente Castelo Branco porque havia escrito duas cartas antes criticando seus ministros e o presidente havia retrucado, dizendo que uma crítica a seu ministro era uma crítica a ele. Lacerda respondeu que não o incluía nas críticas, porque as suas intenções eram boas e ele era um homem de bem, mas se ele considerava que as críticas colocavam em risco a “Revolução”, ele se calaria. Salaria que não queria dar uma oportunidade para os inimigos do povo se aproveitarem da divergência. Menciona o caso Mauro Borges e concorda que a maneira como ele foi conduzido abalou a imagem da “Revolução” perante a população brasileira. Afirma que se era para intervir, a intervenção deveria ter sido feita imediatamente. Ressalta que os jornais publicaram matéria paga, ao escreverem sobre o caso, transformando o governador em herói. Considera que as leis deveriam servir à pátria e não o contrário, e alerta que para isso existia o Poder Legislativo, para modificar as leis quando necessário. Defende a aposentadoria de boa parte dos membros do STF e que a Assembleia de Goiás desistisse de votar a perda do mandato do governador Mauro Borges.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.011 1. Assuntos 1.1 Faixa 1 Reunião com a Irmandade Nossa	F1: 15 min F2: 55 min	F1: 02/10/1965 Obs: Fita com defeito a partir dos 18:40min	<i>Faixa 1</i> Reunião com a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, no Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda recebe flores de uma criança em agradecimento por tudo o que vinha fazendo pelo estado. Discorre sobre o



Senhora da Conceição no Palácio Guanabara			
1.2 Faixa 2 Jantar Promovido pelo BEG para Comemorar os Resultados do Banco no Primeiro Semestre e Homenagear o Governador Carlos Lacerda			
2. Temas			
21. Faixa 1 Cessão de terreno pelo estado para construção de igreja			
2.2 Faixa 2 Resultados do BEG, prestígio do BEG, autonomia administrativa			<p>termo de cessão com encargos de um terreno na travessa Marieta, para a construção da igreja Nossa Senhora da Conceição, no largo do Catumbi. O presidente da Irmandade fala que aquele dia tinha um significado emocional e moral que comovia e sensibilizava a sua irmandade. Agradece a cessão do terreno pelo governo do estado para a construção da nova igreja. Faz elogios ao governador. Lembra que disse a Lacerda que a construção de uma igreja era importante no combate ao comunismo no Brasil. Narra o processo de mudança para uma sede provisória, antes da mudança para a sede que estava sendo inaugurada. Elogia a equipe do governo por sua dedicação em resolver o problema da irmandade. Agradece mais uma vez ao governo do estado. Menciona que no local da antiga igreja, passava a canalização do rio Papa Couve e as pistas de acesso ao túnel Santa Bárbara. Considera que a solução foi satisfatória para os dois lados.</p>
			<p><i>Faixa 2</i> Jantar Promovido pelo BEG para Comemorar os Resultados do Banco no Primeiro Semestre e Homenagear o Governador Carlos Lacerda Ernani Duarte Barreto, funcionário do BEG, elogia a diretoria do banco. Comemora a boa liquidez do banco do estado. Afirma que os bons resultados alcançados pelo banco também se deviam à administração do governador Carlos Lacerda. Em nome de todos os funcionários do banco, saúda o governador do estado. Darío de Almeida Magalhães, ex-presidente do BEG, fala que se sentia honrado por falar naquela cerimônia. Relata os oito meses em que ficou à frente do banco, período que considerou uma admirável experiência. Elogia a recuperação do prestígio do banco e todos os presidentes do banco na administração do governador Carlos Lacerda. Destaca que o BEG era um exemplo de que a virtude compensa. Comenta que não houve mudança de funcionários, que houve um capital novo de trabalho, moralidade e responsabilidade. Discorre sobre o recrutamento dos membros da direção do banco, afirmando que não havia influências políticas nas nomeações e que o governador sempre respeitou a autonomia administrativa da instituição. Fita com defeito a partir dos 18:40 .</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.012</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador Lacerda na Faculdade de Direito de Bauru</p> <p>1.2 Faixa 2 Governador Lacerda na</p>	<p>F 1: 60 min F 2: 18 min F 3: 20 min 3a) 15min 3b) 5min</p>	<p>F1: 08/06/1963 F2: 08/06/1963 F3a: 1962/1964 F3b: s/d</p>	<p><i>Faixa 1</i> Governador Lacerda na Faculdade de Direito de Bauru O governador Carlos Lacerda agradece o convite e espera ter a honra de conferir suas ideias com o povo de Bauru. Diz que lutou pela liberdade de ensino, que como deputado se esforçou pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. Afirma que queria limitar a sua palestra a alguns temas, como as origens da crise pela qual o país</p>



Faculdade de Direito de Bauru

1.3.1 Faixa 3a

Raul Brunini Faz Discurso de Posse na Presidência da Assembleia Legislativa.

1.3.2 Faixa 3b

Programa de Rádio: Dois apresentadores falam sobre música

2. Temas

2.1. Faixa 1

Lei de Diretrizes e Bases, crise, problema social, eleitorado obediente, coronelismo, Revolução de 1930, caudilhismo, ditadura, marxismo, hegelianismo, satélite do comunismo, liberdade, progresso

2.2 Faixa 2

Reforma agrária, Ministério da Agricultura, UNE, comunistas, liberdade, transporte marítimo, crises

2.3.1 Faixa 3a

Elogios a Carlos Lacerda, udenismo, defesa do governo

2.3.2 Faixa 3b

Discussão sobre Música

passava e a verdadeira natureza do problema social que o Brasil enfrentava. Conta que o Brasil saiu da monocultura e da escravidão como uma nação grande em território, mas pequena em população e menor ainda em capacidade de produção e consumo. Explica que até 1941 o número de consumidores de eletrodomésticos no Brasil não passava de 7 milhões, enquanto a população já estava em torno de 50 milhões. Considera que o Brasil tinha uma virtude, porque alguns homens representavam a todos, procurando honrar esta representação. Comenta que alguns se elegiam deputados pelos seus estados sem precisar voltar a eles para fazer campanha. Cita os exemplos de Gilberto Amado, Afrânio Peixoto, Humberto de Campos. Comenta que os coronéis elegiam os intelectuais através do seu eleitorado obediente. Lacerda fala que a Revolução de 1930 foi resultado de um amadurecimento do país e fala de novidades implantadas como o voto secreto, o voto feminino, a formação dos sindicatos de empregados e empregadores. Menciona que a população começou a dar um grande impulso de crescimento, mas que no momento em que o direito de voto foi ampliado houve um impulso da industrialização, os trabalhadores tiveram liberdade para se organizar, a lavoura diversificou a sua produção. Chama a atenção para o fato de que, entretanto, o impulso inovador da Revolução se transformou em um instrumento de uma ambição personalista, caudilhesca, de uma ditadura que se implantou no país. Diz que São Paulo teve que fazer a Revolução de 32 para acordar o Brasil. Depois, Lacerda conta que foi preciso oficializar a ditadura em 1937 e importar uma Constituição. Lacerda diz que nas universidades, nas cidades, nos campos começou uma conspiração pelo retorno do direito do povo de votar e o retorno a uma Constituição votada pelos representantes eleitos. Acha que a Constituição deveria ser preservada para evitar que o caudilhismo voltasse a comandar o país. Discorre sobre a aproximação das ditaduras sul-americanas com a Alemanha nazista. Relata que quando Paris foi invadida e tomada pela Alemanha, no Brasil, os representantes da ditadura, a bordo do navio de guerra Minas Gerais, diziam que a invasão de Paris marcava o início de uma nova era, que iria remover o entulho das ideias mortas. Conta que depois da Segunda Guerra Mundial começou-se a valorizar as ideias de Karl Marx. Lacerda considera que o marxismo foi inspirado pelo hegelianismo, que foi o pai filosófico do nazismo e a mãe filosófica do comunismo. Diz que o comunismo jamais prosperou nas nações adiantadas, esclarecidas, e foi triunfar na Rússia, país de imenso analfabetismo, que nunca conheceu a liberdade. Explica que Marx previa



que o comunismo seria implantado na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, mas só na Rússia o comunismo prosperou. Afirma que o Brasil precisava acordar para não se transformar em um satélite do comunismo. Acredita que não havia mais necessidade da revolução social proposta por Marx, que as nações socialistas estavam realizando os ideais do socialismo de maneira mais rápida do que os países comunistas. Conta que as nações comunistas não conseguiram sequer alimentar seu povo e que o Brasil nunca precisou de ditadura para progredir. Atribui os avanços que ocorreram no país à liberdade de trabalho, à liberdade econômica. Lacerda pergunta se São Paulo alguma vez precisou sacrificar a sua liberdade para comandar o progresso do país. Afirma que foi o contrário, a liberdade era que tinha proporcionado as condições para que São Paulo se desenvolvesse. Lacerda vê o fantasma do caudilhismo no Brasil, que, de acordo com ele, ia buscar na Rússia a sua inspiração. Critica a ideia de reforma da Constituição. Lacerda diz que se falava então que o Congresso não representava o povo, mas sim os interesses econômicos e lembra que em 1937 se dizia que o fechamento do Congresso iria acabar com os intermediários entre o povo e o governo. Defende a democracia, apesar de todos os seus problemas. Critica o sofisma de que não adianta ter liberdade se não há pão para comer. Afirma que a falta de liberdade não dava pão a ninguém.

Faixa 2

Governador Lacerda na Faculdade de Direito de Bauru

Carlos Lacerda diz que não existe progresso social sem liberdade. Salienta que não poderia haver reforma agrária em um país que destinava apenas 5% do orçamento para o Ministério da Agricultura. Conta que havia dois anos que o Brasil passava por sucessivas crises. Critica a falta de utilização do transporte marítimo e os governantes brasileiros nos últimos 30 anos. Acha que o país cresceu apesar dos seus governantes e não por causa deles. Critica a existência da indústria da seca no Nordeste. Mais uma vez, faz críticas aos comunistas, menciona que eles tinham dominado a UNE e que não podiam dominar o Brasil. Complementa dizendo que mesmo sendo minoria os comunistas precisavam ser combatidos, que o Exército não poderia tolerar comunistas em suas fileiras. Alerta que os governadores não deveriam se comportar como interventores e não deveriam depender de esmolas do Banco do Brasil, que eles precisavam se comportar como homens. Lacerda fala que não se importava de ser chamado de reacionário, porque nunca tinha apoiado uma ditadura no Brasil. Coloca-se como



			<p>um arauto, um defensor da liberdade. Salaria que era preciso realizar a justiça social sem quebrar a Justiça. Considera que o Poder Executivo precisava conviver em harmonia com o Poder Legislativo e com o Judiciário.</p> <p><i>Faixa 3a</i> Raul Brunini Faz o Discurso de Posse na Presidência da Assembleia Legislativa. Elogia o governador Carlos Lacerda. Diz se sentir feliz por ser um udenista. Promete defender o governo sem perder a tranquilidade, como foi aconselhado pelo governador. Agradece a presença de todos.</p> <p><i>Faixa 3b</i> Programa de Rádio: Dois apresentadores falam sobre música</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.013</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Inauguração da Escola Aquino Corrêa, em Copacabana</p> <p>1.2. Governador no Tijuca Tênis Clube</p> <p>1.3 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda na TV Tupi</p> <p>1.4 Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração do Computador Eletrônico</p> <p>1.5 1º ano do Serviço Social no Palácio Guanabara</p> <p>1.6 Posse do Novo Presidente da SURSAN</p> <p>1.7 Faixa 7 Exposição do Governador Lacerda aos Favelados</p> <p>1.8 Faixa 8 Discurso do Governador Carlos Lacerda em Público [talvez em um comício].</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Vida de Dom Aquino Corrêa, favela João Goulart, elementos de conforto, desapropriação, av. Radial Oeste, favela do</p>	<p>F1: 17min F2: 45:58min F3:58:34min F4:10:54min F5:04:03min F6: 12:04min F7: 24:12min F8: 18:04min</p>	<p>F1: 04/03/1962 F2: 25/04/1962 F3: 05/09/1962 F4: 06/12/1962 F5: 26/06/1962 F6: 03/10/1961 F7: 01/06/1962 F8: [1962]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Aquino Corrêa, em Copacabana Pronunciamento do governador Carlos Lacerda com Transmissão da Rádio Roquette Pinto. Carlos Lacerda começa anunciando o secretário de Educação, Flexa Ribeiro, o deputado Raul Brunini, o administrador regional de Copacabana, arquiteto Hélio Mamede, o secretário de Governo, Rafael de Almeida Magalhães, o presidente da Fundação Otávio Mangabeira, Otávio Borghetti, os amigos Raimundo de Brito e Mauro Magalhães, a coordenadora de Educação, a diretora da escola, os pais de alunos e os alunos. Em seu discurso ele informa que a nova escola manteria o nome do antigo centro de recreação que existia no mesmo local. Acrescenta que “não haveria qualquer cabimento em mudar o nome de quem tão bem patrocinava uma escola na Guanabara”. Fala brevemente sobre a vida de Dom Aquino Corrêa, que foi padre aos 17 anos. Morreu como arcebispo de Cuiabá. Além disso, informa que começaram o dia visitando as obras da favela João Goulart, em Santa Teresa. Com cerca de 150 barracos, a favela, através da Fundação Leão XIII, estava recebendo luz, lixeiras, água, ou seja, aquilo que ele chama de “elementos de conforto singelos, mas reais”. Além disso, o governador comunica que foram cessadas as disputas de proprietários, autênticos ou não, por conta das providências tomadas pelo governo para desapropriação da área, assegurando aos moradores da favela tranquilidade para viver em paz. Fala ele também da nova avenida Radial Oeste, entregue no mesmo dia ao público, ligando a praça da Bandeira, rejuvenescida e restaurada, ao subúrbio da Central. Refere-se à praça como “a entrada monumental do caminho dos subúrbios da Central”. Informa que durante 10 anos a obra estava por ser feita, com o projeto pronto, com as verbas preparadas. Mas, segundo</p>



Esqueleto, remoção, enchentes, praça da Bandeira, Catumbi, rio Papa-Couve, construção de escolas, empréstimos alemães,

2.2 Faixa 2

Elogios a Lopo Coelho, vice-governança, reforma da educação, harmonia entre os três poderes, Constituinte, Tijuca: celeiro da juventude carioca, transformação de hospitais em autarquias

2.3 Faixa 3

Missão subversiva, crimes comum, eleitoral e político, Polícia Militar, rebelião, governo do estado, plebiscito, referendo popular, Congresso, Forças Armadas, povo, consciência da miséria, russos, comunistas, bens de consumo, capital imigrante, cortina de ferro, avanço do comunismo, trabalhismo, troca de ministros

2.4 Faixa 4

Secretaria de Finanças, computador eletrônico, modernização da administração, treinamento de equipe, racionalização da administração

Faixa 5

Serviço Social do palácio Guanabara, dedicação das senhoras, Fundação leão XIII, ajuda aos necessitados

Faixa 6

Servidor público, remuneração, técnicos, problema de abastecimento de água, concessão de empréstimos, papel da SURSAN

Faixa 7

melhorias nas favelas, Fundo do trigo, Fundação Otávio Mangabeira, SURSAN, SERFA, Departamento de Habitação Popular, reforma agrária, reacionarismo, migração campo-cidade, leis do inquilinato, restrição de crédito, casas econômicas, Regiões Administrativas, COHAB, Fundação Leão XIII, reforma dos

ele, ninguém tivera confiança de entrar na favela do Esqueleto para então, “sobre ela, rasgando-a de ponta a ponta, abrir uma avenida que comunicasse o subúrbio com a praça da Bandeira”. Ressalta que, dessa forma, conseguiram resolver o problema das enchentes na praça da Bandeira e também o que parecia ser inexpugnável e irreduzível para outros governantes, que foi a remoção, considerada por ele como realizada de forma voluntária, alegre e entusiástica, de cerca de 850 famílias que ali habitavam, na favela do Esqueleto. Menciona que essas famílias passaram a viver no recém-fundado bairro popular Nova Holanda, atrás da favela da Maré, na avenida Brasil, com água, esgoto, luz, aterro, rua e escola. Faz alusão à mais uma obra realizada, que foi a perfuração, debaixo do asfalto da avenida Presidente Vargas, pelos engenheiros do estado, de uma galeria pela qual passaria na semana seguinte, “devidamente contido, canalizado, disciplinado e domado, o rio Papa-Couve, responsável pelas imensas e trágicas inundações do bairro do Catumbi”. Refere-se ao povo do Estado do Rio de Janeiro como um “povo livre, sereno, trabalhador ao mesmo tempo que jovial, mas tão sério que não se deixava dominar nem pelo pânico, nem pela provocação”. E acrescenta: “Um povo que faz da sua serenidade o seu escudo. Um povo que faz da fé a fonte da sua coragem. Um povo que faz da esperança o seu escudo contra a dominação e a tirania. Um povo assim, é um povo que se pode governar com honra. Um povo assim, é um povo ao qual se pode dar alegremente a vida”. Voltando à escola Aquino Corrêa, o governador aproveita a ocasião da sua inauguração para anunciar o programa escolar para Copacabana, nos meses que ainda restavam de 1962 e durante todo o ano de 1963:

- Conclusão das obras da escola dr. Cócio Barcellos, entrando na fase da pintura;
- Intensificação das obras de recuperação da “admirável” escola Marechal Trompovsky;
- Construção, na rua Francisco Otaviano, com colaboração do secretário de Viação, da escola Penedo, em homenagem à cidade alagoana do mesmo nome;
- No Posto 6, junto ao Clube, ao Forte e à igreja, iniciação em pouco tempo, pela Administração Regional, da construção de uma escola primária;
- E a última demão da escola Jorge Pfisterer, a ser inaugurada ainda naquele mês.

Comunica que foram visitar o imenso terreno baldio de propriedade do estado, outrora pertencente à Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, no largo do Machado, onde seria construído o “grande parque da Zona Sul”, em



estatutos, Romeu Loures, Vila Vintém, Vila da Penha, casas populares, Parque da Alegria, Buraco da Lacreia

Faixa 8

Criação do estado da Guanabara, eleição de Juraci Magalhães, transferência da capital, falta de recursos, repercussão no exterior

continuação aos jardins do largo do Machado. Assegura ele que não venderia o terreno para apartamentos e loteamentos. Avisa, ainda, que os imensos galpões, as coberturas imensas das antigas oficinas de bondes seriam então aproveitadas para a construção de campos de esportes para a juventude, para a adolescência carioca. Fala do seu esforço em conseguir o financiamento do governo alemão para remodelação e recuperação da rede hospitalar do estado, dizendo que o governo federal não havia chegado ainda a uma conclusão com a missão alemã de apoio às regiões em desenvolvimento. Fala da recusa do Brasil em receber 200 milhões de marcos, a serem pagos no prazo de 30 anos, a juros de 3% ao ano. Fala do empréstimo de 10 milhões de marcos pleiteados pela Guanabara, pois era o único estado com projeto inteiramente completo de remodelação de sua rede hospitalar, guardados nas gavetas do Itamaraty, com as autoridades federais, pela impossibilidade de se chegar a um acordo com os que queriam ajudar o Brasil a desenvolver-se e a crescer. Informa que o orçamento de 1963 já tinha sido enviado à Assembleia Legislativa e que tudo seria aplicado, pelo governo, em investimentos. Parte dos 32 bilhões de Cruzeiros seria destinada à construção do novo pavilhão do hospital que então servia à toda Zona Sul: “o diligente, o dedicado, ainda que arruinado, hospital Miguel Couto”. Ele, como ex-estudante de escola pública e pai de filhos estudantes de escolas da Guanabara, faz alusão a “críticas levianas, ignorantes” formuladas a esmo contra a qualidade de ensino das escolas da Guanabara. E conclui: “As professoras da Guanabara, o magistério da Guanabara não estão sujeitos ao julgamento de analfabetos só porque eles tenham diplomas, obtidos sabe Deus como, em escolas sabe Deus de quê”. Ainda sobre as professoras, discursa o governador: “As professoras da Guanabara estão acima de qualquer crítica apressada dos que não nos conhecem, dos que não conhecem o esforço deste povo, dos que talvez não saibam dirigir-se, orientar-se na cidade, pois só conhecem algumas boates da praia de Copacabana, e não sei se outras, se houver alguma, na Zona Norte”. Porém, não conhecem nunca uma oficina, uma escola, um local de trabalho, nunca sequer um lar organizado de uma família decente. Ele aproveita para agradecer às professoras, às mães, aos pais e às crianças “do seu estado” que souberam esperar pela conclusão das obras, “que nada têm de improvisado”.

Faixa 2

Governador no Tijuca Tênis Clube

Trata-se de uma solenidade em homenagem aos três poderes do estado da Guanabara. Carlos



Lacerda começa o discurso: “Minhas senhoras, meus patrícios e amigos” e fala sobre como era governar a Guanabara, cuja cidade era a mais politizada do Brasil. Refere-se à Tijuca como “valorosa”, de “povo vanguardeiro”. Sobre os três poderes diz que, embora divididos, não se fracionaram. Comenta que estava presente também, ao lado do governador, “a figura singular de magistrado, jurista e cidadão que é o desembargador Oscar Tenório”. Carlos Lacerda faz alusão ao chefe do Legislativo, deputado Lopo Coelho, capaz de, ao mesmo tempo, ser fiel aos partidos e pairar acima e além deles, sendo “uma expressão legítima da consciência democrática carioca”. Durante o discurso, Carlos Lacerda informa que não precisavam pregar reformas de base, pois estas já estavam sendo feitas pela escola. Acrescenta que “não há reforma de base que prevaleça onde os filhos do povo não possam aprender a governar-se; e não há democracia onde a escola não seja tão banal, tão cotidiana, tão encontradiça, tão ao alcance das mães e das mãos dos que a procuram”. Comunica que o Rio de Janeiro estava na vanguarda do Brasil no movimento pela reforma da educação. Refere-se ao Rio de Janeiro como uma cidade que se recusava ao desânimo e ao desalento, que confiava no seu futuro e que preparava o futuro de seu país. E vai além: “Uma cidade assim tem de ser governada por homens capazes de serem eles próprios o vivo testemunho e o cotidiano exemplo de seus governados. Para que eles se orgulhem dele”. Explica que não pôs um vintém dos cofres públicos em sua campanha e não desviou nunca um vintém dos impostos para a campanha de ninguém. Fez campanhas com a mais rigorosa honradez. Lacerda menciona Hugo Ramos Filho, o deputado Raul Brunini, o promotor Rafael Carneiro da Rocha, Edson Guimarães e Geraldo Ferraz. E afirma que naquele momento a Tijuca celebrava a glória dos três poderes da Guanabara. Lembra, ainda, que na data do evento seria mais um aniversário de Pedro Ernesto. Ele fala de brigas políticas e ideológicas e diz que o maior prejudicado por uma eventual ‘rinha de galos’ era o povo, que via ser consumido o dinheiro dos impostos. Carlos Lacerda, ao longo de seu discurso, exalta a figura do deputado Lopo Coelho, que, segundo ele, presidiu a Constituinte do estado, não permitindo que a Assembleia degenerasse em Câmara de Vereadores. E com a criação do cargo de vice-governador, Carlos Lacerda anuncia como seu ocupante, Lopo Coelho, informando que ele assim já o era virtualmente, pelo seu papel na política do Estado. Fala da necessidade de se ter um senador em Brasília, que defendesse os interesses da Guanabara, como a sua autonomia. Para tal, ele anuncia Juraci



Magalhães, como a voz que fora respeitada pelo Senado por 8 anos. Informa que fora buscá-lo de propósito na Bahia, porque se apresentava como “o homem capaz de romper o cerco que se armou em torno da Guanabara”. Voltando a falar de Lopo Coelho, o governador comunica ser ele seu eventual substituto no governo da Guanabara. Comenta que era preciso tê-lo na vice-governança para que o governador pudesse dormir tranquilo as poucas horas de que dispunha para dormir. Exalta outra figura também, afirmando que feliz era o povo, feliz era o estado que podia oferecer ao Senado, como suplente de Juraci Magalhães, em caso de qualquer impedimento do senador efetivo, “um homem com pinta de governador”, o tijucano Hélio Beltrão. Ele, ao longo do discurso, vai exaltando a lealdade de seus pares no governo e sempre denunciando e condenando atos de traição política. Afirma que a cidade do Rio Janeiro não brincava em serviço, gostava de brincar no carnaval, mas não fazia carnaval nos outros dias do ano. Ele vai além: “Nem muito menos confunde dia de carnaval com dia de eleição: não elege palhaço!” Em sua exaltação a Lopo Coelho ele afirma: “dei-me um gaúcho como os gaúchos de verdade são. Não os de mentira, não os de fancaria, não os de presepada, não os de fantasia, não os de molecagem, não os de brincadeira, não os de disfarce, não os de sábado da Aleluia. Dei-me um gaúcho capaz de honrar o Rio Grande do Sul. Dei-me um gaúcho como o meu avô gaúcho. Dei-me um gaúcho de verdade, um gaúcho de palavra, um gaúcho de honra, um gaúcho de lei, um gaúcho de legalidade, mas não apenas quando beneficia a própria família e sim quando beneficia a imensa família do povo brasileiro. Um gaúcho como Lopo Coelho”. Sobre os projetos que então tramitavam na Assembleia, Carlos Lacerda fala da disponibilidade do crédito para começar a construção do metrô e completar para a Tijuca os ônibus elétricos e outros melhoramentos. Fala também do projeto que estava tramitando na Assembleia à espera de maioria sólida para votá-lo, afim de transformar os hospitais em autarquias, para que eles pudessem ressurgir e realmente serem reconstruídos, para sobreviverem à miséria e à paralisia que os estavam liquidando. E sobre a capacidade dos homens de seu governo de decidir sobre os projetos, ele fala: “Não tenho medo do homem capaz. Tenho medo do incapaz, disfarçado de sabichão. Tenho medo do que esconde atrás de uma falsa austeridade a sua incapacidade de decidir, de discernir, de optar e de escolher. (...) Dêem-me homens capazes de escolher, pois eu não tenho medo das escolhas que devem fazer”. Ele exalta os projetos, afirmando que eles podiam ser aperfeiçoados, mas nunca



subestimados. Comenta que quem votava contra os projetos, assim procedia porque sabia que uma vez aprovados nunca mais ladrão nenhum governaria a cidade do Rio de Janeiro. Continua, afirmando que: “Somos, na nossa sacrossanta liberdade, a maioria indestrutível (...) Que não teme os comunistas às claras, porque os sabem incapazes de travar uma luta às claras. Mas teme, sim, aqueles embaçados, que falam em reforma e pensam em revolução; que falam em união e tramam a desagregação; que falam em federação e conspiram a intervenção”. Acrescenta que o discurso havia de ser na Tijuca, “estuário da história cívica do Rio de Janeiro”; e havia de ser no Tijuca Tênis Clube, “celeiro da juventude carioca”. Ele acrescenta: “Havia de ser nesse povo de jovens, nesse povo de adolescentes. (...) Nesse povo, portanto, que tem os ímpetos da mocidade e dela os entusiasmos e o puro idealismo da devoção à pátria e à liberdade”. Informa que o governo da Guanabara abria mão do seu direito legal de nomear pessoas dignas para exercer os cartórios, com o objetivo de transformar os cartórios em matéria de concurso público, na carreira do serventuário de Justiça. E, no fim do discurso, ele volta a exaltar Lopo Coelho. O governador fala que a Guanabara era o estado em que os poderes eram realmente independentes, mas não indiferentes um para com os outros, e que por isso mesmo quando era necessário deixava o estado nas mãos do presidente da Assembleia, sendo justamente por isso que ele promovia a vice-governador de direito quem já era vice-governador de fato: o homem de sua extrema confiança, o deputado Lopo Coelho.

Faixa 3

Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda na TV Tupi

Carlos Lacerda fala sobre a democracia e da necessidade de que nela as pessoas pensassem em voz alta. Menciona que tinha uma boa notícia para dar, que consistia em dizer, com alegria, que as coisas estavam melhorando, não no setor econômico, que ia mal, não no administrativo, também. Diz que havia peleguismo oficial, pois políticos não tinham o poder que queriam ter. Destaca que parecia que os ‘agitados’ estavam se ‘agitando’ menos. Carlos Lacerda conta que ouviu o procurador da Justiça do Estado, doutor Cordeiro Guerra, considerado por ele “jovem e competente jurista”. Conta que o governador do Rio Grande do Sul, que se encontrava então no Rio de Janeiro em missão subversiva, era acusado de praticar vários crimes: um comum, um eleitoral e um político, de acordo com as leis vigentes no país. Lacerda ouviu a opinião do doutor Cordeiro Guerra que lhe disse que pelo crime



eleitoral o referido governador deveria responder perante a Justiça Eleitoral. Pelos crimes político e comum, entendiam o procurador e o governo do estado, que a matéria era competente à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça do mesmo estado, respectivamente. Carlos Lacerda afirma ter tido alívio com esta opinião, pois repugnava-lhe fazer de vítima o algoz e de mártir o carrasco. Além do mais, acrescenta, ninguém melhor para julgar do que aqueles que diretamente sofriam com os efeitos de um mau governo. A missão subversiva, aludida por Carlos Lacerda, consistia em recomendar à polícia da Guanabara que se rebelasse contra o governo do estado. Isso, segundo Carlos Lacerda, era “vergonhoso e escandaloso”, e diz à população, no pronunciamento: “confio a minha vida e a segurança da população à Polícia Militar do Estado da Guanabara. Podem fazer-lhe os apelos subversivos que quiserem. A polícia é fiel ao seu dever”. E, então, dá como encerrado o episódio. Mudando de assunto, Carlos Lacerda fala sobre o texto do famoso plebiscito e do compromisso assumido pelos parlamentares. Comenta que a impressão que tinha crescido na opinião pública, pelas insinuações de coação, era que os líderes em Brasília tinham resolvido dar o plebiscito ‘já-já’, o que era uma fantasia, segundo Lacerda. O que existia de real no texto aprovado, lembra ele, era o sistema de governo instituído pelo Ato Institucional ou o que resultasse da reforma constitucional, de acordo com a emenda que seria submetida a referendo popular, até 15 de abril do ano seguinte, na primeira hipótese, ou ao se completar 60 dias da promulgação da reforma, na segunda hipótese. Carlos Lacerda analisa então o texto, esclarecendo suas minúcias à população. O governo instituído pelo Ato Institucional tratava do sistema parlamentar votado em agosto do ano anterior pela Câmara; o que resultasse da reforma constitucional, de acordo com a emenda, tratava-se do Ato Institucional modificado com o que por acaso fosse votado na Câmara. Um, ou outro, seria submetido ao referendo popular até 15 de abril de 1963 e, no caso de haver reforma no Ato Institucional, ou seja, algumas modificações, qualquer chamada ao povo se daria no prazo de até 60 dias, a contar da promulgação da reforma. Ele termina dizendo: “Este é o compromisso dos líderes!” Carlos Lacerda alude ao fato de que provavelmente haveria quorum para tomar uma deliberação sobre a matéria e que seria vergonhoso para o Congresso se a matéria fosse resolvida pela ausência. Afirma ele que nem o presidente e nem os ministros compareceriam, pois a administração estava parada. Se os deputados não comparecessem estariam no seu direito e nada ia acontecer à Câmara, nenhuma



violação à Constituição. Carlos Lacerda fala sobre seu ponto de vista a respeito do que define como a pátria comandada pela força irracional e teleguiada, a partir da conspiração dos militares. Para ele, as Forças Armadas eram a expressão legítima da nação em armas e trair-se-iam a si mesmas no dia em que consentissem que alguns de seus homens transviados usassem as armas contra a nação. Carlos Lacerda salienta que não acreditava na democracia fora da inteligência. Diz ele: “Não basta povo para que haja democracia. É preciso que haja povo livre, consciente e capaz e decidido a usar a cabeça!” Destaca que havia povo na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini e na Argentina de Perón. Mas ele era usado como matéria-prima da tirania. Ele pergunta se havia mais miséria no Brasil naquele momento do que havia antes. E responde que a rigor, não. Havia sim, para ele, que considerava, inclusive, que seria bom que houvesse, mesmo, maior consciência da miséria que existia. Uma inconformidade com a pobreza, necessária inconformidade, que para ele era um legítimo e desejável descontentamento da população. A que se devia isto? Pergunta ele. Responde que o que havia realmente era uma coisa sobre a qual muitos brasileiros ainda não tinham refletido. O que ele propunha, em plena eleição, era: ao invés de falar de promessas eleitorais, falar de ideias, de princípios. Uma eleição sem ideias para ele não era uma eleição, era uma esterilização. Acrescenta que os elementos de comunicação deram ao povo a ideia do que ele poderia ter e ainda não tinha! Carlos Lacerda alfineta os comunistas neste momento do pronunciamento: “Então, enquanto o russo ouve o rádio de uma só estação; enquanto o russo lê o jornal de um partido só; enquanto o russo vai à escola de uma professora de uma só ideia; enquanto, em suma, em vez do jogo livre e fecundo das ideias, o comunista crava ou joga a terrível paciência da ideia só, da ideia fixa, os brasileiros, na sua imensa maioria, viram que a vida lhes oferece muito mais do que ele pode no momento possuir. Então, aspira, então deseja, então reclama, então reivindica, então pretende. Que boa pretensão, que boa reivindicação...”. Ele se refere aos elementos de progresso humano e social que a revolução democrática americana oferecia ao mundo, como os bens de consumo – geladeira, automóvel, torradeira elétrica, o livro barato. E acrescenta: “Tudo isso que o povo americano tem e o que aspira o povo brasileiro. Então, é bom que seja assim; é ótimo que seja assim. Contanto que não nos deixemos deformar por uma espécie de inveja, por uma espécie de despeito”. Ele afirma que o americano estava para João Goulart como o judeu estava para Hitler, ou seja, um bode expiatório, pois o presidente não conseguia fazer



o que prometera, porque não sabia fazer. E, no lugar do nada, punha-se alguma coisa, que era o ressentimento, a frustração... Carlos Lacerda fala sobre o desenvolvimento do país aliado ao capital estrangeiro. A respeito de João Goulart, Carlos Lacerda diz que quando ele assumiu a Presidência da República, na condição de vice-presidente, não disse o que era capaz de fazer pelo país, mas sim o que o americano deixava de fazer pelo país. E acrescenta: "Ora, não elegemos americano para presidente da República, que eu saiba!". E afirma que era ao Jango que o povo brasileiro deveria cobrar. Não a um 'Mr. Brown' qualquer. Entretanto, ele considera importante para o desenvolvimento do país a vinda do capital imigrante junto com o imigrante. Ele lembra que na história recente do Brasil o que tinha ocorrido era que nós tínhamos aprendido a técnica do capital com os gringos e depois os 'dispensáramos', fazendo de alguns deles amigos, de outros não. E o que se dizia, continua ele, era que surgira a indústria nacional. Ele, então, afirma: "Não há nacionalismo sólido. Não há nacionalismo verdadeiro que não seja fundado, sobretudo, na convicção da interdependência das nações". E se não fosse assim, ele pergunta, onde iríamos buscar o capital para aumentar rapidamente o ritmo de desenvolvimento do país? Ressalta que o presidente não poderia ignorar que já havia uma série de firmas no Brasil, cujo negócio afinal consistia em simular negócios com a cortina de ferro. Sem fazer um jogo cambial, muita gente lucrava. Menos o povo brasileiro! Lacerda diz não temer ir ao palácio Laranjeiras dizer o nome dos amigos do presidente da República que participavam deste tipo de comércio. Carlos Lacerda prossegue considerando o comunismo base ilegítima para o desenvolvimento de qualquer nação, no que diz respeito à autonomia e à dignidade nacional. Comenta que a última área do mundo à disposição da Rússia era a América do Sul, sendo o Brasil a chave de controle do continente. Conta que mesmo na África, os países menores e mais jovens que o Brasil, dos mais modestos estadistas, estavam já se federando, afastando a esperança comunista que rondava o continente, porque os estadistas tinham mais senso do que os homens que governavam o Brasil. Menciona que isso era uma humilhação para o país, resultante da ação dos homens que estavam levando a nação à agonia e à decadência, o que exigia uma tomada de posição dos homens de consciência. Carlos Lacerda fala do avanço do comunismo russo pela Europa, Ásia e África e suas dificuldades diante de outras forças políticas. Atribui a entrada do comunismo na América à nova esperança comunista, ao Fidel Castro, que ele considera um traidor. Carlos Lacerda acusa João



Goulart de trair a pátria e o adjetiva de enriquecido, farto e corrupto, ao se encher indevidamente de créditos indevidos do Banco do Brasil, além de receber tudo o que jamais merecera e roubar do trabalhador o próprio nome, ao se intitular trabalhista sem o ser. Ao longo do pronunciamento, pede ao governo que trabalhe, já que se julgava trabalhista, e desse ao povo o exemplo, em vez do convite ao desespero. De acordo com Lacerda, Jango já estava havia mais de um ano na presidência e ainda não fora vista a sua 'estreia' como trabalhador, como governante maior do país. E o chama a trabalhar, porque já era tempo. Destaca que os ministros entravam e saíam e ninguém mais sabia quem tinha entrado ou saído, pois entrando ou saindo era a mesma coisa, já que eles não eram, não estavam, não existiam. Para Carlos Lacerda, a nação só não tinha parado porque o povo não parou, era o povo que trabalhava. Acrescenta que a administração federal não existia, que João Goulart era respeitável para Lacerda apenas pelo cargo que exercia, ou que se incumbira de exercer. E, no fim da fita, ele conclama o povo a exigir eleição, para que nela se pudesse votar pela República, pelo futuro e pela pátria.

Faixa 4

Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração do Computador Eletrônico, em 06 de dezembro de 1962.

Lacerda começa o discurso apresentando o caro amigo e companheiro professor Mário Lourenço Fernandes. Segue apresentando os secretários de estado, deputados, presidentes de companhias e autarquias do estado, presidente do Banco do Estado da Guanabara, diretores de serviços e departamentos, funcionários e servidores do estado, muito especialmente da Secretaria de Finanças, presentes ao evento. A cerimônia marca o início da operação das máquinas, o que implicaria a redução pela metade do prazo de emissão dos papéis que habilitavam o estado a receber os tributos, que eram devidos pela comunidade à comunidade. E com a entrada do segundo equipamento, reduzir-se-ia a um quarto o prazo até então exigido para as referidas operações. O governador fala da importância da melhoria das condições de funcionamento da máquina administrativa do estado da Guanabara. Afirma que o estado da Guanabara tinha a honra de ser a primeira entidade pública do Brasil - pois até então somente as entidades privadas desfrutavam dessa situação - , que formara seus próprios técnicos para operar essas máquinas. Ele acrescenta que na União e nos estados havia poucas dessas máquinas e que eles tinham de recorrer aos fornecedores delas para operá-las. Na Guanabara, em contrapartida, a Secretaria de



Finanças tinha formado seus próprios técnicos. Por essa razão, a Guanabara tinha dado um passo à frente com a utilização da eletrônica na racionalização do trabalho e da competência e inteligência para o melhor aproveitamento do trabalho da máquina. Carlos Lacerda conta, em seu discurso, que o professor Mario Lourenço Fernandes recusou-se a indicar os técnicos que foram formados, sendo dever do governador, no momento do discurso, nomear para exercer a função para a qual se prepararam. A recusa devia-se ao fato de que entre os 10 técnicos figurava um filho seu. O governador afirma compreender o escrúpulo do professor, mas quer que ele entenda o dele também. Acrescenta que se trata de um caso de orgulho legítimo, pois o filho do professor, integrante da equipe, tinha tirado o primeiro lugar no curso. O governador mostra-se feliz com a tarefa desempenhada pela Secretaria de Finanças da Guanabara, que ele considera como extraordinária. Ele diz que aprendeu a respeitá-la na competência de sua gente. Lembrou de uma “humilde colaboradora” da Secretaria, que foi sua mãe – por muitos anos funcionária, mas já aposentada. Lacerda conta que vinha, então, há muitos anos acompanhando a modernização dos métodos de trabalho da Secretaria, em meio à desordem e à ausência de planejamento e, sobretudo, à falta de sequência e consequência da administração pública do antigo Distrito Federal, na estreita dependência em que ela se encontrava dos azares e caprichos de uma política federal não vinculada às necessidades da população carioca. Carlos Lacerda considera que a modernização trazida com as máquinas, de maneira a que se pudesse ter maior controle sobre a arrecadação tributária da Guanabara, era uma das etapas para que se alcançasse um objetivo maior: a justiça tributária, a fim de que alguns não pagassem pelos que deixaram de pagar. O intuito, segundo Lacerda, era humanizar a política tributária do estado, distribuindo proporcionalmente o encargo dos tributos. A justiça tributária seria, portanto, a primeira consequência dessa racionalização. Carlos Lacerda saúda o Secretário de Finanças, professor Mário Lourenço Fernandes.

Faixa 5

1º ano do Serviço Social no Palácio Guanabara
O governador começa dizendo ser a celebração do esforço feito no governo por quem já tanto se esforçava fora dele. Ele agradece e acrescenta que passaria a vida inteira a agradecer ao grupo de senhoras, que de maneira discreta e eficaz, vinham dedicando suas horas e seus dias ao bem do próximo. Diz que muitas dificuldades poderiam ser atenuadas quando entrasse em funcionamento a loteria do estado, que deixaria uma verba mais substancial para esse tipo de



ajuda, cada vez mais entrosada com as ações da Fundação Leão XIII, órgão do estado de assistência às favelas. Dentre as senhoras às quais ele se refere destaca a D. Hermínia, figura de “feliz e rara combinação de uma pessoa que se dedica com a maior modéstia – com insistente modéstia – ao bem do próximo e que ao mesmo tempo compreende quanto é necessário que a comunidade acorra em socorro do estado tanto quanto o estado em favor dela, para dessa feliz e harmoniosa combinação alguma coisa resultar de útil a todos”. Carlos Lacerda encerra dizendo que não podia governar sem as senhoras do Serviço Social do Palácio Guanabara.

Faixa 6

Posse do Novo Presidente da SURSAN

Ele começa o discurso anunciando os senhores secretários de Estado, os deputados, as autoridades e os senhores presentes. De acordo com suas palavras, coincidia a posse da nova presidência com o momento em que o governo do estado cumpria um de seus mais gratos compromissos e galgava um degrau decisivo para a conquista da consolidação da situação de estado autônomo na federação brasileira. Segundo ele, “graças aos estudos procedidos na Secretaria de Administração tornou-se possível ao governo do estado associar os servidores do estado ao êxito da administração pública”. O governador fala do custo de vida, da remuneração, da hierarquia dos vencimentos do servidor público. E também da necessidade de dar ao titular do diploma universitário a categoria que ele precisava ter, não apenas em relação ao conjunto dos servidores, que seria pouco dizer, mas em relação a si próprio e às responsabilidades que seu diploma lhe conferia nos quadros do servidor público. Ressalta que era motivo de excepcional orgulho e alto grau de satisfação conferir ao engenheiro, assim como ao médico, e demais portadores de diplomas universitários do estado, “o grau de apreço e consideração que o estado lhes deve para que eles possam dar à população o que ela tem por direito”. Carlos Lacerda diz que o estado estava ajustando os vencimentos de seus engenheiros, e muito mais do que isso, estava se impondo um sacrifício para dar ao engenheiro aquele mínimo a que ele fazia jus, a fim de que o estado pudesse dele receber o máximo que a população tinha o direito de receber de seus servidores. O governador promete que praticamente iria triplicar o vencimento inicial dos portadores de diploma universitário no estado. E pergunta, em seguida respondendo: “É um risco? Sem dúvida! Mas é um risco calculado”. E diz que o governo do Estado assumiria esse risco, certo de que o corpo de engenheiros do estado corresponderia cada vez mais a essa demonstração de apreço



profundo, de segura confiança. Em seu discurso, o governador diz que a SURSAN decorreu, em grande parte, de um momento de desânimo dos administradores em relação aos serviços usuais, aos serviços tradicionais da antiga Secretaria de Viação. Segundo ele, a SURSAN pôde libertar-se das contingências que lhe permitiram realizar uma obra que conquistou desde logo o respeito de toda a população da Guanabara. Informa que o órgão tornou-se uma equipe, porque em grande parte captou ou capturou uma considerável parcela da elite dos servidores do estado, técnicos do estado, e recebeu o acervo da formação de homens que tiveram uma escola na sua respectiva especialidade, como era o caso de Enaldo Cravo Peixoto, cuja formação se fez em serviços que não eram propriamente do estado, que completou na luminosa carreira de técnico e administrador e que vinha sendo reiteradamente comprovada à frente do antigo Departamento de Esgoto Sanitário. Carlos Lacerda comenta que a posse de Enaldo Cravo Peixoto na presidência da SURSAN se dava na plenitude da sua carreira de técnico, com uma longa experiência acumulada, na qual o estado confiou, entregando-lhe uma larga responsabilidade. Também cita o assistente de Enaldo Cravo Peixoto, que tomava posse também. Congratula-se com ambos e agradece a presença de todos, passando então a palavra aos empossados na cerimônia. Observação: Aos 07:47min a fita sofre um corte, retornando 4 segundos depois com o locutor falando: "acabaram de ouvir as palavras do engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, presidente da SURSAN. Depois o governador Carlos Lacerda volta a discursar. Explica que os créditos negociados no Banco Interamericano de Desenvolvimento para a ampliação e consolidação do sistema de abastecimento de água e esgoto do Rio de Janeiro dependiam, em larga medida, da atualização não só do serviço como das taxas que por ele se pagava no Rio. Carlos Lacerda lança um dado para os "distraídos" e "desinformados", como ele mesmo define: "enquanto no Rio de Janeiro paga-se 0,50 centavos pela água, em Niterói paga-se 6 Cruzeiros e em Brasília 10 Cruzeiros". Para o governador, essa ideia de se ter um serviço de abastecimento de água com qualidade, sem pagar coisa alguma por esse serviço, não estava mais de pé! O governador fala que o volume de investimentos a se fazer para resolver em definitivo o problema da água no Rio de Janeiro (em definitivo enquanto o tempo vai ajudando a formar novas soluções para novos problemas que se apresentem na cidade) era na ordem de 20 bilhões de Cruzeiros. Acrescenta que tudo o que fosse possível colocar emergencialmente na solução do problema da água o estado estava procurando fazer, e por isto



fora imperativa a transferência do Departamento de Águas para a SURSAN, a fim de tornar possível a concessão de créditos. Com as medidas que estavam sendo implementadas, Carlos Lacerda assegura que em dezembro do então corrente ano o estado conseguiria aliviar grande parte da pressão que a falta de água causava sobre a população. Mas, sobre a solução definitiva, ela viria em 2 anos ou 2 anos e meio (e não em 6 anos, inicialmente previstos) e somente com a concessão do crédito do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Carlos Lacerda fala da escolha de homens a altura de merecerem o crédito e da escolha de órgãos capazes de absorvê-los e empregá-los, como a SURSAN. Ele dá então por encerrada a cerimônia.

Faixa 7

Exposição do Governador Lacerda aos Favelados

Lacerda reconhece que não havia recurso suficiente para resolver, de uma única vez, todos os problemas de todas as favelas. Informa que antes o referido problema era tratado como estando a parte dos problemas da cidade, como se a cidade tivesse sido acometida por uma doença que cabia combater. Os favelados seriam, então, uma espécie de doentes da cidade. O governador fala que entendeu sempre, havia muitos anos, que era preciso tratar o problema das favelas como uma aglomeração de trabalhadores que, em sua imensa maioria, moravam em barracos porque não tinham encontrado ainda recursos, financiamento ou outra forma para poder morar melhor. Não moravam, portanto, em barracos por gosto, mas sim porque não dispunham de outro meio para morar. Acrescenta que as condições de crescimento da cidade, as condições de industrialização sem planejamento e as condições de transportes faziam com que a pessoa preferisse morar mal, mas perto do seu local de trabalho, do que morar igualmente mal, longe de seu local de trabalho. A partir das ideias consideradas como básicas, o governador propõe um estudo em profundidade para poder planejar e evitar improvisos (ou seja, diz ele, botar 'biquinhas' que secam no dia seguinte à eleição, abrindo escolinhas que geralmente fecham no dia seguinte à eleição, e assim por diante). Carlos Lacerda arranca aplausos ao dizer: "Muitas vezes, mais vale um pequeno melhoramento feito hoje do que um grande feito no dia de São Nunca". Para dar aplicação à solução do problema, assegura ele, não bastaria fazer apenas estudos e levantamentos das favelas. Tudo isso era necessário, reconhece, mas recursos e um órgão próprio para dar saída à solução do problema seriam essenciais. Carlos



Lacerda fala da demora na disponibilização dos recursos, mas diz que já estavam a caminho: 2,5% da arrecadação de impostos do estado, por força da Constituição do estado, deveriam ser aplicados nas favelas. Deveriam chegar à ordem de 1 bilhão ou 1 bilhão e pouco de cruzeiros e todo este montante, garante Carlos Lacerda, seria aplicado integralmente nas favelas. Cita outras fontes de recursos, como o 'fundo do trigo', resultante de um acordo entre o governo americano e o governo brasileiro, no qual o trigo importado dos EUA pelo Brasil, em vez de ser pago em cruzeiros ou em dólares, não seria pago imediatamente, e sim em 40 anos, e a parte que iria ser paga seria então aplicada no Brasil, em obras de caráter social e de solidariedade humana; 2 bilhões de cruzeiros que a Guanabara recebera da União, ainda no governo de Jânio Quadros, sendo que estes 650 milhões foram recebidos e estavam sendo aplicados em obras de saneamento básico; 1 bilhão de cruzeiros ainda não recebidos, estavam na última demão, na Comissão Brasileira Americana Federal, que estava examinando os projetos da Guanabara; pedido ao BID (constituído pelos governos de todas as nações do continente) para usar os recursos de todas essas nações, sobretudo as mais ricas, para projetos de interesse social; e o recurso do orçamento federal. Carlos Lacerda conta que esperava que no ano de 1963 as verbas fossem maiores do que as do ano de 1962. Carlos Lacerda chama atenção dos senhores presentes para a necessidade de se ter a consciência de que a Guanabara, cuja população se constituía na maior parte de filhos de outros estados, era o maior mercado em potencial de mão de obra do Brasil. Daí a importância do governo em industrializar o estado e investir em estrutura. Ele fala da importância de se especializar a mão de obra e da importância de evitar que as indústrias saíssem daqui. Dentro deste ponto de vista, ele ressalta que não pretendia fazer coisas monumentais, não aspirava "construir as pirâmides em alguns meses", mas precisava abordar o problema das favelas. Para tal, ele fala da necessidade de se ter um órgão próprio, suficientemente flexível e autônomo, capaz de tomar iniciativas de comprar e lotear terreno, por exemplo, sem depender de toda a máquina burocrática do estado, que era necessariamente lenta. Escolhe, como exemplo, a bem sucedida experiência da Fundação Otávio Mangabeira no âmbito das escolas. Conta que a Fundação estava construindo, em um ano, mais escolas do que a Secretaria de Educação poderia fazer em muito mais tempo. Outra excelente experiência no estado, a que alude Carlos Lacerda, era a experiência da SURSAN, que foi um pouco o resultado de uma confissão de impotência dos



administradores, quando eles chegaram à conclusão de que com a Secretaria de Viação seria impossível fazer obra pública no estado. Carlos Lacerda considera isso um pessimismo e alerta de que com a SURSAN tinha havido menos lentidão do que antes nas obras públicas como, por exemplo, o trabalho de água e esgoto. Carlos Lacerda conta que encontrou no estado dois órgãos responsáveis pelos assuntos relacionados às favelas: o SERFA (Serviço de Recuperação de Favelas) e o Departamento de Habitação Popular. O último mais preocupado com a construção de conjuntos habitacionais para servidores do estado, mas, em todo caso, voltado também para o problema das favelas. E o SERFA voltado para tratar exclusivamente de favelas. A Secretaria de Viação tratava da cidade; a Secretaria de Educação tratava da educação dos filhos do povo; a Secretaria de Saúde tratava da saúde do povo. Quando chegava no favelado... O favelado, não! Ele era um bicho, à parte, tratado por um órgão que só se ocupava de favelado. Carlos Lacerda perguntava-se se a gripe do favelado era diferente da gripe do sujeito que não mora em favela? Por que o filho do favelado era diferente do outro? Neste momento, ele arrancou aplausos dos presentes. Uma lição que Carlos Lacerda conta que aprendeu foi a de que o favelado esperava melhorar de vida e que melhorar a favela para que ela não fosse mais favela era o objetivo. Fala sobre sua oposição a um certo tipo de política que consistia em querer melhorar um pouquinho a favela contanto que os favelados continuassem lá, servindo de viveiro, indo buscá-los somente no dia da eleição, assim como uma pessoa retira um peixe vivo para servir-se num almoço de domingo. A sua ideia era que a favela se comunicasse com o resto da cidade, ainda que houvesse quem considerasse a favela como mancha ou vergonha. Ele diz que considerava a favela um estágio de evolução da cidade, formada por gente que veio do interior e se instalou nas residências. Ele sustenta que quando muita gente falava do problema da reforma agrária, assim o fazia da forma mais reacionária do mundo, mesmo sem saber que assim procediam, chegando até a achar que eram revolucionários. Falar em reforma agrária com o intuito de fazer voltar, da favela para o campo, aquele que um dia se instalou na cidade, em busca de melhores condições de vida, dando-lhe terras, seja na Baixada Fluminense ou em Mato Grosso, diz Lacerda, era um equívoco. Ele lança um desafio de experimentar tirar da favela aquele que no campo nada tinha e que na favela bem ou mal tinha luz, emprego, tinha escola, tinha acesso a uma saúde precária, mas tinha... Arranca aplausos dos presentes. Carlos Lacerda conta que essa era uma exposição que há muito



ele queria fazer, mas optou por não fazer antes da eleição, pois pareceria promessa de candidato. No momento, já no governo, Carlos Lacerda diz que contava com o apoio dos presentes para apenas uma coisa: para ajudá-lo a resolver os problemas deles. Segundo o governador, falar em reforma agrária para se conseguir braços fortes para a lavoura, seria a mesma linguagem utilizada pelos barões do café. Salienta que a lavoura não era uma questão de braço, e sim uma questão de mecanização, de eletricidade, de adubo, de crédito... De acordo com suas palavras “Não é mais questão de colocar uma porção de trabalhadores esfarrapados e famintos”. Ele emenda: “Isso não é reforma agrária, só porque a terra de alguns passou a ser a terra de muitos” (Mais aplausos!). Ele afirma não ser contra a reforma agrária, mas a favor dela. Isto se ela partisse daquilo que faltava ao trabalhador agrícola e não para lhe dar terra e não lhe dar mais nada. Voltando ao problema das favelas, ele evidencia que aqueles que se instalaram nas favelas assim o fizeram porque as leis do inquilinato, as restrições ao crédito para a construção imobiliária (até certo ponto justas, reconhece Carlos Lacerda, porque havia muita especulação) desinteressaram o capital privado do investimento e aplicação na construção de casas econômicas, de casas baratas. Sem falar na inflação que dificultava a construção de casas. Faz uma retrospectiva, destacando que o antigo trabalhador agrícola e sua família estavam morrendo de fome nas fazendas, pois não tinham mais como produzir porque o produto agrícola se desvalorizara em privilégio do encarecimento do produto industrial. Então, mudava, junto com sua família, para a cidade, para trabalhar e melhorar suas condições de vida. Carlos Lacerda diz que o morador da favela sabia que as condições da favela eram péssimas. Mas, comparando com a vida anterior, ele preferia ficar na favela. O problema do morador favelado não consistia em mandá-lo embora, de volta para o campo. O problema era melhorar suas condições de vida, pois voltar ele não voltaria mais, uma vez que a tendência do homem é se aglomerar em centros urbanos. A industrialização, o aparecimento de fábricas pagando melhores salários, proporcionando melhores condições de vida e mais conforto, o usufruto do lazer e da possibilidade de se instruir e de se divertir, tudo isso o campo não oferecia. Ele acrescenta: “no campo não tem Maracanã, no campo não tem ginásio, no campo não tem clube, no campo não tem namorada, no campo é mais difícil ... O pessoal casa, mas custa a encontrar a moça para casar”. Acrescenta que a história de fazer reforma agrária para os outros irem para o campo era muito engraçada. Ele faz um convite



aos presentes para eles irem para o campo então, plantar batatas. Para Carlos Lacerda, saúde nas favelas era problema da Secretaria de Saúde, pois a saúde do favelado não era diferente da saúde do não-favelado, dos que estavam embaixo. Com a educação, assinala ele, era a mesma coisa, era problema da Secretaria de Educação. Diz que em junho do ano anterior o governo propôs à Assembleia Legislativa uma reforma administrativa que autorizasse o governo, entre outras coisas, a criar as Regiões Administrativas, da maior importância para a cidade e para a favela em particular, e que punham o governo muito mais próximo do povo, já que o administrador regional era um representante direto do governador junto ao bairro, dentro do bairro. Pediu autorização indispensável à Assembleia Legislativa para criar a Companhia da Habitação Popular – a COHAB. Conta que o projeto ainda não fora aprovado e que sem a companhia não podia iniciar as construções e nem aplicar as verbas. Relata que no Conselho do governo surgiu uma solução: a atuação da Fundação Leão XIII. O governo, então, propôs aos dirigentes da Fundação Leão XIII uma reforma de estatutos que permitisse ao estado utilizar a Fundação sem prejuízo da parte assistencial, na qual ela fazia o que era possível, mas onde não iria muito longe por falta de recursos, de acordo com a franqueza do governador. Segundo suas palavras, a reforma faria da Fundação Leão XIII, ao mesmo tempo, o órgão antigo e um novo órgão, que era ela mesma: um órgão capaz de fazer e receber empréstimos para a casa; capaz de servir de canal através do qual os governos federal, estadual, interamericanos, os órgãos de crédito e financiamento de apoio e assistência e assim por diante, pudessem canalizar os recursos e, dentro dos planos e programas, aplicá-los, a fim de começar obras de verdade nas favelas. Carlos Lacerda comenta que a Fundação tinha aprovado a reforma em seus estatutos e, nessa conformidade, assumiu então a presidência da Fundação, como representante do governo do estado, o doutor Romeu Honório Loures. Carlos Lacerda fala, então, um pouco do doutor Romeu Loures. Foi diretor do hospital Rocha Faria, em Campo Grande, conseguindo fazer com que o hospital funcionasse mesmo com todas as dificuldades, criando uma coisa “simpática” e “modelar”. Carlos Lacerda acrescenta que desde logo o impressionou como um homem capaz de fazer as coisas com simplicidade, com pobreza, sem mania de grandeza, etc. Menciona que a primeira Região Administrativa criada foi a de Campo Grande, por sugestão do secretário de Saúde, aprovada pelo Rafael da Almeida Magalhães, e que Romeu Loures foi ser administrador regional de Campo Grande. E o



que ele fez lá, em poucos meses, foi bastante coisa, confirma Lacerda. Ele aproveita para dizer que a criação de Regiões Administrativas no estado era a solução para resolver os problemas da cidade. E Loures, por ter-se mostrado capaz de “tirar minhoca do asfalto” e de trabalhar em equipe, pareceu-lhe ser o homem mais adequado para dirigir a Fundação Leão XIII, naquela fase em que não deveria haver prejuízo das atividades de ordem assistencial. Lacerda conta a espécie de milagre que estava acontecendo na Vila do Vintém, que os ‘homens de pouca fé’ acreditavam ser um milagre o que na verdade não chegava a ser um milagre, sendo apenas o resultado da confiança recíproca: a vila estava recebendo água e esgoto em toda a sua extensão. Assinala que o estado, através da SURSAN, estava gastando 30 milhões de Cruzeiros em material, e que 2000 moradores, que se inscreveram voluntariamente para trabalhar, estavam dando com seu trabalho o equivalente a 15 milhões de cruzeiros de mão de obra. Acrescenta que as obras deveriam ficar prontas no mês seguinte. Ressalta que isso era “simples como pão e água”, bastava criar as condições, dar o projeto, orientação técnica e recursos. Explica que o pessoal que selecionou o assunto para a verba do Fundo do Trigo estudou um projeto de urbanização da favela da Vila da Penha, absorvendo 160 milhões de cruzeiros, que correspondiam à quantia destinada ao aperfeiçoamento da estrada do Recreio dos Bandeirantes, talvez um pouco menos, que se encontrava toda esburacada. Carlos Lacerda afirma: “Vai continuar esburacada mais algum tempo, porque eu dependo daquele dinheiro para pavimentar a avenida Suburbana e a avenida dos Democráticos”. Lacerda fala a razão de ser do projeto de urbanização da favela da Vila da Penha. Por que lá e não em outras? Responde que era porque o governo precisava mostrar imediatamente o resultado disto, desde logo, para ir buscar mais. Carlos Lacerda diz que pediu aos técnicos que selecionassem uma favela que tivesse condições de, mais rapidamente, mostrar resultado, porque uma vez provado o resultado que se poderia alcançar, mais fácil seria a tarefa de buscar recursos para fazer o mesmo em outras favelas. Ele pede, então, àqueles que num primeiro momento não estavam sendo contemplados com as obras, que não desanimassem e nem se desesperassem. Ele prevê que em 4 meses, a contar daquele momento, seriam feitas as obras de água, esgoto, arruamento e pavimentação da favela da Vila da Penha. A outra parcela do bilhão de cruzeiros estava prevista para a construção de habitações. Mas, menciona ele, havia um problema, sujeito à crítica dos presentes, que ele tinha a certeza de que se trataria de uma crítica a favor da solução



que o estado pretendia adotar. Ele assinala que não queria que se dissesse depois que, em matéria que tratava do problema da habitação, o estado tinha imposto uma solução arbitrariamente. Continua explicando que o problema era que se fosse fazer uma casa com todos os aposentos necessários para acabar com a promiscuidade de crianças dormindo com os pais até à idade maior e tudo o mais, com as soluções que a assistência social julgava as melhores, o estado faria um número pequeníssimo de casas., porque não havia dinheiro para fazer todas. E a casa sairia por um preço que o favelado não poderia pagar. Partindo desse princípio é que Carlos Lacerda lançou a solução, que ele chamava de 'solução carioca do problema': afirma que o governo entendia que o melhor era fazer mais rapidamente um maior número de casas pequenas, que se pudesse aumentar depois. Menciona que estudaram um projeto básico que de nenhum modo era satisfatório para ele, nem para ninguém. E pede que ninguém ache que era a solução definitiva para o problema, mas que o governo entendia que as obras deveriam, inicialmente, consistir em água, esgoto, arruamento e pavimentação. "Pavimentação simples, barata, pobre, sumária, mas que não dê lama e mosquito, etc." Adianta que ele previa colocar luz nas favelas, também. E com relação às casas em si, ele anuncia que seria adotado um projeto que, desde logo, construísse um quarto, uma cozinha e um banheiro. Relata que era um projeto pronto para dar ao morador a possibilidade de construir mais um quarto e depois, quando ele quisesse e dispusesse de recursos, de mais um quarto e uma varandinha. Carlos Lacerda salienta que dessa forma a casa poderia chegar a ter 3 quartos, uma varanda, banheiro, cozinha, quintal e sala, e que isso representava a casa ao final. O governador assinala que o estado, com o pouco recurso de que dispunha, iria precisar da compreensão dos moradores, porque não queria fazer demagogia, mas também não queria que a demagogia o impedisse de fazer alguma coisa. Acrescenta que a casa seria de alvenaria, com telha e tijolo, que não seria de madeira como fora feito na Nova Holanda, por um outro problema surgido. Seria uma casa de gente, como a casa de todo mundo, feita sem tapeação. Comenta que a cota de urbanização sairia por 183 mil cruzeiros, conforme as contas feitas na hora pelo governador, que compara o preço falando de um projeto de construção de casas populares que ele encontrou no arquivo da Secretaria de Saúde, que dava mais ou menos 700 mil cruzeiros para cada casa popular e a prestação mensal sairá então na ordem de 2 mil a 2.100 cruzeiros, aproximadamente, um pouco mais ou um pouco menos, mas nada muito além, nada muito



aquém. Destaca que em 10 anos o morador seria dono do terreno e poderia fazer nele o que quisesse, dentro das posturas do estado, evidentemente, para não transformar o terreno em favela. Um ponto considerado muito importante por Carlos Lacerda, que ele queria deixar bem claro no início do projeto, era a maior dificuldade para levantar tudo e fazer isso em quantidade. Conta que inicialmente seriam 2.250 casas, mas, ressalta, a falta de casas no Rio por ano era da ordem de 10 mil e havia um déficit de 10 mil por ano acumulado durante 10 anos! Então, acredita ele, havia um déficit de 100 mil famílias precisando de casas no Rio de Janeiro. Lacerda reconhece que qualquer promessa precisava ser feita com muito cuidado e fala da necessidade do futuro morador de pagar a mensalidade da casa recebida, para que o dinheiro captado fosse utilizado para beneficiar outra família com a construção de outras casas. Mas, o governador diz, repetindo o que ele falou ao arquiteto chileno [Baruk], especialista em habitação popular, quando da missão do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no Rio de Janeiro, que a experiência de longos anos lhe assegurava que em matéria de casa não havia ninguém no mundo que tivesse tanta honestidade e pusesse tanto empenho em pagar sua casa do que o morador de favela, que só não pagava quando não tinha mais nada para comer, porque sua grande ambição era melhorar as condições de sua residência. Carlos Lacerda diz que o êxito do projeto, portanto, estava baseado na honestidade do morador e que confiava muito na capacidade de iniciativa e honradez daqueles que, mesmo morando nas condições mais indesejadas e de lutarem com as dificuldades mais sérias, continuavam, em sua imensa maioria, a zelar pela sua família e a cuidar de sua vida, trabalhando e dando de comer a seus filhos. Carlos Lacerda diz que quem dava este exemplo merecia confiança. Avisa que tão logo o estado recebesse 1 bilhão do Fundo do Trigo, começaria a construção das primeiras 2.250 casas. O governador assinala que mostraria, com as primeiras obras, o que era possível fazer numa favela. Comenta que o governo da Guanabara e os favelados da cidade precisavam da convicção de que podiam resolver o problema. E, continua, precisavam dar, para o governo federal e para os órgãos financiadores, uma demonstração de força, de capacidade de fazer as coisas, pois, segundo ele, ninguém emprestaria dinheiro a quem não fosse capaz de utilizar bem esse dinheiro. Sobre a assistência a outras favelas, ele ressalta que ninguém estava esquecendo de favela alguma, mas que por enquanto estava previsto apenas o primeiro bilhão. Entretanto, informa que pediu, ao órgão que examinava os projetos do governo, um



pouco mais de 10% (155 milhões do 1 bilhão), para uma série de pequenos melhoramentos em diversas favelas. Ele compara: “quando a gente tá com muita fome, enquanto prepara a janta, a gente diz: bom, você vai se agüentando aí com um sanduíche ou um cachorro quente, enquanto nós vamos dar de jantar a quem tá com mais fome, depois nós vamos cuidar de seu jantar também”. E conclui: “em resumo é isso!” Lê os projetos já programados com a série de obras que incluem, entre outras, as principais, que eram relacionadas a saneamento básico, como construção de reservatórios de água em diversas localidades, canalização de rios, retificação de valas, construção de galerias de águas pluviais, construção de lixeiras, de encanamento de água para o alto dos morros, etc. Cita as comunidades beneficiadas: a favela do Jacarezinho (sendo que só lá seriam gastos 10 milhões de cruzeiros!); morro da Coroa, no Catumbi; morro dos Telégrafos, em São Cristóvão; Vila Nova, em Oswaldo Cruz; Nova Holanda, em Ramos; Catumbi; rua do Bispo, 117, no Itapiru; Salgueiro; Cachoeira Grande, na Boca do Mato; Fernão Cardim, no Méier; Cantagalo, Copacabana; Jardim Zoológico, em Vila Isabel; Vila Croácia, Senador Câmara; Baixa do Sapateiro, em Bonsucesso; favela da Maré; Barreira do Vasco, em São Cristóvão; Matinha, no Itapiru; favela da Liberdade, no Rio Comprido; Borel, na Tijuca (salienta o governador que lá já estavam fazendo muita coisa por conta própria); Pavão-Pavãozinho, em Copacabana; Vila São Jorge, em Cosmos; João Cândido, na Penha (no momento em que Carlos Lacerda anuncia as obras de melhoria nesta favela, reconhece a dívida pessoal a pagar com a favela João Cândido, do saudoso companheiro José Américo); São Carlos, no Estácio; Matriz, no Méier. Ele aproveita para agradecer o esforço dos que trabalharam no levantamento das necessidades. Agradece ao SERFA (Serviço de Recuperação de Favelas) e ao DHP (Departamento de Habitação Popular) que trabalharam em cooperação com as associações de moradores. E salienta que não era conversa, pois já estava tudo orçado. O começo do trabalho seria imediato, segundo ele. Haveria um programa de visita às favelas, uma visita de trabalho e um levantamento das demais. Ele menciona que algumas não foram citadas, mas não foram esquecidas. Fala da descrença da maioria, pois alguns acreditavam no sucesso do trabalho, mas muito poucos. Ele diz que era preciso vencer essa descrença, que haveria muita gente que ainda não estava convencida, mesmo depois das obras. Acrescenta que o governo não iria muito longe sem a colaboração dos moradores. Já próximo de encerrar, ele então conclui que seu ideal de governo, no que diz



respeito à política de habitação popular, era que as favelas se tornassem bairros, com representação junto às Regiões Administrativas. Reconhece que não iria fazer tudo de uma vez só, e que seria natural que houvesse divergências internas nas favelas e que isso era assunto dos representantes das associações. Acredita que essas seriam superadas em prol de um objetivo comum que era a melhoria das condições de vida das favelas contempladas com as obras. O locutor anuncia, em nome dos favelados, Benedito Guilherme, presidente do Parque da Alegria, ex-favela do Buraco da Lacreia. Ele começa saudando o governador, os presentes e os amigos da favela. Menciona que era de coração que todos agradeciam ao governo. Acrescenta que sem a ajuda do favelado o governo nada poderia fazer. Fala do Parque da Alegria, uma favela já urbanizada, que demonstrava a vontade e a sinceridade com que o governo resolvia os problemas dos favelados. Lê a história do Parque da Alegria para mostrar que o plano estava dentro daquilo que se deveria fazer.

Faixa 8

Discurso do Governador Carlos Lacerda em Público, Talvez em um Comício.

Lacerda fala da “voz nacional da Guanabara” que era a figura do senador da República, escudo da federação brasileira. E de um homem de passado de honra e fidelidade, capaz de representar as aspirações da Guanabara. E assinala “Queremos um homem capaz de desmanchar a conspiração de gabinete feita para sufocar o ímpeto progressista do estado da Guanabara., ímpeto esse que ninguém detém”. E discorre sobre a Guanabara como o maior mercado industrial do Brasil. O que importa, conforme seu discurso, era levar ao Senado uma figura de “importância, de significação e de valor democrático”, “eminente líder brasileiro”. Refere-se a Juraci Magalhães. Alerta que é essencial que na Assembleia Legislativa não se amontoassem os projetos, “à espera de uma triste maioria ocasional, catada sabe Deus como”. Fala sobre a importância do regimento das leis e brada: “Um governo que faz da lei a sua única escravidão. Temos que viver dentro da lei e, portanto, precisamos ter leis para viver”. Discorre sobre o malefício das divergências ideológicas que entravavam projetos que visavam melhorar a vida do povo do estado da Guanabara. E completa: “Alguns se recusam a votar neles sob o fundamento de que são de esquerda, como se não tivesse também a esquerda o seu triste e fanado coração”. E, para combater isso, ele defende ser essencial na eleição não esquecer um só voto: o vice-governador, o senador, o deputado federal, o



			<p>deputado do estado da Guanabara, para formar um conjunto integrado ideologicamente. Carlos Lacerda fala que o povo tem memória curta e diz que quando a capital mudou-se para Brasília e todos pensaram que a Guanabara ia morrer, somente uma voz levantou-se no Congresso Nacional para protestar contra o triste crédito de 3 bilhões votados como uma esmola. O empréstimo era referido pelo governador como “dádiva da pátria”. E acrescenta que essa única voz vinha ao povo pedir votos com a certeza de que o povo não se lembrava mais. Parece-lhe estranho premiar a quem quis esfomear a Guanabara. Ele exalta o estado da Guanabara e o seu povo, e sua importância para a história do Brasil. Diz que a cidade preparava-se para ser pioneira no Brasil, não disputando a dianteira com ninguém. Diz que o povo carioca se preparava para uma aurora de progresso e crescimento, de autêntico desenvolvimento. Enfatiza a importância de escola. E diz: “O que adianta fazer fábricas se não soubermos formar operários para ela”. Conclama o povo à luta e chama-o para ir adiante, com uma Guanabara reconstruída e renascida. Renascida., afirma ele, porque recuperou em cada consciência a confiança perdida no seu próprio futuro e acrescenta em resposta aos que pensavam que a cidade só viveria com a reabertura dos cassinos: “Em vez de cassinos, abrimos escolas e eis que a cidade renasce”. Diz que a Guanabara salvava lá fora o nome do Brasil, que era discutida no mundo inteiro. Segundo ele, o que não se discutia mesmo era a honra e o trabalho dos brasileiros da Guanabara, que era patrimônio material e moral com os quais não se podia brincar e nem jogar fora.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.014</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1a Reunião com o Diretório da UDN em Natal – RN</p> <p>1.1.1 Faixa 1b Reunião com o Diretório da UDN de Maceió – AL</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1a Macartista, professorado bem pago, boas escolas, investimentos nas áreas pobres, Companhia Estadual de Telefonia, aditora do Guandu, empréstimos no exterior, plano de habitação, UDN, liderança democrática</p>	<p>F1a: 30 min F1b: 110 min</p>	<p>F1:31/10/1964 F2: 01/11/1964</p>	<p><i>Faixa 1a</i></p> <p>Reunião com o Diretório da UDN em Natal – RN</p> <p>Carlos Lacerda fala sobre o desafio que enfrentou, com grande disposição, no campo da educação, no governo da Guanabara. Acredita que contrariou a expectativa das pessoas que o chamavam de reacionário, macartista, que não fazia nada, só falava. Afirma que não havia no estado da Guanabara crianças em idade escolar fora da escola por falta de escolas. Comenta que o ensino público no estado era tão bom quanto o particular, porque os professores eram os mais bem pagos do país. Afirma que mais de 80% dos investimentos do governo do estado estavam concentrados nas áreas mais pobres. Fala sobre a dificuldade de instalar telefones no estado quando a Light and Power tinha o controle da telefonia. Lacerda diz que resolveu o problema criando uma Companhia Estadual de Telefonia. Discorre sobre a importância da obra de construção da adutora do Guandu e desmente a informação de que a maior parte do dinheiro</p>



2.2 Faixa 2

Segismundo Andrade e senador Rui Palmeira fazem elogios à candidatura de Lacerda e ao bom administrador, “Revolução”, legalidade, extinção dos partidos, Jânio Quadros, renúncia, derrota gloriosa

para as obras no estado fossem empréstimos concedidos pelos Estados Unidos. Menciona que apenas 4% da verba do seu governo era fruto de empréstimos dos EUA. Comenta sobre o plano de habitação do seu governo, criado para abrigar antigos moradores de favelas. Fala sobre o sucesso da Vila Aliança e da Vila Kennedy, em que os moradores compraram as suas casas, com 15% do salário mínimo, por mês. Diz que o estado da Guanabara não foi transformado em um feudo do seu partido, mas reconhece que o governo era quase todo formado por integrantes do seu partido. Diz que a UDN tinha os melhores políticos. Lacerda promete realizar uma obra na Amazônia, prometida por Getúlio Vargas. Diz que os sucessores de Vargas não completaram suas obras, porque os políticos não gostam de dar continuidade a obras, gostam de iniciá-las. Sente-se amadurecido para exercer no país uma liderança democrática, a única que considera possível. Explica que pretendia inaugurar no país um novo estilo de fazer política. Confia no voto dos jovens que iriam votar pela primeira vez nas eleições de 1966. Agradece o apoio recebido, que ultrapassou a sua expectativa. Menciona que iria mais vezes ao Rio Grande do Norte e que estava percorrendo o país não para ensinar, mas para aprender. Comenta que não terminou a universidade e que tudo que aprendeu foi na escola, lendo e viajando muito. Conta que, dos estados brasileiros, só não conhecia o Acre, por isso era lá que iria iniciar sua campanha como candidato a presidente. Diz que teve o privilégio de conviver com Juvenal Lamartine e que poucos como ele tinham condições de entender a luta política interna potiguar, mas acredita que era possível acabar com as divergências.

Faixa 1b

Reunião com o Diretório da UDN de Maceió – AL

Segismundo Andrade fala sobre a visita de Carlos Lacerda ao diretório. Diz que o diretório foi um dos primeiros a apoiar a candidatura de Lacerda. Afirma que o governador de Alagoas também era favorável à candidatura de Lacerda. Diz que a visita não era necessária porque o apoio já estava garantido, mas fez questão de ir a Alagoas. O senador Rui Palmeira saúda a visita de Carlos Lacerda em nome do diretório de Alagoas. Comenta que Lacerda era um símbolo do que era indomável, rebelde. Mas afirma que Lacerda não era apenas o grande demolidor, que ele mostrou quando lhe foi dada a oportunidade de construir, que também era um bom administrador, que tinha talento para construir e demolir. Discorre sobre a transformação que o governo Lacerda fez no estado da Guanabara. Afirma que Lacerda esteve



presente em todos os momentos marcantes da política brasileira. Diz que os alagoanos se sentiam felizes por estarem ao seu lado e que a UDN tinha sido mal sucedida ao escolher candidatos de outros partidos para chegar ao poder. Acredita que havia um movimento de desmoralização dos políticos em geral. Destaca que Lacerda era um político verdadeiro, que atendia às necessidades da população. Crítica a “Revolução” que ainda não tinha acertado o passo. Comenta que os comandos revolucionários se apressaram a restituir a legalidade, antes do tempo necessário para organizar o país. Cita a declaração de Milton Campos que considerou um erro a sua indicação para ministro da Justiça da “Revolução”, porque não era necessário um ministro da Justiça que dissesse o que a “Revolução” não poderia fazer. Carlos Lacerda responde que os dois discursos anteriores quase tornaram desnecessários o seu discurso, mas quealaria assim mesmo, para agradecer o apoio recebido. Ressalta que também queria agradecer o apoio do governador de Alagoas, Luís Cavalcanti, que não era udenista. Comenta que estava se aproximando do segundo terço das viagens programadas. Acredita que se não precisava pedir votos na convenção, não se sentia mal em pedir votos, já que os pedia até para os adversários e para os que eram indiferentes, portanto não tinha porque não pedi-los aos aliados. Mostra um documento escrito por um membro da UDN carioca, José Vicente de Souza, destinado ao presidente da República, em que ele se diz preocupado com a informação de está sendo criada uma lei para extinguir os partidos e criar novos, em nome dos interesses da “Revolução”. Afirma que, por sua história, apenas a UDN estaria preparada para ser o partido de apoio à “Revolução”. Cita o jornal da Arquidiocese do Maranhão por ter publicado um editorial em que criticava os comunistas e o PSD por fazerem oposição à candidatura de Carlos Lacerda á presidência. Lacerda lê uma frase de apoio do brigadeiro Eduardo Gomes, que afirmava que a sua candidatura iria politizar a “Revolução”. Diz que a “Revolução” estava cometendo erros, mas havia tempo de consertá- los. Menciona que a eleição garantiria a comunicação com o povo, essencial para qualquer revolução. Alerta que sem comunicação, a “Revolução” se tornaria uma ditadura, uma tirania. Lacerda acha que tinha aprendido a ouvir críticas, que a sua paciência tinha aumentado. Conta que não teve um momento de infelicidade em seu governo e que a renúncia de Jânio Quadros, que causou um desastre ao país, deu-lhe a convicção de que um governante não pode renunciar. Diz que um governante não pode trair a confiança do povo e que estava convencido de que seria o candidato



			<p>aclamado pela convenção da UDN, que não haveria oposição ao seu nome no partido. Salienta que até em Minas Gerais, onde o governador se apresentou como candidato, tinha o apoio de vários membros do partido. Sobre o temor de esvaziar o governo da “Revolução”, diz que esta era um tese terrorista, que o seu governo contribuiria para dar à “Revolução” um caráter permanente. Comenta que se foi escalado pelo presidente para explicar a “Revolução” no exterior, estava na hora de explicar a “Revolução” ao povo brasileiro. Critica políticos como Carvalho Pinto, que esteve no governo de Jânio Quadros, João Goulart, que não era inimigo de ninguém, mas diz que estes poderiam chegar ao poder se a “Revolução” demorasse a se decidir sobre o apoio à sua candidatura. Explica que neste caso a UDN, mais uma vez, teria uma derrota gloriosa. Enumera os argumentos para que a “Revolução” apoiasse a sua candidatura.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.015</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Visita do Governador Lacerda à Câmara de Rio Preto – SP –</p> <p>1.2 Inauguração da Escola Penedo</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 URSS, estatísticas melhores, descentralização administrativa, planejamento, liberdade e escravidão</p> <p>2.2 Faixa 2 Elogios a Lacerda, investimento em educação, honestidade, cidade alagoana, candidatura a presidência, assassinato de John Kennedy, IBAD, Aliança para o Progresso</p>	<p>F1: 5 min F2: 20 mi</p>	<p>F1: 21/03/1964 F2: [1964]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Visita do Governador Lacerda à Câmara de Rio Preto – SP Lacerda comenta que as estatísticas da URSS datavam sempre de 1917 e que faziam cálculos de aumento percentual de produção de aço de 1917 a 1964. Afirma que se o mesmo cálculo fosse feito no Brasil, o país teria estatísticas melhores do que as da URSS. Defende a descentralização administrativa e o aumento da importância da administração municipal. Diz que a descentralização era pedida no Brasil desde a época do Império. Acredita que a descentralização e o planejamento eram fundamentais e que a prioridade deveria ser a que resolvesse o problema do maior número de brasileiros. Fala que a maior riqueza do país era a sua população e que tinha chegado a hora do país escolher entre a liberdade e a escravidão.</p> <p><i>Faixa 2</i> Inauguração da Escola Penedo O prefeito de Penedo, Raimundo Marinho, discursa e tece elogios ao governado de Carlos Lacerda, por seu investimento em educação. Diz que a opinião pública nacional estava entediada com a degradação dos políticos e deixou de exercer o papel de estímulo e motivação para os autênticos devotamentos cívicos. Acrescenta que a virtude e a honestidade dos políticos, qualidades que deveriam ser intrínsecas aos ocupantes dos cargos públicos, eram consideradas qualidades que distinguiam alguns políticos. Agradece ao governador por inaugurar a escola Penedo, que remete à cidade alagoana de mesmo nome. Também agradece ao secretário de Obras Públicas, Enaldo Cravo Peixoto, e a toda equipe do governo Carlos Lacerda. Diz que a presença na solenidade de antigos moradores</p>



			de Penedo é uma prova de que eles estavam gratos pela homenagem. Diz que esperava que Carlos Lacerda fosse eleito presidente. O administrador regional de Copacabana, José Dias Lopes, fala que a escola teve a inauguração adiada por causa do assassinato do presidente americano, John Kennedy, mas afirma que cada escola inaugurada era mais uma unidade democrática no estado. Explica que o nome da escola era uma homenagem a grandes vultos de Alagoas e a Enaldo Cravo Peixoto. Comenta que Copacabana recebia feliz mais uma escola. Elogia o governador e também menciona o desejo de que Lacerda fosse eleito presidente. O governador de Alagoas, general Luís Cavalcante considera que inaugurar escolas era uma das suas maiores alegrias como governador. Acrescenta que tinha uma grande gratidão pelas suas professoras, que era por causa delas que ele tinha se tornado governador de Alagoas. Conta que chegou jovem ao Rio, sem dinheiro, mas, graças à sua formação escolar, conseguiu progredir em sua carreira no Exército. Comenta que em Alagoas 70% da população era analfabeta, mas que o governo estava se esforçando para mudar isso. Relata que recebia muita ajuda do governo federal, do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da Aliança para o Progresso. Salienta que não queria elogiar apenas a área educacional do governo Lacerda, mas comenta que a administração dele, Lacerda, na área da educação no Rio de Janeiro era inédita, que nunca outro governante tinha feito tanto pela educação no estado quanto ele. Defende a eleição de Lacerda para a presidência do Brasil
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.016 1. Assunto Depoimento de Carlos Lacerda 2. Temas 21. Faixa 1 Reformazinha agrária	F1: 50 seg	[1960/1965]	<i>Faixa 1</i> O governador Carlos Lacerda fala que, na Guanabara, o máximo que se podia fazer era uma reformazinha agrária. Diz que estavam juntos em um teco-teco para quem sabe um dia tomar parte em um jato nacional.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.017 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Lacerda no Cine Teatro em Bauru – SP 1.2 Faixa 2 Lacerda na TV Bauru		F1: 08/06/1963 F2: 08/06/1963	Com defeito
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.018 1. Assunto	F1: 8 min F2: 100min	F1: 27/08/1963 F2: 27/08/1963	<i>Faixa 1</i> Discurso do Governador em Campos - Cine Trianon



1.1 Discurso do Governador em Campos - Cine Trianon

1.2 Discurso do Governador em Campos - Cine Trianon

2. Temas

2.1. Faixa 1

Reacionário, direita, Petrobras, UDN, Estatuto da Terra, Milton Campos, atenção às favelas e à educação, perigo vermelho, democracia

2.2 Faixa 2

Renúncia, Jânio Quadros, candidatura de princípios e ação, reformas de base, crítica à reforma agrária, expropriação, alterar direito à propriedade, Constituição, Lenin, cinturão verde, problema agrícola, subdesenvolvimento intelectual, salário do servidor, oligarquia, direito de greve, salário justo, inflação

Orador não identificado critica os adversários do governador Carlos Lacerda, que o chamavam de reacionário e diziam que o seu partido era de direita. Cita o exemplo da Petrobras que, segundo ele, era obra da UDN, dos deputados Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro. Acha que a UDN não podia ser chamada de reacionária depois de apresentar o Estatuto da Terra, obra de Milton Campos. Afirma que não podia ser chamado de reacionário o governo de Lacerda, que dava especial atenção às favelas e à educação. Conta que na época da ditadura Lacerda fazia parte da resistência democrática, então não podia ser acusado de pertencer à extrema direita. Comenta que Lacerda sempre combateu a ditadura de Getúlio Vargas, que participou da campanha que levou Jânio Quadros à presidência. Acrescenta que embora o general tenha desertado, as tropas estavam firmes. Considera que as barreiras partidárias estavam rompidas com a campanha contra o inimigo comum, o perigo vermelho. Elogia o deputado Amaral Neto, que também combatia o perigo vermelho. Diz que Lacerda era o maior guardião que a democracia já teve no país.

Faixa 2

Discurso do Governador em Campos - Cine Trianon

Afirma que Deus lhe deu impermeabilidade contra o orgulho e a vaidade e que era preciso que a vaidade tivesse limite. Conta que conhecia Campos desde que era garoto, quando vinha à cidade com seu pai. Comenta que a renúncia de Jânio Quadros deveria servir para acabar com a mania de se seguir homens iluminados, insubstituíveis. Salieta que deveriam ser seguidos os homens capazes de pregar ideias e juntar a ação às ideias. Afirma que, se fosse candidato a presidente, seria a primeira ocasião em que se juntaria, em uma candidatura presidencial, uma candidatura de princípios a uma candidatura de ação. Lacerda chama as reformas de base de imposturas, diz que quanto mais se falava, menos se queria fazer. Crítica a proposta de reforma agrária. Não concorda com a proposta de mudança da Constituição para a realização da reforma agrária. Comenta que a Constituição previa o pagamento em dinheiro previamente à expropriação da propriedade privada, justificada pelo interesse social e pela utilidade pública. Acentua que o governo queria alterar este artigo, afirmando que não havia no Brasil dinheiro para pagar previamente pelas terras desapropriadas. Lacerda contesta dizendo que o governo se propunha a pagar a expropriação com títulos vencendo a juros de 6% e com uma garantia contra a desvalorização da moeda de 20% ao ano. Lacerda questiona esta proposta dizendo que o governo gastaria mais



com esta nova proposta do que pagando em dinheiro. Afirma, ainda, que dois terços das terras do Brasil pertenciam à União, aos estados e aos municípios, então o governo não precisaria começar um processo rápido de desapropriação. Considera que a Constituição não precisava ser reformada, precisava ser cumprida. Explica que para alterar o direito de propriedade, teria que se alterar toda a Constituição. Comenta que era possível fazer a reforma agrária no Brasil imediatamente sem alterar a Constituição. Lacerda cita Lenin, que afirmava que a pequena propriedade tinha um grande problema, toda vez que ela era bem sucedida se transformava em grande propriedade. Salienta que a grande propriedade não se transformava em uma série de pequenas propriedades porque o pequeno proprietário, assim como o grande, não tinha apoio para produzir. Acredita que os latifúndios existiam no Brasil porque a terra não valia nada no país e que as crises agrícolas no Brasil sempre foram causadas por superprodução e não por falta de produção. Questiona como fazer reforma agrária se o Ministério da Agricultura tinha recebido apenas 5% do orçamento do governo federal. Lacerda critica a desvalorização da profissão de agrônomo e acha que o progresso acarretava a concentração de empregos, levava a se migrar da agricultura e da indústria para o setor terciário. Menciona que falar em “cinturão verde “ era uma bobagem. Diz que era preciso mudar a concepção do problema agrícola no Brasil e que o maior problema do país era o subdesenvolvimento intelectual de seus políticos e dirigentes. Ressalta que tinha vindo dar exemplos para mostrar como era útil fazer na ação uma política de ideias e nas ideias uma política de ação. Comenta que quando iniciou o governo a população estava desconfiada, não confiava em ninguém. Considera que venceu as eleições graças à divisão dos seus adversários. Discorre sobre a sua atuação na área de educação, transformando um déficit de 100 mil vagas em 23 mil vagas sobrando nas escolas estaduais. Destaca que era difícil chamar de reacionário um governo que dava prioridade à educação. Fala sobre os investimentos na Universidade do Estado. Lacerda discorre sobre o salário móvel que instituiu para o serviço público estadual, explicando que toda vez em que a arrecadação do estado aumentasse, o salário dos servidores aumentaria. Lacerda promete que aumentaria o salário mínimo no estado na semana seguinte. Diz que o Brasil só seria realmente uma democracia quando os políticos não se deslumbrassem com o poder. Considera que o poder dava coisas demais a pouca gente e que o Brasil estava se transformando em uma oligarquia. Lacerda diz que o direito de greve



			<p>não estava sendo bem utilizado, que as greves estavam tornando a nação mais pobre, e quanto mais pobre ficava a nação, mais pobres ficavam os pobres e mais ricos ficavam os ricos. Acha que era preciso investir em educação, que a maior parte da população era jovem e por isso não se devia pensar no passado, mas no futuro, em preparar a nação para os jovens. Lacerda menciona que não acreditava em riqueza sem salário justo e que era possível controlar a inflação aumentando o salário, porque com o aumento do salário aumentava-se o consumo, que, por sua vez, aumentava a produção, reduzindo a inflação. Explica que os próprios comunistas afirmavam que só tinham chance de ganhar as eleições se houvesse fome entre a população, então, devia-se combater a fome e não o comunismo. Lacerda contesta este raciocínio e diz que os comunistas estimulavam a fome no país, para terem chances de vencer as eleições. Comenta que a maior ameaça a João Goulart era mostrar que trabalhando honestamente se podia conseguir o que ele não conseguia. Anuncia que iria por a nação de pé e não agachada com ela estava. Demonstra que confia na inteligência do povo, e avisa que não veio falar de moscas, mas de inseticidas. Relata o sucesso do Banco do Estado da Guanabara em seu governo. Conta que o banco tinha como principal acionista o governo do estado, e como maiores acionistas privados o senhor e a senhora Kubitschek de Oliveira. Diz que se sente honrado com a confiança do ex-presidente no governo da Guanabara e que o BEG (Banco do Estado da Guanabara) pagou 17 salários aos seus funcionários enquanto se discutia o 13º salário. Ressalta que só acreditam na sua fama de reacionário, de assassino de mendigos, quando não o conhecem, e que quando ele falava com a população percebiam que a fama era falsa. Conta que investiu 85% do orçamento do seu governo nos subúrbios e que estava construindo dez hospitais no Rio de Janeiro. Alude ao fato de que no Rio nascia a flor da esperança. Explica que se deveria investir no desenvolvimento dos estados da Bahia, Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais para que estes, junto com São Paulo, auxiliassem os outros estados do país a se desenvolverem. Anuncia que aumentou o salário dos professores, médicos, engenheiros, agrônomos, arquitetos e outros servidores do estado e que talvez precisasse reduzir o número de obras para poder pagar os salários, mas afirma que era fundamental que os profissionais tivessem um bom salário.</p>
BRRJAGCRJ.CL.FR.1.019 1. Assunto	F1: 45 min	F1: 01/03/1964	<p><i>Faixa 1</i> Comissão de Assuntos Gerais – Bahia Carlos Lacerda critica o governo brasileiro por não utilizar 100 bilhões de cruzeiros depositados</p>



<p>1.1 Faixa 1 Comissão de Assuntos Gerais – Bahia</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Aliança para o Progresso, empréstimo, desvalorização, inflação, descentralização administrativa, governador da Bahia, enfraquecimento do poder central, regulamentação de empréstimos externos, bandeira, imposto único, minérios</p>			<p>no Banco do Brasil pela Aliança para o Progresso. Conta que este dinheiro estava se desvalorizando por causa da inflação. Afirma que os estados deveriam ter direito a mais recursos tributários e que a Guanabara era solidária aos demais estados. Defende a descentralização administrativa no Brasil. O representante do governador da Bahia fala que a Bahia se sentia honrada de receber os governadores de outros estados. Defende a descentralização administrativa, desde que não houvesse um enfraquecimento do poder central. Ressalta que a Bahia tinha algumas discordâncias com relação à proposição do Rio Grande do Sul e que o Congresso deveria regulamentar o recebimento de empréstimos externos pelos estados. Acredita que era preciso buscar uma opinião média entre os estados. O representante de Minas Gerais avisa que o governo de Minas Gerais votaria de acordo com a proposição do Rio Grande do Sul, mas faz as mesmas ressalvas que o governo da Bahia. Lacerda critica o governo federal por não aceitar o empréstimo de 200 milhões de marcos, porque não chegou a um acordo com o governo alemão sobre qual bandeira teria o navio que transportaria os equipamentos conseguidos através do empréstimo. Destaca que o Senado deveria resolver esta situação. Acirra-se a discussão sobre se a regulamentação de empréstimos do exterior concedidos aos estados deveriam ser regulamentados pelo Congresso, pelo Senado, ou pelo governo federal. Polêmica a respeito da proposição do Rio Grande do Sul. Lacerda defende a mudança de governo federal para Senado na proposição, mas que se estivesse bem esclarecido que a função era do Senado da República, não era necessário fazer a mudança. Discussão com pessoas falando ao mesmo tempo e debate sobre o imposto único nacional sobre minérios.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.020</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Debates no Ginásio Nelson Freitas – ES</p> <p>1.2 Faixa 2 Debates no Ginásio Nelson Freitas – ES</p> <p>1.3 Entrevista com Jornalistas Carlos Lacerda no Programa de Esdras Leonor, no Espírito Santo</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 90 min F2: 1min F3: 60 min</p>	<p>[1962]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Debates no Ginásio Nelson Freitas – ES Carlos Lacerda agradece a recepção recebida, mesmo sabendo que nem todos que o encontraram concordavam com as suas ideias. Considera que o povo do Espírito Santo dera uma prova de maturidade democrática e que o estado deveria servir de exemplo para o resto do Brasil. Faz um resumo da sua administração na Guanabara. Menciona a reforma administrativa que começou com a descentralização administrativa, diminuindo o número de documentos que precisavam ser assinados pelo governador, dando a ele mais tempo para resolver os problemas do estado. Acha que este problema ocorria em todo Brasil, que os governantes não tinham tempo de ler o que assinavam e não tinham tempo de governar devido ao tempo que passavam assinando</p>



21. Faixa 1

Resumo da administração de Lacerda, burocracia, descentralização administrativa, Secretarias de Turismo, Economia e Agricultura, vacinação, paralisia, difteria, raiva, hospital Pedro Ernesto, saúde, educação, ESDI, salário mínimo, concurso público, falta d'água, subúrbios

2.2 Faixa 2

Povo do Espírito Santo, espírito democrático

2.3 Faixa 3

Personalidade 1962, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, capital norte-americano, recursos federais, BEG, comunismo, trabalhismo, Rússia, princípio da reciprocidade, reformas de base, prisão de Hélio Fernandes

documentos. Narra a criação da Secretaria de Turismo e os resultados que ela já estava propiciando ao estado. Comenta que vinha aumentando o número de congressos internacionais, além do aumento do número de turistas no estado. Acredita que o turismo deveria ser estimulado pelo poder público. Menciona o apoio do governo estadual ao esporte e comenta que estava reformando o Maracanã. Lacerda declara que todas as greves legítimas foram respeitadas pelo governo da Guanabara, mas as greves políticas foram e continuariam sendo combatidas pelo governo. Fala sobre a transformação da Secretaria de Agricultura em Secretaria de Economia. Menciona a criação de uma Companhia Estatal de Telefone que iria atender a toda a população da Guanabara, dentro de um ano e meio. Diz que criou uma estatal para estimular a atividade industrial da iniciativa privada. Conta que estava sendo criada uma empresa para coordenar o abastecimento. Afirma que não era nem socialista nem capitalista, que adotava as melhores soluções, de acordo com cada problema. Considera que essa era a maneira de governar de um verdadeiro democrata. Comenta o sucesso da campanha de vacinação contra a paralisia infantil, que atingiu 93% das crianças de até seis anos de idade. Fala que o estado tinha vacinado dois milhões de pessoas contra a varíola e que as próximas prioridades seriam a vacinação contra a difteria e contra a raiva. Relata o processo de doação do hospital Pedro Ernesto à Universidade da Guanabara. Menciona as reformas feitas no hospital antes da doação. Critica a situação em que encontrou o hospital, resultado das administrações anteriores. Menciona a construção do Centro Sanitário de Madureira, do novo hospital Souza Aguiar, da Unidade Mista da Tijuca, do novo hospital Miguel Couto, do novo hospital Getúlio Vargas, além de reformas em outros hospitais. Volta a falar sobre as conquistas do seu governo na área da educação. Diz que havia 23 mil vagas sobrando nas escolas estaduais e que a Assembleia tinha passado de 7 para 6 anos a idade mínima para a criança entrar na escola, aumentando em 30 mil o número de estudantes. Acrescenta que o governo também estava tentando acabar com o terceiro turno e de preferência fazer com que os alunos tivessem aula em um turno só, para que eles ficassem mais tempo em sala de aula. Avisa que estava respondendo a quem dizia que ele iria acabar com o ensino público e ressalta os investimentos que fez na universidade estadual. Diz que criou a primeira escola de Desenho Industrial da América Latina. Discorre sobre a importância estratégica de fazer a produção industrial com a marca brasileira, utilizando material encontrado



no país. Fala sobre o funcionalismo do estado. Acredita que alguns inimigos votaram nele para que ele fracassasse no governo do estado. Menciona o limite estabelecido de 68% do orçamento para o pagamento dos funcionários e afirma que a solução encontrada foi criar o salário móvel e que ninguém trabalhava então no estado da Guanabara recebendo menos do que um salário mínimo. Anuncia que iria aumentar o salário de 21 mil para 31 mil cruzeiros e que a Assembleia o tinha autorizado a aumentar o salário mantendo o percentual de 68%. Assim, toda vez que aumentasse a arrecadação, aumentaria o salário dos servidores. Defende a adoção dos concursos públicos para preenchimentos de cargos no estado. Afirma que esta era a melhor maneira de selecionar os funcionários públicos, e que isso evitaria que os funcionários entrassem por pistolão ou favores políticos. Menciona os concursos para varredor de rua e para escrivão de cartório e fala que a única exigência do cartório era ser serventuário da Justiça. Ressalta que ficou feliz ao ver um ex-presidente da Câmara dos Deputados, seu adversário, inscrito no concurso para escrivão. Acha que alguma coisa estava mudando no país. Anuncia que seu governo realizou 89 concursos. Discorre sobre o Banco do Estado da Guanabara. Salienta o aumento de 3 bilhões para 17 bilhões de cruzeiros em depósitos no banco, em dois anos e meio de governo. Comenta que conseguiu convencer a diretoria do banco a abrir uma agência em Paquetá, que já estava com 40 milhões em depósito. Repete que os bancários receberam 17 salários e não 13. Lacerda avisa que a obra da água ainda não tinha acabado, que só acabaria só em fevereiro de 1965, mas que mesmo assim foi reduzida drasticamente a quantidade de reclamações sobre falta d'água no estado. Considera de grande importância investir em obras de saneamento, que era uma obra que os políticos não gostavam de fazer porque não tinha inauguração, mas que diminuía a mortalidade infantil e prolongava a vida de todos. Lacerda afirma que 85% dos investimentos do estado foram feitos no subúrbio e na Zona Norte, por dois motivos. O primeiro era que a maior parte da população se concentrava nestas áreas, o segundo é que estas áreas precisavam de mais obras que a Zona Sul. Comenta que vinha desapropriando muitas casas e terrenos para poder realizar obras na cidade e que tinha contrariado o interesse de um empreiteiro para inaugurar uma escola do serviço público, mas tudo de acordo com a lei. Questiona a necessidade de mudar a Constituição para realizar as desapropriações em benefício da reforma agrária. Diz que a reforma agrária deveria ser feita taxando a terra não utilizada, para que ela se tornasse antieconômica



e o latifundiário quisesse vendê-la.

Faixa 2

Debates no Ginásio Nelson Freitas – ES

Fala que não tem palavras para agradecer pelo carinho que recebeu. Diz que o povo do Espírito Santo deu um exemplo para todo o país de convivência democrática e tolerância patriótica.

Faixa 3

Entrevista com Jornalistas

Carlos Lacerda no Programa de Esdras Leonor, no Espírito Santo

Agradece o honroso convite que recebeu de Esdras Leonor, que o incluiu em um grupo de personalidades de 1962. Diz que sempre gostou de viajar para o Espírito Santo, e que foi ao estado quando era repórter do *Correio da Manhã*, na época em que o jornal tinha repórteres. Fala das afinidades que tinha com parlamentares capixabas na Câmara. Diz que se lembra com saudades do capixaba Nelson Monteiro, exalta a sua integridade, honestidade e principalmente a sua bondade. Fala que trabalhou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, com o deputado Dirceu, e da sua amizade com outros políticos capixabas. O repórter Edmar Lucas do Amaral, da edição capixaba de *O Jornal*, pergunta a Lacerda se sua crítica ao governo federal, por não permitir que os estados contraíssem empréstimos no exterior, estava relacionada ao fato da maioria das obras do estado da Guanabara terem sido feitas com capital norte-americano. Lacerda responde lendo o artigo da Constituição que diz ser atribuição do Senado dar autorização para que os governos estaduais contraíssem empréstimos no exterior. Lacerda afirma que menos da metade do custo das obras do estado era paga com empréstimos contraídos no exterior. Porém, destaca que não se recusaria a aceitar mais empréstimos do exterior. Explica que não recebia os empréstimos do exterior em moeda estrangeira, mas em moeda nacional desvalorizada. A moeda estrangeira ficava com o governo federal. O repórter Edvaldo Sales, de *O Diário*, pergunta ao governador se ele utilizava dinheiro federal para fazer as obras na Guanabara. Lacerda diz que recebia dinheiro do governo, do exterior, do município, de todos os lugares, e que o segredo era o dinheiro bem empregado, pois o dinheiro, quando bem empregado, rendia. Lacerda comenta que não tinha recebido nada da Caixa Econômica Federal, mesmo ele tendo se oferecido para pagar juros de 16% pelo empréstimo. Conta que a sua alternativa foi reforçar o Banco do Estado da Guanabara. Diz que não fazia mágica nem milagre, apenas trabalhava. Nova pergunta do jornalista Edmar, que afirma que em Vitória, para ser servidor



público, tinha que ser de esquerda. Pergunta o que ele achava da aplicação do dinheiro público em favor da esquerda. Lacerda critica a não utilização de concursos para selecionar os funcionários públicos. Diz que o governo não tinha ideias, não tinha programa, então, aceitava as ideias comunistas. Comenta que na única vez em que se encontrou com João Goulart, elogiou o nome do seu partido e alguns políticos que faziam parte dele, mas diz que o partido era refém de Getúlio Vargas, e não tinha programa, não sabia o que fazer quando Getúlio desaparecesse. Disse, ainda, que este partido iria acabar sendo colonizado pelos comunistas. Conta que Goulart concordou com ele e disse que estava procurando nomes para darem uma formação teórica para o partido. Fala que aconteceu exatamente o que ele temia, que o Partido Trabalhista tinha o voto de muitos trabalhadores honrados, não precisava dos comunistas. Explica que, na Guanabara, o PTB estava dividido entre os verdadeiros trabalhistas e os comunistas. Comenta que isto poderia acontecer no PTB, mas não poderia acontecer no Brasil. O jornalista pergunta sobre o que tinha feito o governador deixar de ser comunista, se ele disse que se tornou comunista por causa da desilusão com os políticos corruptos na juventude e os políticos continuavam corruptos. Lacerda responde que primeiro voltou a ser católico, depois percebeu que não deveria apenas criticar os políticos, mas trabalhar pelos bons políticos, para acabar com os maus. Relata que quando começou a lutar contra a ditadura, percebeu que deveria acender a luz e não amaldiçoar a escuridão. Comenta que quando começou a conviver com os políticos percebeu que a maioria não era desonesta e que, muitas vezes, era o eleitor que corrompia o político. Afirma que foi criado um sindicato da mentira em Brasília, que os jornalistas eram comprados, não ganhavam apenas o salário das redações. Conta que quando se desiludiu com o comunismo descobriu que os comunistas também eram corruptíveis. O jornalista pergunta como seria a relação entre o Brasil e a Rússia, se ele fosse eleito presidente do Brasil. Lacerda critica a rapidez com que San Tiago Dantas restabeleceu relações diplomáticas com a Rússia e garantiu que haveria reciprocidade. Afirma que que não era isto o que estava acontecendo, os brasileiros estavam sendo maltratados na Rússia, enquanto os russos eram bem tratados no Brasil. Lacerda retruca que, se fosse presidente, defenderia o princípio da reciprocidade. Ressalta que não tinha medo de russo, mas de brasileiro traidor. Outra pergunta é feita sobre a importância das reformas de base e se elas seriam aprovadas. Lacerda contesta que cada um tinha uma reforma de base na cabeça e ninguém



			<p>fazia nada, só falava e que para ele reforma de base era abrir escola, botar para fora quem era ladrão. Considera que havia um erro em pensar que tudo dependia da economia, como diziam os marxistas. Defende que deveria haver uma descentralização administrativa e que o povo deveria fazer a nação e não a nação fazer o povo. Por isso, diz que não era nacionalista, que o povo estava acima da nação. Diz que o nazismo e o comunismo punham a nação acima do povo, ao contrário do que acontece na democracia. Diz que temia o plebiscito, que bom era eleição, desde que o poder econômico não entrasse, principalmente o governo. O jornalista então pergunta como Lacerda estava encarando a prisão de Hélio Fernandes. Diz que sente vergonha pelo país. Acha que a prisão era uma afronta e uma provocação inútil. Perguntam, então, quantos anos ele levaria para instalar a ordem no Brasil, se fosse eleito presidente. Ele responde que cada presidente precisava de cinco anos de mandato, mas tinha que trabalhar 24 horas por dia. Mas salienta que quem realmente fazia a ordem no Brasil era o povo. Explica que ele não era mito, nem mágico, que era apenas um homem público que se preparou para administrar e que soube escolher bem a sua equipe, e que nada faria sem o apoio da sua equipe e da população. Lacerda se diz feliz por ter participado do programa, agradece aos dois jornalistas que o entrevistaram e ao Esdras que tinha apresentado o programa. Fala que o Espírito Santo era um enigma e um desafio e que não entendia a demora da região norte do estado para se desenvolver. Acredita que o Espírito Santo poderia dar um grande salto com o apoio do governo federal e dos municípios.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1021</p> <p>1. Assunto Inauguração do Mercado Livre de Produtos – Santa Cruz</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Indústrias, emprego, escola técnica, grilagem, siderúrgica, porto do Rio, hospitais, Ministério da Fazenda, Roberto Campos, eleições diretas e indiretas</p>	<p>F1: 30 min</p>	<p>F1: 25/09/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração do Mercado Livre de Produtos – Santa Cruz O governador Carlos Lacerda fala que vai ler o nome dos lavradores que vão tomar conta do seu mercado. Mas, antes avisa que vai falar sobre o destino de Santa Cruz. Comenta que ainda não tinha sido feito tudo que era necessário, mas que muito já tinha sido feito. Conta que seriam construídas indústrias em Santa Cruz, que iriam dar emprego a moradores da região e que também seria construída uma escola técnica no bairro. Lacerda acrescenta que iria combater a grilagem em Santa Cruz. Defende o apoio do governo federal para que fosse instalada uma indústria siderúrgica em Santa Cruz. Assinala que tinha estabelecido um compromisso, com a Guanabara e com Santa Cruz, de fazer a indústria siderúrgica. Critica a localização do porto da cidade do Rio de Janeiro, no centro da cidade. Explica que isso prejudicava a movimentação das mercadorias, por isso ele estava transferindo praticamente o porto do Rio</p>



			<p>para Santa Cruz. Conta que esta mudança foi fruto de trabalho e de estudo, mas salienta que o governo federal, com o apoio do PSD, apoiava a entrega do minério brasileiro a Rana, que não iria exportar o minério. Avisa que não daria para fazer tudo em quatro anos, que não fazia apenas hospitais novos, também estava reformando os hospitais velhos, porém, alguns não tinham condições de serem reformados. Explica que tinha mudado a direção dos hospitais e que isso era o mais importante. Comenta as reformas que fez em hospitais como o Pedro Ernesto e o Souza Aguiar. Lacerda fala que tinha havido uma “Revolução” no Brasil e as pessoas quase não se lembravam porque a “Revolução” esqueceu da Guanabara. Critica a escolha de Roberto Campos para o Ministério da Fazenda. Diz que a “Revolução” veio para garantir as eleições livres, mas diz que as eleições só iriam acontecer por pressão, porque o presidente queria que houvesse eleições indiretas. Conta que em uma ditadura as pessoas sabem como começa, mas nunca sabem como acaba. Fala sobre a importância daquela eleição para que houvessem outras eleições.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.022</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Entrevista do Governador Lacerda na TV Itapoã</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1</p> <p>Candidatura, radicalismo, conceitos de esquerda e direita, reflexo condicionado, Leonel Brizola, Magalhães Pinto, Partido Comunista, abolição da escravatura, sindicatos, urbanização de favelas, analfabetismo, eleições</p>	F1: 45 min	F1: 02/03/1964	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Entrevista do Governador Lacerda na TV Itapoã</p> <p>O repórter pergunta se Lacerda se considera radical e ele responde que sim, que sua candidatura iria arrancar o mal pela raiz., mas ressalva que o radicalismo não estava ligado à violência. Diz que no Brasil as pessoas tinham medo de algumas palavras, como radicalismo, que as pessoas tinham reflexo condicionado, como o cachorro da experiência Pavlov. Discorre sobre os conceitos de esquerda e direita, que, segundo ele, eram cada vez mais difíceis de serem distinguidos, mas que as pessoas falavam sem se preocupar com a definição. Diz que radicalização era o novo reflexo condicionado que se queria implantar. De acordo com Lacerda, falavam que a sua candidatura era radical, mas cita outros dois candidatos, Leonel Brizola, que chama de engenheiro por correspondência, e, do outro lado, Magalhães Pinto, e pergunta se nenhum dos dois radicalizava. Comenta que Magalhães Pinto era o dono do maior banco privado do país e que Leonel Brizola não era banqueiro no Brasil, mas podia ser no exterior. Pergunta novamente se nenhum dos dois radicalizava. Fala que tinha medo dos homens nem carne nem peixe. Acredita que usavam a palavra radicalização para adultos como usavam a palavra bicho-papão para as crianças, para botar medo. Conta que um grupo não muito numeroso, convocado por entidades que serviam de fachada para o Partido Comunista, foi à universidade impedir a aula inaugural do professor Clemente Mariani. Diz que entre as faixas de protesto</p>



			<p>tinha uma escrita “Go home, Lacerda”. Afirma que estes estudantes eram fanáticos, não queriam ouvir e queriam impedir que os outros ouvissem. Diz que eles eram filhos de Lee Oswald, assassino de Kennedy. Declara que era preciso radicalizar para provocar mudanças na sociedade, que Lincoln radicalizou ao abolir a escravidão, que Getúlio Vargas radicalizou ao criar os sindicatos. Diz que a radicalização consistia em optar pela paz e liberdade do povo brasileiro e que era preciso tomar uma decisão. Lacerda explica que pensava da mesma maneira que a população de Salvador, que pudera perceber isto desde que chegara à cidade. Fala que a única opção era a sua, porque o outro caminho era o da submissão pela inércia e pelo temor. Critica o Partido Comunista da Bahia por não saber organizar um protesto, considera que eram péssimos militantes, muito mal organizados, que se sentiu decepcionado com o Partido Comunista da Bahia. Comenta que estes militantes não riam, apenas vociferavam palavras de ordem e que os comunistas tentaram convencer a população de que ele era de direita e reacionário porque era contra ao comunismo. Declara que era contra o comunismo, assim como Kennedy, o papa João XXIII e outros. Afirma que os militantes deveriam ser punidos de acordo com a lei, que eles teriam de ser punidos como qualquer outro cidadão seria. Surge uma pergunta sobre como o governador estava resolvendo o problema da habitação na Guanabara. Ele responde que encontrou um milhão de moradores nas 183 favelas da cidade do Rio de Janeiro, que estava construindo 400 casas em Vila Aliança, que estava urbanizando a Vila da Penha e que estava construindo mais casas na Vila Kennedy. Destaca que o problema da habitação tinha solução, desde que fosse encarado com seriedade e com urgência. Enumera as favelas que estavam passando pelo processo de urbanização do governo do estado. Outra questão lhe foi apresentada, se ele era a favor do voto do analfabeto. Ele retruca que era a favor de que o analfabeto estudasse, não que se lutasse para que o analfabeto votasse. Comenta que faltava pudor ao governo ao pedir o voto dos analfabetos. Critica o reitor de uma faculdade que defendeu o voto dos analfabetos. Diz que estas pessoas não se importavam com a educação. Afirma que era contra o voto do analfabeto porque era a favor do fim do analfabetismo. Perguntam a ele se existia o risco de não haver eleições. Lacerda responde que havia, mas que a mobilização popular poderia garantir a realização das eleições</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.023 1. Assunto	F1: 20 min F2a: 10 min F2b: 20 min	F1: 20/03/1964 F2: [1964] F3: 02/03/1964	Faixa 1 Reunião com o Rotary – Osasco Fala sobre uma favela próxima ao Jockey Clube, que foi removida para parques proletários,



<p>1.1 Faixa 1 Reunião com o Rotary – Osasco</p>	<p>apesar da tentativa do ministro da Justiça de impedir a remoção dos moradores e garantir que iria distribuir terras na beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, para os moradores continuarem na região. Ele afirma que não havia nada que prejudicasse mais a justiça social dos democratas e cristãos de certo tipo, do que proporcionar aos favelados uma casa decente através de crédito e trabalho. Lacerda afirma que quando os favelados tivessem boas condições de moradia já não haveria possibilidade de fazer reformas na Constituição. Diz que procurou uma solução para o problema da habitação no estado da Guanabara e que chegou à conclusão de que primeiro era necessário resolver o problema do crédito. Afirma que o estado não deveria ser responsável pela construção de casas, mas deveria criar condições para que as pessoas construíssem a sua própria casa, ou construíssem casas para outras pessoas comprarem. Crítica a Caixa Econômica Federal por não investir o suficiente na construção de casas populares. Acredita que o governo deveria estimular a indústria da construção civil, dando crédito e resseguro para os moradores que não pagassem. Explica que desta maneira o governo iria construir milhões de casas. Comenta que quem construía estradas, iria querer construir casas. Salienta que o principal problema de habitação era causado por falta de crédito para o trabalhador comprar a sua casa e que se o governo desse crédito aos trabalhadores, acabaria o problema da habitação. Lacerda conta a história de uma moradora de Vila Kennedy que foi falar com ele para dizer que estava muito feliz por dois motivos, o primeiro era que ela já tinha arrumado um biscate, estava alisando o cabelo dos outros moradores, tinha aberto um salão de beleza. Lacerda disse que ela o levou até a cozinha de sua casa para contar o segundo motivo, abriu a torneira da pia e disse: “Doutor, o senhor já viu água correr da torneira depois de 20 anos de lata na cabeça?”</p>
<p>1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda Discursa em Cascadura</p>	<p><i>Faixa 2a</i> O Governador Carlos Lacerda Discursa em Cascadura Fala que confia no desempenho da juventude brasileira nas eleições de 1965. Diz que a juventude não se preocupa com o passado, mas com o futuro. Ao entregar a praça aos moradores, ele comenta que trazia um imenso agradecimento e estabelecia um novo compromisso. Afirma que era Cascadura por fora e coração por dentro. Explica que não via diferença entre o mais rico e o mais pobre na hora de cumprir o seu dever. Salienta que a reforma não deveria ser o ópio do povo, não se deveria ter a falsa escolha entre a reforma e a “Revolução”. Promete promover a reforma</p>
<p>1.3 Faixa 3 Entrevista do Governador Lacerda na TV Itapoã Repetição Parcial do Conteúdo da Fita de Rolo 22</p>	
<p>2. Temas</p>	
<p>2.1. Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda remoção de favelas, problema da habitação, crédito, crítica à Caixa Econômica Federal, água corrente</p>	
<p>2.2.1 Faixa 2a Governador Carlos Lacerda Discursa em Cascadura. Elogios ao povo de Cascadura, reforma democrática, “Revolução”</p>	
<p>2.2.2 Faixa 2b Repetição Parcial do Conteúdo da Fita de Rolo 22 urbanização de favelas, voto do analfabeto, mobilização popular, eleições</p>	



			<p>democrática do Brasil.</p> <p><i>Faixa 2b</i> Repetição Parcial do Conteúdo da Fita de Rolo 22 Entrevista do Governador Lacerda na TV Itapoã Ele diz que encontrou um milhão de moradores nas 183 favelas da cidade do Rio de Janeiro. Menciona que estava construindo 400 casas em Vila Aliança, que estava urbanizando a Vila da Penha. Acrescenta que estava construindo mais casas na Vila Kennedy. Considera que o problema de habitação tinha solução, desde que fosse encarado com seriedade e com urgência. Enumera as favelas que estavam passando pelo processo de urbanização do governo do estado. Perguntam a ele se era a favor do voto do analfabeto Ele responde que era a favor de que o analfabeto estudasse, não que se lutasse para que o analfabeto votasse. Comenta que faltava pudor ao governo ao pedir o voto dos analfabetos. Critica o reitor de uma faculdade que defendeu o voto dos analfabetos. Afirma que estas pessoas não se importavam com a educação. Ratifica que era contra o voto do analfabeto porque era a favor do fim do analfabetismo. Perguntam a ele se existia o risco de não haver eleições. Lacerda diz que havia, mas que a mobilização popular poderia garantir a realização das eleições.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.024</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Almoço no Rotary de Osasco</p> <p>2. Temas</p> <p>2,1. Faixa 1 Conteúdo igual ao da Fita 2 – Faixa 13 Favelas, reforma agrária, progresso, civilização, teoria da CEPAL, D. Hélder, visão romântica das favelas, favelas no exterior, COHAB, trabalho voluntário, problema habitacional</p>	F1: 40 min	F1: 20/03/1964	<p><i>Faixa 1</i> Conteúdo Igual ao da Fita 2 – Faixa 13 Almoço no Rotary de Osasco Lacerda diz que já tinha falado várias vezes uma tolice, que as favelas eram fruto da falta de reforma agrária. Comenta que mudou sua visão, que as favelas eram criadas pelo progresso, pela urbanização, eram consequência da revolução industrial por que passava o país. Lacerda critica a teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que considerava o Brasil um país subdesenvolvido. Diz que uma prova de que esta teoria estava errada era que a CEPAL não classificou o Chile e o Uruguai como países subdesenvolvidos. Diz que o Brasil é um país com dimensões continentais e um país com diferentes graus de desenvolvimento. Lacerda critica a teoria econômica da CEPAL de que a construção de casas era inflacionária e diz que esta era a principal causa da expansão de favelas no Rio de Janeiro e no Brasil, porque não se investia na construção de casas, apenas na construção de fábricas. Acredita que a elite tinha uma visão distorcida das favelas ou as considerava um antro de marginais ou uma espécie de capela na qual só havia santos. Critica Dom Hélder Câmara que, segundo ele, tinha uma visão romântica das favelas. Lacerda comenta que a maioria dos moradores de favela tinham que pagar aluguel pelos barracos onde moravam e, muitas vezes, para pessoas que não</p>



moravam nelas. Explica que as favelas não eram previstas pela lei, e poderiam ser consideradas um triunfo da iniciativa particular do seu morador, privado de crédito, do amparo da lei. Afirmava que as favelas da Zona Sul existiam porque os favelados precisavam morar perto de seus empregos. Acrescenta que as favelas também eram construídas perto das fábricas, nas quais os favelados trabalhavam. Diz que um dos maiores erros que se poderia cometer era dizer que o favelado era um desclassificado social. Assinala que depois de estudar as favelas tinha resolvido enfrentar o problema. Critica as pessoas que se preocupavam em remover as favelas por causa dos estrangeiros. Relata que conheceu favelas em Paris, Londres, Nova York e que não havia motivos para nos envergonharmos. Conta que começou o trabalho nas favelas com a Fundação Leão XIII, depois criou a COHAB (Companhia de Habitação). Por fim, destaca, conseguiu um parecer do Departamento Nacional de Previdência Social para que os institutos entrassem com os terrenos, que tinham disponíveis, como parte do capital da COHAB, de forma que fossem construídas casas para os contribuintes dos institutos, que depois seriam vendidas, mas diz que até aquele momento os terrenos não tinham sido cedidos. Lacerda comenta que não eram todas obras do seu governo, que havia verbas do governo dos Estados Unidos como, segundo ele, afirmavam os comunistas. Acredita que o Rio Grande do Norte já tinha recebido mais verba dos EUA do que a Guanabara. Conta que usou a verba destinada às favelas para urbanizá-las e para comprar terrenos com vistas a criar conjuntos habitacionais como Vila Kennedy e Vila Aliança. Lacerda rebate as críticas que vinha recebendo por não ter entregue as casas completas, ou seja, por ceder as casas com um terreno para que a casa pudesse ser, posteriormente, ampliada. Menciona que na Vila Aliança 40% dos moradores já tinham ampliado a sua casa. Defende a ideia de que os moradores tinham que comprar as casas na Vila Aliança e na Vila Kennedy, pagando 15% do salário mínimo por mês, durante 10 anos, aproximadamente. Fala sobre a urbanização da favela da Vila da Penha, que foi feita pelo governo do estado da Guanabara. Diz que este trabalho contou com a ajuda dos moradores da favela e que a favela do Vintém foi urbanizada por dois mil moradores, coordenados por um engenheiro do governo do estado. Considera que com o trabalho voluntário o governo tinha economizado 30 milhões de cruzeiros. Lacerda narra o caso de um deputado que quis comprar votos dos moradores de uma favela oferecendo duas bicás e que ouviu a resposta de que a favela não precisava de bicás, porque já tinha sido



			<p>construído um reservatório no local. Comenta que obras como estas libertavam os moradores de políticos interesseiros. Lacerda fala sobre a remoção da favela do Pasmado e menciona que o Partido Comunista tentou evitar a remoção da favela, para não perder o seu curral eleitoral. Mas, relata que os moradores das favelas queriam ir para Vila Kennedy e que pelo menos 40 % das famílias tinham geladeira. Comenta que estas famílias tinham crédito para comprar geladeira, mas não tinham crédito para comprar uma casa. Saliencia que muitos políticos eram contra a remoção de favelas, não queriam que os favelados tivessem condições de comprar uma casa. Ressalta que chegou à conclusão de que era preciso haver um financiador para a construção de casas populares. Explica que não era o estado o responsável por resolver o problema de habitação, mas que deveria criar condições para que as pessoas construíssem a sua própria casa ou construíssem casas para outras pessoas comprarem.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.025</p> <p>1. Assunto Visita à Câmara de Vereadores de Osasco</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 progresso, democracia, problemas raciais, problemas religiosos, desigualdades regionais, marcha pacífica, liberdade, comunistas, reforma, revolução, pelego, campanha, Presidência da República</p>	F1:25 min	[1965]	<p><i>Faixa 1</i> Visita à Câmara de Vereadores de Osasco Lacerda diz que nenhuma nação deve enriquecer a custa da pobreza dos seus cidadãos. Afirma que é melhor um povo rico com um governo pobre do que o contrário. Diz que foi assim que os EUA, a Alemanha e todas as nações verdadeiramente governadas por democratas progrediram. Acredita que o Brasil não tinha problemas raciais graves, não tinha problemas religiosos, apenas desigualdades regionais e uma diferença excessiva entre alguns grupos ligados ao poder político e numerosas multidões sem nenhuma proteção. Segundo Lacerda, os governantes estavam muito poderosos, do carro oficial à galinha oficial. Acrescenta que a marcha pacífica e vitoriosa ocorrida no dia anterior em São Paulo, mostrou a insatisfação da população com a situação. Saliencia que foi a Osasco celebrar a união do povo como um todo, todos movidos pela ideia de que sem liberdade não se poderia nem exigir o que não se tinha. Diz que os ricos sempre tinham condições de garantir a sua liberdade, mas o pobre e o remediado, para quem nada era fácil, para este homem que sofria para viver, para quem a vida tantas vezes era triste, que tinha como riqueza a sua família, era para ele que Lacerda pedia ajuda para manter a liberdade, que era a riqueza do pobre. Comenta que não pedia liberdade para os homens do decreto lei, para quem o poder era uma coleção de automóveis do último tipo, de fazendas do último tipo, e hipocrisia do velho tipo. Refuta as acusações de ser reacionário, de ser de direita e matador de mendigos. Lacerda fala que os comunistas eram irrecuperáveis para a democracia porque só acreditavam na revolução. Comenta que se os comunistas</p>



			<p>queriam a revolução, não poderiam querer reformas. Lacerda afirma que faria uma revolução, iria inaugurar no Brasil a democracia, a democracia nos sindicatos, nos partidos, na administração pública. Diz que em vez de nomear seus filhos para cargos sem concurso, iria abrir concurso para que os filhos de todos tivessem iguais oportunidades. Conta que tinha se alongado para deixar ao povo de Osasco o testemunho do seu respeito e gratidão pela cidade. Promete voltar à cidade para conversar com os trabalhadores e afirma que nenhum pelego iria impedi-lo de falar livremente com eles. Lacerda fala que iria viajar por todo o Brasil em sua campanha para a Presidência da República. Assinala que aquele era o momento, que as mulheres se levantavam no Brasil para dizer ao presidente que aturasse o seu mandato até o fim, mas não perturbasse a vida de ninguém. Que as mulheres se levantavam e diziam ao presidente da República “ é hora de governar! hora de comer, comer, hora de trabalhar, trabalhar, hora de dormir, dormir.” Diz que a hora de agitar já tinha acabado, que havia quase três anos o presidente não governava.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.026</p> <p>1. Assunto Discurso do Governador Lacerda na Assembleia Legislativa de São Paulo</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 “Revolução”, convivência democrática, maturidade política, prosperidade, interesses, quartelada, defesa da liberdade, reforma pacífica</p>	F1: 45 min	F1: 21/08/1964	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discurso do Governador Lacerda na Assembleia Legislativa de São Paulo</p> <p>O deputado Nelson Pereira faz elogios ao governador Carlos Lacerda e à então recente “Revolução”. Considera que Lacerda teve uma participação decisiva no movimento. Comenta que estava havendo uma revolução das consciências, da moral pública, da reconstrução, do trabalho e da ordem. Faz diversos elogios ao presidente Castelo Branco. Afirma que o povo não poderia se sentir traído pela “Revolução” que tinha sido feita para ele. Faz um apelo ao governador para que não permitisse que as ideias que motivaram a “Revolução” fossem traídas. O governador Carlos Lacerda diz que estava grato pela cerimônia e que compreendia bem o significado daquela sessão, que representava um ato de convivência democrática e maturidade política. Afirma que todos desejavam um país tranquilo e próspero, com um povo mais confiante e mais alegre. Mas acrescenta que não se conseguiria fazer isso sem contrariar interesses de alguns. Explica que não se deveria confundir uma revolução com uma quartelada. Fala que se inspirou em Rui Barbosa, em sua defesa da liberdade. Fala sobre o exemplo dos militares do Forte de Copacabana. Comenta que colheu ensinamentos e exemplos em 30, 32, 37, 45 e 54. Salienta que não se conformaria em ver a população brasileira deixar passar a oportunidade de reformar pacificamente o Brasil. Lacerda diz que era chegada uma fase de definição, que era preciso tomar um caminho. Afirma que se a população queria liberdade, paz</p>



			<p>e uma pátria de irmãos era preciso agir. Lacerda assegura que não se poderia substituir o fetichismo do bacharel pelo do economista. Destaca que o povo brasileiro desejava que a “Revolução” fosse justa e serena, atuante e severa. Acredita que uma revolução acontece quando uma geração consegue implantar sobre a rotina uma nova mentalidade, diante de seus problemas e suas aspirações. Acrescenta que a simples conquista do poder não era política, era um corpo a corpo com a História, uma luta diária. Acha que a vitória na política só a sabe usar quem sabe perder. Faz um apelo ao povo brasileiro para que confiassem na “Revolução”, mas que exigissem que ela cumprisse o que prometera e não o que desejavam fazer dela os que a tornaram necessária.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.027</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Reunião de Governadores</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Acordos entre União e estados, aprovação, Congresso, Assembleias, salários, delegacias fiscais, Poder Judiciário, moção, regulação dos acordos, municípios</p>	F1: 50 min	[1960 a 1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Reunião de Governadores .</p> <p>Leitura pelo governador Plínio Coelho do decreto que determinava a fixação de normas para a celebração de acordos entre a União e os estados. São listadas as situações em que seria possível haver acordo entre os estados e a União. Os acordos precisavam ser aprovados pelo Congresso e pelas Assembleias estaduais. Um governador não identificado fala sobre o convênio do estado da Guanabara com o governo federal. Ele prevê que os convênios trariam dificuldades aos estados e levanta o problema do pagamento dos magistrados, que poderia ser muito elevado para os estados. O orador volta a falar sobre a necessidade de que os governos estaduais pedissem autorização às Assembleias Legislativas para realizarem convênios com o governo federal. Segue-se a leitura dos artigos que regulamentavam os convênios. Plínio diz que o estado, sendo autorizado, poderia requerer convênios para pagar auxílios suplementares aos vencimentos da magistratura. Ele defende que o auxílio do governo federal aos estados deveria ser entregue às delegacias fiscais, que ali depositariam o numerário, na conta do Poder Judiciário. Sugere uma moção na qual constasse que os convênios com os estados, para auxiliar a magistratura, eram um auxílio da União à magistratura estadual. Declara que este era o seu voto. Carlos Lacerda afirma que a proposta já atendia a uma reivindicação sua, a regulação dos acordos por critérios objetivos e uniformes. Defende a autorização pelo Congresso. Concorda que também seria necessária a aprovação das Assembleias Estaduais para assinatura dos acordos. Acrescenta que a Guanabara não precisava de recursos federais para pagar o magistério, mas precisava em outras áreas. Considera que o governo federal tinha que ajudar os estados a pagarem os seus funcionários, devido à inflação. Os governadores</p>



			discutem o assunto. Não existe consenso sobre se o Congresso devia ou não aprovar os convênios da União com os estados. Um governador defende que os municípios também tivessem direito de assinar acordos com a União.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.028	F1: 40 min	[1960 a 1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Reunião dos Governadores - Continuação da Fita Anterior</p> <p>O governador da Bahia diz que os municípios estavam mais organizados que os estados em termos de reivindicações, mas acrescenta que a entidade formada pelos governadores tinha conseguido acabar com a interferência partidária nas decisões do grupo. Afirma que a vitória na aprovação da emenda número 5 só foi possível graças à união dos prefeitos e que os governadores precisavam se organizar melhor. Salaria que Lacerda governava um estado poderoso e compara o estado da Guanabara com o estado da Bahia, dizendo que enfrentava grandes dificuldades para governar a Bahia com um orçamento reduzido. Defende mudanças na Constituição. Diz que os governadores precisavam ter um instrumento de pressão junto ao Congresso. Outro governador contesta a ideia de criar um grupo de pressão. O governador da Bahia defende a ideia de pressionar o Congresso. Ele diz que as reuniões de governador davam poucos resultados práticos. Explica que quando era prefeito, a Associação Brasileira de Municípios ajudava os prefeitos a atingirem seus objetivos. Um governador se manifesta a favor da ideia do representante do Acre, de se criar uma assessoria técnica que encaminharia as resoluções tomadas pela conferência. Assinala que uma organização de governadores não funcionaria. O governador da Bahia retruca que a organização dos prefeitos funcionava, então, a dos governadores poderia funcionar também. Lacerda diz que, na conferência de Araxá, houve um consenso sobre as reuniões dos governadores, que deveriam ser platônicas, ou seja, a influência das decisões seria por repercussão, porque institucionalmente eram apenas governadores em conjunto, representavam um grupo de amigos que se reuniam informalmente. Comenta que haveria o risco de tomarem decisões que não fossem legitimadas nem por eles mesmo. Mas, defende uma maior organização dos governadores e elogia a proposta do representante do Acre. Diz que a única Associação de governadores que existia era a União, formada pelo pacto federativo. O governador da Bahia mantém a sua posição em defesa de um grupo de pressão formado pelos governadores. Lacerda responde que o Congresso era quem deveria ser o grupo de pressão sobre o Executivo, acrescenta que não se poderia substituir o Congresso por uma Associação dos Governadores. Propõe uma</p>
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Reunião dos Governadores - Continuação da Fita Anterior.			
2. Temas			
21. Faixa 1			
Interferência partidária, emenda nº 5, orçamento reduzido, Constituição, instrumento de pressão, Congresso, Associação Brasileira de Municípios, assessoria técnica, pacto federativo			
2.2 Não tem faixa 2			



			Secretaria Técnica para auxiliar os governadores, sediada em Brasília, mantida pelos governos estaduais. Cada estado designaria um funcionário para que em conjunto eles criassem esta assessoria.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.029	F1: 5 min	F1: 20/07/1963	<i>Faixa 1</i> Entrevista do Governador Lacerda a Rádio Guaíba de Porto Alegre Lacerda considera um privilégio da democracia no Brasil a população poder dispor de um grupo jornalístico que constava dos jornais <i>Correio do Povo</i> , <i>Folha da Tarde</i> e da rádio Guaíba. Saúda o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneguetthi.
1. Assunto Entrevista do Governador Lacerda a Rádio Guaíba de Porto Alegre – RS			
2. Temas			
21. Faixa 1 democracia, grupo jornalístico			
2.2 Não tem faixa 2			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.030	F1:45 min	F1: 22/12/1963	<i>Faixa 1</i> Homenagem do Governador Lacerda na Assembléia do Estado de Goiás Lacerda diz que estava muito feliz por estar em Goiânia, que foi muito bem recebido e que se sentia como se estivesse no Rio de Janeiro. Afirma que quase perdeu a eleição na Guanabara por causa da campanha contra ele, espalhando que ele iria acabar com as escolas públicas e despejar todos os favelados. Comenta que seu governo estava seguindo a aplicação do programa da UDN. Cita, como exemplo, a prioridade de investimentos no subúrbio, que implantou no seu governo, e estava prevista no programa da UDN. Diz que as suas obras não foram feitas apenas com dinheiro americano e que a SUDENE também tinha recebido dinheiro dos EUA, mas não tinha utilizado. Comenta que o seu governo não tinha nada demais, era apenas resultado de trabalho. Considera que outros governantes do Brasil precisavam aprender a trabalhar. Cita outra razão para o sucesso do seu governo, apregoa que dinheiro de pobre na mão de governo honesto estica. Diz que venceu a eleição porque seus adversários perderam por excesso de confiança e que quando assumiu o governo deu prioridade ao subúrbio, área onde havia recebido menos votos na eleição. Destaca que conseguiu conquistar a confiança da população. Afirma que em três anos de governo, nunca removeu um favelado com violência. Discorre sobre a realização de concursos públicos em seu governo. Explica que seguiu rigorosamente os princípios e fins do partido e que, após anos de demonstração de fidelidade ao programa e aos princípios do partido, pôde se apresentar aos seus companheiros goianos da UDN para analisar objetivamente um problema político. Diz que o povo carioca deu-lhe a oportunidade de mostrar que não era apenas um destruidor. Conta que não queria concorrer à presidência por vaidade e que também não tinha
1. Assunto Homenagem do Governador Lacerda na Assembléia do Estado de Goiás			
2. Temas			
21. Faixa 1 Programa da UDN, investimento no subúrbio, SUDENE, dinheiro americano, remoção de favelado, concursos públicos, candidatura à presidência			



			<p>interesse no poder. Assegura que o governo não desejava eleições livres e democráticas e que para enfrentar o governo era preciso ter candidatura, e para ter candidatura era preciso ter candidato. Salienta que o povo estava dando uma lição ao continuar acreditando na democracia, mesmo após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Acredita que quanto mais rápido a UDN escolhesse o seu candidato à presidência, melhor, embora diga que o partido não precisaria ter apenas uma opção para candidatura à presidência. Afirma que se fosse necessário, o partido deveria fazer uma votação para escolher seu candidato. Critica Juscelino por se dizer defensor da legalidade, considera que esta bandeira era da UDN. Pede para os udenistas goianos escolherem um candidato que, fosse ele ou não, mas que escolhessem um candidato. Assinala que a indefinição quanto à sua candidatura impedia que recebesse apoio de outros partidos. Acha que o máximo risco que o partido corria era chegar à convenção com mais de um indicado a ser candidato e diz que assim que o candidato fosse escolhido, ele passaria a ter apoio unânime da UDN.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.031</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1.1 Faixa 1a Conferência Proferida no Cine Vitória em Limeira, São Paulo</p> <p>1.1.2 Faixa 1b Carlos Lacerda em BH</p> <p>1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda em BH</p> <p>1.3 Faixa 3 Continuação da Fita 1a. Conferência Proferida no Cine Vitória em Limeira, São Paulo</p> <p>1.4 Faixa 4 Carlos Lacerda em BH</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. 1. Faixa 1a cota de trabalho, Previdência Social, sindicalismo, violência, luta de classes, Hitler, Mussolini, Partido Comunista, liberdade, violência, legislação trabalhista, impostos, crédito, dívidas, casas populares, política habitacional, empregados, empregadores,</p>	<p>F1a: 1:06:36min F1b: 46min F2: 1:35:20min F3: 27:03min F4: 1.35.20min</p>	<p>F1a; 28/12/1963 F1b: 27/12/1960 F2: 27/12/1960 F3: 28/12/1963 F4: 27/12/1960</p>	<p><i>Faixa 1a</i> Discurso do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em Limeira, para a União Limeirense de Universitários e para a União Limeirense de Estudantes Secundários Uma pessoa ao microfone agradece o atendimento do nobre povo de Limeira comparecendo à conferência, faz referência à hospitalidade de Limeira a Carlos Lacerda e dá boas vindas ao governador. Passa a palavra ao governador da Guanabara, que inicia dizendo que falaria sobre dois temas da mais fascinante autoridade. Reconhece não ser especialista na matéria, embora tenha sido autor do projeto de cota de trabalho, apresentado em 1955, na Câmara dos Deputados, e que ainda lá se encontrava. Antes de discorrer sobre os assuntos, Carlos Lacerda agradece as excelentes, sóbrias e vigorosas palavras do orador. Lacerda começa a falar sobre Previdência Social e sindicalismo, temas vinculados ao processo geral de reforma social que viria substituir a ideia de luta de classes. Acha ele que, ao invés da ideia de que era inevitável a luta de classes e de que ela levava necessariamente a um choque pelo qual os explorados se voltavam contra os exploradores e instauravam um governo ditatorial através de um partido único – o Partido Comunista –, que por meio de uma ditadura tentava chegar à sociedade sem classes, os cristãos, os socialistas democráticos e os reformistas em geral tinham pugnado por soluções evolutivas sem violência, que levassem a um resultado mais satisfatório. Daí a ideia da</p>



Estado, imposto sindical, sindicato único, justiça eleitoral, autonomia sindical . Ministério do Trabalho

2.1.2 Faixa 1b

reforma agrária, água, estrada, latifúndio, mendigos, comunistas, Serviço Social, Petrobras, royalties, empréstimos externos, projeto para a Petrobras, inflação, capital estrangeiro

2.2 Faixa 2

comunismo, socialismo, capitalismo, Revolução Industrial, Karl Marx, países nórdicos, democracia, reforma agrária, candidatura, UDN, cidadão honorário, realizações de governo

2.3 Faixa 3

Nordeste, Amazônia, São Paulo, ordem, desordem, construção de cidades, greve, antecipação da sucessão presidencial, cidades inventadas, união de princípios e ação

2.4 Faixa 4

É a mesma gravação da fita-rolô 31, faixa 2.

Previdência Social, fundada em três noções: a que interessava ao trabalhador, que era a de saber que após haver alugado sua força de trabalho, quando suas forças começassem a desaparecer pela idade ou pelo esforço depreendido – em suma, quando ele se cansasse – precisaria da garantia, da segurança de seu lazer, de seu repouso e descanso; a que mais interessava aos governos, que consistia em resolver o problema social, isto é, impedir que houvesse trabalhadores que, após uma vida de trabalho, fossem postos na rua, com uma mão na frente e outra atrás. Explica Lacerda que era por esse caminho que os governos tinham de pensar na Previdência Social; e a dos empregadores, que tinham de se interessar por ela, porque interessaria renovar o quadro de seus trabalhadores, sem criar problemas de revolta, de desajustamento, de justiça social gritante. Portanto, por três caminhos diferentes com interesses diversos, mas convergentes, a empresa, o trabalhador e o Estado – as três entidades – tinham que se interessar pela previdência. Conta que no Brasil ela teve seus começos logo depois da Primeira Guerra. Lacerda discorre sobre a história da Previdência no Brasil. Fala da atuação de seu pai, Maurício de Lacerda, como deputado. Assinala que, em 1930, a Previdência tomou, por um lado, maior impulso, mas, por outro, começou a sofrer de gigantismo, até chegar ao monstro em que estava transformada. Ele menciona a relação entre governo, empregado e empregador na estrutura da Previdência Social no Brasil e sobre as suas contribuições. Ressalta que o governo nunca pagou suas contribuições e chama o governo de caloteiro. Explica que isso acarretou perda da força material, esvaziando os Institutos, e perda de força moral para cobrar os demais, o que fez acumular por todo o país uma dívida considerável. Cita a medida do Banco do Brasil de não conceder crédito aos devedores da Previdência, mas, especifica que o espantoso para ele era que o patrão do Banco do Brasil, que era o próprio governo, também não pagava a Previdência Social. Discorre sobre os Institutos, assegurando que eles tinham tomado a forma autárquica para poderem ter um regime de pessoal adequado, em regime de legislação trabalhista, tal qual os próprios trabalhadores, que contribuía para eles. Defende o regime de concurso público para a admissão de pessoal e, sobretudo, para admissão de pessoal no mínimo estritamente indispensável. Ocorre, porém, de acordo com a denúncia de Lacerda, que os autárquicos começaram a ser admitidos em regime de favor, aos milhares. Diz que, pouco tempo antes, um número inteiro do Diário Oficial não tinha sido suficiente para as nomeações de um só mês. Ele também fala sobre



a má aplicação das reservas da Previdência, sobre a aplicação compulsória pelo governo em negócios ruinosos ou, pelo menos, não remuneradores. Diz que todo o dia 01 de maio era assinado um decreto que versava sobre a Previdência Social. Carlos Lacerda considera uma injustiça, uma violência, exigir que os empregadores pagassem sua dívida com a Previdência Social da noite para o dia. Para ele, o fato da União não pagar sua contribuição, aliado ao aumento, em folha, da contribuição do empregado e do empregador, eram os fatores causadores do aumento da dívida. Assinala que os empregadores nunca tinham sido ouvidos sobre a real possibilidade de pagar. O mais grave, porém, para Lacerda, era a sucessão de encargos que a Previdência vinha acumulando, sem ter reservas financeiras para fazer frente a eles. Destaca que os auxílios de toda espécie formavam um imenso engodo. E daí ele pergunta: "O que há a fazer?" Ele responde que não acreditava que fosse preciso mais leis para a reforma da Previdência Social, o que faltava, ressaltava, eram portarias que fizessem cumprir as leis existentes. Fala do fracasso dos Institutos no que dizia respeito à política da casa própria. Reconhece que eles fizeram alguma coisa no passado, mas que não se encontravam, então, em condições, a rigor, de fazer coisa alguma. Exemplifica dizendo que não venderam as casas, alugaram-nas sem se defender contra os efeitos da inflação. O resultado disso era que havia alguns conjuntos residenciais onde moravam alguns trabalhadores a custo dos que não tinham casa. Pagavam aluguéis de 10, 20 anos passados, que não representavam nada em face da inflação. Muitos deixaram de pagar, por não serem deles, também muitos não conservavam. O Instituto também não estava recebendo o que deveria receber, então, não conservava. Ele pergunta: "O que há a fazer?" E logo responde, dizendo ser simples, que a solução era desenvolver um programa de habitação popular em cada área, localizando ali um pequeno escritório do próprio Instituto, que financiasse o material de construção. E, com a sua contribuição, o trabalhador reservava o material necessário, e uma agência do Instituto se transformaria numa espécie de Associação de Poupança e Empréstimo, uma espécie de Caixa Econômica mais direta, simples e imediata. O que se exigia, de acordo com Lacerda, era descentralização e honestidade na aplicação dos recursos. Na Guanabara, a média anual de casas populares estava sendo superior à média anual somada de todos os Institutos de Previdência, mais a Fundação da Casa Popular, mais a CEF, nos últimos 20 anos. Comenta que eram 10 mil casas sendo construídas na Guanabara. Por que isto? pergunta. Responde que tiveram o cuidado de



não transformar em esmola eleitoral para ninguém. As casas eram vendidas, praticamente pelo preço do custo, pagando o favelado 15% do salário mínimo por 10 anos. Fala da Vila Kennedy, da Vila Aliança, de Vigário Geral e da vila em Botafogo, na rua Álvaro Ramos. Mas, uma grande dificuldade para Lacerda consistia em que a maior parte dos terrenos disponíveis no estado estava na mão dos Institutos de Previdência, que não cediam, não vendiam, não alugavam, não arrendavam. Não faziam nada, assinala Lacerda, não construíam e não deixavam o estado construir. O segundo tema, abordado por Lacerda na conferência, era o problema da sindicalização. Lacerda diz que o sindicalismo não começou em 1930, como se costuma dizer. Fala que a tradição sindical brasileira era uma tradição do anarquismo como doutrina de trabalhadores espanhóis, italianos, poloneses, húngaros, portugueses. Explica que com a Revolução de 1930 começou a institucionalizar-se o sistema de sindicalização de trabalhadores e igualmente se fez também a sindicalização dos empregadores. Assinala que em 1934, quando foi convocada uma Constituinte, ao lado da representação política popular dos deputados constituintes eleitos pelo povo, aqueles sindicatos de empregados e de empregadores, criados no quintal do Ministério do Trabalho, “feito frango de viveiro, sem nenhum contato real com a massa trabalhadora, nem mesmo com a massa patronal”, aqueles precursores dos atuais pelegos foram constituir, por eleição feita por 17, por 18 eleitores nas Assembleias sindicais, uma bancada profissional dentro da Constituinte de 1934, em concorrência e numericamente em vantagem com relação aos representantes eleitos pelo povo em geral”. Enfatiza o governador que foi aí que se elegeu de maneira indireta para presidente da República o ditador de então: através do voto sindical copiado rigorosamente do sistema fascista de Mussolini. Voltou a ser crime, então, a ação de alguns trabalhadores como líderes sindicais. O Ministério do Trabalho passou a ser uma espécie de superpolícia, atuando nos sindicatos, pois a polícia podia e praticava violência contra os trabalhadores nos sindicatos. O Ministério anulava com uma simples portaria uma eleição sindical e no lugar das diretorias eleitas colocava interventores nomeados pelo ministro do Trabalho. Lacerda considera que foi ali que se matou o começo do movimento sindical autônomo e independente no Brasil. Acha que o sindicato único era uma anomalia, que o Brasil era o único país supostamente democrático no mundo em que o trabalhador não tinha o direito de escolher o sindicato a que deveria ou queria pertencer. A fórmula que Lacerda iria adotar, se fosse eleito, era a seguinte: o sindicato era único



em cada categoria, mas se os trabalhadores, por maioria, decidissem fundar um outro sindicato, este receberia carta sindical e aquele perderia a sua. Isso daria aos sindicatos a obrigação de servir realmente ao trabalhador, em vez de servir ao governo ou ao partido do governo. Denuncia que o sindicato que se opunha ao governo não recebia o dinheiro do fundo sindical e morria à mingua, ou teria que exigir, implorar que o sindicalizado pagasse duas vezes, através do imposto sindical e pagasse o sindicato independente, para que ele pudesse sobreviver. Para ele, havia dois meios de acabar com o monstro: um era matá-lo; e o outro era fazer-lhe uma operação plástica. Lacerda acredita que o sindicalismo no Brasil estava precisando da segunda opção, que consistia em extirpar-lhe, em amputar-lhe o imposto sindical, em fazer com que o sindicato tivesse uma vida autêntica, para que ele pudesse ter uma vida autônoma. Lacerda discorre sobre a Justiça Eleitoral e informa que antes do seu advento o candidato de oposição ganhava nas urnas, mas perdia na hora em que havia o reconhecimento dos poderes, isto é, a maioria eleita julgava se a minoria tinha ou não direito de se considerar eleita. Conta que seu pai foi vítima da degola na Câmara dos Deputados, que julgava se aquela eleição valia ou não. Para Lacerda, a instituição da Justiça Eleitoral foi, sem dúvida, uma conquista do movimento liberal de 1930. O fato de ela tomar conta das eleições foi o que começou a dar às oposições a possibilidade de chegar ao governo sem ser por meio de revolução. Carlos Lacerda pergunta: “Por que não fazer a mesma coisa com a eleição sindical?” E responde: “O sindicato é uma das formas através das quais a comunidade se organiza. Não deve, não pode e nem precisa substituir o partido político, com a condição de que o partido político também não queira influir nem dominar o sindicato. O sindicato é uma forma de associação econômica na qual o trabalhador pleiteia a melhoria de suas condições.” Carlos Lacerda adianta: “A ideia do sindicato como um instrumento da luta de classes é uma ideia em grande parte ultrapassada. A ideia do sindicato como instrumento de aperfeiçoamento profissional e de luta pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores é uma ideia justa e em grande parte ainda não realizada no Brasil”. Propõe uma união para libertar os sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho, para dar aos sindicatos sua plena e absoluta autonomia.

Faixa 1b

Entrevista com Carlos Lacerda para o Povo Mineiro.

Carlos Lacerda, sem citar nomes, fala de um homem honrado e bem intencionado que ele não



sabia dizer porque se envolveu num governo que não era honrado e nem bem intencionado. Resolveu tentar o que nenhum homem sozinho podia tentar, que era combater a inflação. Diz ele que não havia como combater a inflação com o Ministério da Fazenda tendo contra si todos os outros ministérios e o presidente da República de contrapeso. Acrescenta que se tratava de um excelente financista, que não teve compreensão política da gravidade do momento que o Brasil estava vivendo. Sobre a reforma agrária, ele salienta que não se queria fazer reforma agrária nenhuma. O que se queria, afirma ele, era desorganizar a produção agrícola no Brasil. Explica que havia dois fatores – um natural e outro feito pela mão humana – para a fragmentação da propriedade agrícola: água e a estrada, respectivamente. A estrada, continua, valorizava a terra, pois facilitava o transporte, tornava viável ao latifundiário vender parcelas do latifúndio, porque passava a ser negócio para ele vender as parcelas. A terra podia ser mais bem cultivada por causa do transporte, mas o transporte, nesse caso, em vez de ser uma benção, se transformava numa maldição. Fala da estupidez de um certo decreto que tinha a ver com a reforma agrária. Diz que o seu único resultado tinha sido a diminuição da produção agrícola, pois fez com que a terra fosse concedida a quem ainda não tinha provado que podia explorá-la. Segundo Lacerda, nesse caso, ao invés de produzir para todos, a terra ficava retida por todos. Perguntam-lhe sobre o episódio do extermínio de mendigos e ele retruca que fazia parte da técnica comunista pegar um fato real, atribuir-lhe origens e finalidades que não eram as reais e usar isso para destruir aqueles que podiam destruí-los. Assegura que o episódio dos mendigos foi um deles. Considera que os comunistas viviam da técnica da propaganda, da tal da denúncia que consistia em atribuir ao governo de Lacerda o extermínio de mendigos. Ele se defende dizendo que, inclusive, quando soube de um episódio de prática de violência contra um mendigo por policiais, estes sofreram as devidas punições. Acrescenta que tais policiais não foram nomeados por ele, e sim pelo presidente Getúlio Vargas e pelo Juscelino Kubitschek. Assinala que os mendigos da Guanabara eram tratados pela Secretaria de Serviço Social, e crê que essa era justamente a melhor resposta à calúnia. Completa comunicando que, salvo engano, era seu o primeiro governo do Brasil a elevar o Serviço Social à categoria de Secretaria de Estado, e ele não acredita que houvesse outro. Sobre o monopólio do estado sobre a Petrobras, declarado em lei, Lacerda diz que não discutia a lei, ele a cumpria. Agora, ele entendia que a Petrobras fora criada para dar petróleo e não



propaganda, que era tempo da Petrobras ser menor do que o Brasil, porque o Brasil, sim, era intocável, a Petrobras não. “Ou ela dá petróleo ou vai ser tocada, vai ser muito mexida”, enfatiza. Lacerda diz que, sendo eleito, tiraria todos os comunistas que lá estavam, não por raiva, mas pela simples razão de que os comunistas entendiam que só quando eles estivessem no poder, só quando eles instituíssem a ditadura do seu partido, era que poderiam dar solução aos problemas do Brasil. Lacerda afirma que não era louco para deixar esses homens impedirem que se desse outras soluções, para que através do desespero o povo chegasse a admitir uma ditadura comunista. Sobre a estrutura da Petrobras, Lacerda informa que tinha uma ideia para ela, contida num projeto de reorganização que já estava pronto, e que permitiria a criação da Petrobras, dentro do monopólio do Estado, como empresa administradora e com uma série de subsidiárias. Enfatiza que ficaria a Petrobras nacional, administrando, gerindo, beneficiando-se do lucro e redistribuindo o lucro, recebendo o lucro da refinaria, por exemplo, e pondo este lucro em pesquisa e exploração; e uma Petrobras subsidiária em cada área (uma na Bahia, uma em Mato Grosso, uma em São Paulo, e assim por diante). Carlos Lacerda diz que o grande crescimento da Petrobras poderia ser prejudicial ao país, que já estava grande demais para ser uma empresa só. Perguntam-lhe se era a favor ou contra a nacionalização dos capitais estrangeiros e porquê. Ele responde dizendo que o capital estrangeiro era para uma nação sem capital, e que precisava dele para desenvolver-se, representava um bicho que cobra um certo ‘salário’, na forma de royalties e dividendos, do serviço que prestava ao país em que aplicava o dinheiro. Informa que a grandeza econômica dos EUA se devia ao capital estrangeiro. O fortalecimento da Rússia também. Explica que no Brasil havia dois caminhos para industrializar o país: um caminho era o da inflação, isto é, obter o dinheiro aqui mesmo, imprimindo moeda falsa, mas consagrado pelo carimbo do governo. E o preço disto, avisa, era ‘aguar’ o salário do trabalhador, a espoliação verdadeira que representaria tirar do salário o que o salário valia, para manter no salário apenas o que ele não podia valer, ou seja, pagar cada vez mais para que o trabalhador comprasse com esse dinheiro cada vez menos. Entretanto, Lacerda salienta que esta fórmula provou que não dava certo; e a outra fórmula seria buscar dinheiro onde ele estava. E onde ele estava? pergunta Lacerda. Ele mesmo responde, dizendo que estava nos países que já tinham dinheiro acumulado e precisavam empregá-lo. Comenta que esta aplicação não podia ser indiscriminada,



não podia entrar aqui qualquer capital para fazer o que bem quisesse e mandasse como bem entendesse, completa. Carlos Lacerda acha que a guerra ao capital estrangeiro no Brasil fazia parte do sistema de coação ao povo brasileiro pelo medo, medo do capital estrangeiro, medo do imperialismo, medo do golpe, medo da revolução, medo da guerra civil, medo de tudo. E no medo e na insegurança, continua, ninguém constrói coisa alguma. Lacerda diz que levantava contra a bandeira do medo a bandeira da confiança e que não tinha medo de um governo honrado e nem de capital nenhum, viesse de onde viesse.

Observação: Aos 00:34:46 uma voz ao microfone informa que Carlos Lacerda não poderia prosseguir respondendo às perguntas por conta de um compromisso urgente em São Paulo, que era o de paranimfar uma turma de universitários. Antes de dar por encerrada a conferência, a pessoa, em nome dos universitários e secundários de Limeira, informa que gostaria de fazer uma pergunta ao governador Carlos Lacerda. Eis a pergunta: Porque o governo federal criava faculdades e não instalava as faculdades em todo o interior e em todo o Brasil? Carlos Lacerda responde que devia ser pela mesma razão pela qual ainda 52% dos brasileiros não tinham escola, 33 anos depois de criado o Ministério da Educação. Fala da mais absurda centralização, defendendo a descentralização, pois “o Brasil é um subcontinente e ninguém governa um subcontinente como quem governa uma subprefeitura”. Acredita que com a descentralização seria possível construir uma democracia, com o respeito às diversidades chegava-se à unidade. Lacerda diz que os jovens do Brasil tinham um grande desafio: “Ou usam a própria cabeça para encontrar o caminho do Brasil e percorrê-lo juntos agora ou perderam a cabeça antes de a terem usado”. Lacerda comenta que combatia os slogans comunistas disfarçados de nacionalistas. Acrescenta que não era a favor do nacionalismo, e sim do patriotismo. Considera a nação uma entidade, uma ficção jurídica, uma categoria que passaria. O que não passava era a pátria, que era o que importava. Enfatiza que o nacionalismo dos comunistas era o nacionalismo que convinha à Rússia e não ao Brasil.

Faixa 2

Continuação da Fita Anterior. Carlos Lacerda em BH

Fala sobre reforma agrária, considerando o projeto do governo profundamente imoral. Diz que Jango iria aperfeiçoar o sistema de fazer estrada em terra que ele queria tomar, e que o homem do PTB que tivesse prestígio no palácio



do Planalto – e nem todos tinham, pois era preciso ser comunista para ter, segundo Lacerda -, este vai pedir ao presidente do partido que não deixasse que fizessem rodovias em sua terra, porque senão iria perdê-la. Conclui que o fazendeiro retrógrado, egoísta, atrasado, este iria manter a terra; e o fazendeiro que dissesse “pois não, entre como o seu trator e ponha aqui a sua estrada, eu tenho interesse nisso” iria perder a terra. Carlos Lacerda pergunta se haveria alguma coisa mais retrógrada e mais reacionária do que essa. E acrescenta dizendo que isso tinha sido feito por um picareta, e não por um homem de estado. Perguntam a ele sobre o que achava da nova reforma ministerial. Ele responde que não achava nada, e que quanto mais mudava, mais era a mesma coisa! Sobre o fato de Lacerda ser convidado para paranimfar turmas de formandos de várias regiões do país, fazem a ele uma pergunta, se isso era ‘bossa nova’ de campanha. Ele responde que não, que diria que se tratava de um ‘aperitivo de campanha eleitoral’. Manifesta ter imensa satisfação em atender aos convites, porque considerava indispensável falar aos jovens, sondar a mentalidade e aferir a inteligência e o grau de preparo da juventude. Considera a juventude a melhor parte de nós todos. “A melhor e a maior, pois no Brasil eles são a maioria”, salienta. Ele cita a frase “liberdade é expansão” dita pelo orador da turma de formandos de Direito da Faculdade Federal de Goiás, da qual ele foi paraninfo para falar da expansão em estado de liberdade. Expansão no mundo físico, no mundo intelectual, no mundo das ideias. Liberdade é trabalho, assegura Lacerda. Sobre os comunistas, ele diz que eles reduziam o exercício da inteligência à monotonia de uma ideia só, prendendo a inteligência no ‘cubículo da ideologia’. “O petróleo é nosso”, “política independente”, esse ‘chorrillo de imbecilidades’, de acordo com as palavras de Lacerda, que fazia com que eles se julgassem patriotas porque diziam uma asneira com ênfase. Em mais ou menos 700 dias de governo João Goulart, Lacerda denuncia que tinha havido 134 greves. Mais ou menos uma greve de 5 em 5 dias. Como quase todas elas foram feitas em autarquias, das quais o patrão era o governo, de duas uma, assinala ele: ou os trabalhadores das autarquias não estavam satisfeitos com o governo, tanto assim que faziam greve contra ele, ou era o governo que mandava seus empregados fazerem greve para desorganizar o país. Então, continua, havia supressão do trabalho também. Suprimindo isso, enfatiza, estavam suprimindo a expansão que estava ‘burrificando’ o país. Carlos Lacerda comenta que: “A UNE é, sobretudo, uma ‘catedral’ da burrice nacional!” Fala da importância de se ter um governo democrático.



Ressalta que a democracia imprime e exprime uma variedade de soluções, e que por conta disso não comporta uma ideologia, mas sim uma doutrina. E exige também um programa. Segundo ele, a ideologia aprisiona o homem dentro de formas pré-concebidas. Compara capitalismo e socialismo, sendo o primeiro pautado no lucro e na iniciativa privada (até certo ponto), e o segundo na propriedade coletiva dos meios de produção. Carlos Lacerda discorre sobre Karl Marx e o capitalismo, que foi seu objeto de estudo. Ressalta que quando Marx escreveu sobre o Capitalismo, este estava começando na Inglaterra. Crianças de 11 e 12 anos trabalhavam nos fundos da mina de carvão. Na Bélgica, a Sociedade Real de Medicina tinha aprovado, então, um relatório dizendo que as crianças de 9 e 10 anos que sobrevivessem, no fundo das minas de carvão, seriam excelente prova da seleção das espécies. Lacerda assinala que foi sobre o capitalismo da Revolução Industrial inglesa, da máquina a vapor, o capitalismo em que nem a lâmpada elétrica tinha aparecido, que Karl Marx tinha escrito uma crítica excelente e admirável, que ele quis depois transformar numa profecia e de profecia numa ciência, na qual muito 'bocó' acreditava ainda. E pergunta: "Onde ainda existe o capitalismo que conheceu Karl Marx?" E ele mesmo responde: "Nos EUA, onde a federação dos sindicatos dos trabalhadores tem tanto poder quanto à federação ou mais? Onde se fazem contratos de trabalhos pelos quais a preocupação dos sindicatos operários é apoiar os sindicatos patronais para evitar o desemprego? Onde operários e patrões se reúnem para discutir os problemas que a automação, isto é, a máquina, vem trazer ao trabalho humano e como aplicar o lazer que a máquina vai dar ao trabalho do homem? Onde a maioria das grandes empresas é possuída realmente pela maioria do povo, através da compra de ações dessas empresas? Não é, positivamente não é, o capitalismo tal qual descreveu e condenou Karl Marx..." E conclui: "Está se discutindo uma coisa que não existe mais, conclui Lacerda". E o Socialismo, onde é que ele existe? Pergunta Carlos Lacerda. Responde explicando que, ao seu ver, ele existia em parte na Escandinávia (na Suécia, na Dinamarca, na Noruega), países que comportavam um certo grau de socialização. Ele pergunta: "E no país em que foi feita a revolução socialista, o que se vê?". E ele mesmo responde: "vemos os meios de produção possuídos pela coletividade? Isso é conversa, porque quem possui e controla esses meios de produção é um partido único, que representa mais ou menos 2,5% da população. O resto não tem participação nenhuma nesse negócio todo, sentencia Lacerda". Afirma que não havia regime



socialista na Rússia, e sim o controle brutal de um estado policial, de um partido único formando uma nova casta. Acrescenta que quarenta e tantos anos depois de haver uma ditadura na Rússia, para melhorar a vida dos trabalhadores, os trabalhadores estavam comendo trigo importado do país capitalista, isto é, dos EUA. Estavam bebendo vodka com álcool importado do país capitalista, dos EUA. Ele pergunta: “Onde é que o operário tem melhor padrão de vida e mais bem-estar?” A maioria do povo americano está melhor que a minoria do povo russo, salienta. Porque lá não existe capitalismo, e na Rússia não existe socialismo. Assegura Lacerda que, portanto, aqui no Brasil discutia-se por duas coisas que não existiam em nenhum lugar do mundo. Fala da grandeza de São Paulo e que ela não dependeu de reforma da estrutura. Atribui o crescimento do estado ao trabalho do homem, ao avanço tecnológico, à contribuição trazida pelos imigrantes, além de nordestinos, mineiros e dos próprios paulistas. Outros fatores, exemplifica, foram a boa terra roxa, as estradas de ferro, escolas, como, por exemplo, a Escola Agrícola de Piracicaba. Comenta Lacerda que a estrutura agrária em questão, carente de melhorias e de modificações, era ainda a que respondia por todo o desenvolvimento industrial brasileiro. Em que se baseia a economia do Brasil, pergunta ele, logo respondendo: “na exportação de jipes? Na exportação de automóveis? Não! A economia brasileira se baseia em dois produtos agrícolas por excelência, o café e o cacau”. Ele lança um desafio ao perguntar: “O que poderia exportar o Brasil, se parasse de exportar café e cacau?”. Assegura que os comunistas queriam destruir uma coisa existente para por em seu lugar coisa alguma. Exemplifica: o Brasil tinha uma das maiores costas marítimas do mundo, o que o faria ser a maior ou a segunda maior nação marítima da Terra, com seu próprio comércio interno. Mas, acrescenta, os comunistas, e seus clientes no governo, transformaram o transporte marítimo em atividade gravosa, isto é, antieconômica. Do porto baiano de Ilhéus – o porto cacauero – ao porto de Santos, o cacau pagava mais para ser transportado do que do porto baiano de Ilhéus até Nova Iorque, ida e volta. Lacerda pergunta: “É possível usar transportes marítimos nessas condições?” Conclui que isso demonstrava o caráter antieconômico do transporte marítimo, pois o governo da União tinha aumentado grandemente os fretes e os encargos. Já o transporte ferroviário, enfatiza, era objeto de autarquia controlado pelo governo federal e também tornou-se antieconômico. Restava o transporte aeroviário, que respondia com uma pequena parcela de transporte de mercadorias, e o



rodoviário, sobrecarregado, e pagando divisa para transportar. Para Lacerda, quando o transporte marítimo se tornava antieconômico, assim como o ferroviário, enquanto o rodoviário se tornava altamente oneroso em relação às matérias-primas e ao nível de mercadorias, seria muito fácil dizer porque não aumentava a produção agrícola no Brasil. E pergunta: “Como pode a produção agrícola aumentar, se ela não pode ser transportada? De que adianta plantar milho, couve ou feijão e ver apodrecer na beira da estrada por falta de transporte, ou porque havendo transporte ele é caro demais e a mercadoria não compensa?” Carlos Lacerda avisa que o que estava precisando era mudar o governo e não a estrutura, porque ela ia bem, direitinho, evoluindo constantemente à medida em que a revolução tecnológica penetrava no Brasil. E finaliza: “O trator contribui muito mais para mudar a estrutura do que o doutor Leonel Brizola, que parece um trator, mas não é!” Argumenta que não se fazia reforma agrária com discursos, com gritos no rádio e na televisão. Se fazia pegando o trabalhador agrícola e dando-lhe educação, saúde, crédito e capacitação profissional; pegando o jovem das cidades do interior e dando-lhe oportunidade de ser um instrutor de capacitação profissional do trabalhador agrícola. Perguntam a ele sobre a sucessão presidencial de 1965 e sobre sua disputa interna, na UDN, com Magalhães Pinto. Ele retruca que achava a situação do Brasil muito grave para transformar o problema da sucessão presidencial numa questão de competições pessoais, numa querela de rivalidades, etc. Sobre a escolha do candidato da UDN, ele acha que o partido já deveria ter tomado uma posição a respeito da escolha. Entende que se a UDN tivesse duas ou mais candidaturas, a que fosse vitoriosa deveria ter o apoio das outras. Ele não vê desonra nisso. Ele anuncia que pediria com humildade os votos dos cidadãos brasileiros, um a um. Explica que se considerava apto e capaz para tal e entende que ninguém poderia aspirar a ser presidente da República se não fosse capaz. Diz que não se deixava levar por intrigas, por provocações, e não havia de ser uma notícia de jornal chamando-o para briga que o faria brigar. Diz que só tinha um inimigo, que era o inimigo do Brasil (numa referência indireta ao Comunismo). Lacerda, então, se despede do povo mineiro, dizendo que desejava que em 1964 o Brasil ganhasse tempo para entrar 1965 em relativa paz, para que então, no dia 03 de outubro, com o voto nas urnas, pudesse se livrar do que ele chamava de pesadelo.

Observação: O discurso de Lacerda termina aos 00:54:33; a fita fica muda por 6 segundos e depois entra outro áudio, cujas informações



agora seguem.

Retorno ao Assunto da Fita 1a

Conferência Proferida no Cine Vitória em Limeira, São Paulo

O vereador Antônio Felix dirige então a palavra ao governador Carlos Lacerda. Saúda o governador, apontando-o como o futuro presidente da República, o que arranca aplausos dos presentes. Diz que a cidade de Limeira tinha a honra de recebê-lo como filho e salienta a grande oportunidade que estavam tendo, naquele instante, de mudar o país, aqueles que acreditavam numa solução cristã e democrática para os problemas do Brasil. O vereador menciona que não estava saudando apenas um candidato, mas “um homem que representa todo um sentir, toda mágoa, angústia, revolta do povo brasileiro, que já não tem mais a quem apoiar”. O vereador prossegue dizendo que o povo brasileiro via em Lacerda todas as virtudes de um povo extraordinário. Destaca que ele representava os anseios da mocidade brasileira, todo o vigor e toda a esperança no futuro, despertando o patriotismo da mocidade. Acrescenta que para redimir a nação não precisava muita coisa. Bastava trabalho honesto e desprendimento. Bastava vontade de servir. Era preciso, também, chicotear os aproveitadores da boa fé do povo humilde que era o brasileiro. Ressalta que Carlos Lacerda receberia do presidente da Câmara Municipal de Limeira o título de cidadão de Limeira, e que a cidade sentir-se-ia orgulhosa de seu novo filho e acompanharia a sua trajetória. Assegura que o Brasil estava necessitado de homens como Carlos Lacerda. E eis que uma voz anuncia: “A Câmara Municipal de Limeira, de acordo com a Resolução 33, confere ao governador Carlos Lacerda, pelos relevantes serviços prestados à pátria, o título de cidadão limeirense”.

Observação: Aos 01:09:45 a fita sofre um corte no áudio e entra uma outra pessoa falando em nome da Assembleia de Analândia, que resolveu conceder a Carlos Lacerda o título de cidadão analandense. Fala que a Câmara fez justiça em reconhecer o grandioso trabalho de Lacerda como governador da Guanabara e como grande brasileiro que vinha estimulando a mocidade.

Com a palavra, Carlos Lacerda, que agradece o título recebido. Diz que nunca se acostumaria com honrarias, mas sentia-se reconhecido no retrato que o seu amigo Perez tinha traçado, ilustre colega da Casa. Assinala que se sentia reconhecido nas palavras generosas de quem fazia a entrega do título da Câmara de Analândia, ou seja, o presidente da Casa. Ele sublinha duas ocorrências: a admirável prova de civilização política dada pelos partidos em suas respectivas Câmaras, o que o fazia afirmar que já existia no Brasil clima para a convivência



democrática; e o fato de que era, sim, candidato à Presidência da República. Ele fala sobre suas ideias de como o Brasil deveria ser governado. Comenta que passou anos de sua vida pública fazendo oposição e denunciando o modo como o Brasil não deveria ser governado. Assegura que seu governo na Guanabara tinha se tornado referência para o governo do Brasil. Enaltece suas realizações na Guanabara, principalmente os programas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. Salienta que tudo isso não viria a ser, se não tivesse um sentido social, de progresso e justiça social autênticos. Conta que tudo foi planejado e sendo executado seguindo uma rigorosa ordem de prioridade, fazendo primeiro o que primeiro precisava ser feito. Explica que as dificuldades eram imensas, entre elas a inflação.

Faixa 3

Continuação da Fita 1a.

Conferência Proferida no Cine Vitória em Limeira, São Paulo

Carlos Lacerda fala em devolver ao trabalhador das favelas o sentimento da sua importância e a compreensão do respeito que se tinha pela sua dignidade. Diz ele que não distribuía nada a ninguém, nem tinha inaugurado placa com o seu nome e nem escola alguma recebeu o nome de sua mãe ou de sua mulher. Discorre sobre o Nordeste e a Amazônia, que ele considera ser 'brasileira de teimosa', porque já foi esquecida havia muito tempo pelos brasileiros. Ele fala de suas andanças pelo Brasil, e que, por conhecimento, aqui havia um movimento de desagregação, um esforço de dilaceração dos brasileiros. Ele defende São Paulo, por considerá-lo vítima do ressentimento de outros estados da federação. E pergunta que culpa tem São Paulo por haver progredido e contribuído para o crescimento do país? Assegura que tinha orgulho do que tinha sido feito em São Paulo. Considera a força do trabalho do homem 'a máquina das máquinas'. Aquela máquina que se parar, tudo pára. Fala também da greve como um instrumento político contra os trabalhadores, ao invés de ser uma arma legítima e respeitável do trabalhador dentro da lei, o último de seus recursos para satisfação de suas reivindicações. Lacerda menciona a antecipação do debate da sucessão presidencial, dizendo que esta não era uma criação artificiosa de políticos, ao contrário, muitos deles, se pudessem, abordariam a questão das eleições, da campanha eleitoral de 1965. Ele acrescenta que era o povo que estava procurando no debate sobre a sucessão presidencial fazer aquilo que se costumava dizer, enganar a fome, 'fazer uma boquinha', isto é, enganar sua ansiedade alimentando sua esperança. Afirma que se falava em 1965 por todos os lados, em



			<p>todas as fábricas, em todas as lavouras, em todas as escolas do Brasil, que o povo mal se continha com a expectativa da mudança. Discorre sobre a necessidade de se lutar contra a desordem, pois a desordem levava à tirania e nunca à liberdade. Afirma que o povo não queria perder a sua liberdade e que não era daqueles que faziam do pessimismo uma profissão de fé. Também não era daqueles que faziam do otimismo uma filosofia de enganar os trouxas. Tampouco era daqueles que pretendiam fazer cidades novas antes de refazer as antigas. Comenta que encontrou em cacos, em frangalhos, aquela que era então a maior cidade do Brasil e, sem dúvida, orgulho de todos os brasileiros, e que sabia bem o que representava inverter em cidades inventadas o dinheiro que faltava para as cidades feitas com o suor e o amor dos homens. Ele pergunta: “Por que haveríamos de inventar cidades se temos tantas cidades a refazer e a completar? Entende ele ser indispensável o programa de enérgica descentralização administrativa do Brasil. Menciona que cabia ao Governo da União planejar a sua atuação recebendo os elementos do plano vindos de baixo para cima. Acrescenta que essa descentralização era a pedra angular de um programa de expansão e de desenvolvimento nacional autêntico. A ideia de um governo honrado era para Carlos Lacerda moralmente certa e politicamente esperta. Enfatiza que o governo da Guanabara era um exemplo de governo honesto e ressalva que nas mãos de governo honesto o dinheiro do povo ‘esticava’, e na mão do governo desonesto o que ele fazia, encolhia. E conclui que na Guanabara ele conseguiu juntar a ideia à ação; converter os princípios em obras e serviços; dar este exemplo de como sendo fiel a princípios podia-se ser fiel ao sentimento de urgência de levar princípios a transformarem-se em escolas e hospitais. Ele explica que sua proposta para o Brasil era justamente unir o princípio à ação.</p> <p><i>Faixa 4</i> Observação: é a mesma gravação da fita-rolô 31, faixa 2. Carlos Lacerda em BH</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.032</p> <p>1. Assunto Discurso de Carlos Lacerda em Osasco, SP</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Cidadão de Osasco, fábrica de civismo, Ministério do Trabalho, comunismo, ladrões da</p>	F1: 48:45min	F1: 20/03/1964	<p><i>Fita 32</i> Discurso de Carlos Lacerda em Osasco Uma pessoa falando: “Viva o Brasil, viva a democracia, viva Carlos Lacerda...” E então Carlos Lacerda começa a falar. Agradece ao vereador Alfredo Thomaz pela autoria do projeto que lhe concede o título de cidadão de Osasco, e a outros vereadores, ao prefeito e ao vice-prefeito, aos deputados federais e estaduais presentes. Fala de Osasco, comparando-a com a Guanabara em extensão territorial, densidade demográfica, solidez industrial. Considera a</p>



Previdência Social, liberdade sindical, pelego, minifúndio, latifúndio, reforma agrária, ações de governo, esquerda, direita, Darcy Ribeiro

cidade a síntese do trabalho e do progresso de São Paulo. Vê a união de deputados de vários partidos, de diversa condição e opinião variada em torno de uma decisão: a de entregar a um homem público, a um repórter emprestado à política, a honra de fazê-lo cidadão daquela fábrica de civismo que era Osasco. Sobre o diploma recebido, diz ser mais um pacto, mais um compromisso do que uma recompensa. Afirma que era como se quisesse significar que estavam juntos, Carlos Lacerda e Osasco. Ele considera que existia outra forma de fazer fábricas e produzir: “é a forma da chibata, do chicote, da escravidão e da insegurança noturna. É a forma pela qual cada instrumento do progresso é regada pela lágrima muito mais do que pelo suor do trabalhador”, completa Lacerda. Para ele existia outra forma também: “a de armar a nação contra si mesma e depois de destruir a liberdade dos cidadãos dentro dela, sair pelo mundo afora conspirando, mentindo, intrigando, caluniando, odiando, para destruir em cada nação a semente da esperança e o fruto da liberdade”. Carlos Lacerda fala mal do Comunismo. Adverte aos trabalhadores de Osasco para que eles não “caiam vítimas da mentira com que se pretende embrulhá-los, para que eles não pereçam vítimas da calúnia com que se pretende intrigá-los”. Assegura que não havia no país força capaz de separá-lo dos trabalhadores. Acrescenta que os trabalhadores tinham sido mantidos escravizados ao Ministério do Trabalho e aos ‘ladrões da Previdência Social’ por uma intriga e que ele vinha dizer aos trabalhadores de Osasco, de São Paulo, do Brasil, que tinham uma causa juntos, a propagar e a sustentar: “a causa da liberdade sindical, a causa que consiste em dar ao trabalhador, em seu sindicato, a possibilidade de votar em liberdade, sem ter que dar satisfação ao criado do patrão que é o pelego”. Ele declara guerra ao pelego e decreta ‘o novo 13 de maio do trabalhador’. Diz que vinha radicalizar a luta contra ele, pedir ao trabalhador que aponte seus líderes autênticos para com eles subir ao poder, para exercê-lo junto com eles. Pede também a ajuda do trabalhador para promover a revolução pacífica, a reforma democrática do Brasil, a revolução genuinamente brasileira, da diversidade, da livre e orgânica divergência, do debate das ideias, não a revolução do diálogo ou do monólogo, mas sim a revolução do coro. Fala da dignidade do trabalhador e do devido tratamento que deveria receber do governo. Ele conta que vinha propor uma reforma agrária que consistia, fundamentalmente, em “aumentar a produtividade de cada trabalhador da agricultura, para que ele possa ganhar um salário melhor, para que ele possa dar mais conforto à sua família e para que possa, afinal, com o que



ganhar, chegar a obter um pedaço da terra que chame de seu...” Sua proposta de reforma agrária também consistia em industrializar a agricultura, sair do artesanato agrícola como se saiu do artesanato para o parque industrial de Osasco. Acrescenta que não se alimentaria milhões de trabalhadores urbanos com uma horta no fundo do quintal. O que se precisava, então, era de fábricas de produzir alimentos e matérias-primas. Ele lê o trecho contido na página 141 do Plano Trienal, que diz que para que uma propriedade agrícola fosse considerada rentável no Brasil deveria ter o mínimo de 50 hectares e, no máximo, 10 mil hectares. Para baixo era minifúndio e para cima era latifúndio. E, pelo recenseamento de 1950, quase 70% das propriedades agrícolas no Brasil tinham menos de 50 hectares e 1,1% tinham mais de 10 mil hectares. Ele, então, conclui que o maior problema da propriedade rural não era o latifúndio e sim o minifúndio. Ele pergunta se alguma nação progrediu eliminando a liberdade de iniciativa, se não eliminando ao mesmo tempo todas as demais liberdades do povo. Assegura que a liberdade de criar riqueza era tão importante quanto a liberdade de falar nela. De nada adiantaria poder votar e não poder trabalhar, poder falar e não poder fazer. Assinala que recebia o diploma, pois sabia que ele não estava sendo dado a um ‘papagaio’, sabia que ele não estava sendo dado a um vociferador, mas que estava sendo dado a quem fazia escolas todo dia; a quem encontrou 138 mil metros quadrados de hospitais em 400 anos e estava em 5 anos construindo 132 mil; a quem encontrou uma cidade despedaçada, desesperançada, desiludida, desencantada, abandonada, uma cidade que se esvaziava, de onde as indústrias fugiam e que então poderia dizer aos paulistas, com uma ponta de orgulho fraternal, poderia trazer aos paulistas a fria estatística da conjuntura econômica da Fundação Getúlio Vargas. Passado o ano de 1963 ele fala que pela primeira vez a soma de investimentos na indústria e na expansão daquelas já existentes tinha ultrapassado a soma dos investimentos no mesmo ano feitos em São Paulo e em Minas Gerais. Ao longo de seu discurso, Lacerda fala da necessidade de lutar contra o conformismo comunista, implantando a democracia social no Brasil, deixando aquela estrutura anacrônica, do século XIX, para trás. Considera que era esse o desafio, o admirável desafio. Pergunta como prepararíamos a estrutura econômico-social, a escola e a oficina no Brasil. Destaca que esquerda e direita eram palavras tolas, que a direita tinha morrido no subterrâneo de Berlim, com Hitler, e a esquerda ainda não tinha morrido porque estava matando o mundo de impostura, de medo, de coação e de terror. Acredita que o



			<p>que se queria era assustar a inteligência brasileira, coagir o trabalhador brasileiro, amedrontar o estudante brasileiro. Conclui que não queria jovens 'embezerrados', emburrecidos, feitos à imagem e semelhança do Sr. Darcy Ribeiro. Assegura que não queria catedráticos sem concurso, nem reitores de universidades que nunca foram professores, que não queria provocadores transformados em sociólogos, nem cretinos disfarçados de economistas.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.033</p> <p>1. Assunto Governador Carlos Lacerda na Câmara Municipal de Marília, SP</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Soluções para a conjuntura nacional, justiça social, liberdade, autoridade, plebiscito, eleições, comunistas, reformas, revolução, economia agrícola norte-americana, reforma agrária na Rússia, nos Estados Unidos e no Brasil, minifúndio, latifúndio</p>	F1:47:42min	[1963]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Carlos Lacerda anuncia os presentes: o prefeito e o vice-prefeito de Marília, o Monsenhor Magella, representante do bispo de Marília, Antônio Carlos, juiz de Direito, o delegado Walter de Castro, Roberto Abraão Sodré, presidente da UDN de São Paulo, e outros, além das senhoras e dos senhores presentes. Menciona que foi com grande honra e reconhecimento que recebeu notícias da proposta feita pelo honrado representante [Nagib Khoury] e aprovada pela generosidade e espírito público dos senhores vereadores de Marília, para que, perante à Câmara, o governador comparecesse a fim de expor ideias, analisar problemas e, quem sabe, sugerir soluções para a conjuntura nacional. Acha que aquele era um momento propício, pois não falava somente para seus companheiros udenistas, e sim para todos os partidos, entre esses, o PSP – Partido Social Progressista, – enfatizado por Carlos Lacerda - e cujo chefe, o governador de São Paulo, segundo ele, naquele momento se conduzia à altura das responsabilidades de quem tinha a honra de governar tão grande povo. Carlos Lacerda chama a atenção para que não fosse reproduzido ali o fenômeno de nações que perderam sua liberdade achando que estavam conquistando a liberdade, que implantaram a injustiça pensando que conquistavam a justiça social para todos. Afirma que estavam num tempo em que se promovia a injustiça em nome da justiça, em que se fazia a guerra em nome da paz, em que se destruía a liberdade, fingindo que se era a favor dela. Considera ser aquele o tempo de desmascarar os impostores, de obrigar os indefinidos a definirem-se e que se eles não se definissem, deveria-se definir pelos indefinidos. Acredita ser aquele o tempo em que ninguém poderia ser bom moço, porque a pátria não precisava de bons moços para salvar-se, precisava, sim, de bons cidadãos. Acha que o país estava em perigo e que estava dizendo isso para salvar o país. Considera que tinham tudo para salvar o Brasil: um povo bom, paciente e generoso, um povo que amava, acima de tudo, a liberdade, mas não desprezava – antes estimava e queria – a autoridade, mas a autoridade legítima, que decorria da vontade soberana de</p>



um povo líder. Carlos Lacerda menciona que o perigo estava em quando se queria substituir eleições, com todas as suas imperfeições, por plebiscitos, que eram a forma totalitária de fingir democracia. Ele acrescenta: “Plebiscito fez Hitler; plebiscito faz todo dia, na rua, Fidel Castro”. Comenta que sua missão em Marília era mostrar publicamente o valor da multiplicação do trabalho pela liberdade. E diz: “multiplicai trabalho com liberdade de iniciativa e o resultado é Marília”. Salienta que de Marília deveria se irradiar pelo Brasil o exemplo de liberdade, de criar riqueza com o plantio dos cafezais e algodoads. Assinala que sempre que quando um político, em qualquer lugar do Brasil, se manifestava a favor das reformas, mas não apontava quais e nem como fazê-las, estava na realidade ajudando aqueles que sabiam para o que as queriam, porque não queriam reformas, e sim revolução. Acrescenta que chamar os comunistas para ajudar em reformas seria o mesmo que mostrar que não se acreditava nelas. Segundo Carlos Lacerda, em seu pronunciamento, os comunistas acreditavam que só poderiam resolver os problemas do Brasil quando estivessem sozinhos no poder e os outros no paredão e na cadeia. Lacerda analisa o lado dos capitalistas, o lado dos Estados Unidos da América do Norte, e conta que eles tinham produzido, em 1959, vinte e cinco vezes o seu consumo de trigo e que tinham exportado, nos últimos anos, trigo para o mundo inteiro, e no ano então corrente, tinham exportado trigo para a Ucrânia, para a Rússia. Ele salienta: “Se o russo come pão é por causa do trabalhador agrícola americano, que além de produzir trigo para si e vender trigo para quem tem dinheiro para comprar, exportou sob a forma de créditos a longo prazo, ou doações, quase tanto trigo quanto consumiu”. Ele exalta a reforma agrária americana. Ao longo dos anos, indica Lacerda, caiu pela metade a população do campo nos EUA, recuando de cerca de 13 milhões para 7 milhões, e, no entanto, a produção agrícola norte-americana tinha dobrado. Levanta um dado que indica que, na década de 1960, um trabalhador agrícola norte-americano produzia comida para 20 ou 25 pessoas. Segundo estudos, no século XXI, um trabalhador agrícola poderia produzir comida para 70, 80 ou 90 pessoas. Enquanto isso, no país em que a propriedade fora abolida em nome da extensão da propriedade a todos, para Lacerda, o que se fez, na realidade, foi negar a todos aquilo que alguns tinham e outros não. Comparando com o japonês, Lacerda diz que, salvo exceções, este era preparado a vida toda para o trabalho agrícola, instruído para conhecer a terra e o que aquela terra poderia produzir. Enquanto que o trabalhador brasileiro era totalmente



abandonado. Ele protesta contra esse abandono. Sobre o que acontecia na Rússia, ele ressalta que 3% da área cultivada desse país estava ainda nas mãos de proprietários particulares. E esses 3% produziam metade do que o povo russo estava comendo. Então, se beneficiam do capitalismo americano, importando trigo do trabalhador livre norte-americano. Ele propõe: menos gente produzindo mais e não mais gente produzindo menos; industrializar a agricultura, ao invés de a converter num artesanato. E afirma: “A boa semente, a que germina, é muito mais importante para a reforma agrária do que todos os discursos do senhor Leonel Brizola”. Lacerda levanta um dado: em 1920, nos Estados Unidos, havia 67 mil fazendas, com mais de 1000 acres; 30 anos depois, 131 mil fazendas, com mais de 1000 acres. Isso permitiu, segundo ele, menos gente produzindo muito mais e foi produto da liberdade multiplicada pelo trabalho. Ele pergunta o que acontecia no Brasil, enquanto isso, fora da demagogia. Critica o Plano Trienal para a agricultura. Das propriedades agrícolas no Brasil, comenta Lacerda, 70 e poucos por cento tinham menos do que 50 hectares e 1,1% tinham mais do que 10 mil hectares. Assinala que se o Plano Trienal afirmava que as propriedades para serem rentáveis, para serem economicamente aproveitadas, deveriam ter nunca menos do que 50 e nunca mais do que 10 mil hectares, ele conclui, então, que o grande problema do Brasil era o minifúndio, pois mais de 70% eram minifúndios, apenas um pouco mais de 1% eram latifúndios. Carlos Lacerda afirma: “Quem queira tomar a sério uma reforma agrária autêntica, tem que desmascarar a impostura que consiste em por todo o dinheiro, todo o esforço, toda a propaganda, toda a agitação, toda a revolta, toda a supressão sobre um latifúndio que não conta e esquecer o minifúndio, que este sim, seria inquietador”. Do ponto de vista econômico, assegura ele, uma reforma agrária só pode ser útil, e o seria, na medida em que viesse a atingir um só e principal objetivo: “aumentar a produtividade do trabalhador agrícola, isto é, aumentar a sua capacidade de produzir mais, com o mesmo esforço que agora produz menos, para que ele possa ganhar mais, com o mesmo esforço em que agora ganha menos”. Segundo Carlos Lacerda, interessava à nação que se aumentasse o número de proprietários agrícolas comprometidos com a liberdade, dispostos a enfrentar os abusos e desmandos dos governos quando deles não precisassem para viver. E isso só seria realizado na medida em que a propriedade fosse respeitada, protegida e prestigiada. Ele fala de velhice na estrutura agrária brasileira por conta do abandono e da exploração vil por parte dos governos. Cita o episódio em que Miguel Arraes foi à televisão,



			em São Paulo, e disse que considerava São Paulo o estado mais espoliado do Brasil. Carlos Lacerda acrescenta que tal declaração fazia logo ocorrer à lembrança de qualquer pessoa o seguinte raciocínio: “se o mais espoliado é o que está melhor, viva a espoliação!”
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.034	F1:33:13min F2:03:29min	F1: [1964/1965] F2: [1964/1965]	<i>Faixa 1</i> Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, Falando na TV Excelsior, Fora da Campanha Eleitoral Diz que seu intuito era informar ao povo e defender o governo. Coloca à disposição da justiça eleitoral todas as forças de segurança e de polícia do estado da Guanabara. Convida o povo para a inauguração do antigo parque Lage, no dia seguinte ao esse pronunciamento. Anuncia que a partir da solenidade ele se chamaria ‘Parque do Povo Carioca’, aberto ao povo, às crianças, à juventude... Comenta que o governo do estado tinha salvado o parque da ‘fúria especuladora’ do Roberto Marinho e da ‘quadrilha’ de <i>O Globo</i> . Fala também da inauguração do Parque Ari Barroso, na Penha, convidando a todos. Convida também os moradores das vilas populares que estavam sendo construídas e informa que a COPEG (Companhia Progresso do Estado da Guanabara) entraria num plano inteiramente novo de financiamento para antigos favelados moradores das vilas populares (Vila Esperança, Nova Holanda, Vila da Cidade de Deus, Vila Aliança e Vila Kennedy). O intuito era destinar 200 milhões de cruzeiros para os antigos favelados, para que eles financiassem pequenos negócios (lojas, oficinas, ateliês, etc), tornando-se patrões de si mesmos, adaptando-se a novas e melhores condições de vida. Ele diz que essas eram as três grandes inaugurações do dia seguinte. Ele cita, ainda, o caso de Santa Cruz, que começava então a se industrializar, absorvendo toda a mão de obra com melhores salários e com numerosos empregos, o que fazia da Guanabara o sócio de São Paulo na construção industrial e vida econômica do Brasil. Sobre <i>O Globo</i> , ele cita os insultos que o governo sofria deste jornal, considerado por ele como uma caricatura da <i>Ultima Hora</i> , uma espécie de ‘suplemento infantil’ deste. Ele pede, depois, atenção dos servidores do estado, para que o ouvissem, e dos secretários de estado para uma ordem a ser formalizada na segunda-feira seguinte, em ato oficial, mas desde então anunciada, de forma a tranquilizar a população e levar mais uma colaboração do governo do estado da Guanabara ao estrito cumprimento da lei eleitoral e ao respeito devido à sua justiça. Carlos Lacerda dizia ter tido o maior cuidado, nos dias que precederam à eleição, em evitar que a máquina administrativa do estado fosse usada em favor de um candidato, como também em evitar que
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Entrevista na TV Excelsior			
1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda Fala sobre Reforma Agrária			
1.3 Faixa 2 Entrevista com o Deputado Armando Falcão no Programa de Arnaldo Lacombe			
2. Temas			
21. Faixa 1 Inauguração do parque Lage, quadrilha de <i>O Globo</i> , fúria especuladora, parque Ari Barroso, casas populares, COPEG, financiamento, “Revolução” contraditória e tartamuda, Forças Armadas, eleições, comunismo corrupto, uso da máquina administrativa, candidatura, comunicação do país			
2.2 Faixa 2 Plano habitacional, estatuto da terra, “coronel Brizola”, reforma agrária			
2.3 Faixa 3 Entrevista com o Deputado Armando Falcão no Programa de Arnaldo Lacombe. Comunistas, poder, Costa e Silva, vigência do Ato Institucional nº 7, espontaneidade			



dentro dela os adeptos de outras candidaturas usassem, contra esse candidato, a própria máquina estatal. O governador diz que não queria problemas e nem dificultar candidato nenhum. E acrescenta que, a partir do dia seguinte ao seu pronunciamento até o dia da eleição, nenhuma medida de polícia administrativa, tais como multas de trânsito, multas no comércio, autos de infração, poderia ser lavrada sem a autorização pessoal dele. Nem contra, nem a favor. Ninguém estava autorizado a aplicar multa nesse período. Alerta ele para manobras de água em lugares em que ela ainda era escassa. E conclui: “estamos conversados!” Ainda diz que desejaria aproveitar o tempo restante para falar de uma situação que estava tomando, para ele, ares de escândalo. Diz ele que o governo do estado e seu governador eram acusados exatamente pelos crimes e erros praticados pelos acusadores. Ele menciona que houve, sim, uma “Revolução” no Brasil, embora isso fosse ignorado por certos movimentos políticos. Ele alerta que o presidente tinha declarado, o ministro da Guerra tinha reafirmado categoricamente que a corrupção e o comunismo não voltariam ao poder. Comenta que o povo obteve das Forças Armadas, que prontamente compreenderam a conveniência de dar-lhe o direito que elas nunca lhe quiseram arrebatar, que era o de escolher o seu governo por eleição direta. Argumenta que o não retorno do comunismo e da corrupção ao poder era uma questão de sobrevivência da democracia. Ele denuncia a panfletagem de políticos e sua parentela que eram comunistas corruptos que intentavam voltar ao poder. Ele se pergunta de que tinha adiantado a cassação de direitos políticos com a “Revolução”. Ele comenta que *O Globo* saiu nos calcanhares do governo ganindo, “que é tudo o que o Sr. Roberto Marinho é capaz de fazer em matéria de literatura jornalística – ganir, com a acusação de que o governo está querendo virar a mesa”. Carlos Lacerda manda um recado a Roberto Marinho dizendo que era ele que estava querendo virar a mesa. Adverte ao eleitor para não esquecer que “há um ano e oito meses passados ele levava vela e fósforo para casa, pois não sabia se a luz de sua casa de repente não se ia extinguir e se às escuras ele não teria de atirar no seu irmão, pensando que era o inimigo, ou abraçar o seu inimigo, pensando que era o seu irmão”. Ele denuncia que a “Revolução” tinha aumentado o preço das passagens da Central no mês da eleição “e proclamou a necessidade de ser impopular e, ao mesmo tempo, convocou uma coisa chamada eleição, cuja característica é a popularidade, cuja condição é ser popular”. Por essa medida, define a “Revolução” como contraditória e tartamuda. Mas, reconhece que ela era irreversível, não



daria marcha a ré. Assinala que não o entusiasmava ver o país devolvido à situação de nó cego em que se encontrava e nem o atraía, enquanto candidato à Presidência da República pela eleição direta do ano seguinte, “que pelo caminho se destruía essa possibilidade, se não fosse pela razão mais nobre do serviço ao país, do interesse nacional e democrático, até pela razão egoística de uma mera ambição pessoal de político carreirista”. Por todas as razões, da mais nobre à mais mesquinha, ele afirma desejar que não se perturbasse a ordem natural das coisas. E, adianta, a ordem natural era que a “Revolução” não fosse destruída pela eleição. Ele comenta que temia uma nova “comunização” do país. Como ele mesmo define e assegura, não era a vitória de A ou de B que o inquietava. Conta que o que o perturbava e realmente o preocupava, fazendo-o ser leviano em não levar ao povo esta preocupação, era ver como claramente e cinicamente, justificando-se e até criando-se teorias, fazia-se a preparação para a volta ao poder através da demagogia e da corrupção da aliança entre comunistas e corruptos. Considera que ninguém poderia querer o que antes havia e menciona não saber qual era o pior ladrão: se era aquele que roubava o dinheiro do povo, ou aquele que roubava a sua esperança. Ele chama a nação à prevenção e para votar em liberdade e honestamente pela liberdade e pela honestidade. Um voto de trabalhadores pelo trabalho. Ele diz que ao ser eleito governador da Guanabara encontrou o Rio de Janeiro vivendo do barato do jogo, com cassinos abertos pela cidade inteira, explorando os turistas. Denuncia as injúrias sofridas por ele, então candidato à Presidência da República.

Faixa 2

Carlos Lacerda Fala sobre Reforma Agrária
Carlos Lacerda fala do plano habitacional elaborado por técnicos e financiado por fontes financeiras e econômicas, que em breve começaria a produzir seus efeitos. Discorre sobre o estatuto da terra, que se tornaria, também, objeto de discussão. Comenta que era um plano em que o homem do campo realmente seria favorecido e amparado, sem demagogias. Ele diz que a afirmação de que os ricos iriam tirar partido da revolução e os pobres iriam perder com ela, parecia uma afirmação ‘brizolesca’. Arranca risos dos presentes. Ele diz que, na verdade, a revolução deixaria os ricos igualmente ricos e os pobres menos pobres, pois os ricos ganhando, saberiam melhor usar o seu dinheiro, distribuindo-o, pagando melhor a seus empregados. Acrescenta que o Brizola era um rico que se fingia de pobre. Ele pede que Brizola mostre onde estava todo o seu dinheiro: “Mostre aí, coronel”.



			<p>Observação: a partir dos 00:03:00 a fita torna-se inaudível</p> <p><i>Faixa 3</i> Observação: os 10 primeiros segundos da fita estão incompreensíveis. Entrevista com o Deputado Armando Falcão, no Programa de Arnaldo Lacombe Ele fala que até o dia 10, quando terminaria a vigência do artigo 7 do Ato Institucional, muita gente estaria pensando que os comunistas iriam tentar agitar e fazer desordem no Brasil. Ele crê que não. Afirma que o general Costa e Silva não era de brincadeira. Se os comunistas quisessem experimentar, paciência! Arnaldo Lacombe, apresentador do programa, agradece ao deputado Armando Falcão por sua excelente entrevista. O deputado agradece aos telespectadores e pede desculpas pelo desalinhavado da entrevista. Ele comenta que nunca preparava previamente as suas conversas com Arnaldo Lacombe, e isso era bom, pois conferia espontaneidade aos assuntos. Aos 00:02:25 o programa termina e entra em execução música da vinheta da estação, com uma locutora veiculando a programação dos dias seguintes.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.035</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Coletoria do Méier</p> <p>1.2 Faixa 2 Propaganda do Cheque Verde do BEG</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Sistema dos Distritos de Arrecadação, rede de Coletorias, serviços fazendários, Inspetoria de Rendas, concurso público, nomeações, impostos, contribuinte, fins lícitos, dívida ativa, boca do cofre, direito de falar na TV, comício, servidores do estado, candidatura Flexa Ribeiro, contratados, candidatura Negrão de Lima, obras, BEG</p> <p>2.2 Faixa 2 Execução de música e propaganda do BEG</p>	<p>F1: 27:05min F2: 01:09min</p>	<p>F1: 27/09/1965 F2: [1961/1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Coletoria do Méier Discurso do Secretário de Estado e de Finanças, Dr. Mário Lourenço Fernandes, na Cerimônia de Inauguração da Coletoria do Méier. Ele anuncia a presença do governador Carlos Lacerda e diz que no governo ele tinha podido dobrar o número de coletorias. Conta que treze era o número no início do governo, praticamente o mesmo número quando foi instalado o Sistema dos Distritos de Arrecadação no governo Henrique Dodsworth. O secretário avisa que, até o fim do ano corrente, mais três coletorias seriam instaladas, dentro de uma concepção de administração pública, que colocava o serviço público ao lado do contribuinte. Sobre os serviços fazendários, ele acredita que a preocupação tinha sido a de juntar, no mesmo local, todas as repartições que interessavam ao contribuinte. No Méier, por exemplo, ficavam lado a lado a Coletoria e a Inspetoria de Rendas. Ele salienta que até o fim daquele ano a rede de coletorias atingiria todas as Regiões Administrativas. Porém, ressalta que isto não era tudo. Afirma que a ideia era fazer com que os impostos da Guanabara pudessem ser pagos em qualquer agência do banco, com o convênio com o banco do estado, trazendo o máximo de facilidades para o contribuinte. Diz que o contribuinte, que já pagava impostos, não deveria ser sacrificado com o problema de longas distâncias. Já sobre medidas inéditas no âmbito da administração fazendária, ele explica que era a primeira vez que um governo fazia</p>



concurso público para preenchimento de vagas de fiscais de impostos e para preenchimento de vagas para funcionários do tesouro. Até então, comenta, eram apenas nomeações que não significavam a nomeação dos melhores. Sobre os impostos da Guanabara, ele ressalta que em comparação com os de outros estados eram os mais baixos, com a alíquota mais baixa da federação para os impostos estaduais. Considera uma 'mentira deslavada' a de que o governo se negava a prestar contas, afirma que as contas estavam prestadas e bem prestadas. Ele acrescenta que o dinheiro público, ao ingressar nos cofres do estado, só saía dele para a aplicação em fins lícitos, legais e perfeitamente comprovados. Diz que os sistemas de controle tinham sido aprimorados. Assinala que o secretário estava entregando na solenidade uma Coletoria para o governador e avisa que nos próximos dias seria inaugurada também a Coletoria de Irajá. Acrescenta que o governador deveria inaugurar, ainda no seu governo, 4 coletorias a mais. Ele diz que a dívida ativa do estado da Guanabara tendia a diminuir a zero. Destaca que a massa de contribuintes que pagava na boca do cofre era algo considerado impressionante, e isso numa época de dificuldades, de recessão dos negócios que se traduziam numa perda de arrecadação efetiva. Era de se admirar, de louvar, a confiança do povo no governo, conclui ele. Após o discurso do secretário, assume o microfone, então, o governador Carlos Lacerda. Ele anuncia que acabara de ganhar no Tribunal Eleitoral o direito de falar ao povo pela televisão. Diz que a justiça reconheceu que o procurador do governo federal não tinha o direito de impedir um governador de estado de defender a honra do seu governo. Anuncia que por volta de 21:00, na inauguração do viaduto de Del Castilho, seria feito um comício em público, e que dos três compromissos que tinha no Méier naquele dia, só poderia cumprir apenas um, pedindo, então, ao seu companheiro, Mário Lourenço Fernandes, para representá-lo nos outros dois, haja vista a necessidade de ir então à televisão para a transmissão do comício público. Diz que o povo do Méier o compreenderia, porque uma explicação pela televisão atingiria 300, 400 mil pessoas. Comenta que pela manhã assistira a uma coisa revoltante. Na noite anterior, ao sair do comício na areia da praia, alguém o tinha informado que havia uma campanha telefônica entre contratados do estado, dizendo que o governador os havia convocado, na referida manhã, para ir ao palácio Guanabara. Ele esclarece que não tinha convocado ninguém, até mesmo porque, naquela fase, a lei eleitoral proibía que se tratasse de questões relativas ao funcionalismo. Fala que nem costumava



convocar servidores do estado para fazer promessas no palácio e que só os convocaria para dar-lhes posse ou para celebrar o cumprimento das promessas feitas por outros, que as fizeram sem cumprir. Falou que estava no Maracanãzinho numa solenidade, quando foi avisado de que havia mais de 400 funcionários do estado no palácio, aguardando-o. Isso tudo fruto de um truque, segundo ele. Ele esclarece a situação para que os referidos funcionários não ficassem decepcionados com ele e nem se sentissem maltratados por ele, fazendo com que eles votassem em outro candidato, que não Flexa Ribeiro. Ele fala que a vantagem de governar às claras era essa. Ele conta que chegou no salão e explicou sobre a intriga, que não pensava que fosse verdade, mas que, infelizmente era. Ele recebeu os funcionários e disse que o que se podia fazer agora eles nem precisavam dizer o que era, pois estava no Diário Oficial (o desconto para o contratado, como se ele fosse funcionário; a licença para tratamento de saúde; a licença para gestante; e mais uma série de garantias e conquistas para o contratado, em pé de igualdade com o funcionário). E o resto, só depois da eleição. Ele disse que a intriga acabou dando errado, mas mostrou a que 'requintes de infâmia' se podia chegar nessa ânsia de corrida para o poder. Diz que o seu governo fez tanto pela Guanabara que os opositores não conseguiam mais negar as obras e quando queriam diminuir o valor delas lançavam mão de certos argumentos como, por exemplo, aquele que consistia em dizer que a SURSAN não fora criação do governo Lacerda. Ele então diz que "Dom Alfredo Martins foi quem fez Albertinho Limonta, mas se não fossem as nossas 'mamães Dolores' aqui do Estado, coitado do Albertinho". Diz que 'eles' fizeram o Albertinho e embarcaram para a Europa. Não pagavam à SURSAN de maneira que ela não podia trabalhar. Fala que ao chegar ao governo encontrou uma dívida na SURSAN de 2.300.000.000 de cruzeiros, com o valor da moeda em 1960, sendo que ano corrente haveria a necessidade de multiplicar por 7, gerando uma dívida de quase 16 bilhões de cruzeiros. Fala que saldou a dívida e colocou o Albertinho nas escolas do Flexa Ribeiro, criaram-no no peito, levaram-no à Universidade do Estado da Guanabara, ele ficou ilustre, foi trabalhar nos hospitais do Dr. Brito Cunha, foi trabalhar... "E, agora que o Albertinho fez tudo isso e é ilustre e bem querido pelo povo, vem o 'Dom Negrão' e quer pegar o baú." Diz que o Negrão de Lima foi um mau governante. Enfatiza que, em menos de 5 anos, o governo Lacerda tinha feito um viaduto a cada 3 meses, e que Negrão de Lima fez um em Madureira, e, ficaram tão deslumbrados por terem feito um viaduto, que



trataram logo de colocar o nome do prefeito, para ninguém deixar de saber que foi ele quem havia feito. Carlos Lacerda diz que isso faz supor que se ele voltasse, não faria mais viaduto nenhum, pois não tinha mais nome dele para botar. Afirma que o perigo de um mau governo era coisa grave, mas não a mais grave. Acredita que existiam nas Forças Armadas, que fizeram a “Revolução” cheia de erros e hesitações, segundo sua acepção, com uma política econômica considerada errada por ele, militares que estavam do lado do Negrão e não do lado do Flexa, interessados na derrota do Flexa. Diz que os militares devolveram ao país uma certa tranquilidade e uma certa paz para o povo viver fraternalmente. No entanto, avisa, se essa gente ganhasse, haveria fatalmente uma divisão e o Brasil ficaria de novo na iminência de escolher duas coisas igualmente indesejáveis: uma ditadura da corrupção com o comunismo ou uma ditadura para acabar com o comunismo e a corrupção. Isso era o mais grave para Carlos Lacerda. Flexa Ribeiro seria a garantia de paz e união dos democráticos, para evitar as ditaduras. Por isso, Lacerda não estranhava o fato de os comunistas abandonarem seu primo socialista, o primo pobre Aurélio Viana, para irem apoiar o candidato mais reacionário, que já foi servidor de ditaduras, que servia a qualquer regime. Por quê, pergunta o governador? Para eles, quanto pior, melhor. Por isso, apoiavam Negrão de Lima. Segundo Lacerda, aí estava a importância de se conservar a cabeça fria. Negrão de Lima era, para Carlos Lacerda, candidato ao mesmo tempo: da Light e do Luís Carlos Prestes; do *O Globo* e da *Última Hora*; dos fascistas e dos comunistas; do Adhemar de Barros e de Jânio Quadros. De acordo com o governador toda essa gente estava interessada na divisão das Forças Armadas, sem se lembrar que essa divisão levava necessariamente a uma guerra civil, a maior ameaça de perturbar a paz do povo brasileiro. Acha que a Zona Sul estava anestesiada pelos editoriais do ‘homem do Parque Lage’, só começando a despertar naquele momento, e o subúrbio já tinha despertado há muito tempo, pois viu um governo todo voltado para ele. Comenta que no fim do governo havia ainda muitas obras por entregar, e ressalta ficava feliz com isso, pois mostrava o trabalho realizado pelo seu governo ao longo dos 5 anos. Agradece à Secretaria de Finanças e ao Banco do Estado por viabilizarem a realização de tudo o que foi feito.

Faixa 2

Execução de Música e Propaganda do BEG
Apenas o fim da execução de uma música numa estação de rádio. Ao entrar a propaganda da rádio, um anúncio chama a atenção: o do



			cheque verde do Banco do Estado da Guanabara, que garantia até 50 mil Cruzeiros no Banco do Estado, sendo “legítimo orgulho do povo carioca”, aceito por todos em todas as partes. A propaganda frisa que o Banco do Estado da Guanabara era o banco que mais crescia no país.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.036	F1: 29:12min	[1960 a 1977]	<i>Faixa 1</i> Execução de músicas em toda a extensão da fita.
1. Assunto Execução de Músicas			
2. Temas			
21. Faixa 1 execução de músicas			
Não tem faixa 2			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.037	F1: 26 min	[1967/1968]	<i>Faixa 1</i> Programa de Rádio com Samba de Martinho da Vila sobre a Caderneta de Poupança (gravação comercial)
1. Assunto			Programa de Rádio com Execução de um Samba de Martinho da Vila com a seguinte letra: “Ah, como ter dinheiro é bom... E agora é tão fácil aumentar a caderneta de poupança que a [?] faz lucrar. Dinheiro chama dinheiro e dinheiro cresce sem parar. A correção monetária, garantia e dividendo, capital vai aumentando e mais lucro eu vou tendo... Ah, como ter dinheiro é bom... Ah, como ter dinheiro é bom... Ah, como ter dinheiro é bom... Ah, como ter dinheiro é bom...” O locutor entra após a execução da vinheta e fala sobre o samba, dizendo que era música que o povo entendia, com sua linguagem alegre, um ritmo quente, que comunica. Acrescenta que foram buscar nas origens do samba, para transmitir aos brasileiros de São Paulo, a mensagem das Associações de Poupança e Empréstimo (APEs), cooperativas de crédito criadas pelo Banco Nacional de Habitação e garantidas pelo governo federal. O locutor comenta que era a primeira vez que Martinho da Vila fazia uma gravação comercial. Salaria que era graças à conjugação do rádio e da TV com anúncios e objetivos nos jornais que o cliente vinha conseguindo sucesso crescente nos depósitos com correção monetária nas cadernetas de poupança das APEs. Destaca que todos conheciam uma revista que era o melhor veículo de divulgação da poupança e do Plano Nacional de Habitação no Brasil: a revista <i>A Gente</i> . Surgida para ajudar a implantar em todo o país o sistema que então se criava e do qual as APEs eram então a filha direta e caçula. Sobre a primeira APE do Brasil, a Colméia, ele diz que ela surgiu, em Brasília, com a 6ª Reunião Interamericana de Poupança e Empréstimo do Rio de Janeiro. Diz também que a Teleplan já levava o nome do Brasil para o exterior, com uma edição internacional bilíngüe, que servia às delegações que nos visitavam e levou às
1.1 Faixa 1 Programa de Rádio com Samba de Martinho da Vila sobre a Caderneta de Poupança (gravação comercial)			
2. Temas			
21. Faixa 1 Mensagem das Associações de Poupança e Empréstimo (APEs), Banco Nacional de Habitação, Plano Nacional de Habitação, correção monetária, revista <i>A Gente</i> , Colmeia, 6ª Reunião Interamericana de Poupança e Empréstimo do Rio de Janeiro, Teleplan			



			<p>embaixadas brasileiras no exterior a notícia da política de poupança e do Plano Nacional de Habitação. O locutor conclui que, o que ele queria dizer, na verdade, era que a Teleplan entendia do riscado, que não chegara naquele momento, possuindo know-how. Conta que havia dois anos, tinham criado para o Banco Nacional de Habitação a “semana da economia”. Destaca que, desde 1967, estavam fazendo com que as crianças das escolas primárias cariocas aprendessem o hábito da poupança e elas tinham entendido a mensagem. Diz que o problema habitacional brasileiro estava sendo resolvido, e que havia todo um sistema funcionando normal e adequadamente. Salienta que o Brasil era, então, exemplo para o mundo e que esperava que as APEs fossem o mais poderoso instrumento de captação da poupança popular destinada à habitação. Fala que gostaria que todos acreditassem nisso. Ele lê um texto, que foi o texto do primeiro anúncio, e, após ler diversos anúncios das APEs, encerra dizendo que o ‘Cruzeiro Gordo’, que era o dinheiro aplicado e multiplicado pela correção monetária, assim como as APEs do estado de São Paulo, seria um sucesso. E o programa se encerra com a vinheta que é a música cantada por Martinho da Vila.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.038			Fita com defeito
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.039	F1: 29:58min	F1: 14/03/1963	<p><i>Faixa 1</i> Posse de Procuradores do Estado Transmissão da Rádio Roquette Pinto, Direto do Salão Nobre do Palácio Guanabara. Com a palavra o governador Carlos Lacerda, na cerimônia de posse de 42 Procuradores do estado da Guanabara aprovados em concurso. O governador enfatiza que era a primeira vez na história da Procuradoria Geral do Estado em que o governo tinha aberto concurso de provas e títulos, dando oportunidade igual para todos. Anuncia que que iria começar assinando os decretos de nomeação dos 42 Procuradores, e que tinha lhe parecido conveniente acentuar o ato com uma singela cerimônia. Aproveita para chamar o embaixador Muniz de Aragão para compor a mesa. De acordo com o governador o ato marcava a filosofia de ação do governo democrático. Sobre o concurso, ele considera que foi severo, o que comoveu. “Um concurso cuja integridade sofreu o crivo de protestos e recursos; cuja extrema severidade, por alguns considerada excessiva, frisou a necessidade crescente de transformar a formulações habituais sobre democracia numa aplicação prática do princípio fundamental da democracia, que é a igualdade de oportunidades”. Diz que o governo se orgulhava profundamente da resposta dada pelos aprovados ao convite para a solenidade. Exalta a qualidade e o talento dos concursados. Acrescenta que não havia honra maior do que</p>
<p>1. Assunto Posse de Procuradores do Estado – Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Concurso de provas e títulos, oportunidades iguais, filosofia de ação do governo, recursos, probidade intelectual, severidade das provas</p>			



			<p>recebê-los no serviço público no estado da Guanabara. Acredita ser uma honra assinar o decreto de nomeação do primeiro colocado no concurso, José Carlos Barbosa Moreira. Em seguida, foi divulgando o nome dos outros aprovados, sempre seguido por aplausos.. Carlos Lacerda anuncia com prazer um grande colaborador do concurso e pronuncia com respeito, pelo muito que lhe devia na área do judiciário, o nome do desembargador Hermano Cruz. Passa a palavra ao desembargador que fala da responsabilidade na organização do concurso e que passaram os mais capazes e os mais dignos. Congratula-se com os aprovados, que deram uma prova de probidade intelectual. E deseja que eles continuassem com esta probidade no exercício da função de procurador do estado da Guanabara. Carlos Lacerda retorna ao microfone e fala que era com prazer que ele dava a palavra ao procurador Tavares Cavalcanti que começa seu discurso falando sobre a justiça e dando boas vindas aos novos colegas procuradores.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.040</p> <p>1. Assunto Conferência no Sindicato dos Metalúrgicos – SP</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Boas vindas, movimento sindical democrático, peleguismo, Ministério do Trabalho, comunismo, leninismo, Light, brigadeiro Eduardo Gomes, derrota, mendigos, intriga dos marmiteiros, candidatura à presidência, educação, remoção de favelas, dinheiro americano, imposto sobre a água, reforma agrária, comunismo, Nacional-socialismo, política econômica, partidos políticos, campanha eleitoral</p>	F1:01:06:19min	F1: 18/12/1964	<p><i>Faixa 1</i> Conferência no Sindicato dos Metalúrgicos – SP Um representante do sindicato fala de máquina sindical montada contra Carlos Lacerda que o impedia de ter acesso aos sindicatos para se defender. Diz ele que era com orgulho que recebia Lacerda no maior sindicato da classe na América Latina. Diz que era importante que Carlos Lacerda ouvisse os trabalhadores, pois eles tinham reivindicações a fazer e queriam ser ouvidos sobre os problemas nacionais. E pede que o governador aceite as boas vindas. O governador Carlos Lacerda responde que aquele era um grande dia, pois há muito esperava pela oportunidade. Acrescenta que a máquina montada não era exatamente contra ele, mas contra o movimento sindical democrático no Brasil. Conta que a máquina sindical brasileira tinha oscilado durante todos aqueles anos entre o peleguismo da burocracia do Ministério do Trabalho e o peleguismo comunista, e que um era pior do que outro, impedindo o aparecimento e o desenvolvimento de um movimento sindical autêntico e democrático. Acrescenta que não podia haver democracia no Brasil enquanto seus trabalhadores não se organizassem democraticamente em seus sindicatos. Ele menciona que foi até o sindicato na condição de candidato à Presidência da República e que quanto mais candidato à Presidência da República o sujeito fosse, mais interesse o trabalhador devia ter em ouvi-lo e perguntar coisas a ele. Ele discorre sobre as dificuldades de se instalarem os sindicatos no Brasil, com os trabalhadores imigrantes, sobretudo italianos, portugueses e espanhóis. Conta a história do seu pai, que foi excluído da candidatura a deputado</p>



no Rio de Janeiro quando foi acusado de ser comunista por defender, como advogado, um líder operário de Santos, acusado injustamente de matar o chefe da fábrica. Carlos Lacerda fala sobre seus dois tios militantes comunistas que o levaram a se interessar pelo problema social sob o ponto de vista do marxismo leninista, uma tese política que ele diz ter estudado a fundo. Quando ele decidiu que o marxismo não servia e que o comunismo era ruim, não foi por medo da polícia, e sim porque verificou que a liberdade que ele procurava, que ele queria defender para todos, os comunistas só queriam para si, porque queriam negar aos outros. Explica que aprendeu a não temê-los e nem a nutrir ódio por eles. Apenas acha que eles estavam errados. Considera que eles eram minoria, e a minoria não poderia governar. O que estava acontecendo no Brasil, segundo Carlos Lacerda, era a infiltração de uma minoria no governo, se apossando dos sindicatos através da corrupção, usando o imposto sindical, o Ministério do Trabalho, os partidos políticos, os cargos da previdência social, etc, ou seja, tomando conta do país em nome da maioria, mas contra ela. Ele diz também que todo o esforço da propaganda contra ele visava não a destruir as suas ideias, mas a impedir que os trabalhadores conferissem suas ideias com as dele. Enfatiza que consistiam, também, em inventar o que não se disse e o que não se fez e em esconder o que se fez e embaralhar o que se dizia. Ele comenta que não se dizia, por exemplo, que no seu governo não havia empresa pública no Estado que não tivesse em sua direção, entre os diretores, um eleito pelos trabalhadores e empregados; que o único banco no Brasil, oficial ou particular, que tinha dos seus 5 diretores 4 bancários, sendo 1 eleito pelos próprios bancários, era o Banco do Estado da Guanabara; e que o seu governo foi o primeiro da história do Rio de Janeiro a enfrentar a Light, sem nenhuma demagogia, respeitando seus direitos legais, mas fazendo-a cumprir a lei que não cumpria. E ele denuncia que o que se dizia era que o governador da Guanabara tinha tanto ódio aos mendigos que mandava matá-los. Mas, não se dizia que quem matou esses mendigos foram alguns policiais nomeados pelos governos anteriores e demitidos por ele, quando este descobriu seus crimes. Carlos Lacerda fala que o brasileiro que soubesse ler e escrever, com mais de 18 anos, era obrigado a votar em alguém, então, tinha mais era que ter o direito e a oportunidade de discutir com os candidatos para saber se iriam ou não votar neles. Acrescenta que os sindicatos não deveriam ser partidos políticos, mas deveriam ser o lugar em que todos os partidos políticos viessem a expor os seus programas para os trabalhadores julgarem e adotarem o que



lhes parecesse o melhor. Começam então a serem feitas perguntas a Carlos Lacerda pelos trabalhadores do sindicato. A primeira delas é sobre a causa da derrota do brigadeiro Eduardo Gomes vinculada à existência de uma intriga. Carlos Lacerda, antes de prosseguir com a observação feita pelo perguntador, diz que não era tempo ainda de o derrotar, e sim de consolidar a sua candidatura à presidência. Acrescenta que seus ferrenhos adversários eram os comunistas. Não porque ele fosse reacionário e os comunistas revolucionários; e sim, porque ele considerava os comunistas reacionários e ele revolucionário. Ele diz que gostaria de preveni-los, pois se queriam que houvesse eleição no Brasil, deveriam ajudá-lo a afirmar a sua candidatura, pois do contrário não haveria eleição. Considera que todos tiveram culpa em ter pegado a 'intriga do marmiteiro', financiada pelo Banco do Brasil com o dinheiro que se destinava ao financiamento do algodão (400 milhões de Cruzeiros). Ele reconhece que de um lado os políticos da UDN não prestaram a devida atenção ao perigo da intriga. Em 1945, a massa operária brasileira se constituía em grande parte de elementos que nunca tinham votado na vida, sem experiência com as intrigas políticas. Por isso, segundo Lacerda, uma intriga como a do marmiteiro pegou fácil, e derrotou um homem de bem, um homem sério, como o Eduardo Gomes. Diz ele que já não era tão fácil intrigarem os trabalhadores. Carlos Lacerda fala que a advertência do perguntador era coerente, até porque quando ele fora candidato ao governo da Guanabara, a intriga dirigida contra ele consistia em dizer que, se fosse eleito, ele iria acabar com a escola pública e que se o pai quisesse ver o filho estudando, deveria pagar escola particular. Ele diz que tanto isso era uma falsidade, que quando ele entrou no governo havia um déficit de vagas, 110 mil crianças em idade escolar fora da escola, e já então as vagas sobravam; acrescenta, também, que tinha aumentado o número de ginásios, quase dobrando, e o número de bolsas em escolas particulares também. Diziam que no seu governo, iria desalojar os favelados, botando o pessoal na rua. Ele comenta que deveria dizer aos presentes que no seu governo ele ainda não conseguira acabar - infelizmente, segundo ele mesmo define - com as favelas, e que havia quase 1 milhão de pessoas morando em favelas. Conta que conseguiu acabar com 8 ou 10 favelas, algumas das piores. Mas, acrescenta que estavam construindo 10 mil casas e começariam a construir mais 30 mil, e que venderiam as casas e não as dariam como esmolas. Sobre o Brigadeiro, ele menciona que não tinha a apresentar ao povo senão o heroísmo de sua vida, senão uma vida toda ela dedicada à



liberdade e ao povo brasileiro. Mas, não tinha como apresentar ao povo uma obra de governo realizada. Comparando com ele mesmo, Carlos Lacerda diz que na condição de candidato tinha a oportunidade de dizer que não falava apenas, pois estava fazendo. Relata que 80% das obras que vinha fazendo na Guanabara estavam sendo feitas nos bairros operários da periferia e do subúrbio. Menciona que anteriormente só se cuidava de Copacabana. Enfatiza que 60% das obras eram obras enterradas (água e esgoto) que davam muito trabalho pra fazer e quando eram feitas ninguém mais via. Ele duvida que houvesse no Brasil alguém que pudesse dizer que fez tanta coisa em tão pouco tempo e para tanta gente como ele no governo da Guanabara. Perguntam a ele de onde tinha provindo o dinheiro do financiamento para as obras que ele havia feito na Guanabara. Ele responde que a pergunta foi muito boa. Argumenta que não recusaria dinheiro do americano se ele quisesse dar para fazer escolas, que não recusaria e que nunca viu ninguém recusar: “Lenin na Rússia não recusou, porque eu iria recusar?”. Acha que o dinheiro americano tinha sido pouco, muito menos do que desejaria. Destaca que os financiamentos internacionais, somados, não chegavam a 4% do que estava sendo empregado. O resto era prata da casa, atesta. Ele pergunta: “qual é o milagre, qual é a mágica?” Responde que tinha obrigado a pagar impostos aqueles que o sonegavam, e que atualizara algumas taxas, como, por exemplo, a da água, que não era paga no Rio de Janeiro. Diz que antigamente ninguém pagava água, como se poderia ter um serviço de qualidade? A principal razão de tudo isso era que o dinheiro nunca era o bastante quando o saco estava furado. Acrescenta que o dinheiro de pobre na mão de governo honesto estica. Conclui dizendo que aceitava crédito, pois crédito não fazia mal a ninguém. Destaca não ter vergonha de seu governo ter recebido créditos internacionais. Um dos metalúrgicos, antes de dirigir a pergunta ao Carlos Lacerda, diz em nome dos trabalhadores que eles ansiosamente esperavam pela esperança que a candidatura dele trazia. Salienta que era um prazer de todos receber o candidato. Dirige-se a Lacerda, pedindo que ele exprimisse sua opinião a respeito do assunto da agricultura e também seu pensamento sobre as leis sociais referentes à indústria e aos trabalhadores da indústria, entre muitas outras perguntas. O candidato começou a resposta assim: “Meu amigo me pediu quase uma plataforma de governo!” E tratou logo de se desculpar, caso a resposta fosse insatisfatória dada a quantidade de coisas que lhe foram perguntada. Explica que não concordava em muitos pontos com a política econômica do governo Castelo Branco. Sobre reforma agrária,



diz que ela não dependia de leis, que ela pode ser feita sem mais lei nenhuma. Conta que desapropriou a terra do parque Lage usando uma lei de 20 anos, por exemplo. Ele compara: se se podia desapropriar esta terra para preservar a floresta dentro do coração do Rio de Janeiro sem reformar a Constituição, podia-se fazer reforma agrária sem reformar também. Acrescenta que essa história de reformar a Constituição para fazer a reforma agrária era história para boi dormir. Era uma das formas de falar muito em reformas sem fazê-las. Ele salienta, entretanto, que muitos dos que estavam criticando o governo Castelo Branco se esqueceram de que tinham apoiado os governos que antecederam ao seu, e que esses governos foi que deixaram a semente dos males que ele agora estava procurando enfrentar. A inflação, por exemplo, ressalta Lacerda, não foi ele quem inventou e a cura desse mal era dolorosa e o processo de cura tinha vários erros. Afirma que o país iria morrer de inflação, mas estava se curando. Prossegue Carlos Lacerda enfatizando que não adiantava nada o sujeito dizer que era democrata, que quando ele via um comunista dizendo-se democrata ele se lembrava que Hitler também dizia que era democrata. Lembra que o partido dele se chamava 'Nacional Socialista'. Salienta que os ditadores, os maiores reacionários, faziam questão de bancar os democratas e que não faziam a barba pra fingir que eram populares; tiravam o paletó, não para trabalhar, mas sim para falar, como se fosse preciso tirar o paletó para falar em público, e na hora de trabalhar punham o paletó e nada queriam com o trabalho. Comenta que no Brasil muitos foram treinados para confundir democracia com bagunça, democracia com desordem e com falta de autoridade, e que tudo isso nunca deu liberdade a ninguém, pelo contrário, era através da desordem que se chegava à tirania. Ele lembra que Hitler só subiu por causa da desordem na Alemanha e Mussolini na Itália também. Comenta que aqui, no Brasil, foi a virtude do povo, a glória de seu trabalhador, o fato de ter resistido nos três últimos anos aos convites oficiais que lhes faziam para que eles se tornassem desordeiros. Enfatiza que os trabalhadores brasileiros revelaram uma maturidade democrática extraordinária, recusando-se a servir de instrumento para a tirania. Ele fala de sua ideia de libertar o sindicato da tutela do Ministério do Trabalho, pois o Ministério existia para servir aos sindicatos, e não o inverso. O compromisso que ele assumia com os metalúrgicos no debate era de que no prazo máximo de um mês após a sua posse haveria eleições sindicais livres em todo o Brasil. Mas, acrescenta que tinha confiança e quase certeza de que isso seria feito antes. Ele



			<p>considera necessário para o treinamento e um maior amadurecimento democrático dos trabalhadores que seus líderes pudessem rebelar-se, pudessem sofrer a comparação de uns com os outros, e que a massa trabalhadora pudesse escolher livremente os seus representantes. Só assim, continua, haveria democracia, não apenas no meio sindical, mas no Brasil inteiro. Sobre os partidos políticos ele diz que estes só seriam autênticos quando os sindicatos também fossem. E, assinala, como vários sindicatos já eram autênticos, alguns partidos políticos também já eram “Por exemplo, o meu”, assegura Lacerda. Menciona que era preciso acabar com a superstição contra a UDN, acabar com a história de que a UDN era partido de rico. “Eu conheço alguns ricos na UDN, mas eu conheço uma lista de milionários no PTB, e isso não me faz dizer que o PTB seja um partido de ricos”, conclui. Comenta que a UDN foi tímida, “foi intrigada com os trabalhadores, não teve a coragem de forçar a porta dos sindicatos. Pois bem, agora ela entrou e não vai sair não”. Afirma que sua campanha eleitoral seria feita nos sindicatos, e se lhe negassem a porta dos sindicatos seria feita na porta das fábricas, e se lhe negassem a porta das fábricas existia uma porta que se abria para ele, pois se abre para todo de homem de boa fé e para todo homem honrado no Brasil, que era a porta do lar do trabalhador, e ele lá iria. Por isso, ele completa afirmando que precisava de 2 anos, pois era muito lar pra visitar.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.041</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Palestra de Carlos Lacerda no Rotary Clube, em Osasco – SP</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Palestra de Carlos Lacerda no Rotary Clube em Osasco – SP favelas, reforma agrária, progresso, civilização, teoria da CEPAL, D. Hélder, visão romântica das favelas, favelas no exterior, COHAB, trabalho voluntário, problema habitacional</p> <p>2.2 Faixa 2</p>	F1: 60 min	<p>[1961 a 1965]</p> <p>Obs 2: Os últimos 3 minutos da Faixa 1 apresentam falha de gravação</p>	<p>Obs: Conteúdo igual ao da fita de rolo 2, faixa 13.</p> <p>Obs 2: Os últimos 3 minutos apresentam falha de gravação.</p> <p><i>Faixa 1</i> Palestra de Carlos Lacerda no Rotary Clube em Osasco - SP Lacerda diz que já falou várias vezes uma tolice, que as favelas eram fruto da falta de reforma agrária. Comenta que mudou sua visão, que as favelas são criadas pelo progresso, pela urbanização, são consequência da revolução industrial por que passa o país. Lacerda critica a teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que considerava o Brasil um país subdesenvolvido. Diz que uma prova de que esta teoria estava errada era que a CEPAL não classificou Chile e Uruguai como países subdesenvolvidos. Diz que o Brasil é um país com dimensões continentais e um país com diferentes graus de desenvolvimento. Lacerda critica a teoria econômica da CEPAL de que a construção de casas era inflacionária e diz que esta era a principal causa da expansão de favelas no Rio de Janeiro e no Brasil, porque não se investia na construção de casas, apenas na construção de fábricas. Acredita que a elite tinha</p>



uma visão distorcida das favelas, ou as considerava um antro de marginais ou uma espécie de capela na qual só havia santos. Critica Dom Hélder Câmara que, segundo ele, tinha uma visão romântica das favelas. Lacerda comenta que a maioria dos moradores de favela tem que pagar aluguel pelos barracos onde moram e, muitas vezes, para pessoas que não moram nelas. Explica que as favelas não eram previstas pela lei, e poderiam ser consideradas um triunfo da iniciativa particular do seu morador, privado de crédito, do amparo da lei. Afirma que as favelas da Zona Sul existiam porque os favelados precisavam morar perto de seus empregos. Conta que as favelas também eram construídas perto das fábricas, nas quais os favelados trabalhavam. Diz que um dos maiores erros que se pode cometer era dizer que o favelado era um desclassificado social. Acrescenta que depois de estudar as favelas resolveu enfrentar o problema. Critica as pessoas que se preocupavam em remover as favelas por causa dos estrangeiros. Relata que conheceu favelas em Paris, Londres, Nova York e que não havia motivos para nos envergonharmos. Conta que começou o trabalho nas favelas com a Fundação Leão XIII, depois criou a COHAB (Companhia de Habitação. Por fim, fala, conseguiu um parecer do Departamento Nacional de Previdência Social para que os institutos entrassem com os terrenos que tinham disponíveis como parte do capital da COHAB, de forma que fossem construídas casas para os contribuintes dos institutos que depois seriam vendidas, mas diz que até aquele momento os terrenos não tinham sido cedidos. Lacerda comenta que não eram todas obras do seu governo, que havia verbas do governo dos Estados Unidos como, segundo ele, afirmavam os comunistas. Acredita que o Rio Grande do Norte já tinha recebido mais verba dos EUA do que a Guanabara. Conta que usou a verba destinada às favelas para urbanizá-las e para comprar terrenos com vistas a criar conjuntos habitacionais como Vila Kennedy e Vila Aliança. Lacerda rebate as críticas que recebeu por não ter entregado as casas completas, ou seja, por ceder as casas com um terreno para que a casa pudesse ser ampliada. Menciona que na Vila Aliança 40% dos moradores já tinham ampliado a sua casa. Defende a ideia de que os moradores tinham que comprar as casas na Vila Aliança e na Vila Kennedy, pagando 15% do salário mínimo por mês, durante 10 anos, aproximadamente. Fala sobre a urbanização da favela da Vila da Penha, que foi feita pelo governo do estado da Guanabara. Diz que este trabalho contou com a ajuda dos moradores da favela e que a favela do Vintém foi urbanizada por dois mil moradores, coordenados por um



			<p>engenheiro do governo do estado. Afirma que com o trabalho voluntário o governo economizou 30 milhões de cruzeiros. Lacerda narra o caso de um deputado que quis comprar votos dos moradores de uma favela oferecendo duas bicas e que ouviu a resposta de que a favela não precisava de bicas porque já tinha sido construído um reservatório no local. Comenta que obras como estas libertavam os moradores de políticos interesseiros. Lacerda fala sobre a remoção da favela do Pasmado e menciona que o Partido Comunista tentou evitar a remoção da favela, para não perder o seu curral eleitoral. Mas, relata que os moradores das favelas queriam ir para Vila Kennedy e que pelo menos 40 % das famílias tinham geladeira. Comenta que estas famílias tinham crédito para comprar geladeira, mas não tinham crédito para comprar uma casa. Salienta que muitos políticos eram contra a remoção de favelas, não queriam que os favelados tivessem condições de comprar uma casa. Ressalta que chegou à conclusão de que era preciso haver um financiador para a construção de casas populares. Explica que não era o estado o responsável por resolver o problema de habitação, mas que deveria criar condições para que as pessoas construíssem a sua própria casa ou construíssem casas para outras pessoas comprarem.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.042</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Entrevista Coletiva do Governador Carlos Lacerda na Rádio Diário da Manhã, em Florianópolis.</p> <p>1.2 Faixa 2 Reunião com a UDN de Florianópolis</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Briga com <i>O Globo</i>, parque Lage, Convenção da ONU, candidatura à presidência, UDN, Quarto Centenário, infraestrutura, aumento de impostos, eleições/65, reforma agrária, Estatuto da Terra, dissolução de partidos e sindicatos, fechamento da UNE, Ato Institucional</p> <p>2.2 Faixa 2 Carlos Lacerda em Visita a Santa</p>	<p>F1:50 min F2: 60 min</p>	<p>F1: 21/10/1964 F2: 21/10/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Entrevista Coletiva do Governador Carlos Lacerda na Rádio Diário da Manhã, em Florianópolis. Perguntam a Carlos Lacerda se ele tinha brigado com <i>o Globo</i> ou o jornal é que tinha brigado com ele. Lacerda responde que não tinha ocorrido nem uma coisa nem outra, que apenas uma divergência, a respeito do parque Lage, com um diretor do jornal que tinha comprado o parque e queria tirá-lo da lei de proteção federal, como patrimônio histórico e artístico, para valorizá-lo. Perguntam se Carlos Lacerda iria aceitar o convite do presidente Castelo Branco para ser chefe da delegação brasileira na Convenção Anual da ONU. Lacerda retruca que naquele momento era apenas candidato à Presidência da República, e que só poderia tomar uma decisão após a decisão da UDN sobre a sua candidatura. Porém, acrescenta que não descartava a possibilidade de aceitar o convite. Perguntam sobre o que o governador estava preparando para a comemoração do Quarto Centenário do Rio de Janeiro. Ele informa que estava investindo na infraestrutura da cidade, para que o povo pudesse comemorar por conta própria. Perguntam sobre a suposta declaração de Lacerda de que governador que administra com impostos não é administrador, e o que ele achava do aumento de impostos no estado. Lacerda fala que não dava para governar sem</p>



Catarina
Sucessão de Castelo Branco,
candidato da UDN, precocidade
da candidatura, crítica a Roberto
Campos,

arrecadação de impostos e que a taxa de crescimento de tributos na Guanabara era uma das menores do Brasil. Discorre sobre as realizações do seu governo e considera que os moradores da Guanabara estavam satisfeitos com a aplicação dos impostos no estado. O repórter pergunta se a UDN era governo, dada a simpatia do presidente pelo partido. Ele responde que não, que o partido apoiava o governo, mas que a UDN seria governo em 1965. Perguntam a Lacerda sobre a declaração de Magalhães Pinto de que o lançamento de uma candidatura, naquele momento, era contra o Brasil e contra a “Revolução”. Lacerda diz que foi sobre isso que viera falar com os udenistas em Florianópolis, que a maioria do partido apoiava o lançamento de uma candidatura e questiona se Magalhães Pinto teria a mesma opinião se o seu nome tivesse sido indicado para ser o candidato. Perguntam se ele acreditava que haveria eleições para governador, em 1965. Ele fala que ainda não sabia, mas que, se dependesse dele, teria. Afirma que não via motivos para temer a decisão do povo. Perguntam sobre a diferença entre a proposta de reforma agrária do governo Castelo Branco e a do governo anterior. Lacerda retruca que a principal diferença era a mesma diferença que havia entre um governo desonesto e um governo honesto. Critica o Estatuto da Terra, defende uma lei orgânica para a reforma agrária, com 10 ou 15 artigos. Considera que o Brasil precisava de menos legislação e mais ação. O repórter diz que quando Juscelino foi eleito presidente, Lacerda defendia que o presidente precisava ser eleito por maioria absoluta e que, já então, ele pensava de forma diferente, e pede para que ele explique a contradição. Lacerda afirma que não havia contradição, que ele não era teimoso, que reconhecia quando errava e não se importava de mudar de opinião quando considerava necessário. Comenta que sabia o que ia acontecer quando o governo começasse, por isso sua tática era criar o máximo de dificuldade para ele poder se instalar. E afirma que se o tivessem ouvido, teriam sido evitados quase 10 anos de inflação e roubalheira. O repórter pergunta sobre o projeto do ministro da Educação de extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes). Lacerda assinala que discorda do ponto de vista do ministro, que a tradição da UNE era respeitável, e que antes de ser ocupada por comunistas ela tinha desempenhado papel importante. O repórter pergunta sobre a dissolução de partidos e sindicatos. Lacerda diz que não acreditava em nenhuma das duas. Defende a eleição nos sindicatos, mesmo que fosse vencida por um comunista. Perguntam se os ideais da “Revolução” tinham sido plenamente atendidos com o Ato Institucional?



Ele responde que o Ato Institucional fora criado para fazer um trabalho preliminar, que se deveria legislar menos e agir mais.

Faixa 2

Carlos Lacerda em Visita a Santa Catarina

Carlos Lacerda diz que estava em Santa Catarina para pedir votos na convenção nacional do partido. Considera que tinha chegado a hora de a UDN vencer. Afirma que o partido cumpria fielmente o seu programa, e que além de cumprir os seus compromissos, cumpria o compromisso não cumprido pelos outros. Lacerda conta que aprendeu a governar vendo como não se devia governar e depois governando. Discorre sobre a importância do papel da oposição e propõe a criação de um novo estilo de candidatura, em que o candidato passasse por um processo de conhecimento do país. Lacerda menciona que o mandato do presidente Castelo Branco acabaria em 1966 e que o melhor sucessor para ele seria algum integrante da UDN. Elogia os integrantes do seu governo que pertenciam a UDN, mas diz que o seu governo também tinha integrantes de outros partidos. Sobre a questão da precocidade da candidatura, assinala que não concordava com esta afirmação. Considera que quanto antes o partido formalizasse a escolha de um candidato, melhor para a atuação da UDN, inclusive quando fosse preciso criticar o presidente. Diz que a “Revolução” ganhara a batalha, não a guerra. Afirma que a “Revolução” tinha começado quando Rui Barbosa percorreu o país pedindo votos. Menciona que o governo era improvisado, que os adversários precipitaram a “Revolução”, por isso defende uma candidatura a longo prazo, que desse tempo de se conhecer os problemas e elaborar as soluções. Lacerda relativiza a noção de país subdesenvolvido, afirmando que o país era desenvolvido em algumas áreas e subdesenvolvido em outras. Afirma que era preciso acabar com a ideia de que através apenas de estatísticas se conheceria a realidade de um povo. Critica o ministro Roberto Campos pelo uso inapropriado que fazia das estatísticas. Lacerda afirma que não renunciaria à sua candidatura, que tinha que lançar a sua candidatura logo e não depois. Assegura que o adiamento da convenção favoreceria a quem queria dissolver a UDN e que adiar a convenção seria adiar a eleição. Comenta que não gostava das derrotas gloriosas, gostava das vitórias gloriosas. Fala sobre a descentralização administrativa que tinha implementado no governo do estado da Guanabara. Afirma que desta maneira tinha valorizado o trabalho do servidor estadual e que seguira rigorosamente o programa do partido. Considera que conhecia bem o Brasil, mas precisava conhecer muito mais para ser presidente do país. Comenta que se



			o Brasil precisava de um líder, era preciso que este conhecesse a população e não podia ser improvisado. Acredita que três meses era um tempo insuficiente para um candidato ser conhecido por toda a população. Defende uma campanha presidencial perseverante e obstinada, pois queria conquistar o povo pela razão e pelo coração. Assinala que a UDN era o pior dos partidos, com a condição de não ser comparado com nenhum dos outros.
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.043</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Aniversário do Instituto de Educação</p> <p>1.2 Faixa 2 Gravação em Francês</p> <p>1.3 Faixa 3 Orfeão Villa-Lobos na Escola Carmela Dutra</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Tombamento, vencimentos, professores, democracia, liberdade</p> <p>2.2 Faixa 2 Gravação em francês</p> <p>2.3 Faixa 3 Orfeão Villa-Lobos na Escola Carmela Dutra</p>	<p>F1: 30min F2: 8min F3: 3min</p>	<p>F1: 12/10/1965 F2: [1960/1965] F3: [1960/1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Cerimônia no Instituto de Educação, com a Presença do Governador Carlos Lacerda. A presidente do Grêmio Cultural Rui Barbosa, Julieta Zaneli, menciona que se sentia honrada por falar em nome dos alunos. Comenta que o Instituto era mais do que uma escola, que todos conviviam como se formassem uma família e que naquele dia comemorava-se o aniversário do Instituto, oportunidade para todos os alunos deixarem expressos o carinho e o amor pelo colégio. Um grupo de alunas presta homenagem ao governador e à secretária de Educação. O governador Carlos Lacerda agradece o convite para participar da cerimônia. Defende o tombamento do prédio, para que ele nunca fosse modificado. Fala sobre as realizações do seu governo com relação à educação. Fala que sua intenção era aumentar os vencimentos dos professores, no início de 1966. Lacerda enfatiza que muito mais do que ensinar o que está nos livros, os professores deveriam ensinar a firmeza na adversidade, a resignação no sofrimento, a esperança e a confiança no coração. Considera que os alunos deveriam se tornar mensageiros de paz, propagadores da fraternidade, instrumentos do uso adequado e responsável da liberdade, para que se pudesse dizer que vivíamos em uma democracia. Discorre sobre a responsabilidade dos professores perante os alunos e menciona que o Instituto foi construído com este espírito. Agradece novamente por ter sido convidado.</p> <p><i>Faixa 2</i> Duração: 8 minutos Gravação em francês.</p> <p><i>Faixa 3</i> Duração: 3 minutos Orfeão Villa-Lobos na Escola Carmela Dutra</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.044</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda na Faculdade de Direito – SP</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 55 min</p>	<p>[31/01/1961 25/08/1961]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Governador Carlos Lacerda na Faculdade de Direito – SP Semana da Unidade Nacional Organizada pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto Manuel da Costa Santos, do Centro e Federação das Indústrias de São Paulo, elogia a juventude que luta pela liberdade e pela justiça. Assinala que a Semana da Unidade Nacional merecia apoio. Afirma que o tema da unidade nacional</p>



21. Faixa 1

Centro e Federação das Indústrias de São Paulo, unidade, separatismo, estados mais pobres, desigualdades regionais, colonização, industrialização, São Paulo, vaias, Partido Comunista, quinta coluna, provocadores totalitários, Fidel Castro, Kruchev, fuzilamento, estado da Guanabara

sempre fora uma preocupação acadêmica no Brasil. Comenta que apenas um milagre poderia explicar como o Brasil tinha mantido a unidade, enquanto a América Espanhola tinha se dividido em vários países. Argumenta que embora não houvesse movimentos separatistas, era preciso prestar atenção nas queixas dos estados mais pobres. Assegura que a causa da desigualdade entre os estados tinha origem na colonização, que privilegiou algumas áreas em detrimento de outras. Afirma que os estados do Norte e do Nordeste eram os mais afetados pelas desigualdades regionais. Ressalta que depois da Segunda Guerra Mundial tinha aumentado a desigualdade entre os estados brasileiros. Alerta que a desigualdade continuava aumentando. Enfatiza que o desenvolvimento econômico do país não tinha representado benefícios para os estados do Norte e Nordeste, apenas para os estados do Sul e do Centro. Contesta a afirmação de que São Paulo era responsável pela pobreza do Norte e Nordeste. Afirma que São Paulo dava muito mais à União do que recebia. Garante que São Paulo sempre se preocupou em reduzir as desigualdades existentes no país. Salienta que só a industrialização e a racionalização da agricultura poderiam diminuir as desigualdades. Considera que era responsabilidade do governo federal e dos governos estaduais garantir a infraestrutura dos estados para estimular a industrialização. Acredita que as indústrias eram um meio de civilização e desenvolvimento e que os industriais de São Paulo não deixariam de participar do desenvolvimento dos estados subdesenvolvidos. Mário Carneiro, presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto, critica o comportamento da plateia e diz que a tribuna estava aberta a quem quisesse se manifestar, mas pede que todos respeitem os oradores. O governador Carlos Lacerda recebe vaias e se manifesta dizendo que iria esperar que os manifestantes se calassem. Diz que as câmeras de televisão deveriam focalizar os futuros carrascos de seus pais e espiões de seus irmãos. Afirma que eles eram representantes da quinta coluna comunista em São Paulo. Menciona que era bom que o presidente Jânio Quadros visse e que era indispensável aquele espetáculo que estavam dando. Agradece ao Partido Comunista por ter enviado os seus representantes. Ressalta que seria bom que Jânio Quadros visse que a juventude de São Paulo estava minada pelos provocadores totalitários. Afirma que ele estava colhendo os primeiros frutos da sua errada política estrangeira. Diz que seria bom que ele soubesse como começaria a guerra civil no Brasil, com urros e uivos de moços irresponsáveis. Acusa-os de analfabetos da democracia, que precisavam aprender o abc da liberdade. Assegura que era um homem livre,



			lutando pela liberdade da sua pátria. Afirma que os manifestantes nunca seriam fuzilados, mas também nunca fuzilariam ninguém. Comenta que eram inúteis o urro e o uivo, que não era Jânio o que queriam dizer, dizem Jânio e pensam Kruchev. Fala que aceitaria fazer um debate sobre o patrão deles, Fidel Castro, e pede para que o gênio do grupo viesse debater com ele. Sugere que em vez de uivar, aprendessem a pensar. Conta que tinha vindo falar sobre o estado da Guanabara, o menor do Brasil, e que foi criado de maneira improvisada.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.045		F1: F2: F3: 21/10/1964	Com defeito
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Reunião do Governador com o Diretório da UDN para a Convenção em Porto Alegre</p> <p>1.2 Faixa 2 Entrevista na TV Piratini</p> <p>1.3 Faixa 3 Entrevista na TV Gaúcha</p>			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.046	F1:18 min F2: 10min F3: 30 min F4: 3 min F5: 25 min	F1:[1959/1960] F2: [1959/1960] F3: [1959/1960] F4: [1959/1960] F5: [1959/1960]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discursos de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados</p> <p>Lacerda critica o líder do governo por não querer que o ministro da Fazenda comparecesse à Câmara, quando o próprio ministro se demonstrou disposto a ir à Câmara. O líder se justifica, dizendo que a Câmara tinha outras prioridades. Diz que pediria a convocação do ministro em outra ocasião. Lacerda insiste que o ministro deveria atender ao requerimento do deputado Aliomar Baleeiro. Afirma que o ministro tinha várias explicações a dar aos deputados. Lacerda questiona se o ministro realmente desejaria vir. Afirma que o ministro não deveria deixar de ir porque o líder da maioria não queria. Diz que faz parte das funções da Câmara convocar ministros para esclarecimentos, por isso sempre deveria haver tempo para ouvir um ministro. Diz que as instruções da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) modificavam toda a política financeira do país e precisavam ser explicadas aos deputados .</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Discursos de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados</p> <p>Lacerda diz que todos concordavam com a necessidade de interiorização do Brasil. Afirma que o destino Atlântico do Brasil fora objeto de debate na conferência de Direito Marítimo, realizada pela ONU, em Genebra. Considera</p>
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixas 1, 2, 3, 4 Discurso de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Convocação do ministro da Fazenda, Câmara, SUMOC</p> <p>2.2 Faixa 2 Interiorização do Brasil, Conferência do Direito Marítimo, espaço marítimo, pesquisas de riquezas do litoral</p> <p>2.3 Faixa 3 Crise moral, desordem, desunião das Forças Armadas, JK, anistia, Lott e Jânio Quadros, dispositivo militar</p> <p>2.4 Faixa 4 Desmoroamento das Forças Armadas, golpe, candidato, presidente, ditador</p> <p>2.5 Faixa 5</p>			



ministro da Guerra, Lott,
golpistas, desordem, nova
Intentona

que então havia uma grande disputa pelo espaço marítimo. Diz que alguns países tentavam aumentar as suas zonas territoriais marítimas. Cita como exemplo a Islândia e o Peru. Conta que o Brasil se colocou em uma posição discreta e sóbria. Lacerda considera que o orçamento era fundamental para definir uma política nacional. Pede ao Instituto Oceanográfico de São Paulo uma verba para a compra de um navio, com o objetivo de pesquisar as riquezas do litoral brasileiro. Solicita a aprovação de uma emenda no orçamento para a pesquisa das riquezas no litoral.

Faixa 3

Discurso de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados

Lacerda fala que o país estava em crise econômica, o que levava a uma crise moral. Acredita que naquele clima a desordem ganharia as ruas. Afirma que o país tinha profundas reformas a realizar, o que demandaria coragem e espírito público de todos os cidadãos. Segundo Lacerda, as feridas da desunião das Forças Armadas, que teve o ápice em 11 de novembro de 1955, ainda não estavam fechadas. Comenta que no dia 21 do mesmo ano a crise se agravara. Outro deputado pede um aparte para dizer que o presidente JK tinha resolvido o problema ao anistiar os revoltosos de 11 de novembro. Lacerda responde que concorda parcialmente com o aparte, mas acha que o maior beneficiado pela anistia fora o próprio presidente. Continua a falar sobre a crise militar e critica a mudança dos ministros militares. Diz que as Forças Armadas brasileiras sempre foram unidas e prestigiosas. Pergunta, então, porque estavam desunidas naquele momento. Diz que pretendiam esmagar a Força Aérea Brasileira. Considera que a FAB fora responsável pelo fim dos ataques aos submarinos brasileiros na Segunda Guerra Mundial e que havia uma razão misteriosa para lançarem a Marinha contra a Aeronáutica. Critica o general Lott por se utilizar do Exército para justificar a restauração da oligarquia corrupta no Brasil. Questiona porque se abriu uma crise militar no país. Supõe que poderia ser porque a UDN era a favorita nas eleições de 1960. Diz que o povo brasileiro mostrou que não estava do lado dos que diziam que falavam em seu nome. Acredita que o dispositivo militar de 11 de novembro estava gasto. Diz que o general Lott não tinha condições de vencer uma eleição contra Jânio Quadros e que estavam tentando reforçar o dispositivo militar de novembro. Afirma que os integrantes do dispositivo militar provocaram a FAB. Continua atacando o dispositivo militar de novembro por fomentar a discórdia nas Forças Armadas.

*Faixa 4*

Continuação do Discurso na Câmara dos Deputados

Lacerda diz que o seu partido via com tristeza o Exército ser comandado por um candidato frustrado antes de nascer, gorado no ovo e gorado, sobretudo, porque não tinha decidido se queria ser presidente ou ditador. Comenta que não poderia ser acusado de golpista pelos golpistas e que não sabe qual seria o fim da crise militar, mas diz que se impediria que os tanques de novembro se convertessem nos votos espúrios que pretendiam frustrar ao povo o direito de se levar ao país, em 1960, governantes incapazes de se deixarem guiar, de um lado, pela incapacidade de governar, e, de outro, pela frouxidão com que assistiam ao desmoronamento das Forças Armadas no Brasil.

Faixa 5

Discurso na Câmara dos Deputados

Lacerda critica o ministro da Guerra que, ao mesmo tempo em que condenava a participação de militares na política, dava aos militares o exemplo de uma série de pronunciamentos sobre a vida política. Ao mesmo tempo em que condenava a candidatura de militares da ativa, era saudado por um militar da ativa eleito deputado. Continua a criticar o ministro da Guerra. Diz que o Exército era uma instituição permanente e o general Lott era transitório. Mas fala que estava preocupado por ouvir falar em golpistas pela boca dos que preparavam o golpe. Considera que esta era uma prática utilizada desde Júlio César, ou seja, atribuir ao adversário o que realmente se queria fazer. Nega que a Marinha tivesse a intenção de dar um golpe em 1955. Um deputado pede um aparte e menciona que Lacerda estava fazendo referência ao seu discurso e que não se considerava o defensor da democracia. O deputado afirma que o navio de guerra não teria saído do porto se não houvesse a intenção de dar um golpe. Afirma que havia um golpe e um contragolpe preparados. Lacerda retruca que os pronunciamentos do ministro da Guerra tinham levado a uma crise na Aeronáutica e quase tinham provocado uma crise na Marinha. Avisa que existia uma desordem organizada em São Paulo, Minas Gerais e no Ceará. Critica os deputados cearenses que tinham apoiado o presidente da República. O deputado pede um aparte e afirma que Lacerda estava organizando um golpe. Lacerda responde dizendo que o deputado estava confirmando o que ele dissera, que os distúrbios em Belo Horizonte, São Paulo e em Fortaleza tinham sido noticiados na imprensa. Outro deputado cearense critica o governador do estado, que pertencia ao partido de Lacerda. Lacerda se defende e afirma que o deputado



			<p>tinha apoiado o motim em Fortaleza. Lacerda assegura que havia uma exploração da desordem e que havia interesse no país em criar uma nova Intentona.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.047</p> <p>1. Assunto Cerimônia na Faculdade Nacional de Medicina – Orador Antônio Dias Rebelo Filho</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Carência na saúde, ideais da medicina, mudança de métodos, importância dos médicos</p>	F1: 10 min	F1: 19/11/1965	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Cerimônia na Faculdade Nacional de Medicina Antônio Dias Rebelo Filho conta que ao voltar, 25 anos depois, à faculdade, sentia alegria e saudade ao mesmo tempo. Comenta que se sentia feliz de reencontrar antigos mestres e colegas e discorre sobre as mudanças na medicina nos últimos 25 anos. Critica a política de saúde, menciona que foram estabelecidos métodos anacrônicos e confusos. Acredita que, como resultado de uma medicina socializada em um país capitalista, havia um povo sem saúde e médicos frustrados. Assinala que o povo sofria moléstias de carência, enquanto os médicos não tinham recursos para prover necessidades primárias da própria família. Mas, assegura que os governantes começavam a perceber os seus erros, traçando diretrizes para mudar esta situação. Afirma que os governantes começavam a perceber a importância dos médicos e que os legisladores, ao votar o orçamento, se lembrariam da importância do médico.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.048</p> <p>1. Assunto</p> <p>Faixa 1</p> <p>1.1 Inauguração do Retrato do Governador na Sede da UDN, no Paraná</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Democracia moderna, eleições, missão da UDN, povo nas ruas, adversário, estratégia de campanha, demagogia, propostas, eleição indireta</p> <p>2.2 Faixa 2 Não tem faixa 2</p>	F1: 30 min	F1: 22/03/1965	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração do Retrato do Governador na Sede da UDN, no Paraná</p> <p>Lacerda diz que tem o compromisso de acelerar, através da vitória nas urnas, o processo de transformação do Brasil em uma democracia moderna. Considera que a UDN iria ganhar as eleições e garante que iria haver eleições, e que para ganhá-las eram precisas várias coisas, entre elas, não discutir o passado, mas o futuro. Lacerda assegura que era tão importante discutir como ganhar a eleição. Afirma que foi preciso fazer uma “Revolução” para que houvesse uma eleição. Diz que era preciso separar a avaliação do governo da avaliação da “Revolução”. Acha que a eleição iria ser decidida pelos que iriam votar pela primeira vez, que o Brasil era um país jovem, por isso a importância do jovem. Acredita que a missão da UDN era levar o povo às ruas. Lacerda fala que lançou um novo estilo de campanha e, a favor de sua campanha, ele diz que tinham o tempo, e contra, a falta de definição sobre quem iria ser seu adversário. Acha que o governo da Guanabara era a sua melhor estratégia de campanha. Conta que a sua campanha iria se concentrar no essencial, não iria debater os assuntos superficiais. Lacerda comenta que estava andando em terreno minado, mas que iria ganhar as eleições nas ruas. Conclui que não era preciso ser demagogo para ser popular. Lacerda garante que o povo brasileiro estava preparado para ouvir a verdade e que a UDN sempre tinha falado a verdade. Destaca que durante o período eleitoral a</p>



			população queria ouvir as propostas dos políticos para as situações cotidianas, não estava interessada nos debates parlamentares. Critica os argumentos contra a eleição e considera que as eleições não punham em risco a “Revolução” e que não causariam desordem no país. Anuncia que não concordava com a mudança da Constituição, e que se o presidente não queria as eleições, deveria vir a público explicar o motivo. Critica o projeto de eleição indireta para governador.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.049	F1:20 min	[1960/1965]	<i>Faixa 1</i> Discurso de Raul Brunini na Assembleia de Deputados O deputado Raul Brunini faz a defesa do governo de Carlos Lacerda. Afirma que, como parlamentar, tinha defendido do gari ao secretário de estado. Conta que era um defensor intransigente do governo de Lacerda. Chama Lacerda de a última esperança e assegura que nunca trocava de partido, que não tinha ambição pessoal. Menciona que era acima de tudo udenista. Defende que o partido deveria permanecer unido porque a divisão favorecia ao adversário. Agradece as palavras proferidas em homenagem à sua mulher. Agradece novamente e diz que não havia nada que o fizesse sair do seu caminho ao lado do governador Carlos Lacerda. Considera que ele precisava ser ajudado, por ter sido acusado injustamente. Ressalta que tinha que fazer muito esforço para manter o mesmo nível da Assembleia quando presidida pelo deputado Lobo Coelho. Elogia o deputado Frota Aguiar, que também tinha presidido a Assembleia. Conta que o governador tinha lhe recomendado serenidade, e a defesa, em qualquer hipótese, da dignidade da Assembleia.
1. Assunto Discurso de Raul Brunini na Assembleia de Deputados	Conferência do Governador Lacerda no Teatro Tupi – SP – 7/6/63		
2. Temas			
21. Faixa 1 Defesa do governo Lacerda, UDN, divisão, favorecimento do adversário			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.050	F1a: 20 min F1b: 30 min F1c: 40 min F2a: 30 min F2b: 23 min F2c: 22 min F2d: 15 min	F1a:[1960/1962] F1b:[1/06/1964] F1c: [1962] F2a: [1962] F2b: [1962] F2c: [1962] F2d:[1962]	<i>Faixa 1a</i> Repetição do Discurso de Raul Brunini Gravado na Fita 49 O deputado Raul Brunini faz a defesa do governo de Carlos Lacerda. Afirma que, como parlamentar, defendeu do gari ao secretário de estado. Conta que era um defensor intransigente do governo de Lacerda. Chama Lacerda de a última esperança e assegura que nunca trocava de partido, que não tinha ambição pessoal. Menciona que era acima de tudo udenista. Defende que o partido deveria permanecer unido porque a divisão favorecia ao adversário. Agradece as palavras proferidas em homenagem à sua mulher. Agradece novamente e diz que não havia nada que o fizesse sair do seu caminho ao lado do governador Carlos Lacerda. Considera que ele precisava ser ajudado, por ter sido acusado injustamente. Ressalta que tinha que fazer muito esforço para manter o mesmo nível da Assembleia quando presidida pelo deputado Lobo Coelho. Elogia o deputado Frota Aguiar.
1. Assunto			
1.1.1 Faixa 1a Repetição do Discurso de Raul Brunini na Fita 49			
1.1.2 Faixa 1b Reportagem da Rádio Roquete Pinto sobre o 4º Congresso Interamericano de Correios, Telégrafos e Telefones no Hotel Glória. Discurso de Carlos Lacerda			
1.1.3 Faixa 1c Rádio Roquete Pinto – Gravação da Reunião do Governador Carlos Lacerda com o Presidente e Diretores da Associação			



<p>Comercial do Rio de Janeiro.</p> <p>1.2 Faixa 2a Pronunciamento de Carlos Lacerda na TV Tupi, Depois de um Longo Silêncio, para Prestar Esclarecimentos à População.</p> <p>1.2.2 Faixa 2b Inauguração da Escola Corinto da Fonseca em Realengo</p> <p>1.2.3 Faixa 2c Inauguração do Ginásio Olavo Bilac em São Cristóvão</p> <p>1.2.4 Faixa 2d Inauguração da Escola Suíça na Penha</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1.1. Faixa 1a Defesa do governo Lacerda, UDN, divisão, favorecimento do adversário</p> <p>2.1.2 Faixa 1b Sindicalismo livre, Companhia Estadual de Telefone, Manifesto Comunista, Revolução Industrial, luta de classes, revolução social, movimento sindical autônomo, Ministério do Trabalho, Instituto de Educação Industrial, reacionarismo, combate ao comunismo</p> <p>2.1.3 Faixa 1c assassinato de mendigos, justiça, plebiscito, Cuba</p> <p>2.2.1 Faixa 2a Crise de abastecimento de gêneros alimentícios, iniciativa privada, controle do governo federal, COFAP</p> <p>2.2.2 Faixa 2b Fundo Nacional de Educação, crítica à Assembleia Legislativa, reforma de escolas, inaugurações</p> <p>2.2.3 Faixa 2c Crítica à Assembleia Legislativa, bolsas de estudo, concurso para professor, defesa de alguns deputados, liberdade de ensino</p>		<p>que também tinha presidido a Assembleia. Conta que o governador tinha lhe recomendado serenidade, e a defesa, em qualquer hipótese, da dignidade da Assembleia.</p> <p><i>Faixa 1b</i> Reportagem da Rádio Roquete Pinto sobre o 4º Congresso Interamericano de Correios, Telégrafos e Telefones, no Hotel Glória Carlos Lacerda diz estar orgulhoso por participar de um congresso que reunia o sindicalismo livre do continente. Saúda os convidados do congresso em nome da população carioca. Discorre sobre a importância do sindicalismo livre para preservar a liberdade e o aperfeiçoamento da ordem social cristã, para implementar progresso e a justiça social. Lacerda fala sobre a melhora do sistema de telefonia no seu governo e lamenta a intervenção militar do governo federal na Companhia Telefônica, que impedia o governo estadual de melhorar o serviço e nacionalizar a empresa. Assinala que por isso foi criada uma Companhia Estadual de Telefone. Lacerda menciona a importância do dia 1º de Maio em todo o mundo e comenta que nesta data se celebrava a crescente participação da classe trabalhadora no comando da sociedade. Destaca que no início da Revolução Industrial o maior sacrifício foi feito pela classe operária. Lembra que era normal o trabalho infantil e que os operários tinham péssimas condições de trabalho. Discorre sobre o manifesto comunista escrito por Marx e Engels, e sobre a ideia de luta de classes e da ditadura do proletariado. Assinala que Marx não contava com a revolução da técnica e da inteligência, que tornaram desnecessária a revolução social. Assegura que a escolarização da classe trabalhadora e o avanço da tecnologia fizeram com que a revolução social não fosse mais necessária e que a eletrônica, por si só, valia por uma revolução armada. Comenta que aquela reunião assumia um significado muito maior do que uma celebração, porque os profissionais de comunicação postal, telegráfica e telefônica representavam a vanguarda da técnica, tornavam a democracia mais ao alcance da população. Enfatiza que o movimento sindical tinha que ser livre das influências dos partidos, das influências do Ministério do Trabalho. Acha que nos últimos 30 anos tinha melhorado a escolha de candidatos pela população, mas o movimento sindical continuava dependente do Ministério do Trabalho. Acredita que era a hora de intensificar um movimento social autêntico, tornando-o independente de qualquer tutela e que não se deveria confundir os partidos políticos com os sindicatos. Discorre sobre o investimento do governo da Guanabara na educação primária,</p>
--	--	---



2.2.4 Faixa 2d

Veto, crítica à Assembleia Legislativa, bolsas de estudo ensino médio, diferença entre Suíça e Brasil, nacionalismo, patriotismo, neutralidade, tolerância

destacando que em dois anos tinha acontecido um grande aumento no número de vagas nas escolas estaduais. Cita a inauguração do primeiro Instituto de Educação Industrial. Considera que o sindicalismo precisava tornar-se independente. Assegura que não sabia porque era chamado de reacionário, que estava sendo julgado por ter uma posição contrária ao comunismo internacional. Assinala que o comunismo era uma ideologia a serviço da expansão de duas ou três nações e que, assim como se combateu o nazismo e as ditaduras na América Latina, era preciso combater o comunismo.

Faixa 1c

Pronunciamento de Carlos Lacerda na TV Tupi, Depois de um Longo Silêncio, para Prestar Esclarecimentos à População.

Relata que no dia 18 de Janeiro apareceram dois cadáveres e uma sobrevivente no Rio da Guarda. Diz que uma semana depois estavam presos os autores do crime. Acrescenta que no dia anterior, dia 28 de janeiro, tinham sido demitidos dois funcionários da polícia acusados do crime. Considera que foi um crime hediondo e que os detalhes a imprensa já havia fornecido. Conta que um dos assassinos já tinha sido mendigo. Lacerda considera que a polícia t5inha cumprido o seu papel com rapidez e eficiência. Defende-se da acusação de ter mandado assassinar os mendigos. Enfatiza que nenhum dos acusados tinha ligação com ele, portanto, se eximia de responsabilidade pela conduta dos policiais. Menciona que um dos assassinos era funcionário do Jornal do Brasil. Pergunta se alguém consideraria o jornal responsável pelo crime cometido por seu funcionário. Pergunta o que queriam dele, além de punir os culpados pelo crime, se queriam que ele matasse os culpados, que fizesse justiça com as próprias mãos. Menciona o assassinato de dois exilados cubanos na embaixada brasileira em Cuba. Pergunta porque não falavam sobre isso. Assegura que Cuba estava intervindo no Brasil com armas e dinheiro. Critica a lentidão da investigação dos assassinatos da embaixada brasileira em Cuba. Critica o plebiscito e os integrantes do governo federal. Diz que o objetivo do governo era entregar o Brasil à Rússia com o dinheiro dos EUA. Acredita que esta era uma verdade que a nação precisava ouvir. Lacerda critica a sonegação de informações no Brasil.

Faixa 2a

Rádio Roquete Pinto – Gravação da Reunião do Governador Carlos Lacerda com o Presidente e Diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

O governador Carlos Lacerda discorre sobre a



crise de abastecimento de gêneros alimentícios no estado. Assinala que pediu à Assembleia um crédito de 100 milhões para comprar os gêneros alimentícios em falta. Critica a fixação de preços pelo governo federal e sugere que o problema fosse resolvido pelo comércio e não com caminhões de abastecimento, como na época da guerra. Acrescenta que a rede comercial era indispensável para resolver a situação de emergência. Reitera a sua ideia de que justamente na emergência era que a iniciativa privada deveria ser incentivada, porque a estatização do comércio era onerosa e precária no sentido de atingir os seus objetivos. Afirma que o seu interesse era acabar com as filas de arroz e feijão. Garante o apoio do governo do estado ao comércio. Acrescenta que não se poderia deixar sem solução o problema do abastecimento. Lacerda cobra da Associação Comercial uma atitude para resolver a situação. Relata as dificuldades de governar devido aos poucos recursos. Diz que o problema era do governo federal e da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), que controlava os preços. Comenta que, por isso, a reunião era importante para definir as responsabilidades. Defende uma atitude viril no enfrentamento da crise.

Faixa 2b

Inauguração de Escola Corinto da Fonseca em Realengo

Carlos Lacerda explica que era a primeira das cinco escolas que seriam inauguradas naquele dia. Considera que as escolas não eram um presente do governo, mas uma obrigação. Orienta a população a escolher os políticos que encaravam as suas realizações como obrigação, não como presentes para a população. Comenta que muitos deputados não sabiam porque tinham sido eleitos, mas que outros cumpriam o seu dever. Afirma que o político deveria continuar estudando depois de eleito, porque ninguém nunca deveria parar de aprender. Critica a Assembleia por não ter votado o Fundo Nacional de Educação. Considera fundamental a aprovação do Fundo para melhorar a educação no estado. Questiona a quem este projeto prejudicaria e responde que apenas àqueles que queriam manter o povo na ignorância, que não votavam leis que garantiriam escolas aos filhos dos trabalhadores. Relata que além da construção, estava reformando escolas e que pretendia reformar mais escolas em 1963. Diz que nunca se preocupou em saber quem votou nele, pois governava para todos. Afirma que o povo podia votar em inimigos do governador, mas que não teriam escolas para os seus filhos. Enfatiza que quem escolhia mal perdia o direito de reclamar. Faz elogios a Corinto da Fonseca,



patrono da escola.

Faixa 2c

Inauguração do Ginásio Olavo Bilac, em São Cristóvão

Carlos Lacerda elogia o patrono da escola Olavo Bilac, que considera o grande poeta do seu tempo. Explica que foi Olavo Bilac quem defendeu na imprensa a utilização de roupas tropicais no Brasil. Lacerda conta que Bilac era um evangelizador do civismo no Brasil e que levou a juventude ao Exército. Elogia o nacionalismo de Bilac e diz que, além de tudo, Olavo Bilac era carioca. Fala que defendia a liberdade de ensino como estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases. Afirma que as bolsas oferecidas pelo governo da Guanabara eram destinadas a alunos que realmente queriam estudar. Conta que queria preencher as vagas de professor por concurso. Critica as votações realizadas pela Assembleia Legislativa. Diz que tinha vetado 300 projetos encaminhados pela Assembleia. Afirma que nenhum partido estava isento de culpa, nem o seu próprio. Comemora o fato dos deputados não terem conseguido derrubar seus vetos. Comenta que uma escola custava no mínimo 30 milhões de cruzeiros. Defende alguns deputados e acusa jornais de caluniarem estes deputados.

Faixa 2d

Inauguração da Escola Suíça na Penha

Carlos Lacerda explica que não poderia demorar muito, porque tinha que visitar um prédio em Jacarepaguá, que poderia transformar-se em um ginásio. Fala que em seu governo tinha ocorrido um aumento do número de alunos em escolas estaduais. Agradece o apoio da população carioca e elogia as professoras e professores do estado. Discorre sobre as bolsas oferecidas pelo estado e sobre o investimento que fez no ensino médio. Diz que a Assembleia elaborou algumas leis boas e outras não, por isso teve que vetar cerca de 200 leis. Fala sobre a importância da escolha do nome da escola no processo educativo, assim como a conservação da escola. Salienta que tinha sido com surpresa que havia percebido que ainda não existia uma escola com o nome Suíça. Fala sobre o exemplo da Suíça, país com três raças, três idiomas, um país que foi construído com base na tolerância. Narra as diferenças entre o Brasil e a Suíça, mas acha que os dois países tinham uma coisa em comum, a vocação para a liberdade. Diz que o nacionalismo e o patriotismo brasileiro não eram contra nenhum país, apenas a favor do Brasil. Condena o ódio entre as nações, elogia a neutralidade da Suíça, que deu abrigo a todos que a procuraram. Comenta que o desabastecimento era causado pelos erros e pela



		desonestidade do governo e que a culpa era do povo que escolhia mal os seus governantes. Considera que o povo deveria reagir democraticamente e que para isso era preciso investir em educação.
--	--	---

BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.051	F1: 17:05min F2: 09:03min F3: 44:13min F4: 14:53min	F1: [1964] F2: [1963] F3:29/12/1963 F4:29/12/1963	<i>Faixa 1</i> Entrevista de Rafael de Almeida Magalhães, após sua Eleição para Vice-governador do Estado da Guanabara. A primeira pergunta é do repórter Pirelli, da TV Rio. Ele pergunta se a eleição animaria Rafael para “voos” mais altos na política. Ele responde que não e que considerava a eleição uma demonstração de compreensão da Assembleia pelo momento brasileiro. Comenta que o que o animava seriam os voos de servir ao país, o que seria sempre motivo de orgulho. A segunda pergunta versa sobre qual seria o mais grave problema da Guanabara naquele momento. Ele responde que talvez o mais difícil de ser formulado, e que era praticamente impossível tentar sobre ele uma formulação, era o problema dos transportes. Explica que o estado era servido pela CTC (Companhia de Transportes Coletivos) - empresa estatal -, pela Rede Ferroviária Federal, através de duas linhas, e também servido por empresas individuais de lotação e de ônibus. Rafael Magalhães considera que a conjugação desses três elementos seria extremamente difícil e que seria impossível contar com qualquer combinação conjunta com a Rede Federal. O tema da terceira pergunta é o problema do policiamento. O repórter quer saber se ele o considerava grave. Ele responde que o policiamento ainda era deficiente, mas equacionável e em vias de solução. Diz que os efetivos da Polícia Militar, da Guarda Civil, da Polícia de Vigilância, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil deveriam ser aumentados e melhor equipados e que gradativamente os melhoramentos tenderiam a resolver o problema. Acrescenta que a realização de concurso público para aumento do efetivo levaria de 3 a 4 meses, desde o lançamento do edital até o fim do treinamento dos aprovados, ou seja, demandava tempo. Continua falando que, para preencher 5000 vagas, o período deveria ser maior ainda. Contudo, ele conclui que não era um problema que assustava e preocupava o governo do estado, sendo uma questão de tempo e de paciência. Outra pergunta - quando o já então vice-governador estava assumindo o cargo deixado pelo Elói Dutra - , sobre se ele saberia dizer se o Elói estava ficando ‘maluco’, ‘doido’, de acordo com as palavras do entrevistador. Rafael responde: “Não, não sei nada a respeito do Sr.
1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista de Rafael de Almeida Magalhães, após sua Eleição para Vice-governador do Estado da Guanabara. 1.2 Faixa 2 Entrevista com Marcos Tito Tamoyo, Diretor do Departamento de Urbanização da SURSAN 1.3 Faixa 3 Discurso do Governador Carlos Lacerda na Faculdade de Direito da PUC-Rio. 1.4 Faixa 4 Discurso do Governador Carlos Lacerda no Theatro Municipal, na Solenidade de Entrega de Diplomas a Novos Médicos da Turma que Concluiu o Curso de 1963, na Faculdade de Ciências Médicas na Guanabara. 2. Temas 2.1 Faixa 1 problema dos transportes, de policiamento, concurso público, governo reacionário, intervencionismo, livre-empresa, educação, saúde, programa escolar, juventude comunista 2.2 Faixa 2 Aterro do Flamengo, túneis Major Vaz e Rebouças, problemas e soluções para o tráfego, transporte marítimo Rio-Niterói, ponte, canalização de rios 2.3 Faixa 3 horror à utopia, “angelismo social”, falácia da sociedade			



<p>perfeita, reforma agrária, liberdade, comunismo, desordem, analfabetismo, eleitor de cabresto, demagogia, SUDENE, anarquismo</p>			<p>Elói Dutra. Nada posso adiantar a respeito dele”. Mário Franqueira, da rádio Globo, pergunta se Rafael se considerava um reacionário. O vice-governador responde que isso era uma mistificação, que se tentava criar, em torno do governador Carlos Lacerda e do governo da Guanabara, isto é, o mito de ser um governo reacionário. Para Rafael, um governo intervencionista não poderia ser visto como um governo reacionário; um governo que considerava a iniciativa privada fundamental para o crescimento do Brasil, mas jamais deixou de intervir, criando diversas companhias estatais sempre que achava que a solução do problema era de natureza intervencionista e não livre-empresa, não poderia ser reacionário. Assinala que não saberia dizer se um governo que também tinha feito investimentos maciços em aspectos que interessavam mais de perto às classes menos favorecidas da população – a dos subúrbios da Central e da Leopoldina - os investimentos vultuosos em educação, em saúde pública, e em assistência hospitalar, poderia ser considerado reacionário. Enfatiza que um governo que tinha lançado um programa de habitação popular, praticamente pioneiro, que conseguiu construir, em pouco mais de dois anos, 7000 residências, e se preocupou em realizar uma imensa obra de saneamento, poderia ser considerado reacionário. Acrescenta que um governo que pautava suas decisões em uma filosofia que consistia em dar ao problema concreto a solução mais compatível e que atendia melhor ao bem comum poderia ser considerado reacionário. Salienta que um governo que não temia tomar decisões, que se fosse a melhor solução em conjunto com a iniciativa privada, não poderia ser tachado de reacionário. Para Rafael a grande força do governo Carlos Lacerda residia no fato de se tratar de um governo democrático. Já a segunda pergunta de Mário Franqueira vem precedida de uma afirmação. Diz Mário que o melhor da juventude da brasileira estava se dirigindo para o comunismo, e que sua pergunta era como Rafael se dirigia à juventude carioca. Ele responde que considerava a premissa da pergunta absolutamente falsa, pois a juventude brasileira não caminhava para o comunismo, caminhava, como caminhava o governador Carlos Lacerda e o governo do estado da Guanabara, para uma posição de compreensão do problema brasileiro. Uma compreensão de que o Brasil estava em fase de transformação, e que a sua estrutura deveria ser adaptada às novas realidades econômico-sociais. Isso, menciona ele, sem que se chegasse a teses reformistas de fundo comunista. Por fim, há uma pergunta de Walter Fontoura, de <i>O Jornal</i>. Considerando ele que a eleição do Rafael, de fato, demonstrou a formação de uma sólida constituição, na Guanabara, de uma equipe</p>
---	--	--	---



		<p>política, ele pergunta se haveria um novo esquema na política carioca. Em resposta, Rafael Magalhães afirma não crer que seria a perspectiva de um novo esquema e que isso traduzia uma coisa mais profunda: o sentimento de que era preciso, em termos de Brasil, pensar em termos maiores. E este era o sentido que ele dava ao comportamento da bancada petebista na Assembleia Legislativa Estadual. Rafael Magalhães termina dizendo ao povo da Guanabara que confiasse no governo da Guanabara e confiasse no governador Carlos Lacerda, que tudo vinha fazendo e que tudo faria para que a Guanabara fosse restaurada.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Entrevista com Marcos Tito Tamoyo, Diretor do Departamento de Urbanização da SURSAN Tamoyo, discorrendo sobre as obras realizadas para melhorar o fluxo do tráfego para a Zona Sul, diz que, com o Aterro (parque Brigadeiro Eduardo Gomes) o fluxo melhoraria, pois passaria de 4 para 2 vias de acesso. Ele explica as razões: Se fossem 20 pistas para Copacabana, ao invés de 4, então todos os veículos que saíssem da cidade, no rush da tarde, chegariam a Copacabana em meia hora. E aí, pararia tudo, e ninguém mais entraria. Por isso, não se podia facilitar demais o tráfego. Comparando, ele diz que não se poderia fazer uma canalização larga e emendar depois com uma estreita. Menciona que o Aterro do Flamengo estava sendo feito com a finalidade de recreação, ou seja, para construir um parque e que por isso não se poderia encher 'aquilo' de asfalto. Antônio Domingues, do jornal <i>O Dia</i>, comenta que achava que o governo estava se dedicando muito à Zona Norte, aos subúrbios, e abandonando a Zona Sul. Ele pergunta: "Tirando o túnel Major Vaz, a Zona Sul está abandonada, não está não?" Marcos Tamoyo responde que o programa viário do governo abrangia as três 'ligações-tronco', que a demografia do estado da Guanabara tinha criado e que era consequência da nossa topografia. Segundo Tamoyo, elas eram: a ligação Centro-Sul, a ligação Centro-Norte e a ligação Norte-Sul. Fala que o governo Carlos Lacerda tinha se ocupado com todas as três. Sobre a ligação Norte-Sul, ele comenta que ela era 'virgem', mas que estava sendo aberta com o túnel Rebouças; quanto à ligação Centro-Sul, menciona que estava sendo atendida pelas pistas de Botafogo, do Flamengo e da Glória, e a ligação Centro-Norte estava muito bem atendida pelo viaduto dos Marinheiros, pela rua Teodoro da Silva, que iria chegar em breve até o estádio do Maracanã, e com a duplicação da avenida 24 de Maio. No que diz respeito a soluções locais, ele acrescenta que a Zona Sul também tinha recebido contribuição maciça, uma vez que o túnel Major Vaz tinha</p>
--	--	--



		<p>aberto a 4ª via paralela à praia de Copacabana, criando o eixo Tonelero-Pompeu Loureiro, que não existia. A pergunta seguinte era sobre a resolução do problema do tráfego Rio-Niterói, como ele resolveria a questão. Tamoyo responde que, em primeira análise, a solução da ponte era muito mais barata. Entretanto, não havia uma resposta definitiva para este problema, que deveria ser encarado de outra forma. Salienta que a solução das barcas, se fosse bem tratada, ainda daria escoamento muito bom. Somente após o esgotamento desta solução é que se deveria pensar em ponte. Considera que estávamos ainda na 'idade da pedra lascada' em matéria de transporte marítimo Rio-Niterói. Outra pergunta, dirigida a Marcos Tamoyo, versava sobre a razão de se ter escolhido o dia 22 e não o dia 21 para a grande inauguração do túnel Major Vaz. Marcos Tamoyo responde que o que tinha ficado acordado era que a inauguração seria no primeiro dia em que o túnel tivesse condições de receber o tráfego em seu interior, e que esse dia foi o dia 22. No fim da fita, ele ainda fala um pouco da canalização de rios pelo Departamento de Urbanização. Diz que era incumbência do Departamento a parte de saneamento das bacias fluviais.</p> <p><i>Faixa 3</i></p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda na Faculdade de Direito da PUC-Rio.</p> <p>Começa seu discurso falando que tínhamos saído da louvação e do culto ao bacharel para a louvação e o culto ao técnico. Ele manifesta o receio de que, passando de um exagero ao outro, tenhamos perdido a capacidade de dispor na comunidade de homens capazes de realizar a grande síntese, que se fazia, e só se fazia, através do Direito. Rememora a figura retórica do historiador que definia o Direito como a sombra da sociedade. Ele lembra que quando a sociedade perde a sua sombra era porque perdeu a luz do sol da liberdade. Adverte aos caros bacharelados do ano que deveriam guardar-se da utopia, ter horror a ela. Fala do seu receio de que se estivesse praticando um novo tipo de heresia no país. Atenta para o fato de que, principalmente no meio católico, estava se tentando generalizar o angelismo, a nova heresia do tempo presente: a do 'angelismo social', que consistia, segundo Carlos Lacerda, "em inventar, por inteiro, uma sociedade quimicamente pura, uma sociedade tão perfeita como nunca existiu, nem existiria. Assinala que se rebelavam contra a sociedade possível, contra a sociedade dos homens, tal qual os homens a poderiam fazer e que poderiam melhorá-la,. Mas, em vez de melhorá-la, propunham degradá-la, corrompê-la, negá-la, destruí-la em nome da perfeição, em nome do angelismo social, que era a perseguição</p>
--	--	--



		<p>de uma utopia. Ele discorre sobre a necessidade de não se perder a fecundidade das ideias, em benefício da simplificação das formas. Carlos Lacerda enfatiza: “Uma reforma não se faz na sociedade com a mesma facilidade com que se encontram frases para vender sabonetes”. E completa que a reforma sim, se faria com humildade, com tenacidade e, sobretudo, com esforço. Se a religião era o ópio do povo, conforme o anátema de Marx, o mito da reforma agrária era o ópio do camponês brasileiro. Ele teme que se estivesse querendo fazer do reformismo uma posição negativa, ao invés de afirmativa, uma posição que destruía valores existentes, pondo em seu lugar coisa nenhuma, uma posição que negava a preeminência dos valores espirituais, entregando aos materialistas a arma por excelência da vida cristã, que era a confiança no valor do espírito. Carlos Lacerda adianta: “Precisamos inventar nossa própria linguagem, para não sermos apenas portadores da propaganda estupidificante com que se procura massacrar a inteligência, para pôr em seu lugar o automatismo dos totalitários incuráveis, de reformistas e revolucionários cuja característica é a incompetência”. Comenta as palavras do papa, que permaneciam como uma constante sobre a irreconciliável diferença que existia entre uma posição cristã diante da sociedade e uma posição materialista contra ela; que defendia a impossibilidade da convivência real, no plano da ação social e política, entre aqueles queriam melhorar a sociedade e os que queriam destruí-la para dominá-la. O que se deveria defender, acrescenta, não era o privilégio de alguns e sim o de todos. Todos deveriam ter o privilégio de não abrir mão da sua liberdade. Ele pede para que se combatesse o medo, que significava um crepúsculo precoce da nação, que a colocava na sombra e fazia com que ela decaísse antes de chegar ao apogeu. Acredita que o Brasil tinha caído na espuma da falsa elite, nas garras do caudilhismo, da aventura, da ambição pessoal e da improvisação. Insinua que os comunistas apelavam para a subversão, a desordem e o analfabetismo. Comenta que o analfabeto estava condenado a ser um aspirante a eleitor de cabresto e a continuar a ser um pária da terra. Menciona que não se falava mais em abrir escolas. Ele acrescenta que as elites não temiam que o analfabeto entrasse para a escola, para ter capacidade de julgar qual o melhor governo, qual o que lhe convinha. Sobre a PUC, assinala que era formada sob o signo das elites, pois não tinha ocorrido no mundo ocidental maior elite do que a da Companhia de Jesus, e acrescenta: “E não pode ela renegar a sua função de elite e de vanguarda, que jamais se atemorizou diante da tirania dos demagogos, e que nunca temeu a imprecação de fanática e de reacionária. E não</p>
--	--	---



		<p>poderia, portanto, temer agora ser chamada de reacionária, a ponto de capitular diante da demagogia e da confusão mental que, pior do que a seca, assola este país”. Sobre a situação do Nordeste – ele se diz estar cansado de ouvir falar de desníveis econômicos entre o Nordeste e o Sul, porque o desnível já tinha sido muito maior. Não havia estradas para fugir para o Sul e nem a SUDENE para assistir ao nordestino. Segundo ele, a pobreza do Nordeste era um momento da evolução nacional, assim como a pobreza das favelas. A própria favela era, para Carlos Lacerda, uma etapa da evolução do sertanejo, que saiu da situação de pária, e com coragem tinha construído seu próprio lar, ainda que de latas. Diz que o favelado era uma demonstração da necessidade de ressuscitar no país a iniciativa privada, por ser, ele próprio, um triunfador da iniciativa privada. Ele pede que não se confunda reforma social com anarquismo, que era tudo que a inteligência comunista nos poderia dar.</p> <p>Observação: Aos 00:21:45 a fita fica muda, retornando 10 segundos depois com a repetição do mesmo áudio gravado anteriormente na fita.</p> <p><i>Faixa 4</i></p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda no Theatro Municipal, na Solenidade de Entrega de Diplomas a Novos Médicos da Turma que Concluiu o Curso de 1963, na Faculdade de Ciências Médicas na Guanabara.</p> <p>Ele começa o discurso falando da importância do Hospital das Clínicas, para a saúde do povo do estado da Guanabara, cuja transformação estava em andamento. Ele acrescenta que esperava deixar o hospital em pleno funcionamento antes do fim de seu mandato. Prosseguindo, ele acreditava que não estava invadindo o protocolo da cerimônia ao expor sua opinião acerca das teses sustentadas pelo orador da turma. Considera parte inseparável da missão da universidade o debate, o franco e livre exame das teses. E, conforme suas palavras, nem a solenidade do momento, nem a conveniência evidente de não quebrá-la, deveria impedir que ele registrasse a sua ressalva, em louvor de sua franqueza e em louvor do seu idealismo, em louvor de seu entusiasmo e, ainda e principalmente, de seu inconformismo. Diz não querer uma universidade confundida com um 'rebanho', e uma mocidade satisfeita com a iniquidade. Salienta que não se podia ficar impedido de reclamar junto à universidade maior objetividade nos exames que ela fazia e maior vigilância nas fontes que ela consultava, nos autores em que ela ia buscar a sua erudição. Ele crê ter chegado o tempo de dizer aos jovens que “não há maior perigo para eles e para a nação, que deles depende e neles confia, que o cultivo dessa espécie de desprezo pela liberdade, que foi</p>
--	--	---



			<p>conquistada a pretexto de que outros ainda não a tinham”. Para ele, era grave o fato de nem todos poderem ter jornal. Mas, era mais grave ainda o fato, sob o fundamento de que nem todos tinham jornal, de que ficassem todos a ler um jornal só. Assinala que nada substituíra o trabalho como instrumento de libertação de um povo, que era tempo de compreendermos que não havia de ser nos folhetos de divulgação, de agitação e de slogans que se encontraria a solução para os problemas da nacionalidade brasileira. Ressalta que já era tempo de que todos se convencessem de quão improdutivo era jogar sobre americanos, russos, chineses, franceses e ingleses a culpa das nossas próprias omissões. Enfatiza que as universidades brasileiras eram incompletas, por força de suas limitações originais, por força dos erros de concepção elas ainda eram inferiores às tarefas imensas e às imensas responsabilidades que a nação lhes desejava e lhes precisava conferir. Não poderiam prosseguir como meras escolas de formação de profissionais de nível superior. Ele fala da necessidade de que um espírito universitário imperasse, e que isto consistia numa interação, numa interpenetração, que correspondia a uma presença da universidade na comunidade, indispensável na própria comunidade. Explica que o progresso pelo interior do Brasil era evidente demais e não poderia ser negado pela via do discurso. Comenta que o povo brasileiro estava impregnado de uma consciência profunda de que a ordem era essencial para a preservação da liberdade. Acrescenta que a desordem levava à tirania e que ele acreditava na vantagem do inconformismo, que não se acomoda com a iniquidade, sendo exatamente por isso que ele aplaudia e recebia com emoção as palavras, para ele acolhedoras (ainda que salientando que alguns a julgariam irreverentes) do orador da turma. Felicita-o pelo brilho da oração. E finaliza assinalando que deixaria à própria consciência do orador, e ao tempo, a maturação necessária para que sua inconformidade se convertesse em ação construtiva e renovadora.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.052</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Plano de Estabilização da Moeda</p> <p>1.2 Faixa 21 Discurso de Carlos Lacerda</p> <p>1.3 Faixa 3 Discurso de Carlos Lacerda Na Tribuna</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 1:02min F2: 07:35min F3: 54min</p>	<p>F1:[1956/1958] F2:31/10/1958 F3: 29/10/1958</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Plano de Estabilização da Moeda</p> <p>Carlos Lacerda Fala ao Presidente da Câmara</p> <p>Comenta que a bancada da oposição tinha se reunido para tomar uma série de resoluções, a partir do estudo do Plano de Estabilização Monetária enviado à Câmara pelo governo da União. Comenta Lacerda que nos primeiros dias daquele mês tinha sido entregue à oposição um trabalho em dois volumes, com 167 páginas, cada um intitulado Programa de Estabilização Monetária, para o período de setembro de 1958 a dezembro de 1959, com recomendações, análises e apêndices estatísticos. “É de supor ter ele recebido a aprovação do sr. Presidente da</p>



21. Faixa 1

Crítica ao Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, apresentação das propostas e correções da UDN para o programa

2.2 Faixa 2

Continuação das críticas ao Programa, ao valor estabelecido para o salário mínimo, à economia e às ações do presidente

2.3 Faixa 3

Aumento dos vencimentos dos parlamentares, funcionários, aposentados, defesa dos gastos e dos subsídios dos parlamentares, problema educacional, diversidade brasileira, analfabetismo, projeto Diretrizes e Bases da Educação, questão do território do Rio Branco

República”, diz Lacerda. Acrescenta que no dia 04 daquele mês, a bancada da UDN tinha designado - para estudo do programa do governo e para desenvolver um relatório - uma comissão composta pelos deputados Herbert Levy, João Agripino, Aliomar Baleeiro, Raimundo Padilha, Oscar Correia, Dias Lins e Carneiro de Loiola. Lacerda explica que a reunião contou também com a presença dos ilustres colegas senadores e que tiveram a honra de contar com a cooperação dos aliados do Partido Libertador. Para Carlos Lacerda, o Programa, a princípio, não passava de uma brilhante exposição de motivos, com numerosos dados interessantes. Considera que com ele o governo confirmava o que a oposição vinha falando há três anos. Mas, informa que o Governo não assumia no programa o compromisso de dar a todos segurança quanto ao cumprimento das novas promessas que fez, depois das muitas que na mesma matéria descumpriam. Lacerda fala que era preciso acreditar - e ele afirma, em nome da oposição -, que eles acreditavam na capacidade do Brasil em vencer a crise. Mas, diz que se o governo apresentasse um programa que consistisse em aumentar os seus poderes e reduzir as possibilidades de iniciativa dos produtores nacionais, era dever da oposição declarar que o governo não estava capacitado para realizar o objetivo da estabilização monetária. O programa consistia, em última análise, assinala Lacerda, em justificar o aumento de impostos para cobrir o déficit orçamentário. Lacerda assume que a crise brasileira estava a ponto de provocar consequências trágicas, mas não exigia, a rigor, um programa como aquele, ao mesmo tempo coisa demais e coisa nenhuma. Acrescenta que um programa de estabilização monetária só era tecnicamente acertado se fosse socialmente aceito. Enfatiza que o programa do governo era socialmente injusto e disforme. E acrescenta: “Não há compatibilidade possível entre uma política de defesa da moeda e a realização de metas que absorvem não apenas parte do consumo precário de um povo, já privado de quase todo o essencial e, até mesmo, daquela parte indispensável à manutenção de condições mínimas de bem-estar social e paz nacional”. Diz que a oposição não tinha faltado ao seu dever de analisar o programa. Acusa o silêncio do programa no que se referia à questão da política cambial e a do comércio exterior. Acha que o governo iria manter e até agravar a política do ‘dirigismo’. Lacerda conta que a oposição se resignava, pois, a oferecer, ao país e à Câmara, a crítica de um programa que não era programa. Comenta que queriam, com isso, deixar o povo salvo da agonia que o condenava pela política das ‘verdades provisórias. Sobre as análises do programa pela bancada da UDN e suas



recomendações, Carlos Lacerda, em seu discurso, cita-as:

- Deveriam apoiar uma política de estabilização que visasse a defesa da moeda, por meio de medidas monetárias e fiscais, inclusive controle do crédito bancário e a eliminação dos déficits no balanço de pagamento e a defesa da moeda deveria preceder à política de investimentos;
- A UDN apoiava o reajustamento dos salários e vencimentos compatível com as necessidades mínimas provocadas pelo aumento do custo de vida e com base nos índices de 1956;
- Propunha a redução das despesas militares ao mínimo indispensável à defesa nacional, visto que a maior ameaça à soberania do Brasil era a sua crise financeira;
- Defendia a revisão da legislação vigente para reduzir as despesas públicas de consumo e a limitação às nomeações no serviço público federal e autarquias;
- Propugnavam a limitação da taxa de investimentos, isto é, da relação entre a soma dos investimentos e o valor global da produção nacional, durante o período de recuperação do equilíbrio econômico do país;
- Davam prioridade aos investimentos que se relacionassem com habitação, transporte e alimentação. Em suma, com as condições mínimas de sobrevivência do povo;
- Exigiam a exata determinação do custo social de cada investimento e o levantamento completo da contabilidade nacional;
- Solicitavam uma legislação específica, limitando ainda mais os níveis de emissão do papel-moeda pelo Tesouro;
- Defendiam a eliminação do sistema vigente de taxas múltiplas de câmbio e faziam oposição a todos os aumentos de impostos indiretos;
- Propunham a adoção, pelo governo, de normas que favorecessem a seletividade do crédito e assegurassem toda procura socialmente útil;
- Pediam providências para a rápida tramitação dos projetos que criariam o Banco Central e o Banco Rural;
- Forneciam apoio aos projetos que, sem o aumento dos impostos, dessem recursos ao governo para reaparelhar e aprimorar o sistema fiscal;



• Negavam apoio a qualquer agravação do imposto de renda dos proprietários rurais, enquanto perdurasse a situação de crise que atingia amplos setores da agricultura;

• Não apoiavam a aprovação da iniciativa contida no programa do governo de criar fundos de investimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, por constituir o embrião de um controle intolerável do Estado sobre a iniciativa privada no Brasil;

• Propunham a reforma de base da Previdência Social e o controle da sua receita e despesa em orçamentos aprovados pelo Congresso;

• Defendiam que se considerasse que o cálculo da receita, correspondente ao tributo de importação na base do dólar fiscal encaminhado pelo governo na proposta orçamentária em curso, tornara-se obsoleto, e que com a sua atualização e a intenção do governo de explorar esse recurso, somado ao reajustamento do imposto de renda e ao aumento da arrecadação do imposto sobre cigarros, em razão da crescente elevação do preço destes, dariam para cobrir todas as necessidades decorrentes do aumento de vencimentos, que o próprio governo reconhecia indispensável;

Observação: Carlos Lacerda considera que com a melhoria da arrecadação o governo teria mais recursos do que com o aumento de impostos que estava solicitando. Ou seja, teria mais do que ele considerava necessário para o custeio do aumento dos salários e vencimentos.

Prosseguindo com as análises e recomendações:

• Defendiam a correção da excessiva agravação da escala do imposto complementar progressivo sobre a renda, por efeito da inflação;

• Apoiavam todas as medidas justas de redução de despesas que conduzissem ao equilíbrio orçamentário e repudiavam o ilegal e chamado plano de economia;

• Pregavam a adoção de medidas de concentração e racionalização de compras, e de racionalização do trabalho na administração pública;

• Propugnavam o entendimento imediato do governo da União com os dos estados e seu preposto no Distrito Federal, para adoção de um programa conjunto de concentração de todos os esforços na defesa da moeda, do atendimento das necessidades mínimas de subsistência da população e do restabelecimento da federação,



em toda a sua plenitude;

- Queriam a redução do ritmo de investimentos, inclusive na nova capital, que, por não se comportar dentro das possibilidades da economia, agravava a inflação;

Observação: Um dos presentes interrompe Lacerda e menciona que julgava ser interessante e útil, fora alguns detalhes, o programa enunciado por ele, e que considerava que em torno dele todos os partidos deveriam se unir em uma pacificação política para o bem do país. E anuncia: “Vossa Excelência receba os cumprimentos de um velho estudioso das Ciências Econômicas. O trabalho que Vossa Excelência está lendo é um trabalho à altura do Parlamento e deve merecer a aprovação e a união de todos os parlamentares do Brasil”.

Ainda as recomendações da oposição:

- Queriam o controle efetivo das obras públicas, para eliminação do desperdício e da corrupção, que deveria ser energicamente reprimida, em vez de fomentada;

Conclui Lacerda que só com essa repressão teria o governo a fonte de receita que vinha desprezando há muito tempo. E, citando outros pontos do programa, continua:

- Solicitam a supressão do abuso de despesas sem autorização orçamentária ou por autorizações impróprias e a revogação dos artigos 46 e 48 do código de contabilidade, para que não se pudesse mais violar, frontal ou hipocritamente, o artigo 77, parágrafo 3º, da Constituição;

- Pedem a adoção, pelo governo, diretamente e através da maioria de que dispunha no Congresso, de uma política de contenção de despesas, com a apreciação dos projetos de clientela eleitoral, projetos de interesse de grupos ou mesmo projetos normalmente úteis, para decisão dos que deveriam ser adiados de forma a dar prioridade às medidas de salvação pública, que eram, a esta altura, as de defesa da moeda;

- Sugeriam proibir que o poder Executivo custeasse, através do Banco do Brasil, com a receita de ágios, despesas não autorizadas, e a revogação da permissão que tinha a União de fornecer letras do Tesouro aos estados e municípios – Lei 3337, de 12 de dezembro de 1957;

- Propunham o andamento dos executivos fiscais e inventários paralisados dos autos de infração de



grandes somas, que às vezes prescreviam, e a apuração dos débitos dos defraudadores;

- Solicitavam o abono de 30% para os servidores civis, a partir de janeiro do ano seguinte, e posterior elevação dos vencimentos com o plano de classificação;

- Condicionavam o apoio às emissões ao conhecimento do Congresso, e que o Executivo deveria obrigar-se da natureza das despesas que tivessem lhe dado causa;

- Queriam instituir, para estímulo da produção agrícola, o crédito através da nota de crédito rural, já autorizada pela lei 3553 - Lei Rondon Pacheco -, de 27 de agosto de 1957, de seguro agrícola e garantia de preços;

- Propunham o aumento do salário mínimo, na base dos índices do custo de vida de 1946; a adoção de uma política de fomento à produção de trigo e de medidas eficientes de combate ao chamado 'trigo papel', que vinham financiando uma parte inexistente de trigo nacional; a apuração imediata de responsabilidade pela especulação com o 'trigo papel', que causara ao país, ainda naquele ano, prejuízo na ordem de meio bilhão de Cruzeiros; a redução severa das despesas que o governo vinha realizando com obras e planos suntuários, viagens oficiais, missões internacionais e propaganda de suas chamadas metas;

- Defendiam as alterações propostas na legislação do imposto de renda, que visassem tornar mais justa essa tributação;

- Queriam resolver racionalmente o problema do café, de modo a estancar a maior fonte de instabilidade cambial e de utilização de recursos em cruzeiros para compra, financiamento e estocagem dos excedentes, mediante uma política agressiva de reconquista de mercados e fortalecimento da lavoura cafeeira.

Essas foram, então, as recomendações da bancada da UDN lidas por Carlos Lacerda na Câmara e ele adianta que se o governo realmente pretendesse combater a inflação e estabilizar o valor da moeda, para permitir a mínima condição de vida ao povo e a fim de que se pudesse produzir, deveria dar a essa política todo o apoio. Mas, ele afirma que o programa não estabilizaria a moeda e apenas agravaria tais condições de vida, em nome das metas. Acha que o programa era, sobretudo, um esquema financeiro para execução do plano de metas e que não oferecia qualquer segurança com relação à estabilização monetária. Além disso, ele assegura que o



programa não continha as medidas capazes de incrementar a produção agrícola, de aumentar a produtividade. Considera Carlos Lacerda que a crise brasileira não era tanto de receita pública, era muito mais de despesa pública. Acrescenta que o preço do desenvolvimento não poderia reduzir o povo ao desespero. Assinala que os recursos de que dispunha a nação para desenvolver-se normalmente eram inferiores às pretensões anormais do governo. Para ele, a defesa da moeda deveria ser a primeira meta, pois sem a sua estabilização o país iria mergulhar na desordem. Clama que o governo era o agente inflacionário número 1, ao absorver do Banco do Brasil três quartas partes dos recursos postos à disposição do sistema bancário. Considera que o comércio teria de assumir o ônus das acusações de especulação, pois os aumentos de impostos, especialmente os de consumo, recaindo sobre seus clientes, seriam facilmente confundidos com a ganância e a especulação. Salienta que o programa queria tirar do consumidor o seu poder de compra, para aplicá-lo no Plano de Metas, fazendo com que o homem deixasse de ser sujeito para transformar-se em objeto da economia. Pelos dados do próprio programa – o saldo em papel-moeda, em 31 de dezembro, não deverá exceder a cifra de 107 bilhões de cruzeiros. Ele ressalta a quase impossibilidade de se atingir essa meta: “Como, porém, esse saldo se elevara a 109 bilhões em setembro, seria preciso reduzir essa soma, até dezembro, em 2 bilhões de cruzeiros, para chegar ao teto que o governo tinha fixado para si mesmo, no programa em questão. Pois bem, adverte Lacerda, em vez disso, o governo emitira no mês de outubro, daquele ano, 2,5 bilhões; em 3 de novembro, mais 2,5 bilhões; em 4 de novembro, mais 1 bilhão; em 5 de novembro, mais 1 bilhão. Quer dizer, assinala Lacerda, que em praticamente um mês e cinco dias o governo emitira 7 bilhões de Cruzeiros. Então, conclui, em vez de reduzir 2 bilhões, tinha aumentado 9 bilhões”. As razões que levaram o governo a fazer isso eram, em grande parte, compreensivas para Carlos Lacerda. Mas, demonstravam a impossibilidade do governo de fixar tetos para uma emissão que ele já não controlava mais. Carlos Lacerda ressalta que não havia garantia de que o programa fosse uma coisa séria.

Observação: Aos 48:32min o locutor anuncia: “Com a palavra o nobre deputado Alberto Torres”. O deputado não chega a falar, não há voz por 9 segundos, e aos 48:41 a fita sofre um corte e Carlos Lacerda retorna.

Ele considera que o problema da Previdência não era insolúvel, e que a solução seria parte de uma política realista, uma solução justa conveniente



ao contribuinte, ao previdenciário e ao interesse público, e não a solução do sofisma e da iniquidade. Sobre o salário mínimo, Lacerda fornece informações oficiais para a correção do presidente. No Programa analisado, havia a sugestão de um salário mínimo entre 4800 e 5400 cruzeiros, ou seja, o mínimo e o máximo planejado pelo governo, sendo que um salário de 5400 cruzeiros provocaria efeitos indesejáveis sobre a economia nacional, segundo o próprio governo, destaca ele. Lacerda faz alusão a um estudo concluído a 16 de outubro daquele ano, na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), subordinado à Presidência da República, no qual se verificava que o salário mínimo não poderia ser, sob hipótese alguma, inferior a 5400 Cruzeiros, isto é, o máximo considerado pelo programa como nocivo à economia nacional. E que mesmo 5400 Cruzeiros não satisfaria às condições mínimas de sobrevivência do trabalhador. Eis que o estudo conclui sugerindo ao presidente da República que o salário mínimo fosse fixado entre 6000 e 6700 cruzeiros.

Faixa 2

Continuação da Faixa 1

Carlos Lacerda falando ainda sobre o Programa de Estabilização Monetária do governo. Ele diz que o programa do ministro da Fazenda, quanto ao salário mínimo, tinha sido elaborado tendo em vista os índices conjunturais, com vistas à avaliação das necessidades mínimas do trabalhador. Para ele, existiam três coisas que estavam destruindo o Brasil: o princípio da isonomia, a equidade e o jargão de um economicismo que justificava todas as heresias em matéria de economia política no país. Segundo Lacerda, o Ministério tinha encaminhado à Câmara um Programa que visava a assegurar o aumento do salário mínimo, mas tinha feito avaliações para fixar esse aumento em índices conjunturais. Lacerda acredita que enquanto isso os especialistas, os homens da Escola de Ciência e Estatística, o professor [Kfoury], o professor Câmara e o grupo de trabalho que com eles fizeram a pesquisa pela técnica indicada, adequada, através da amostragem de dados concretos, procuraram o presidente para fornecer-lhe este dados. Lacerda considera que os dados em que o governo baseava as suas avaliações se contradiziam, porque negavam os próprios dados dos mesmos órgãos subordinados à Presidência da República. E brada: "Alguém está mentindo, ou, na melhor das hipóteses, alguém é incompetente". Ele refere-se ao ministro da Fazenda, que tinha informado à Câmara, com dados errados, uma base de salário mínimo errada, e à Escola de



Ciências e Estatísticas do IBGE, que, atestando, nesse caso, a incompetência, não poderia continuar a funcionar. A UDN reclama do governo o prazo até a 3ª feira seguinte, sem urgência nenhuma na matéria, para estudar o assunto, a fim de trazer ao conhecimento da nação a resposta àquilo que o povo brasileiro queria saber, segundo aceção de Carlos Lacerda. Brada Lacerda: até quando o Sr. Juscelino Kubitschek iria brincar de governar o país; até quando ele iria dizer se o que tinha feito naqueles três anos era o que queria fazer ou era o que não tinha podido evitar que se fizesse. Carlos Lacerda encerra dizendo que Juscelino falava mais do que um deputado e agia muito menos do que todos eles.

Faixa 3

Discurso de Carlos Lacerda Na Tribuna

Carlos Lacerda discursando na tribuna adverte à opinião pública sobre o perigo da intriga contra a Câmara, no que dizia respeito ao aumento dos vencimentos dos parlamentares e funcionários. Assegura que a Câmara estava cumprindo a Constituição. Para ele, restava saber se estava cumprindo o regimento e, a seu ver, estava. Diz que era preciso que o povo não se deixasse enganar com a intriga que se estava fazendo ou que se pretendia fazer, alegando que a Câmara tinha negado aumento de vencimentos aos funcionários e que tinha aprovado o veto presidencial contra os aposentados. Não fora a Câmara que tinha aprovado a decisão de veto do presidente da República, assegura Lacerda, e sim aqueles que o apoiavam. Discorre sobre os valores, em cruzeiros, dos vencimentos dos cargos da máquina governamental, comparando-os com os vencimentos dos legisladores. Cita a realidade da economia privada de um deputado, que se fosse de fora do RJ tinha, por lei, 50% de abatimento nas empresas aéreas nacionais, Carlos Lacerda salienta que ainda existia quem considerasse isso um escândalo, num país em que o presidente da República tinha passe livre em todas as empresas de aviação e tinha comprado dois aviões. Acrescenta que um deputado de fora, que chegasse ao Rio de Janeiro, não pagaria menos de 15 ou 20 mil cruzeiros num apartamento sem mobília, e que havia outras despesas como o colégio dos filhos; manter na terra de origem uma casa aberta; despesas de representação, compatível com a dignidade e com as prerrogativas e responsabilidades do seu mandato, etc. Conclui Lacerda que o salário do deputado deveria ser honroso, para que honrosamente ele pudesse exercer o seu mandato. Comenta que os deputados do Distrito Federal não faziam do mandato um bico, um brinquedo, que eles o exerciam em tempo integral. Mas, adverte que havia aqueles que



faziam de seu mandato uma 'diversão ocasional'. Lacerda defende o aumento dos vencimentos. E afirma que o problema do subsídio consistia em haver um equilíbrio: nem tão alto, para que não houvesse uma disputa pelo mandato calcada, por si só, na obtenção do valor, nem tão baixo para que não se consagrasse a 'lepra da representação nacional', a invasão dos homens de fortuna na vida pública, pois, assim, pobre não poderia se fazer representar pelos seus iguais, pobre não poderia ser deputado de pobre. Ele denuncia que era a presidência e os ministérios que faziam fortunas e não eram objeto de notícias nos jornais.

Observação: Aos 16:50 parece ser discurso de Carlos Lacerda em outra ocasião, pois há uma mudança no ambiente e uma mudança radical no assunto.

Ele passa a falar, a partir de então, sobre o problema educacional no país. Considera que estava havendo uma preparação para a anulação das qualidades e das vocações, das tendências e das potencialidades da inteligência do povo brasileiro. Acredita que a escola era organizada, dirigida, teleguiada por uma burocracia federal, que prefixava o programa de norte a sul, e que a diversidade brasileira não era, ainda, levada em conta. Carlos Lacerda acha que o Ministério da Educação era inútil e pernicioso, pois fora criado pela Revolução de 1930, pelas esperanças de uma nação carente de escolas e, principalmente, de incentivo para dar educação a seu povo. Acha que o Ministério tinha falhado, falido, traído as esperanças que o povo brasileiro depositara nele, convertendo-se num órgão que tinha subtraído a consciência e a inteligência da criança brasileira. Ele fala do descaso da educação brasileira, do grande índice de analfabetos, sobretudo, os ex-alfabetizados, que aprenderam a ler a escrever, mas depois tinham regredido à posição primitiva., por falta de ambiente propício a desenvolver-se. Por outro lado, assinala, a escola no Brasil, desde a ditadura, vinha procurando dividir os brasileiros entre trabalhadores manuais e intelectuais, entre aqueles que tinham a vocação para a técnica e entre aqueles que demonstravam a tendência para a cultura. Comenta que era uma concepção tipicamente aristocrática, para não dizer autocrática, oligárquica, reacionária, totalitária da cultura e da escola. Considera prematura essa separação que visava a separar as crianças daquelas que iriam para as profissões consideradas pelo legislador incultas, meramente técnicas. A divisão não poderia perdurar, admite Lacerda. Pois era preciso mais tempo para que a criança pudesse decidir sozinha, ou com a ajuda dos pais, da família e do professor. Até porque, salienta ele, a técnica e cultura eram inseparáveis. Essa separação era a que perdurava na legislação



ditatorial ainda vigente no país, assegura Lacerda, e regia a educação dos filhos da pátria. Ele condena a adoção de programas iguais para o país inteiro, para grupos sociais e regionais, cujo ambiente de cultura não era exatamente o mesmo. Menciona que essa sistemática de programa pré-determinado não deveria perdurar, deveria haver diversidade dos programas. Explica que a proposta inicial do projeto de Diretrizes e Bases da Educação era o de manter uma extrema centralização quanto ao aumento geral, nacional e básico da educação, mas uma extrema descentralização quanto à sua execução em cada região do país. As deficiências do projeto deviam-se à ausência de um pensamento unificado, de uma doutrina sólida e consistente. Ele verbaliza que o projeto era de arquitetura simples do ponto de vista legislativo. E acrescenta: “Mas, eis que recebeu águas de tantas correntes e correntes de tantas origens que está como uma fachada rococó, cheio de rosetas, cheia de enfeites”. Comenta que ele nasceu com o propósito deliberado dos mandarins da burocracia no Brasil. Sobre o registro de diplomas, Lacerda considera necessário e de certo modo inócuo, pois era um dos meios de controle sobre as universidades que estavam federalizadas, para o propósito nem sempre louvável de garantir o pagamento, em paridade com os professores federais, aos professores das antigas universidades estaduais. Lacerda discorda da federalização das universidades e uniformidade dos programas. Ele diz que a universidade no Brasil estava reduzida a um mero conjunto de ‘fábricas de diplomas’, que tinham a pretensão de dar ensino gratuito no plano universitário a jovens que tiveram de vencer a barreira do dinheiro. Perguntam a Lacerda se ele sabia quantos diplomas estavam para serem registrados no Ministério da Educação. Ele responde que não, mas que gostaria muito de saber, e que a centralização do Ministério da Educação, que se exemplificava no caso do registro de diplomas, mostrava ainda mais a necessidade de não incluir pormenores nos registros de diplomas, numa lei que fixava as bases e diretrizes da educação nacional. Carlos Lacerda conta que a lei visava a dizer se queríamos preparar as futuras gerações do país para a democracia ou para a ignorância, que era a condenação da democracia à desordem demagógica. Visava a dizer que democracia queríamos implantar no Brasil: se era aquela que nascia da informação da escola primária e da formação moral e cívica do cidadão no ginásio e na universidade, assim como da capacitação profissional e técnica, ou se era o contrário, queríamos continuar nessa imensa mentira que era o sistema vigente de educação no Brasil. Comenta que a educação no Brasil ainda não era



democrática do ponto de vista financeiro, pois só alcançava educação no Brasil quem tivesse dinheiro para comprá-la. Ainda não era democrática do ponto de vista doutrinário, pois a escola no Brasil ainda não fora penetrada pelos ideais e princípios que regiam a formação democrática de uma comunidade civilizada. Não era democrática porque dividia a infância entre os que iriam para o pseudo ensino técnico, deserto de concepções e conceitos filosóficos sobre o seu destino, sobre a finalidade daquilo que estava aprendendo, sobre o objetivo que se tinha quando se educava a criança e que a criança tinha quando ia ser educada e esta pobre, esta lamentável situação de um ensino pseudo enciclopédico, de 13, 14 e mais matérias em cada ano, que não eram dadas nenhuma delas até o fim de cada programa, com o consenso prévio do Ministério da Educação. Outra farsa para Lacerda eram as chamadas provas parciais, que substituíam o conhecimento autêntico e deixavam de ser meio de aferição do conhecimento adquirido pelo estudante durante anos, para se converter na finalidade mesma de todo o sistema escolar. Ele diz: “não se faz prova na escola para saber se o estudante aprendeu; se faz prova na escola para fazer o estudante passar, pois a finalidade já não é aprender, e sim passar”. Prossegue perguntando: “E passar para quê, sr. presidente?” E ele mesmo responde logo em seguida: “Passar para chegar o mais depressa possível no fim da escola, e assim ingressar na vida sem o indispensável instrumento para lutar por ela”. Um ex-professor catedrático da Faculdade de Direito da então Universidade da Bahia e então professor de outra universidade se defende dizendo que os exames em ambas eram sérios. Conta que ele não tolerava cola em prova e se pegava alguém colando tomava a prova e dava um zero. Acredita que outros colegas seus também faziam isso. Diz que não tem nenhum prazer sádico em reprovar estudante. Menciona que era obrigado a fazer esta ressalva, e pede a Carlos Lacerda que fizesse exceções. Sobre o problema da moralidade do ensino, Lacerda assinala que este problema não fora por ele mencionado por considerar que ele estava fora do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E se os exames eram ou não dignamente feitos, ele acrescenta que não cometeria o desprimor de não abrir exceções. Sobre a tendência de se acabar com o vestibular e o fechamento das matrículas, eram estas medidas antidemocráticas para Lacerda, efeito nocivo sobre a educação geral no país, pois protegia as elites e vedava o acesso à cultura à maior parte da população. Carlos Lacerda salienta que a tese que ele estava sustentando era justamente essa. Se ele tentava fixar um ponto em suas considerações, adverte que não era a da moralização do ensino, pois esta



era uma questão a parte, e sim o da definição dos objetivos da educação. Era nesse sentido que ele considerava o ensino primário, ginásial, de formação universitária fora dos trilhos, porque visava a formar profissionais, visava a preparar crianças para lançá-las fora da escola, ou, ao contrário, para mantê-las dentro da escola pública primária por conta do Estado, quantos anos desejasse, repetindo ano, obstruindo o caminho de outras crianças que não tinham escola no Brasil. Para ele, o Brasil era um país que não tinha escola primária nem em qualidade, nem em quantidade necessária para suprir as necessidades da população. E, sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prega que ela deveria ser enxugada, desidratada, reduzida às suas expressões básicas e fundamentais, dando ao país uma definição do conceito de educação para, a partir do conceito, chegar à descentralização do ensino e à liberdade do ensino, quer no aspecto formal, quer no aspecto substancial. Mudando de assunto, Carlos Lacerda fala então sobre a questão do território do Rio Branco e a eleição do seu deputado, o único representante da Casa. Ao que parece, este se inscreveria na bancada do PSD como representante das oposições coligadas do território do Rio Branco. Lacerda faz alusão a um fato curioso (talvez o único na história do Brasil): os territórios são administrados sob responsabilidade do Ministério da Justiça e têm seus governadores nomeados pelo próprio presidente, e nas eleições de 03 de outubro Lacerda conta que o governo federal mandou a tropa federal para garantir o pleito. Ele pergunta: “Contra quem o governo federal mandou oferecer garantias?” Ele mesmo responde: “Contra si mesmo, contra o seu próprio delegado, contra o próprio governador do território do Rio Branco”. Então trata-se de um episódio em que um presidente manda uma tropa federal, em acordo com a Justiça Eleitoral, para garantir-se contra si próprio. Ou seja, a tropa federal foi oferecer ao povo do Rio Branco garantias contra o governador federal do território federal do Rio Branco. E o povo do Rio Branco, através das oposições ali coligadas, tinha eleito o seu representante. A tropa federal, que fora garantir contra o governador federal o território federal, retirou-se do território federal e lá só ficou o governador da União. Carlos Lacerda conta que recebeu um telegrama de seus colegas de partido daquele território, do Diretório da UDN local, de Boa Vista, capital do Rio Branco. Estavam revoltados porque as perseguições continuavam a ser feitas pelo governador Maria Barbosa contra seus adversários políticos, pediam protesto na tribuna da Câmara contra esse estado de coisas que persistia, revoltando o povo



<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados</p> <p>1.2 Faixa 2 Discurso de Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Documento Cohen, crítica à atuação do ministro da Justiça, Partido Comunista, estado de Guerra, ditadura, Getúlio Vargas, PTB, João Goulart, reservas às alianças eleitorais, revolução Constitucionalista, Congresso do Partido Comunista</p> <p>2.2 Faixa 2 Crítica ao comunismo, destruição da liberdade, antidemocrático</p>	<p>F2: 3:41min</p>	<p>Discurso de Carlos Lacerda na Câmara dos Deputados</p> <p>Carlos Lacerda, então deputado, faz discurso na Câmara e alude a um telegrama que já era então de conhecimento público, enviado pelo deputado do Amazonas, Pereira da Silva, do PSD, que muito tinha honrado a bancada da UDN, e pedia que fosse colocado em anexo ao seu discurso. Cita também um telegrama recebido pelo ministro da Justiça – ele lê o conteúdo do telegrama, inclusive – que, assim como a resposta que foi enviada pelo governador do Amazonas, pedia também que fosse anexado ao seu discurso. O teor do telegrama do ministro Carlos Cirilo Júnior era que ele acusara o recebimento do telegrama de Carlos Lacerda, referente aos acontecimentos ocorridos em Manaus, com o deputado Pereira da Silva. Informa haver o Ministério tomado as medidas de sua competência. Carlos Lacerda diz ser essa a prova, ainda que telegráfica, da existência da figura do ministro da Justiça. Acrescenta que gostaria que o ministro explicasse quais as medidas de sua competência e qual a sua competência na matéria, pois o telegrama “não informa nada, não esclarece coisa alguma”, segundo as palavras de Lacerda. Carlos Lacerda fala do falso Documento Cohen que, em 1937, foi imposto pelo Estado Maior do Exército à Câmara, ao Congresso e à nação, para servir de pretexto à declaração do estado de guerra que, por sua vez, foi o instrumento através do qual se implantou uma ditadura no Brasil. Ele vai esclarecendo os fatos, dizendo que se tratava de um documento originado no Partido Comunista, contendo os planos da subversão da ordem tal qual a concebia o partido naquela altura (destruição de lares, incêndios, sabotagens, torturas, atentados, terrorismo, etc.). Carlos Lacerda assegura que o documento teve sua autenticidade garantida pela palavra de honra das mais altas autoridades do Exército na época: chefe do Estado Maior, ministro da Guerra, comandante de região, etc. Quando Carlos Lacerda faz alusão a Getúlio Vargas como então ditador do Brasil, uma voz se levanta: “Inesquecível presidente Getúlio Vargas!” Carlos Lacerda responde: “Tem Vossa Excelência toda razão de não esquecê-lo, porque o esqueceu no dia 24 de agosto, lá não estava para defendê-lo”. A pessoa replicou dizendo que não estava porque não se encontrava no Rio de Janeiro. E daí começou uma discussão! Lacerda fala que, na página 298 do livro em que o general Góis Monteiro deu seu depoimento, encontrava-se o relato pelo qual aquele ex-chefe de Estado Maior, aquele ex-ministro da Guerra, aquele que foi o maior poder do Exército do seu tempo e uma das figuras mais influentes dos acontecimentos de uma certa fase da vida brasileira, conta como o</p>
--	--------------------	--



modesto capitão do Estado Maior, Olímpio Mourão Filho, havia proporcionado às autoridades do Ministério da Guerra o conhecimento do papel que se chamou Documento Cohen. Carlos Lacerda diz que um grupo de homens poderosos – da espada, do dinheiro e do poder – tinha abusado da boa fé de um capitão do Exército e o fez instrumento de sua falsidade e o transformaram na maior vítima da falsidade que lhe atribuíram e pela qual durante 19 anos este homem amargou a mais dura, a mais cruel das injustiças. Até a semana anterior Lacerda diz que esteve convencido de que o documento Cohen havia sido um documento falso levado ao Estado Maior pelo capitão, hoje general Olímpio Mourão Filho. E, após quase 19 anos de calúnia e de horror, até então, não havia tido, da parte do ministro da Guerra, o general Lott, sequer um gesto de reconhecimento da restauração de sua honra militar e cívica, de sua dignidade, da sua integridade, de um general que era então, segundo Lacerda, o ‘ditador do rádio’ no Brasil. Carlos Lacerda afirma que após dois anos de silêncio que lhe foram impostos por este general, instrumento de uma política governamental de censura à imprensa e rádio, ele tinha a alegria de dizer à Câmara e ao país, que o antigo capitão, hoje general do rádio, jamais induziu a um erro ou em falso os seus superiores e foram esses que, espontaneamente, deliberadamente, voluntariamente, conscientemente, induziram um falso à nação para lançá-la nas garras de uma ditadura voraz. Carlos Lacerda lê uma declaração de Getúlio Vargas, de 1935, em que ele fala sobre a ação do comunismo no Brasil e no mundo. A declaração faz alusão aos atentados materiais – do homicídio premeditado ao frio genocídio em massa; consistia em dizer que os comunistas aliciavam os desprevenidos, incitando paixões e cobiças, usando de grandes palavras e rótulos ideológicos vistosos, além de simularem atitudes nacionalistas, apelando para sentimentos altruísticos e nobres, enquanto corrompiam pelo ouro as consciências venais, compravam cumplicidades e auxílios pelo terror das denúncias e delações. O intuito de Carlos Lacerda era denunciar a contradição existente na estreiteza de laços entre o Partido Comunista e o PTB, partido criado por Getúlio Vargas. Lacerda registra as declarações do vice-presidente da República, também presidente do PTB, João Goulart: “Os comunistas defendem melhores condições de vida para o operariado, uma política nacionalista na exploração de nossa riqueza e outros itens que também fazem parte do nosso programa”. Jango defende que nada mais justo do que caminharmos juntos na defesa deste ideal. Então, o mesmo deputado, que se tinha oposto ao discurso de Lacerda no início, levanta a voz



novamente e diz que Jango tinha toda a razão em assim dizer, e que era preferível isso do que caminhar de mãos dadas com aqueles que atraíam a nação, com aqueles que vendiam a nação. Manifesta seu desejo de construção de um Brasil com os ideais de Vargas, para a maior grandeza da pátria, e não a entrega do país. Lacerda responde que apoiando as palavras de João Goulart ele manifestava o seu formal, o seu completo desacordo com as palavras proferidas por ele. Mas, adverte-o e sugere que ele se atenha às declarações de Jango. Lacerda taxativamente diz que não era ele quem estava inventando tudo isso, e sim que eram palavras de Vargas, do fundador do PTB. Os dois voltam a discutir. Lacerda é acusado de fazer calúnias. O deputado diz que ninguém pode negar que Getúlio Vargas teve sempre o objetivo de dar ao Brasil o que fosse necessário para ser uma grande nação. Carlos Lacerda ironicamente responde: "Palavras, palavras, palavras, palavras, palavras..." E Lacerda prossegue dizendo que o PTB era um partido que cada vez mais dava dinheiro aos ricos e aos pobres distribuía retratos de Getúlio Vargas. Conta que ele se alia ao Partido Comunista do Brasil e se atira contra o orador, porque não podia responder ao discurso de seu próprio fundador. E ele provoca e desafia o deputado: "Vossa Excelência responda ao discurso de Getúlio Vargas, responda às palavras do fundador de seu partido". Lacerda lembra que quando Vargas era um homem válido politicamente, essa tinha sido sua reação ao movimento comunista de 1935. Comenta que era essa a palavra de um homem cujos erros políticos nunca tínhamos poupado e cujo patriotismo era então íntegro, tão íntegro na sua desmedida e excessiva ambição política. O seu oportunismo que, segundo Lacerda, foi um erro que o levou ao poder, também o tinha levado à tragédia de sua morte. Lacerda se indaga: "Como pode o presidente do PTB encontrar identidade?" Sobre as alianças eleitorais, Carlos Lacerda diz que elas eram deploráveis. Acrescenta que não as admitia, porém as compreendia no quadro desordenado da vida política brasileira. Diz que eram alianças meramente eleitorais, sem compromisso para obter votos aqui, ali ou acolá. Refere-se à 'identificação programática', 'fraternização política', à 'simbiose ideológica' feita pelo presidente do PTB, que era também presidente da República. A voz do deputado novamente se levanta: "Presidente da República, por uma grande maioria do povo brasileiro!" E Lacerda retruca: "Nós não estamos discutindo isso!" O deputado não se dá por vencido: "Então a República do Brasil não vale nada?!" Seguem-se mais discussões e vozes altas, sem que se possa identificar o que falavam... Carlos Lacerda pergunta com que idade o deputado havia votado



pela primeira vez. Ele respondeu que havia sido em 1934 e Lacerda disse que foi graças à Revolução Constitucionalista de São Paulo, a uma revolução contra a ditadura... Lacerda relembra que ele não tinha podido votar de 1934 a 1945 para presidente da República. Acrescenta que, antes de 1945, nunca se pôde cumprir o dever elementar da cidadania de escolher o presidente de seu país. E que foi somente em 1945 que se votou pela primeira vez para escolher o presidente da República. Acrescenta, também, que ele tinha votado apenas porque a UDN reconquistara para o povo o direito de voto. Lacerda insinua que, pelas convicções getulistas do deputado, ele teria votado no General Eurico Gaspar Dutra. O deputado diz que, para os brasileiros, Carlos Lacerda tinha duas personalidades: de um lado, era realmente um homem brilhante, de cultura, um deputado digno de honrar seu mandato; mas, de outro, o maior culpado da morte de Getúlio Vargas, pois tinha usado os termos mais fortes, a demagogia mais baixa, mais injusta para colocar o povo contra ele. Carlos Lacerda responde: “tenho várias, graças a Deus!” E dispara: “Antes tarde do que nunca, pois sempre é tempo de lembrar a Vossa Excelência que, nesse crime de suicídio que Vossa Excelência me atribui, o maior beneficiário não fui eu e sim os donos do partido de Vossa Excelência. Vossas Excelências elegeram Juscelino Kubitschek não com o atestado de seus méritos, não com a certidão de sua probidade, mas com o atestado de óbito de Getúlio Vargas nas eleições”. Lacerda diz que a política do PTB no Brasil em vez de ser a política dos berços era a política das sepulturas, dos mausoléus e das coroas fúnebres. O deputado lhe responde: “Não, é a política da memória, é a política do ideal...” E Carlos Lacerda replica: Vossa Excelência fala de memória... Então, se o PTB tem tão boa memória, como esquece com tanta facilidade as palavras de seu fundador sobre o Partido Comunista, no momento em que seu atual presidente se identifica com ele.” De acordo do Lacerda, essa contradição era um fato concreto, pois Getúlio Vargas tinha sido um dos grandes inimigos do comunismo no Brasil, enquanto conservou domínio sobre o seu próprio governo. Salienta que a partir do momento em que o perdeu e em que foi envolvido na nova onda de compromissos, que para benefício do seu desejo de permanecer no poder ele assumira com aqueles que o traíram em vida, tanto quanto o exploraram depois de morto, residia a diferença entre o que dizia Vargas vivo e o que dizia o seu herdeiro, em seu nome, depois de Vargas morto. Ressalta que a UDN tinha votado contra a retirada do plenário dos deputados comunistas e que, embora anticomunista, apesar de democrático, preferia ter no plenário deputados



comunistas, mas legítimos, sob a legenda do partido, do que tê-los enrolados em outra bandeira, em outros rótulos. E ele continua: “O partido que Prestes dirige ainda no Brasil, como uma espécie de chefe de relações públicas, pois a isto está ele reduzido, é um partido que mal ou bem, certa ou erradamente, sem a contribuição da UDN, é considerado por lei, por decisão da justiça e por cumprimento que lhe deu o poder executivo, um partido fora da lei, marginal, conspirativo, ilegal, revolucionário e subversivo”. Carlos Lacerda explica que foi no Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1954, presidido por Prestes, que foi decidida a aliança com o PTB. Acrescenta que estava nos anais do Congresso, na revista comunista chamada *Programa*, a prática da fraternização com o PTB. Emenda dizendo que Jango era um tocante misto de ingenuidade e perversidade. Carlos Lacerda relata o que Prestes tinha dito sobre a pretensão de se implantar uma ditadura no país após o golpe de 24 de agosto, e que desde então se vinha conspirando contra a ordem. Acredita que esta era a ordem ‘húngara’, a ordem ‘polaca’, a ordem ‘romena’, a ordem ‘búlgara’, na qual a UDN era apontada como conspiradora contra a ordem, pelo chefe do Partido Comunista do Brasil. Ainda sobre as afirmações de Luís Carlos Prestes, Lacerda menciona que ele também tinha dito que João Goulart estava em condições de disputar a Presidência da República em 1960, em virtude de sua enorme influência sobre a massa de trabalhadores. Carlos Lacerda faz a seguinte pergunta: “Que atos terá cometido o Sr. Presidente e o Sr. General Lott para ser assim endossado, aplaudido, recomendado, preconizado pelo chefe do Partido Comunista do Brasil?” A conclusão a que Carlos Lacerda chega era a de que só uma força poderia polarizar o descontentamento do povo, antes que ele se transformasse em desespero. Ele diz que essa força era precisamente a UDN. Depois de dizer isso, foi aparteado pelo mesmo deputado, que tinha feito oposição a ele no início de seu discurso, com as palavras “na opinião de Vossa Excelência...”. Lacerda se defendeu dizendo que a UDN era força desde 1945, quando a ditadura fora derrubada e que fora assegurada a liberdade, até mesmo para os ditatoriais. Lacerda vê que o PTB colocava os seus ódios e ressentimentos pessoais e políticos acima dos interesses dos próprios trabalhadores. Se fosse pelo trabalhador, qual seria o problema, pergunta Lacerda, de haver uma união com a UDN? O deputado responde dizendo que a UDN nunca fora a favor do trabalhador. O deputado pergunta a Lacerda se não seria menos legítima, se não seria menos pura, a aliança e o apoio que a UDN recebia do Partido Comunista em outros estados da



		<p>federação. Lacerda responde que existia fidelidade sim, mas era uma fidelidade ideológica, fidelidade a ideais, e que embora fosse contrário, compreende que fossem feitos acordos eleitorais nesse ou naquele lugar, em caráter meramente regional, para se obter votos sem maiores compromissos. Mas é taxativo ao dizer ser contra qualquer aliança entre o seu partido e o Partido Comunista, em qualquer parte do território nacional. Fala que sobre o PTB, o que ele não compreendia, não admitia era a fraternização, identificação de objetivos que nada tinham a ver com aliança meramente eleitoral, tampouco uma improvisação de véspera de eleição. Carlos Lacerda afirma que o Partido Comunista tinha se aliado ao PTB por saber que não chegaria ao poder fazendo uma revolução proletária, e, sim, se aliando com as forças da corrupção, que já estavam no poder. A fita se encerra com ele afirmando que a UDN era o núcleo da esperança, o centro de recuperação popular.</p> <p><i>Faixa 2</i> Discurso de Carlos Lacerda Carlos Lacerda, criticando o comunismo, discorre sobre os falsos democratas que, sem paciência de esperar, não reconheciam o comunismo como a maior força de retroação social, maior força de reação anti-humana, maior força de destruição da liberdade do homem e da dignidade, da inteligência e do trabalho. Considera o comunismo como repositório da demagogia, instrumento da desagregação nacional, e que tomava o poder nas sociedades, com objetivo eminentemente antidemocrático. Já no fim do breve áudio ele diz que a paternalismo do presidente com o Partido Comunista configurava um cair de máscaras.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.054</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Visita a Portugal do Governador Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Urbanização de favelas, casas para os favelados, comunidade luso-brasileira, contribuição da língua portuguesa, fim do passaporte Portugal/Brasil, tratado de Amizade e Consulta</p>	<p>F1: 42:05min</p>	<p>F1: 06/1964</p> <p><i>Faixa 1</i> Visita a Portugal do Governador Carlos Lacerda Antes de tudo diz que, sendo a Guanabara o menor estado da federação, na verdade uma cidade-estado, ele – então um ‘prefeito-governador’ – sentia-se próximo dos problemas. Comenta que no instante em que falava, uma favela estava sendo transformada em ‘nova’ e ‘irradiosa’ cidade proletária, construída pelos próprios moradores, cujas casas seriam a eles vendidas a longo prazo, com uma amortização de 15% sobre o salário mínimo. Conta que um programa de 30 mil casas para trabalhadores ia substituindo, num instante, as favelas, que se amontoaram menos por falta de reformas do que por falta de reformadores. Explica que isto significava a incorporação de milhares de trabalhadores brasileiros a uma comunidade democrática e cristã, fundada na solidariedade dos homens entre si. Sobre o advento da Comunidade Luso-brasileira ele declara:</p>



“Queremos ser irmãos dos portugueses. Como eles, falantes da mesma língua, ainda que com diversos acentos...” Ressalta que éramos uma nova contribuição a uma velha civilização, porque tínhamos trazido à língua portuguesa escritores novos, vocábulos novos, que exprimiam talvez conceitos novos, por exemplo. Outra contribuição, destaca, era o estabelecimento de “uma nova entidade, uma nova sociedade multiplicada por dois, uma nova comunidade feita da variedade das raças, na unidade dos sentimentos; feita da diversidade dos sentimentos na unidade dos pensamentos; feita da multiplicidade dos atos e na profunda e irredutível homogeneidade da ação”. Considera que os portugueses nos tinham ajudado a formar uma cidade, a formar uma nação. E menciona que se havia alguma coisa urgente a fazer por Portugal e Brasil era derrubar a barreira dos regulamentos, destruir o muro da burocracia que se tinha levantado no Atlântico, para que portugueses entrassem e saíssem do Brasil como o sol pela vidraça. “Aqui, como lá também”, acrescenta Lacerda, que adverte: “Pois não sou dos que dizem aqui o que lá não fazem!” Ele pede que se acabe com os passaportes entre Portugal e Brasil, pois uma comunidade – e crê que não havia uma voz que se levantasse contra ela - começava com a extinção do ‘papelucho’, do carimbo. Carlos Lacerda defende a imigração entre os dois países, e que o imigrante “possa ele entrar e sair livremente numa pátria que é também sua, pois foram seus maiores que a fizeram”. Carlos Lacerda discorre sobre as relações entre Brasil e Portugal, cita os acordos assinados pelos governos dos dois países, que significavam os primeiros passos para a concretização do chamado Tratado de Amizade e Consulta. Acredita que era preciso dar consequência a este tratado, e, se o quisessem, deveriam fazê-lo através do Congresso do Brasil, na forma da Constituição. Mas, se não o quisessem, bastava regulamentar o acordo que já tinha sido ratificado pelos governos e órgãos próprios dos dois países. Deseja que a livre entrada de brasileiros em Portugal, com carteira de identidade, e a entrada livre de portugueses no Brasil, com carteira de identidade fornecida pelas autoridades de Portugal fosse a primeira consequência do estabelecimento de uma comunidade luso-brasileira. Acrescenta Lacerda que Brasil e Portugal não eram duas nações estrangeiras e que, portanto, deveriam desconhecer o passaporte entre si, e diz o que o Brasil queria da comunidade luso-brasileira: “é que ela não seja mais uma peroração ou um tropo de retórica; não seja mais uma figura nas muitas mensagens que de lá para cá e de cá pra lá se trocam periodicamente, nessa espécie de turismo dos subúrbios da inteligência”. Acha que a



			<p>comunidade luso-brasileira transcendia os regimes, ultrapassava os sistemas de governo, superava as fraquezas ou as grandezas dos homens que, por ventura, os encarnassem num momento dado, num período determinado de nossa história. Salienta que a era da afirmação de novas nações, a era dos nacionalismos do século XIX, a era da integração da nação alemã, da afirmação de Napoleão III, da unificação italiana, das afirmações das soberanias nacionais intocáveis, fechadas em seu egoísmo, esta era estava irremediavelmente condenada pela revolução tecnológica, que tinha superado a revolução social. Defende que revolução da inteligência e da técnica vinha fazendo com que o mundo caminhasse para a integração e não para a dissociação, caminhasse para a interdependência, muito mais do que para a independência. E completa que as nações só seriam verdadeiramente livres quando se apoiassem num sistema de alianças para garantir a liberdade de cada uma. E sentencia: "Ou é assim ou a ONU não tem razão de existir!". Conclui dizendo que o mundo caminhava para as grandes Assembleias. Fala que em Portugal se sentia em casa, pois nada precisava explicar, pois em cada olhar tinha encontrado a compreensão de quem de longa data entendia o que se estava passando no Brasil, e havia muito tempo temia o que se ia passar. Destaca que em cada aperto de mão encontrava um sinal de esperança e alegria, pois o Brasil recuperado seria o mais poderoso aliado que Portugal poderia ter.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.055		F1 e F2: 04/1964	<i>Fita com defeito</i>
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 e 1.2 Faixas 1 e 2</p> <p>Discurso do Governador Quando da sua Viagem à Europa</p>			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.056	F1:32:12min F2: 26:53min F3: 05:22min	F1: 04/1964 F2: 07/04/1964 F3: 08/04/1964	<i>Faixa 1</i> Discurso do Governador Quando da sua Viagem à Europa Carlos Lacerda comenta que o país só enriqueceria na medida em que o brasileiro pudesse criar riqueza e o brasileiro não poderia criar riqueza enquanto estivesse montado num aparelho que impedisse esse enriquecimento. Acredita que não se podia fazer planejamento econômico no Brasil, o que se podia fazer eram programas setoriais (de educação, de lavoura, de industrialização, etc...). Ele pede que se fale de programa e não de planejamento, ainda. Lacerda afirma que pensa como pensava o primeiro ministro Reinhart, da Alemanha - autor material do renascimento da economia alemã pós-guerra - , para quem a liberdade de produzir e de consumir fazia parte das liberdades inalienáveis do homem. Sobre revolução, ele defende que fosse uma revolução para mudar o conceito de
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Continuação da Faixa 2, da fita 55.</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Entrevista na Rádio e na TV Portuguesa</p> <p>1.3 Faixa 3</p> <p>Entrevista à Imprensa Brasileira</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1</p> <p>Programa setorial, liberdade de</p>		<p>Observação: o áudio da fita 3 está muito ruim, com chiado, o que dificultou a audição</p>	



produzir e consumir, agricultura, desenvolvimento, contenção do avanço comunista, nacionalismo mesquinho, autodeterminação dos trabalhadores, prosperidade econômica, demagogia do Partido Comunista, “Revolução” de 1964

2.2 Faixa 2

Viagem ao exterior, morte de mendigos, regiões administrativas, agentes provocadores chineses, crítica ao comunismo, elogios a Castelo Branco, críticas a Juscelino Kubitschek, “Revolução” de 1964, declínio das taxas de crescimento, exploração das massas

2.3 Faixa 3

Elogio à liberdade, crítica à escrevidão, “Revolução” de 1964, libertação do movimento sindical brasileiro, eleições sindicais livres

desenvolvimento nacional, dando à agricultura o crédito que lhe estava sendo negado - pois era com o seu dinheiro que se custeava todo o desenvolvimento industrial brasileiro -, sob o argumento de que ela estava obsoleta. Carlos Lacerda levanta um dado: pela primeira vez em muitos anos, o Brasil tornava-se credor do mundo - dos EUA, da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Itália, da Suíça, etc. Ele pede que se pensasse bem a respeito disso, pois insinua que, por exemplo, os EUA não seriam capazes de impedir, sem armas, a instalação de uma base russa contra eles, no maior país do continente. Diz que o Brasil tinha vencido, sem armas, a guerra do mundo democrático, pois fora no Brasil que pela primeira vez o avanço comunista tinha sido contido, sem nenhum fuzilamento. Diz que era preciso ‘desamesquinhar’ o Brasil, este Brasil pequenino e encolhido que estavam tentando estabelecer, com o que ele chamou de “nacionalismo mesquinho”, uma “caricatura do nacionalismo”, uma “cópia reduzida do nacionalismo fecundo”. Explica que era preciso dar ao país uma posição que não fosse a de quem estava pedindo favor, senão justiça. Lacerda diz que o Brasil tinha vencido a guerra para si e para todos. Acrescenta que estava na hora de se criar as condições para o pobre enriquecer, de dar ao trabalhador uma voz e um voto para dirigir suas próprias organizações, sem a tutela de ninguém, de partido nenhum, para que eles se autodeterminassem. Sobre a “Revolução” de 1964, ele diz que o Brasil poderia fixar um preço aos EUA pela “Revolução”. Para ele, não se fez uma “Revolução” para prender uns e outros. Diz que tais prisões deveriam se limitar ao estritamente indispensável, evitando a caça às raposas e o espetáculo, considerado por ele sórdido e sádico, de prisão apenas por amor à prisão. Acredita que havia uma dinâmica revolucionária que deveria coincidir com a dinâmica de desenvolvimento do país, que deveria coincidir com a ideia de que só existia justiça social nos países que tinham prosperado economicamente. Diz que não havia como libertar uma nação da miséria, se não a libertassem primeiro do comunismo. Denuncia que o Partido Comunista estava tentando organizar-se através dos órgãos de ação católica, graças à ignorância e à demagogia de alguns de seus membros. Acrescenta que era preciso dizer com todas as letras, sem medo das conveniências e nem respeito às hipocrisias, que se não desejávamos a interferência de Moscou ou de Washington, também não queríamos a do Vaticano no Brasil. Para Lacerda, a democracia não era isso, nem mesmo o cristianismo. Diz que não podíamos ver o Brasil na dimensão do João Goulart, nem amenizado nas mesquinhas proporções e ambições pessoais do Sr. Juscelino



Kubitscheck. Acrescenta que o Brasil era mais importante do que todos nós, “e muito mais importante do que o dr. Juscelino Kubitscheck”, assegura Lacerda. Ele sugere que ou se dava sentido à “Revolução”, imprimindo-lhe a fecundidade necessária para que ela produzisse frutos, ou ela ficaria esterilizada. Fala da urgência do Brasil em se apresentar altivo, solene, forte, decisivo, dizendo ao mundo que tinha salvo grande parte de sua liberdade. Carlos Lacerda afirma que o comunista era o maior reacionário do seu tempo, pois era ele quem negava eleições livres, que negava a liberdade de consciência, que negava a liberdade de escolher a sua fé, a sua escola, a sua profissão, o seu local de domicílio, a sua mulher... Tudo. Ele conclui, então, que ser anticomunista era, portanto, ser antirreacionário. Defende que era preciso acabar com aquele ‘baile de máscaras’ de palavras e deduções mal disfarçadas.

Faixa 2

Entrevista na Rádio e na TV Portuguesa

Observação: o áudio da fita está muito ruim, o chiado dificulta a audição. Por esse motivo, nem tudo o que foi dito por Lacerda encontra-se inteligível.

Carlos Lacerda, em pronunciamento em rede nacional, agradece às emissoras de rádio e TV naquilo que ele definiu como “uma despedida cordial”, ou melhor, um “até breve”. Diz que muito se falou e muito se falará ainda sobre sua viagem ao exterior. Para a revista americana *Times*, ele foi mandado embora pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva. Conta que um jornal tinha publicado uma notícia dizendo que o governador da Guanabara havia feito uma lei proibindo a existência de mendigos. E, como ainda havia mendigos, tinha mandado matá-los. Carlos Lacerda responde: “Nem os comunistas tinham chegado, ainda, a esta perfeição!” Ele considera o pronunciamento uma satisfação que ele devia à opinião pública, especialmente ao povo da Guanabara. Menciona ter saído de três anos de pressão cotidiana, tanto ele como sua mulher. Lacerda não sabe dizer como a natureza humana podia resistir ao que eles tinham passado naqueles últimos anos: ameaça contra a vida, contra a honra, o julgamento temerário, a crueldade, a impiedade, a maldade. Ele cita como exemplo o fato de que havia dias em que ele ia inaugurar uma escola sem saber se ia terminar a inauguração. Carlos Lacerda diz que a ideia de que se pudesse, no meio do desespero, criar uma ilha de esperança para o povo brasileiro era uma ideia insuportável para aqueles que queriam levar o povo ao desespero, ao pânico e, portanto, à tirania. E quando estava tudo tão bem encaminhado para preparar uma ditadura no Brasil, uma tirania, um governador de um estado,



que se dizia ingovernável, com problemas que pareciam insolúveis, começou a trabalhar e devolveu ao povo a confiança no governo e começaram a aparecer coisas e as coisas começaram a acontecer. Lacerda faz alusão aos papéis que circulavam entre os comunistas, sobretudo aquele referente a um plebiscito de 21 de abril, no qual tinha sido decidido que a Guanabara não seria município. Diz que o Partido Comunista viu que o povo não queria municípios na Guanabara, e sim regiões administrativas, por isso aderiram à ideia de dizer não à criação de municípios. Sobre os comunistas, Lacerda fala: “Aderem à tese popular e ao mesmo tempo sabotam a execução da tese; aderem à reforma agrária e sabotam a reforma agrária; aderem à divisão do estado em regiões administrativas e sabotam as regiões administrativas”. Ressalta que estava no fundo de sua capacidade e que precisa reavivá-la para enfrentar o que viria pela frente. Conta que tinha aceitado a candidatura à presidência, que era candidato e iria voltar candidato à Presidência da República em 1968. Enfatiza que não costumava fugir de seus compromissos, que era candidato e tinha candidato à sua sucessão, que se chamava Hélio Beltrão. Sobre a “Revolução”, ele considera que ela demonstrou que a burguesia brasileira não tolerava a existência de um governo moderado. Acrescenta que havia começado no mundo inteiro a campanha de desmoralização da revolução capitaneada por Mao Tse Tung e pelos comunistas. Ele conta o caso que tinha circulado na imprensa do mundo inteiro e até então sem resposta dos nove agentes provocadores chineses que, supostamente, se encontravam presos e estavam sendo torturados. “Isso é rigorosamente falso”, assegura Lacerda, que conclui: “Eles estão entregues ao Exército e presos num regimento do Exército nacional”. Lacerda ainda menciona que não tinha havido uma compreensão do que significava o poder da opinião pública dentro do país e lá fora. Considera que estávamos arriscados a ganhar a guerra pelas armas, mas a perdê-la pela propaganda. Sobre sua viagem, ele exprime o desejo de não querer partir sem renovar o seu respeito e a sua gratidão pelos que o ajudaram no governo da Guanabara. Respeito pelos militares que fizeram a “Revolução”, pelos civis que não a atrapalharam; pela experiência que tinha de um governo honrado, sob a direção do general Castelo Branco. Sobre os objetivos primeiros e imediatos da “Revolução”, ele cita a riqueza do país; a promoção do seu progresso econômico, social e cultural; e a preparação de eleições livres. O terceiro objetivo consiste, para Carlos Lacerda, em quebrar a máquina de Juscelino Kubitschek. Ele afirma que era uma máquina monstruosa, montada pelos homens aos quais



serviu e que então o seguiam: os homens da ditadura. Continua afirmando que era uma máquina na qual ele tinha começado sua carreira política. Por outro lado, ele não queria que vissem em suas palavras nenhum amargor. Diz que tinha uma sólida confiança na ação exemplar do presidente Castelo Branco, um homem de fé, de palavra, digno, cumpridor de seus compromissos. Sobre o segundo objetivo supracitado, ele deixa claro que, para ele, se não houvesse ação, haveria um retorno das reformas como slogan. Diz que o povo deveria evitar isso definindo a natureza da “Revolução”, e que não havia como melhor fazê-lo do que defini-la em relação aos problemas gerais do Brasil. Ele prossegue falando das taxas de crescimento econômico do Brasil, que estavam declinando. Diz que a guerra para os democratas, a guerra para os que amavam a paz era uma catástrofe e um estado anormal da sociedade humana. Já para os totalitários, acentua ele, não era. Ele cita o exemplo dos nazistas, dos comunistas e dos fascistas. Salaria que eles eram filhos dos mesmos pais espirituais, dependentes da mesma filosofia política que visava, afinal, o poder absoluto. A guerra para os comunistas, segundo Carlos Lacerda, era um estado permanente e natural. Ele discorre sobre a guerra fria e sobre a guerra subversiva revolucionária dos comunistas, que destaca ser uma de suas modalidades, e que tinha por objetivo implantar a indisciplina no país no qual iria se desencadear. Afirma que os comunistas desejavam quebrar a hierarquia; incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida para a exploração das massas. Explica que o comunismo objetivava, principalmente, a desorganização e a desintegração da estrutura social do país. Destaca, no fim da gravação, que o Brasil tinha sido o primeiro país do continente que havia feito, a tempo, a “Revolução” contra o comunismo!

Faixa 3

Entrevista à Imprensa Brasileira

Observação: o áudio da fita está muito ruim, com chiado, o que dificultou a audição.

Carlos Lacerda fala sobre as formas de fazer a nação progredir e dar vida melhor a seu povo. Fala da escravidão, da prosperidade através do trabalho escravo; de um controle rígido sobre um estado terrivelmente desorganizado, sendo talvez incompatível com a natureza do brasileiro – o que para Lacerda era, graças a Deus -, a forma chinesa, revolucionária, comunista. Ele adverte que tínhamos que definir a nossa posição: “somos pela liberdade ou pela escravidão? Por controles rígidos ou pela libertação das forças de produção nacional?” Ele conta que a “Revolução” não tinha sido feita para



			consagrar o lucro de ninguém, mas para consagrar a liberdade de cada um, o direito que cada um tinha de criar riqueza. De acordo com Lacerda, urgia, por exemplo, libertar o movimento sindical brasileiro da tutela do Ministério do Trabalho. Ele conclui dizendo que o que importava era que a nação soubesse que num tempo razoável haveria eleições sindicais livres pela primeira vez na história do trabalhismo no Brasil.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.057 1. Assunto 1.1 Continuação da Faixa 4, da Fita 56 1.2 Chegada em Portugal – Entrevista 2. Temas 2.1 Faixa 1 Parte Inaudível 2.2 Faixa 2 Conferência em Lisboa, objetivos permanentes das duas nações, cultura luso-brasileira, insulamento de Portugal, estratégia no Atlântico Sul, comunidade de língua portuguesa na África	F1: 25:57 F2: 11:05	F1: 06/1964 F2: 06/1964	<i>Faixa 1</i> Continuação da Faixa 4, da Fita 56 Observação: A fita apresenta o mesmo áudio da fita 54, compreendido entre 12:07min e 38:24min. <i>Faixa 2</i> Chegada em Portugal – Entrevista Observação: até aos 02:27min o áudio ainda é o discurso de Carlos Lacerda, continuação da fita-rola 54, conseqüentemente, continuação da fita 57 (faixa 1). Carlos Lacerda agradece às autoridades e imprensa de Portugal, além das senhoras e senhores que compareceram à conferência em Lisboa. Aos 02:39min retorna Carlos Lacerda, com outro discurso. Saúda o ministro dos Negócios estrangeiros, os ministros de estado, o presidente da Câmara corporativa, os embaixadores, e as senhoras e senhores presentes. Diz ele que se torna mais difícil, mas ao mesmo tempo mais agradável, um brasileiro falar em Portugal. Explica que tudo o que havia para dizer tinha sido dito, porém nem tudo o que havia para fazer tinha sido feito. Acrescenta que o Brasil comparecia novamente, cumprindo seu dever para com Portugal, dever que se exprimia na fidelidade, na “comunidade de interesses nacionais permanentes e na consecução de objetivos internacionais permanentes”. Carlos Lacerda considera que não éramos instrumentos de nenhuma política estranha aos interesses das duas nações; salienta que não éramos, não seríamos, não queríamos, não haveríamos de ser instrumentos de qualquer política estranha ao que se constituíam em objetivos permanentes do Brasil e de Portugal. Acrescenta que os objetivos de Portugal e Brasil convergiam como se, afinal, nascidos das mesmas origens, tivessem um destino convergente de unificação, senão política, pelo menos, quando menos, cultural, econômica e social. Lacerda considera Brasil e Portugal responsáveis pelo Atlântico Sul, corredor do qual a soberania e a sobrevivência da cultura luso-brasileira dependia. Destaca que éramos, no Atlântico Sul, responsáveis para que na África não se plantasse o inimigo dos dois países, e para que a África permanecesse na comunidade da língua, uma obra civilizadora que Portugal fez nos arremessos do Imperialismo



			do século XIX. Notícia Lacerda que o presidente da República, sabedor de que ele iria a Portugal, o tinha incumbido de, com a ajuda valiosa da embaixada do Brasil, levar ao governo português e, por seu intermédio, ao seu povo valoroso e generoso, a certeza da presença brasileira, na medida em que ela fosse necessária e útil, na medida em que ela fosse solicitada e querida, na medida em que pudéssemos ser instrumento da composição, da conciliação, da consolidação de uma paz internacional, que dependia da resistência portuguesa, mas por igual da nunca desmentida inteligência política de Portugal, para que assim pudéssemos todos contribuir para que a impertinência das acusações infundadas, para que a insolência das provocações inusitadas não viessem a criar para Portugal uma espécie de insulamento, que ele não merecia e com o qual não podíamos concordar. Afirma Lacerda que estávamos com Portugal para defender a comunidade luso-brasileira, e que aquele encontro seria a celebração de uma retomada de contatos para uma solidariedade sincera, pronta, lúcida, séria, que não se limitava às palavras, mas que ansiava, uma vez documentada, por passar à ação. Conclui manifestando seu orgulho por ser o intérprete da mensagem de um homem de bem, descendente de portugueses, que era o presidente Castelo Branco, do Brasil.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.058	F1: 31:47min F2: 31:00min	F1: 06/1964 F2: 29/06/1964	<i>Faixa 1</i> Chegada em Portugal – Entrevista Carlos Lacerda, em Portugal, justifica a posição nova do Brasil. Diz que, na verdade, sempre foi assim, menos no intervalo em que não tínhamos um governo brasileiro no Brasil, “mas um governo através do qual alguns brasileiros exploravam e desacreditavam o Brasil perante o mundo, mas, antes de tudo, perante a si mesmo”. Fala da ressurreição da confiança nacional, que se fez não em torno de um homem, pois diz que os brasileiros não acreditavam em homens messiânicos, providenciais e salvadores. Fez-se, sim, ressalta, em torno de uma ideia, em torno de uma causa, de que se tornou principal responsável o presidente da República, o marechal Castelo Branco. Exalta a figura de Castelo Branco, atribuindo-lhe uma profunda capacidade de comando e de decisão. Sobre a reforma agrária, diz que num país em que 70% ou mais do território ainda pertenciam ao governo, não seria preciso distribuir a propriedade dos que já tinham, bastava dar propriedade aos que não as tinham, distribuindo as terras do governo. Explica que o Brasil usufruía de uma realidade promissora, em que o operário de então poderia ser o patrão de amanhã. Esta seria a razão, segundo ele, para que o problema da luta de classes no Brasil fosse um fracasso para os comunistas e, se não fosse a invenção do nacionalismo e outras invenções
1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 2 da fita 57 Chegada em Portugal – Entrevista 1.2 Faixa 2 Recepção na Câmara Municipal e Partida de Lisboa 2. Temas 2.1 Faixa 1 Ressurreição da confiança nacional, elogios a Castelo Branco, reforma agrária, mobilidade social, emissário de Castelo Branco em Portugal, obra da “Revolução”, crítica ao comunismo, ao oportunismo e ao negocismo, crítica a Mário Simonsen e a Walter Moreira Salles, cassação, independência de Angola e Moçambique, financiamento americano no Congo			



2.2 Faixa 2

Eliminação de adversários nas urnas, desenvolvimentismo, o monstro da inflação, abertura de portos nos territórios ultramarinos, intercâmbio comercial, campanha eleitoral, inflação, direita e esquerda, OEA,

semelhantes, eles já teriam sucumbido por falta do que fazer.

Observação: aos 05:53min termina este discurso de Carlos Lacerda. Sete segundos depois entra outra gravação feita em Portugal, versando sobre a visita do governador Carlos Lacerda, quando de sua chegada à Lisboa, sobre o almoço no Ministério do DNE, numa conferência de imprensa. Aos 06:25min a fita sofre um corte e emudece, retornando 16 segundos depois, já com a voz de Carlos Lacerda encerrando seu discurso, com o mesmo conteúdo apresentado nos primeiros 02:30min da fita-rola 57 (faixa 2).

Lacerda diz que trazia não apenas a amizade constante e fiel de um brasileiro, mas a palavra do presidente do Brasil, que ele desejava transmitir ao governo de Portugal e ao povo português. Menciona que trazia uma palavra de compreensão e leal fraternidade, de constante identificação. Agradece a todos os presentes, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, ao ministro da Defesa, ao secretário Nacional da Informação, ao ministro do Exército, ao presidente da Câmara de Lisboa, aos representantes das entidades culturais e profissionais, ao rádio, à televisão e à imprensa e, com especial carinho, afetuoso carinho, à presença das senhoras e dos senhores.

Observação: Aos 09:15min termina o discurso de Carlos Lacerda. A fita fica muda, retornando o som aos 09:32min, com o mesmo conteúdo da fita-rola 57 (faixa 2), a partir de 02:30min, estendendo-se até os 18:42min. Por três segundos a fita fica muda e retorna com outro conteúdo, no qual Lacerda agradece à imprensa portuguesa e abre espaço para perguntas.

Em resposta às perguntas feitas, Carlos Lacerda diz que o maior problema do Brasil, naquele momento, era realizar a obra da “Revolução”. Acrescenta que uma revolução era um fato anormal, como diria o conselheiro Acácio, que só se justificaria se fosse capaz de atingir os seus objetivos. Esclarece que os objetivos não eram unicamente anticomunistas, que o comunismo era apenas a parte de um quadro geral da crise brasileira. Salaria que ele existia em vários países do mundo, sem que isto implicasse revoluções contra ele. O que havia de mais grave no Brasil, para Lacerda, era uma coligação entre o comunismo, o oportunismo e o negociismo. Sobre o negociismo, Lacerda demonstra que nas ligações internacionais poderosas, o grupo de homens e de forças que, acima do próprio medo ao comunismo, acima do próprio amor à pele, punham a sua cobiça por lucros ilegítimos e continuavam intactos – como os ‘Mário Simonsen’, os ‘Walter Moreira Salles’. Todos os grupos que serviam e serviriam a qualquer regime, porque apodreceriam todos os regimes que tocassem com suas mãos. continuavam



intactos”, conclui Lacerda, que ainda pergunta por que estes não eram também cassados. E diz que só quando o fossem, teria a “Revolução” conseguido destruir a máquina contra a qual ela se levantara. Ele ainda discorre sobre o interesse já demonstrado pelo presidente Castelo Branco em promover as medidas de governo indispensáveis. Perguntam a ele sobre sua candidatura à Presidência da República. Responde que havia, no fundo, a mesma disposição com a qual ela fora antes apresentada. Acrescenta que se procurava conhecer a opinião de um homem através da versão que dele apresentavam os seus adversários. Conta que os comunistas tinham o grande interesse de apresentá-lo unicamente como anticomunista feroz. “E os órgãos mais capitalistas deste mundo engoliram esta pílula, e chegam a pensar que sou só anticomunista, o que profundamente me ofende”, diz Lacerda. Afirma que era contra o comunismo, assim como fora contra o fascismo, e pelas mesmas razões. E diz que era a favor de escolas, dava prioridade à competência e à honradez. Comenta que a grande reforma que tinha se iniciado no Brasil fora a de por no governo gente que sabia fazer as coisas e que as faziam em benefício de todos, não em seu próprio benefício. Lacerda comenta a política internacional de independência dos países africanos. Diz que Angola e Moçambique já tinham atingido um grau de independência real muito mais concreto, muito mais tangível do que uma grande parte das nações que a ONU chamava de independentes. Diz que não havia, talvez, área no mundo mais dependente do que o Congo, porque dependia de seus ódios internos, e uma nação não se organiza no ódio, e porque dependia do financiamento americano para sua simples sobrevivência, e não se construía uma independência nesta base, pois um dia os americanos se cansariam de pagar as despesas das supostas independências. Lacerda responde a outra pergunta dizendo que nutria uma afetuosa curiosidade de conhecer os nossos co-irmãos, nossos quase compatriotas da África portuguesa. Mas, crê que não poderia fazer isso naquele momento, pois ao retornar ao Brasil precisaria voltar ao batente pela Guanabara. Diz que suas próximas férias haveriam de ser na África e no Minho.

Faixa 2

Recepção na Câmara Municipal e Partida de Lisboa

Carlos Lacerda menciona que não estava satisfeito em eliminar um adversário a não ser pelo voto e que desejaria batê-lo nas urnas. Acrescenta que o derrotaria nessas condições, pois a ‘embriaguez da inflação’, de que ele se tinha beneficiado, já estava chegando à última



fase e já tinha um ar de ressaca. Acrescenta que a imensa impostura que se resumia em desenvolvimentismo, tinha produzido um empobrecimento real do país e um sacrifício maior para os trabalhadores, as maiores vítimas da inflação. Para Lacerda, o pai da inflação, portanto, não poderia beneficiar-se das consequências do monstro que ele tinha gerado. Mas, ele diz que, ao pronunciar-se contra, dava a impressão de que desaprovava o ato presidencial e, no entanto, considerava-o um ato de coragem política, um ato de visão cívica. Explica que uma revolução só se justificaria na medida em que tirasse consequências do fato de ter existido. Carlos Lacerda afirma querer evitar um pronunciamento pessoal sobre o problema criado por Juscelino Kubitschek, mas acredita que ele próprio compreenderia que não poderia ser ao mesmo tempo beneficiário de um sistema que tinha sido destruído e continuar a beneficiar-se de sua destruição. Sobre a interação entre Portugal e Brasil, ele narra a sua importância para o estabelecimento da comunidade luso-brasileira e para a entrada do Brasil nos mercados africanos. Diz que uma conquista agressiva de mercados para a indústria brasileira só poderia chegar à África na medida em que Portugal fizesse o que queria fazer: abrisse ao Brasil portos francos nos seus dois grandes territórios ultramarinos. Comenta que havia muito que explorar e aproveitar no campo do intercâmbio comercial. Diz Lacerda que gostaria de acrescentar que havia 4 ou 5 acordos assinados pelos dois governos e que até então aguardavam ratificação do Congresso brasileiro. Falando sobre a sucessão presidencial, diz que havia ainda 1 ano pela frente, que uma campanha presidencial normal não precisaria durar mais do que 6 meses, o que já daria para jogar qualquer candidato no hospital. Diz que não havia porque se precipitar, uma vez que tínhamos o que nos faltava: governo. Pede que ajudássemos o governo a governar, a por o país em ordem. Menciona que a campanha para acabar com a inflação era muito mais urgente do que a campanha eleitoral e que não adiantava ter o direito do voto se não tivessem o direito de usar o produto do trabalho, isto é, o salário, porque à noite a inflação 'comia' o que se tinha ganho de dia. Ressalta que continuava na imprensa, mas, ao invés de fazer jornal impresso fazia jornal construído, fazia jornal com tijolos. E crê que era ele mesmo o maior fiscal de seu governo. Comenta que a maior característica da oposição ao seu governo era a incompetência. Fala, também, do episódio com o governo francês, sobre um encontro com homens políticos da oposição francesa. Lacerda sempre acreditou ser a França, apesar das aparências, o país da lógica e não da metafísica, entendeu que seria útil esse contato. Ao chegar a



			<p>Paris encontrou um convite impresso para uma conferência, o que não estava nos seus objetivos. Tratou de se informar e verificou que havia, entre os que patrocinavam a conferência, elementos que seriam ligados a certos grupos da direita, assim chamada ainda na França, por anacronismo. Admite Lacerda que seu destino era apanhar da direita e da esquerda. Diz que chamou alguns amigos e lhes disse que não era bem aquilo o que ele havia proposto. Explica que não foi à França servir de 'boi de piranha' para ninguém. Reconhece que seu destino na política brasileira foi, durante muitos anos, ser um boi de piranha e que se isso era um mal que lhe acontecia no Brasil, seria um cúmulo também se acontecesse na França. Lamenta que certos órgãos da chamada direita francesa quisessem explorar este aspecto. Diz que não estava de acordo nem com a OAS (OEA, Organização dos Estados Americanos), nem com nenhum grupo terrorista francês, que não se submetia às etiquetas que lhe quiseram por. E que por isso desapontou alguns remanescentes do fascismo italiano como desapontou alguns órgãos do extremismo direitista francês. Carlos Lacerda se despede da entrevista agradecendo a todos.</p> <p>Observação: O áudio termina aos 19:43, retornando treze segundos depois com outro áudio de Carlos Lacerda, ainda em Portugal, que é o mesmo áudio da fita-rola 54, prolongando-se até o final da fita.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.059</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador Lacerda em Penedo – AL –</p> <p>12. Faixa 2 Inauguração de uma Praça em Penedo</p> <p>1.3. Faixa 3 Solenidade de Entrega do Diploma de Cidadão Penedense ao Governador Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Reforma agrária, investimento na avicultura, reformas como ópio do povo, "Revolução de março", investimento nas crianças, comunismo, Petrobras, reforma nas universidades, carência de empresários e operários, Nordeste</p>	<p>F1: 32:12min F2: 22:25min F3: 10:29min</p>	<p>F1: 04/08/1964 F2: 04/08/1964 F3: 04/08/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Visita do governador Carlos Lacerda a Penedo, Alagoas, no dia 16 de setembro, data de emancipação de Alagoas. Data de aniversário também da Rádio Difusora de Alagoas.</p> <p>Carlos Lacerda fala da reforma agrária, afirma que ela estava em marcha pelos homens da produção e cita como exemplo o cultivo de galinhas em terras que antes destinavam-se ao cultivo de café. Discorre sobre o investimento do Banco do Brasil para os avicultores, com empréstimos a 12% de juros, mais 2% de vistoria e mais 2% que não se explicava exatamente para quê. Menciona a fábrica de gaiolas para as galinhas confinadas, que produzia 1000 gaiolas por dia a 850 Cruzeiros cada, e que tinha uma linha de crédito no Banco do Brasil de 1 milhão de Cruzeiros, descontáveis em duplicatas, o que impedia a venda a prazo para os pequenos produtores. Diz Lacerda que esta era a miniatura da situação do país no que tangia à reforma agrária, "pitoresca, porque se trata de galinhas, mas muito mais grave quando se trata de açúcar ou algodão". "É a pequena história da imensa simulação da dramática impostura das reformas como ópio do povo no Brasil". Diz Lacerda que havia uma reforma de estrutura em marcha no Brasil, e que esta reforma precisava acentuar-se. Explica que deveríamos tomar conhecimento</p>



2.2 Faixa 2

cidadão penedense, exaltação dos feitos de seu governo, saneamento e Enaldo Cravo Peixoto, SUDENE,

2.3 Faixa 3

ISEB, célula comunista, Ministérios da Educação e do Interior

dela. Defende a variedade de soluções, a simultaneidade de proposições, a coexistência de fórmulas de organização econômica e social que são características da democracia. Em vez da reforma que se pregava, diz ele, dever-se-ia pregar a revolução. A revolução que é a reforma das reformas, pois é uma transformação pela base, e não apenas uma reforma de base. É uma transformação pela qual o Brasil passaria a incorporar aos seus costumes e ao seu sistema político uma nova realidade social implantada na raiz da sociedade brasileira. Carlos Lacerda deposita o futuro do Brasil nos jovens. Diz que as grandes áreas desérticas e despovoadas do país estavam à espera de crianças para povoá-la. Ressalta que nossos imigrantes deveriam ser as crianças e que o grande investimento do Brasil deveria ser o jovem, pois a imensa maioria da população brasileira era formada por pessoas de até 25 anos de idade. Lacerda, reforçando o que foi dito pelo governador de Alagoas e o prefeito de Penedo, diz que a “Revolução” de março tinha despertado uma enorme esperança no país. E acrescenta que não havia desespero maior do que aquele que sucedia a uma esperança desenganada. Destaca que compromisso muito sério era o da melhora, pois se piorasse ou não começasse a melhorar imediatamente, o povo entraria em desespero. E caso isso acontecesse, nada impediria a vitória do comunismo, assegura Lacerda. Ele pergunta: “Para quê se fez a “Revolução”? Para onde se vai levar o Brasil? Para a mera repetição de slogans?” Ele sugere o contrário: que tratássemos de devolver ao país a confiança perdida, que a déssemos aos homens que trabalhavam, sem prevenções contra a riqueza, pois a prevenção era contra a honestidade e não contra a fortuna legitimamente conquistada. Carlos Lacerda sustenta que “um país sem universidades tem falsos economistas, mas não tem economistas bastante, nem capazes em numero bastante para dirigir uma economia, que por isso afunda, que por isso malogra, e o maior exemplo disto, o mais grave exemplo disto e o mais trágico exemplo disto é a Petrobras, que se converteu num privilégio de generais, que de petróleo nada entendem, embora entendam, sim, do amor à pátria e que são, como nós, exemplares. Mas, não é só com amor à pátria que se explora e se obtém petróleo, é entendendo de petróleo e, portanto, a Petrobras deve ser entregue a quem entenda de petróleo, e não apenas a quem entenda de patriotismo, pois patriotismo nunca tirou sozinho petróleo da terra de ninguém”. Sustenta que a participação dos estudantes na vida cívica brasileira não era apenas desejável, mas sim inevitável, pois a sua precocidade era indispensável a uma nação que não tinha quadros suficientes para dirigi-la. Lacerda denuncia que não tínhamos engenheiros



suficientes, nem médicos o bastante, e a prova era a carência de alguns municípios brasileiros que não dispunham de médicos para cuidar de seus doentes. Explica que não tínhamos empresários em quantidade suficiente, nem operários. A causa disso, para ele, era a falta de escolas e universidades. E pergunta: “Como falar de reforma de base num país em que ainda não se fez escolas para sequer entendê-las, quanto mais fazê-las?” Sobre o Nordeste, diz que era falsa a ideia de que seu desenvolvimento estava condicionado pelo domínio do Estado, pela atividade predominante do dirigismo estatal. Salienta que era necessário planejamento no Nordeste, um certo tipo de prevenção e programação para a solução dos problemas da região. Comenta que uma ‘imensa’ e ‘poderosa’ contribuição trazida ao Nordeste, era aquela que fez do Nordeste o que ele era, uma força em permanente luta contra a natureza, uma força de domínio do homem sobre as forças da natureza: “a iniciativa privada das organizações industriais, das organizações agrícolas, das organizações comerciais e, sobretudo, daquela férrea vontade, daquela energia indômita, daquela teimosia heróica, daquela perseverança cristã que é a marca do homem nordestino”. Carlos Lacerda exalta a força do Nordeste e de seus homens. E pede que os nordestinos não se deixem tutelar pelo Estado e nem se deixem dominar pela ‘mitologia das reformas de base’. Conclama o Nordeste e o nordestino a se levantarem e a lutarem pelo seu direito de criar riqueza sem prevenções, nem preconceitos, “sem medo do Estado, donos do poder do Estado, mandando no Estado, decidindo sobre o Estado elegendo seus governos”. No fim de seu discurso ele diz: “aqui estou penedenses, aqui alagoanos, aqui nordestinos, brasileiros... vim convocar-vos, já que a mim me convocastes também. Todos juntos vamos caminhar para fazer no trabalho, na honra, na lei, na liberdade, a revolução que o Brasil espera”.

Faixa 2

Inauguração de uma Praça em Penedo

O ‘novo cidadão penedense’, o governador da Guanabara Carlos Lacerda, em Penedo (AL), na solenidade de inauguração do parque Doutor Adail Freire Pereira, quando ele recebeu o título de cidadão honorário de Penedo.

Ele saúda o seu “eminente e caro amigo governador de Alagoas, Luís Cavalcante”, o “prezado companheiro e amigo vice-governador, Teotônio Vilela”, o “caro conterrâneo e prefeito, Raimundo Marinho” e outros. Diz que não gostaria de transformar a festa em comício eleitoral, pois ainda havia tempo para propaganda eleitoral. Exalta suas realizações no



governo da Guanabara no que tange à educação. Diz que quando chegou ao governo encontrou 110 mil crianças fora da escola e que criou, pela primeira vez no Brasil, o cargo de fiscal da escola, a bater de porta em porta convocando as crianças para a escola, procurando saber porque elas não iam. Diz que não se faz democracia sem escola e que sem escola se faz demagogia. Conta que encontrou no Rio de Janeiro hospitais fechando e que o seu governo abriu hospitais! Exalta suas realizações na área de saúde na Guanabara. Cita o nome do penedense Enaldo Cravo Peixoto que vinha desempenhando importante papel na área de esgoto e saneamento básico na Guanabara. Fala também de soluções para o problema das favelas. Renovação era, para Carlos Lacerda, sinônimo de revolução. “Uma revolução que não renova nasce morta, e uma revolução que nasce morta enterra-se, não se governa com ela!” Fala da falta do repasse de verbas da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para o estado de Alagoas, do governador Luís Cavalcante. Afirma Lacerda que a SUDENE não tinha transferido o crédito para o governador porque ele não era comunista. Diz que a SUDENE não tinha pressa de acabar seus planos e planejava tão devagar que, quando acabava, já tinham ficado velhos. Ele pergunta porque não criar, se é que se queria mesmo fazer reforma agrária, um banco rural no Ministério da Agricultura e um Ministério da Agricultura, que ainda não existia, para trabalhar. Porque não tirar do Banco do Brasil o crédito agrícola, transformando o crédito agrícola em crédito do trabalhador agrícola, do produtor agrícola? Comparando com a Guanabara, Lacerda diz que a população agrícola do estado tinha aumentado justamente porque o Banco do Estado ficara a serviço da produção. Acrescenta que crédito agrícola só se fazia com base na confiança na capacidade do trabalhador agrícola. No fim, ele encerra a solenidade falando ao povo penedense exaltando-o como exemplo do laborioso povo nordestino. Ele chama o povo à revolução que supõe mudança, e diz que no momento em que houvesse eleições, o povo saberia escolher não somente a melhor ideia, mas aquela que carrega consigo a realidade de ações de um governo honrado, honesto e trabalhador. E nesse ponto ele exalta seu governo na Guanabara, mostrando a recuperação do estado e da esperança e alegria de seu povo como prova disso.

Faixa 3

Solenidade de Entrega do Diploma de Cidadão Penedense ao Governador Lacerda

Carlos Lacerda anuncia o caro amigo, valoroso colega e concidadão, governador Luís de Sousa Cavalcante, o presidente Hélio Lisboa, da



			<p>Câmara de Vereadores de Penedo, o querido amigo e jovem companheiro, prefeito Raimundo Marinho, D. José, bispo de Penedo, o vigário geral, autoridades religiosas, ilustres vereadores, etc. Diz que uma sala do antigo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), num prédio em Botafogo, transformara-se numa célula comunista patrocinada pelo Ministério da Educação, e onde, então, se instalara, mal e mal, o novo Ministério do Interior. Ele se compara a Alagoas, reconhecendo ser uma pretensiosa comparação, com demérito para o estado: ambos, na história política contemporânea do Brasil, eram tidos como valentões e desordeiros, agressivos e truculentos, provocadores de desordens, quando apenas há longos anos clamavam por justiça, por ordem, paz, trabalho, honra e liberdade.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.060	F1: 31:24min F2: 09:59min F3: 21:34min	F1: 04/08/1964 F2: 04/08/1964 F3: 04/08/1964	<i>Faixa 1</i> Discurso de Carlos Lacerda em Penedo, Alagoas
1. Assunto			Carlos Lacerda diz que seus sonhos começaram a tornar-se realidade, não somente por ele, mas, sobretudo, por homens que ele foi buscar onde eles estavam e que apenas, como ele, esperavam a oportunidade de revelar o que sabiam e de aplicar o que aprenderam. Foi encontrar no quadro do estado da Guanabara, vindo da antiga Companhia City Improvements, que tivera a concessão do serviço de esgotos sanitários no Rio de Janeiro, escola de técnicos, um homem de Penedo, capitão da 'invasão penedense' na Guanabara, o seu amigo, seu secretário e companheiro de trabalho, Enaldo Cravo Peixoto, a quem considerava como uma das autoridades mundiais em engenharia sanitária. Fala que o governador de Alagoas havia ratificado a sua candidatura à Presidência da República, na cerimônia de inauguração da escola Penedo, em Copacabana. E ele diz que esta era uma confirmação que ele aceitava. Afirma que se aceitava, se insistia, se arvorava-se, se almejava, se pretendia a Presidência da República era por servir a uma ideia em marcha, que ninguém e nada mais poderia travar neste país. Menciona que aos homens da "Revolução", aos homens do governo da "Revolução", ao eminente brasileiro, o presidente Castelo Branco, ele desejaria relembrar que nós brasileiros éramos irmãos, tínhamos um destino comum, e que não pensassem eles jamais que nossas advertências visavam a feri-los ou atirar-lhes ou disputar-lhes o poder. Ao mandar o recado a Castelo Branco, ele é enfático: "Não queremos o seu poder!" Acrescenta que não precisávamos tomar-lhe ou discutir a autoridade que lhe havíamos concedido pela força de um movimento revolucionário. Queríamos, ao contrário, que ele a usasse para implantar a "Revolução". Comenta que a "Revolução" deveria ser não apenas um movimento contra a desordem e o comunismo.
1.1 Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda em Penedo, Alagoas			
1.2 Faixa 2 Continuação da Fita e da Faixa Anteriores. Discurso de Carlos Lacerda em Penedo, Alagoas			
1.3 Faixa 3 Discurso de Carlos Lacerda em Alagoas			
2. Temas			
2.1 Faixa 1 Ratificação da candidatura, elogios a Enaldo Cravo Peixoto, loas à "Revolução", elogios a Castelo Branco, destruição das oligarquias políticas, descentralização do país, miopia de Celso Furtado, vista cansada de Roberto Campos, defende a liberdade de iniciativa, prioriza investimentos em educação e saúde, acusa a tragédia do desemprego, exalta Rui Barbosa			
2.2 Faixa 2 Eleições, elogios à "Revolução", poder sem usurpação			
2.3 Faixa 3 Modificação dos métodos e mentalidades, ditadura, centralização do poder,			



tenentistas, Rui Barbosa, programas para educação e transporte, eficácia administrativa, reforma ansiada pelas massas,

Deveria ser, sobretudo, um movimento a favor. Mas, a favor de quê? Das reformas de base? Sustenta que a “Revolução”, deveria buscar uma transformação que consistisse na destruição das oligarquias políticas que, no Brasil, sufocavam o desenvolvimento cultural e cívico do povo. Preconiza a libertação do povo desses falsos tutores, que não tinham sequer capacidade para tutelá-los. Diz que o povo brasileiro estava melhor, mais amadurecido, mais capacitado para a vida democrática do que a maioria dos que se intitulavam líderes desse mesmo povo. Defende que era necessário livrar o povo dos ‘falsos tutores’. Sobre a luta que dividiu o povo e os homens do Brasil entre si, Lacerda diz que não houve uma escola aberta por causa dela. Não houve um hospital funcionando também. Não houve nada, até então, que trouxesse ao povo benefícios reais em nome de um diálogo falso, em nome de um combate falso, em nome de uma guerra feita em torno de equívocos e em benefício de minorias dominantes, a das oligarquias políticas, a dos grupos econômicos, a das forças e dos sindicatos de homens fundados nos lucros extraordinários que roubaram o Brasil antes da “Revolução”, e que agora queriam roubar a própria “Revolução” do Brasil. Carlos Lacerda defende a descentralização do país, que consistia em dar aos municípios, dar aos estados, recursos financeiros e apoio técnico pois, segundo ele, ninguém melhor conhecia os problemas locais do que os homens da localidade. Ele faz uma série de perguntas: pergunta onde está o programa escolar do Brasil, quantas escolas precisamos fazer e em quanto tempo e onde, quantos professores precisaríamos formar para as escolas... “Onde? Como? Quando? Por quanto?”; pergunta também como um país cujo maior capital era o homem pode preocupar-se com uma reforma financeira, desprezando o financiamento do trabalho humano; se o Brasil havia de sair das concepções da ‘miopia’ de um Celso Furtado para as concepções de uma ‘vista cansada’ de um Roberto Campos, ou seja, se haveríamos de dividir a nação entre duas escolas filosóficas da finança internacional; por fim, pergunta se teríamos feito uma “Revolução” para dar razão ao ex-deputado Leonel Brizola. Ele pede autonomia às regiões, aos estados e aos municípios abandonados do Brasil. Menciona que isso não se faria com o planejamento teórico frio, de cima para baixo, e sim com um programa que ele chama de “programa de trabalho em cada especialidade”. Prioriza os investimentos em educação, saúde pública e saneamento como meios de dar a liberdade a que o Brasil aspirava, instaurando a liberdade de iniciativa. Salienta que teríamos de ter coragem de adotar ideias, proclamá-las e aplicá-las. Ele ressalta que



tínhamos começado a conhecer no país a tragédia do desemprego, e ele pergunta: “É para isto que foi feita a revolução? Para desempregar trabalhadores?” Acrescenta que começávamos a conhecer também o leilão do crédito bancário, que já não era de 5, mas de 10, 12 e 15% ao mês, em muitos casos. E mais uma vez ele pergunta: “É para o desenvolvimento da agiotagem oficial que se fez uma revolução?” Sobre a reforma agrária, Lacerda diz que, se era para fazê-la, era preciso pôr um homem de estado à frente do Ministério da Agricultura, e não um ministro pelo simples fato dele ser um agrônomo. Acrescenta que ser agrônomo era muito importante... Na terra, mas na repartição não! Afirma, também, que se era para democratizar a vida brasileira, era preciso dizer quando e como seriam convocadas as eleições sindicais no Brasil, para que os trabalhadores pudessem votar pela primeira vez livremente e devessem sua liberdade sindical à “Revolução” democrática. Explica que não foi feita uma “Revolução” para substituir pelegos por pelegos; não foi feita uma “Revolução” para manter um honrado funcionário desses que, por função, servem a qualquer regime e obedecem a qualquer senhor. Acrescenta que, se foi feita uma “Revolução”, não foi para repetir os mesmos homens, muito menos os mesmos métodos do passado. Senão, não tinha sido uma “Revolução”, e sim repetição. Exalta a figura de Rui Barbosa como o precursor da revolução. Diz que essa revolução vem de longe. Carlos Lacerda denuncia que os donos de todos os partidos eram recebidos no seio amante da “Revolução”, ou seja, os ‘donos’ do Brasil podiam partilhar da mesa magra da “Revolução”. Mas as suas vítimas, os seus eleitores, aqueles que foram por eles enganados, esses não! Deveriam ser mantidos à parte. Lacerda afirma que eles se enganavam. Sustenta que nós, que muitas vezes nos levantáramos contra alguma coisa, naquele momento, juntos, nos levantaríamos a favor da “Revolução” brasileira, não tomada como episódio isolado de 1º de Abril, data considerada por Lacerda enganosa e perigosa, mas sim como um episódio que representava o apogeu de uma longa sequência de sacrifícios, uma longa sequência de esperanças. Acrescenta Lacerda que ele não formava entre os primeiros da “Revolução”, que não era um dos seus chefes, e, se fosse, já estaria um pouco envergonhado de ver, naquele momento, tantos chefes na primeira fila.

Faixa 2

Continuação da Fita e da Faixa Anteriores. Discurso de Carlos Lacerda em Penedo, Alagoas. Afirma Lacerda que estabelecera com as crianças do Brasil um compromisso: o de manter em seus rostos o sorriso em vez do desespero e do ódio;



de manter o dever para com eles de uma “Revolução” que se fez para eles e para mais ninguém, nem para o Exército, nem para o paisano, nem para a Marinha, nem para o civil, nem para o partido, nem para a facção. De uma “Revolução” nacional que não foi feita para entregar o poder a nenhum homem, mas sim a uma força irresistível, que era o processo de democratização, através do qual o povo brasileiro, no sofrimento, no esquecimento, no abandono, na aflição aprendeu e amadureceu para chegar à aurora da “Revolução”. Diz Lacerda que se o povo não estivesse com a revolução esta poderia ser fascista, poderia ser comunista, menos democrática, pois ainda não se inventara um jeito de fazer democracia sem povo. E que por isto ele teme a ideia de se afastar o dia em que se iria deliberar. Ele se refere às eleições que estariam sendo marcadas para 1966. Ele diz: “Que seja!” “Mas, antes das eleições, que tal trabalharmos um pouco?” Sobre a “Revolução”, explica que como o poder foi delegado de forma brusca e revolucionária “tem de ser exercido com extremo cuidado para que não se converta numa usurpação. O poder tem de ser exercido com a delicadeza, com a presteza, com a devoção de quem sabe que transporta, como numa urna sagrada, os sentimentos, as aspirações, as esperanças e as decepções de um povo longa e duramente experimentado. O brasileiro não agüenta outra decepção”.

Faixa 3

Discurso de Carlos Lacerda em Alagoas. Entende ele ter chegado a hora de dizer, com toda a simplicidade, mas também com igual franqueza brasileira, que não adiantava chegar ao poder, uns após outros, com a ideia de que por nossos exclusivos valores pessoais iríamos modificar muitas coisas, se não modificássemos antes a mentalidade e os métodos, para realmente conseguirmos realizar muitas coisas no país. Acrescenta que tinha a impressão de que cada homem que chegava ao posto de poder no país começava por considerar-se tão diferente dos antecessores, que era capaz de botar para funcionar uma máquina que já não era máquina, porque era sucata. Sustenta que a ditadura tinha centralizado demais a administração brasileira. Conta que o sonho da descentralização do governo no Brasil, alimentado pelos liberais no Império, pelos tenentistas e por Rui Barbosa, até então não era uma realidade, e sim uma promessa sempre adiada. Carlos Lacerda tem para ele que a primeira condição da eficiência administrativa no Brasil era a rápida, decidida, completa descentralização da administração brasileira. Planejamento sim, mas apenas quando tivéssemos estatísticas, pois planejar sobre números falsos era pior do que improvisar.



			<p>Carlos Lacerda defende o planejamento, mas apenas quando se conhecesse a realidade sobre a qual se iria planejar. Antes, o que se deveria fazer, eram programas para a educação, transporte, produção, distribuição e assim por diante. Mas, tais programas não poderiam, segundo Lacerda, ser feitos de cima para baixo, não poderiam ser executados de cima para baixo. Se quiséssemos fazê-los democraticamente e com eficácia administrativa, teriam de vir de baixo para cima da realidade local para a síntese nacional. Afiança Lacerda que a transformação do Brasil não era mister fazê-la nem pelo terror, nem pela coação. Acrescenta que não era preciso ser reacionário para fazer uma revolução, mas também não era preciso ser um revolucionário para fazer uma reforma no Brasil. Fala que a reforma democrática no Brasil era a que não se contentava com slogans, com as palavras vans da mera propaganda ideológica. Salienta que essa era a reforma pela qual ansiavam as massas populares, era, sem dúvida, aquela pela qual clamavam os jovens do Brasil. Fala da necessidade do apreço da democracia pelas ideias e pela humildade diante dos fatos, e do seu despir de preconceitos ideológicos. Assegura que a “Revolução” ocorrida no ano corrente fora apenas um episódio ainda não terminado, mas tímido, excessivamente cauteloso, porém feliz, por ter libertado o país sem dar nenhum tiro. É em torno de tarefas do vulto da reforma democrática brasileira engendrada pela “Revolução” que Carlos Lacerda conclamava o povo.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.061</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 3, da Fita 60 Discurso de Carlos Lacerda em Alagoas.</p> <p>1.2 Faixa 2 Comício na Praça dos Martírios</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Elogio á participação das mulheres no golpe de 64, Discurso de Raul Brunini na Assembleia de Deputados reforma do executivo e do legislativo, campanha presidencial</p> <p>2.2 Faixa 2 Título de cidadão honorário de</p>	<p>F1: 5min F2: 30min</p>	<p>F1: 04/08/1964 F2: 16/09/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Continuação da Faixa 3, da Fita 60 Discurso de Carlos Lacerda em Alagoas. Elogia as mulheres do Brasil por irem às ruas fazer com as preces o que os homens não tinham conseguido fazer com os votos. Elogia as mulheres alagoanas. Assinala que as mulheres ainda não tinham acabado a obra iniciada. Afiança que elas foram mais valentes e inteligentes que os homens. Considera indispensável ao país a reforma do executivo e do legislativo. Menciona que se curva reverente ao poder legislativo de Alagoas, que vinha trazer o testemunho do seu respeito e revela a esperança de que juntos se encontrariam na maior campanha presidencial que este país já conheceria, a campanha presidencial da “Revolução” democrática brasileira.</p> <p><i>Faixa 2</i> Comício na Praça dos Martírios O governador Carlos Lacerda conta que foi a Alagoas receber na Assembleia o título de cidadão honorário de Alagoas. Agradece ao governador de Alagoas por lhe conceder a oportunidade de falar com a população do estado</p>



<p>Alagoas, Guanabara perseguida pelo governo federal, construção de escolas, universidade, hospitais, obras de saneamento, dinheiro americano, conjuntos habitacionais, candidatura à presidência, comunismo, voto dos estudantes e das mulheres, crítica à SUDENE</p>			<p>em uma praça. Assinala que há vários trabalhadores alagoanos no estado da Guanabara. Comenta que durante 3 anos e meio comandou um governo perseguido pelo governo federal. Mas menciona que tem perseverança e que por isso insistiu, construiu escolas, criou uma universidade, e estava criando um centro de formação de professores de ensino técnico. Discorre sobre as obras nas áreas de saúde e saneamento. Desmente a versão de que todas as obras foram financiadas por dinheiro americano. Explica que a maior parte do financiamento das obras era do próprio governo do estado e que 80% das obras eram no subúrbio. Afirma que o problema das favelas ainda não fora resolvido, mas que já tinha acontecido um grande avanço com a construção de casas em conjuntos habitacionais, compradas por antigos moradores de favelas removidas. Sustenta que a sua candidatura à Presidência da República não era um prêmio, que ele pretendia apenas cumprir o seu dever de governar. Lacerda destaca que não precisava de canhões, de censura e de terror para vencer, apenas do voto livre do povo. Conta que o país esteve ameaçado pelo comunismo e que então estava ameaçado pelo comodismo, que era igual ou pior que o comunismo. Lacerda fala sobre a importância da juventude no futuro do Brasil, que os jovens seriam os futuros governantes do país. Afirma que não queria vencer sem o apoio dos estudantes. Ressalta que também não abria mão do voto das mulheres. Lacerda assinala que as mulheres precisavam ajudar os homens a escolherem os candidatos. Afirma que não existia problema do Nordeste, existia o problema do Brasil para com o Nordeste. Critica a SUDENE ((Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) por fazer planos, mas não executá-los. Elogia as faculdades, as lavouras, as fábricas do Nordeste, que foram feitas com pouca ajuda do governo federal. Afirma que o povo nordestino era trabalhador e que precisava de incentivo do governo federal para produzir. Lacerda assegura que o segredo da sua administração estava em conseguir fazer com que os outros fizessem.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.062 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Carlos Lacerda na Câmara Municipal de João Pessoa - PB 1.2 Faixa 2 Conteúdo Igual ao da Fita Anterior Discurso de Carlos Lacerda em João Pessoa – PB</p>	<p>F1: 15 min F2: 15 min F3: 8 min F4: 45 min</p>	<p>F1: 17/09/1964 F2: 17/09/1964 F3: 17/09/1964 F4: 17/09/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Carlos Lacerda na Câmara Municipal de João Pessoa - PB Lacerda diz que estava cada vez mais confuso, principalmente pelas demonstrações de afeto e estima da população da Paraíba, que o deixavam sem saber como retribuir. Agradece a medalha recebida da Câmara dos Vereadores. Lacerda lembra que começou sua carreira política como vereador. Ressalta que a medalha recebeu aprovação unânime dos vereadores. Diz que era o governador de uma cidade, que era o segundo centro industrial do país. Discorre sobre as mudanças no orçamento que implementou no</p>



<p>1.3 Faixa 3 Governador Lacerda no Teatro Santa Rosa - PB</p>	<p>governo da Guanabara, tornando-o melhor. Lacerda conta que não era unanimidade no seu partido. Afirma que a oposição, apesar de algumas divergências, sempre votava matérias de interesse público. Menciona que um deputado desistiu de fazer oposição a seu governo por ele ter investido tanto na região que o deputado representava. Defende a descentralização administrativa, que considerava revolucionária. Diz que não precisava usar palavras rebuscadas para ser entendido por todos, e que a prova disso era a cerimônia em sua homenagem, que estava sendo realizada naquele momento.</p>
<p>1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa Anterior</p>	<p><i>Faixa 2</i> Conteúdo Igual ao da Fita 62 – Faixa 1</p>
<p>2. Temas 2.1. Faixa 1 Defesa da descentralização administrativa, recebimento de medalha, agradecimento ao povo da Paraíba</p>	<p><i>Faixa 3</i> Governador Lacerda no Teatro Santa Rosa - PB Lacerda comenta que se sentiu honrado em receber o convite para falar na Universidade da Paraíba. Agradece a recepção que recebeu da população do estado. Explica que nãoalaria apenas sobre as universidades, mas alerta que este era um assunto essencial, que precisava ser discutido. Afirma que ainda não existia universidade no Brasil. Critica a Universidade do Brasil por ter sido formada artificialmente. Seu argumento era que ainda não havia um campus universitário, com a convivência entre mestres e alunos. Sustenta que as universidades não tinham pesquisa, o que era essencial para o funcionamento de uma universidade. Considera que o que existia eram escolas de formação profissional.</p>
<p>2.2 Faixa 2 Defesa da descentralização administrativa, recebimento de medalha, agradecimento ao povo da Paraíba</p>	<p><i>Faixa 4</i> Continuação da Faixa Anterior Acusa as Universidades de Omissão no Projeto de Desenvolvimento do Brasil. Cita os exemplos de EUA e Inglaterra que conseguiram se desenvolver através de tecnologia e de investimento em educação e pesquisa. Defende o uso da energia nuclear no Brasil, assim como a Inglaterra utilizou o carvão e os EUA a eletricidade. Explica que o Brasil deveria aproveitar a utilização da energia atômica para se desenvolver. Critica o exíguo número de alunos nas Faculdades de Engenharia em relação às faculdades de Direito e Filosofia. Cita os números: 25 mil alunos de Direito, 12 mil alunos de Engenharia, 18 mil alunos de Filosofia. Critica a tendência dos últimos 10 anos, ou seja, aumento de 100% em Direito, em Medicina 11%. Diz que estes números comprometiam o futuro do país. Lacerda afirma que, em recente conferência da ONU, chegou-se à conclusão de que um país só poderia sair do subdesenvolvimento com investimento em tecnologia e educação. Por isso, continua, era</p>
<p>2.3 Faixa 3 Crítica à Universidade do Brasil, ausência de pesquisa, escolas de formação profissional</p>	
<p>2.4 Faixa 4 Educação nos EUA e Inglaterra, investimento em tecnologia e pesquisa, energia nuclear, saída do subdesenvolvimento, Discurso de Raul Brunini na Assembleia de Deputados infiltração comunista, liberdade de cátedra, crítica às universidades brasileiras</p>	



			<p>necessário que o Brasil investisse em educação. De acordo com ele era uma lástima a universidade gratuita e a construção de universidades em locais sem escolas. Afirma que as universidades formavam profissionais ruins, que procuravam empregos em outras áreas, principalmente no serviço público. Sustenta que as universidades tinham se tornado um local de infiltração comunista. Critica os estudantes por fazerem greve por motivos não relacionados com a educação. Ressalta que o povo pagava por sua educação e que por isso o estudante não tinha direito de fazer greve impunemente. Afirma que se os estudantes que estavam nas universidades não estudavam, então estavam cometendo um crime. Repreende os estudantes da UNE, que chamava de estudantes profissionais. Conta que o “movimento revolucionário de 64” tentou banir os estudantes e professores subversivos, mas não conseguiu. Lacerda diz que eles estavam escondidos e que tinha medo de quem esconde as suas ideias. Narra uma eleição em um Centro Acadêmico no Rio, em que, por uma pequena margem, venceu um antigo locutor da rádio Mairink Veiga, uma emissora da corrupção e subversão. Mas, afirma que era natural que isto acontecesse, que o anormal seria o inverso. Sustenta que os subversivos se aproveitaram dos omissos para continuar nas universidades. Critica o governo por reduzir as verbas para as universidades, assinala que a educação não era uma despesa, era o maior investimento que o país deveria fazer, pois que sem investimento em educação não adiantaria investir em nenhuma outra área. Fala sobre o tema de liberdade de cátedra. Reconhece que alguns abusos foram cometidos após a “Revolução”, mas comenta que estava havendo um exagero. Cita o caso de um professor de Física Teórica, da Universidade de São Paulo, que foi detido por ser um agente da subversão comunista. Afirma que a Física Teórica exigia dedicação exclusiva e que o professor era vereador pelo Partido Comunista em São Paulo. Considera que a liberdade de cátedra existia e deveria ser respeitada, na medida em que o professor respeitasse a liberdade do aluno de aprender.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.063		F1: 18/09/1964 F2: 18/09/1964	Não tem gravação
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Homenagem da Assembléia Legislativa do Ceará			
1.2 Faixa 2 Entrevista na TV Cearense			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.064	F1: 30 min F2: 20min	F1: 18/09/1964 F2: 18/09/1964	<i>Faixa 1</i> Continuação da Faixa 2, da Fita 63 Entrevista de Carlos Lacerda a uma Emissora de
1. Assunto			



1.1 Faixa 1

Continuação da Faixa 2, da Faixa 63

Entrevista de Carlos Lacerda a uma Emissora de Televisão no Ceará

1.2 Faixa 2

Continuação da Faixa 1

Entrevista de Carlos Lacerda a uma Emissora de Televisão no Ceará

2. Temas

2.1. Faixa 1

Crítica à SUDENE, crise na imprensa brasileira, deturpação da informação, crítica a Leonel Brizola, expropriação de concessionárias, indenização, crítica ao comunismo e à igreja católica, esquerda X direita, Mao Tse Tung X Kruchev

2.2 Faixa 2

Divisão da igreja católica, materialistas de Cristo, revolta e desespero do povo, perfeição inatingível, elogio à democracia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, utopia, comunistas, classe média, pobres, eleições em 1966, candidato da "Revolução"

Televisão no Ceará

Lacerda critica a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que ao invés de colocar os seus recursos a favor dos estados do Nordeste, tinha os estados nordestinos a favor da sua organização. Assinala que os funcionários da SUDENE eram inexperientes. Afiança que a SUDENE tinha tornado Francisco Julião seu garoto propaganda na televisão americana, para pressionar os Estados Unidos a concederem empréstimos à organização. Lacerda questiona porque a SUDENE não tinha utilizado 200 milhões de cruzeiros de crédito concedido pelo governo americano, que estavam no Banco do Brasil. O apresentador pergunta a Lacerda sobre a compra das concessionárias. Ele responde que a imprensa brasileira estava passando por uma grave crise. E diz que por isso tinham contratado jornalistas que não entendiam nada dos problemas sobre os quais escreviam. Comenta que estava havendo uma deturpação da informação. Afirma que havia três concessionárias que prestavam serviços de energia e telefonia no Brasil, a Light and Power, a Electric Bond and Share e a ITT (International Telephone Telegraph). Critica o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, por ter expropriado uma concessionária sem seguir a lei brasileira, isto é, mediante pagamento de uma indenização. Ressalta que isto criou um alarme em todos os acionistas destas empresas e que como não houve o aumento das tarifas, não houve expansão do serviço e por isso começou a cair a qualidade dos serviços prestados por estas concessionárias. Destaca que falou com o presidente Kennedy que não precisava de capital estrangeiro para ampliar os serviços das concessionárias. Lacerda afirma que dando ao usuário do serviço a oportunidade de se tornar acionista da empresa que presta o serviço, era possível arrecadar capital suficiente para ampliá-lo. Assegura que as concessionárias propuseram a sua compra pelo governo brasileiro, mas o governo brasileiro caiu antes de concretizar a compra. Roberto Campos, que havia sido ministro da Fazenda e então era ministro do Planejamento, tentou retomar esta negociação. Lacerda diz que o governo não era obrigado a comprar as concessionárias. Considera que seria um erro a compra. O apresentador pergunta se Carlos Lacerda era de esquerda ou de direita. Lacerda responde que não havia tolice maior do que colocar a solução dos problemas do Brasil em termos de ideologia. Cita o exemplo do fascismo, que era uma das ideologias mais conhecidas, mas que, segundo ele, era uma etiqueta que os comunistas punham em todos que não serviam à doutrina. Comenta que existia uma vasta bibliografia sobre comunismo, mas Mao Tse Tung e Kruchev estavam se desentendo



constantemente, cada um defendendo a sua visão sobre o que era o comunismo. Argumenta que quando os comunistas já não se entendiam quanto à sua ideologia, não valia a pena se desentender por causa da ideologia deles. Sustenta que por ter estudado o comunismo, podia afirmar com segurança que não era reacionário. Elogia o presidente do Senegal, porque tinha feito uma revisão completa do marxismo. Lacerda diz que se os trabalhadores tinham melhores condições de vida nos países capitalistas do que nos socialistas, então estes países não eram mais capitalistas e os outros nunca seriam socialistas. Por isso, não havia sentido em discutir ideologia. Comenta que os comunistas estavam no seu papel, tentando dividir os que não eram comunistas. Lacerda não entende como podia haver uma esquerda católica, porque seria levar para a doutrina da igreja todas as misérias, contradições e vicissitudes da querela ideológica.

Faixa 2

Continuação da Faixa 1

Carlos Lacerda afiança que a igreja católica brasileira estava então dividida em três partes. Uma, que queria deixar tudo como estava. Outra, que achava que a Igreja precisava manter as instituições e queria transformar a Igreja em uma instituição de beneficência, que apoiasse a criação de cooperativas, ambulatórios, hospitais. Lacerda ironiza dizendo que os padres deixariam de dar extrema unção para dar injeção. E a terceira posição afirma que todos os problemas vêm da miséria e que não se podia pensar no absoluto quando o relativo era o que importava. Lacerda os chama de materialistas de Cristo. Diz que os defensores desta corrente achavam que a sociedade deveria ser tão perfeita que não deveria ter nem pobreza nem injustiça. Assinala que na impossibilidade de conseguir tornar a sociedade perfeita, estas pessoas alimentam a revolta e o desespero do povo e entregam a revolta e o desespero do povo aos comunistas. Defende que os católicos deveriam ser realistas, lutar por melhorias, sabendo que a perfeição é inatingível. Lacerda afiança que a democracia não deveria ter ideologia, que a democracia era essencialmente uma técnica de convivência social, que exigia tolerância e variedade. Lacerda assinala que a principal função do governo era dar condições para que os cidadãos se desenvolvessem por conta própria. Ele não considera que o Brasil fosse um país subdesenvolvido, mas um país com áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas. Explica que o Brasil tinha a tentação da utopia, que os brasileiros gostavam do perfeito para não ter a necessidade de fazer o que era possível. Assegura que não era preciso fazer uma revolução para



			<p>melhorar a condição de vida da população, que era possível mudar a situação com trabalho, com a utilização da energia atômica. Salienta que o Brasil esqueceu três coisas: casa, comida e escola. Comenta que os comunistas tinham maior aceitação na classe média do que entre os pobres. Defende que os incentivos ao café deveriam ser estendidos ao arroz, ao feijão, ao milho e a outros alimentos básicos da alimentação do brasileiro. Afirma que desta maneira iria aumentar a produção agrícola nacional. O apresentador faz duas perguntas a Lacerda: Se ele acreditava nas eleições em 1966 e se ainda era candidato à Presidência da República. Lacerda responde que estava na lei que as eleições seriam em 1966, então, não havia porque não haver eleições em 1966. Destaca que para que a “Revolução” fosse completa o povo precisaria passar um recibo. E que era preciso que a “Revolução” tivesse um candidato. Lacerda se dispõe a ser este candidato, por ter a ambição de servir.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.065</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador na TV Itacolomi – Belo Horizonte</p> <p>1.2 Faixa 2 Governador na TV Itacolomi – Belo Horizonte</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Divulgação da “Revolução” no exterior, punição de JK, crítica à prorrogação de mandato, continuísmo de Costa e Silva, discurso de Raul Brunini na Assembleia de Deputados, elogios a Costa e Silva, críticas à “Revolução”, custo de vida, confiança do produtor no governo,</p> <p>2.2 Faixa 2 BEG exemplo de gestão pública, parceria iniciativa privada e governo, reformas agrária e universitária, transformação de estrutura, crise de liderança, liderança democrática, maturidade política</p>	<p>F1:35 min F2: 20min</p>	<p>F1: 15/07/1964 F2: 15/07/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Governador na TV Itacolomi – Belo Horizonte O repórter pergunta até que ponto a viagem de Carlos Lacerda ao exterior tinha sido oficial, atendendo ao pedido do presidente Castelo Branco para divulgar a “Revolução”, e até que ponto foi apenas para ele descansar com a sua família. Lacerda assinala que foi uma honra representar o governo brasileiro. Mas sustenta que foi mais fácil explicar a “Revolução” lá fora do que aqui. Afirma que aconteceram dois fatos lamentáveis enquanto estava no exterior, a punição a Juscelino Kubitschek, que foi uma falha grave, porque Juscelino não teve direito a defesa, e não foi explicado o motivo de sua punição. Também critica a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco. Comenta que foi difícil explicar isso no exterior. Pergunta se o que se estava pretendendo era colocar os interesses de alguns acima do direito de todos? Pergunta se era isto a “Revolução”, negar ao povo o que se tinha feito em nome dele. Menciona que já estavam salvando o povo à revelia dele. Afirma que estava havendo uma mistificação, da qual as maiores vítimas eram os mistificadores. O repórter cita uma declaração do ministro da Guerra, Costa e Silva, “A revolução está em marcha e continuará por quanto tempo for necessário”. Pergunta se Lacerda via nesta frase um indício de continuísmo. Lacerda responde que preferia uma outra frase do general, em que ele afirma que falou como um homem livre, em um país livre. Lacerda enfatiza que também falava nesta condição, e que Costa e Silva não tinha falado como ministro, o que seria grave. Lacerda considera que o general não conhecia a política e faz elogios a Costa e Silva. O repórter pergunta se Lacerda considerava que Mourão Filho tinha precipitado a “Revolução”.</p>



Ele responde que não havia dúvida de que o general Mourão Filho a tinha precipitado, mas que se Mourão Filho não a precipitasse, não haveria nada. Lacerda critica a “Revolução” por estar levando a discussão para o lado político, enquanto os problemas nacionais estavam sendo esquecidos. O repórter pergunta se o encarecimento do custo de vida era consequência dos fatos anteriores ou eram erros do governo. Lacerda responde que os preços estavam subindo há muito tempo e que o erro era o governo não ter dado a devida importância a este fato. Lacerda destaca que se o governo não prestasse atenção a isto, nem a prorrogação de mandato iria salvar a “Revolução”. Diz que as discussões políticas eram secundárias. O repórter pergunta quais seriam as soluções para diminuir o custo de vida. Lacerda retruca que a prioridade deveria ser o estabelecimento da confiança do produtor no governo, pois a confiança do produtor era essencial para o aumento da produção. Lacerda defende também que o governo deveria buscar dinheiro no exterior, mas que para isso seria preciso que o Brasil demonstrasse que era um país sério.

Faixa 2

Governador na TV Itacolomi – Belo Horizonte

O repórter pergunta se havia uma falência do poder público como administrador ou apenas a pouca vergonha na administração da coisa pública e, neste caso, qual seria o papel da iniciativa privada no Brasil. Lacerda diz que não era tão pessimista em relação ao poder público. Cita o Banco do Estado da Guanabara como um bom exemplo de gestão pública. Explica que a razão do sucesso era a parceria entre a iniciativa privada e o governo. Lacerda diz que um governo competente e honrado estimularia a iniciativa privada. O repórter pergunta sobre as reformas, se havia alguma a ser feita. Lacerda responde que sim, havia a necessidade de se fazer uma reforma agrária e uma reforma universitária urgentemente. Ele menciona que as Forças Armadas substituíam a falta de formação universitária no país. Sustenta que o Brasil tinha uma grave crise de formação de quadros. Mas acredita que não se podia banalizar a palavra reforma. Lacerda diz que o Brasil já estava passando por uma profunda transformação de estrutura, que vivia uma grave crise de liderança. Afiança que não havia no Brasil um substituto para ele como líder democrático, e que se tinha tornado um líder democrático porque percebera que não havia outro melhor. Salienta que não era um auto-elogio, mas uma constatação. O apresentador pede para Lacerda dar uma declaração final. Lacerda elogia o programa por sua duração de quase uma hora debatendo os problemas do país. Comenta que a audiência do



			<p>programa era um indicativo do interesse da população que estava a caminho de sua maturidade política. Por isso não se deveria atrasar a marcha de um povo para a democracia. Agradece a atenção e pede a confiança da população.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.066</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Programa da 5ª Semana Brasileira de História da Medicina, Comemorativa do 19º Aniversário do Instituto Brasileiro de História da Medicina</p> <p>12.1 Faixa 2a Discurso de Carlos Lacerda em Agulhas Negras</p> <p>1.2.2 Faixa 2b Discurso de Carlos Lacerda em Barra Mansa</p> <p>12.3 Faixa 2c Discurso de Carlos Lacerda em Anchieta</p> <p>1.2.4 Faixa 2d Inauguração da Escola Estadual Benedito Ottoni</p> <p>1.3 Faixa 3 Discurso de Carlos Lacerda em Agulhas Negras</p> <p>2. Temas</p> <p>21. Faixa 1 Elogio a Roquete pinto, telegrafia, amor pelo Brasil</p> <p>2.2.1 Faixa 2a Apoio à “Revolução”, escolha do candidato à presidência, união dos brasileiros, exaltação à democracia e à “Revolução”</p> <p>2.2.2 Faixa 2b Convenção da UDN, participação do povo, domínio da oligarquia política, destino decidido nas urnas</p> <p>2.2.3 Faixa 2c Fazer o sucessor, ser presidente</p>	<p>F1:35 min F2a,b,c,d:45min F3: 3min</p>	<p>[1965]</p> <p>Obs: Trecho com defeito na Fita 2c...</p>	<p><i>Faixa 1</i> Programa da 5ª Semana Brasileira de História da Medicina, Comemorativa do 19º Aniversário do Instituto Brasileiro de História da Medicina A Rádio Roquete Pinto passa a apresentar o programa da 5ª Semana Brasileira de História da Medicina, comemorativa do 19º aniversário do Instituto Brasileiro de História da Medicina, dedicado ao professor Roquete Pinto, benemérito fundador da emissora. O professor Serpa discorre sobre o tema Roquete Pinto e a telegrafia e fala sobre a sua amizade com Roquete Pinto. Menciona que foi à casa dele falar sobre sua candidatura à ABL. Conta que foi muito bem recebido por Roquete Pinto. Compara o professor a Eistein e Goethe. Fala sobre a conversa que tiveram sobre telegrafia, e que foi promovido por ele a telegrafista da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Afirma que Roquete Pinto foi um legítimo precursor e um tinha um grande amor pelo Brasil.</p> <p><i>Faixa 2a</i> Discurso de Carlos Lacerda em Agulhas Negras Agradece aos militares de Agulhas Negras por terem apoiado a “Revolução”. Diz que no dia anterior tinha participado em São Paulo do maior ato cívico de sua vida. Conta que o seu partido tinha reunido representantes do Brasil inteiro para a escolha de um candidato à Presidência da República. Diz que a sua candidatura não era contra a “Revolução”, mas era uma forma de fazer o povo participar da “Revolução”. Diz que voltaria a Resende e a Agulhas Negras para conversar com a população, antes das eleições. Lacerda diz que antes de pedir o voto queria conquistar a amizade e a fraternidade das famílias brasileiras, para construir um grande Brasil. Defende a união dos brasileiros e o trabalho para tornar o Brasil uma grande nação. Exalta a democracia, a liberdade e a “Revolução”.</p> <p><i>Faixa 2b</i> Discurso de Carlos Lacerda em Barra Mansa Fala novamente sobre a convenção da UDN (União Democrática Nacional) em São Paulo. Destaca que o povo precisava participar da “Revolução”. Salaria que a sua candidatura pretendia mobilizar o povo. Lacerda afirma que a “Revolução” não tinha sido uma quartelada, mas um movimento para acabar com a oligarquia política que dominava o Brasil havia tantos anos. Contesta que subdesenvolvido era quem pensava</p>



<p>2.2.4 Faixa 2d Deputados davam pouca importância à inauguração de escolas, alunos valorizavam</p> <p>3. Faixa 3 Apoio à “Revolução”, escolha do candidato à presidência, união dos brasileiros, exaltação à democracia e à “Revolução”</p>			<p>que o Brasil era subdesenvolvido. Afirma que só o povo poderia decidir o seu destino nas urnas. Pede apoio para fazer no Brasil o que tinha feito na Guanabara.</p> <p>Trecho com defeito...</p> <p><i>Faixa 2c</i> Discurso de Carlos Lacerda em Anchieta Diz que seu objetivo era deixar um sucessor digno e honrado no governo da Guanabara. Também tinha o objetivo de assumir a Presidência da República. Trecho com defeito.</p> <p><i>Faixa 2d</i> Inauguração da Escola Estadual Benedito Ottoni Carlos Lacerda fala sobre a inauguração da outra escola Ottoni, Teófilo Ottoni. Lembra que na antiga inauguração vários deputados compareceram, e naquela poucos tinham vindo Comenta que no passado se dava mais importância a inauguração de escolas. Considera que era suficiente que os alunos valorizassem a escola.</p> <p><i>Faixa 3</i> Discurso de Carlos Lacerda em Agulhas Negras Mesma gravação da Faixa 2a</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.067</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Entrevista do Governador Lacerda na TV Coroador Londrina - PR</p>		<p>F1: 10/10/1964</p>	<p>Não tem</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.068</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 1, da Fita 67</p> <p>1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior</p> <p>1.3 Faixa 3 Discurso em Praça Pública, no Paraná</p>		<p>F1: 10/10/1964 F2: 10/10/1964 F3: 10/10/1964</p>	<p>Não tem</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.069</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa Anterior</p>		<p>F1:10/10/1964</p>	<p>Não tem</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.070</p>		<p>F1: 01/03/1964</p>	<p>Não tem</p>



1.1 Assunto			
1.1 Faixa 1 Entrevista Coletiva na TV			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.071		F1: 21/05/1962	Não tem
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Capistrano de Abreu			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.072		F1: 02/10/1962 F2: 05/10/1962 F3: 06/10/1962	Não tem
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Alípio Miranda Ribeiro, Honório Gurgel			
1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Odilon Braga, Penha			
1.3 Faixa 3 Demolição do Prédio onde Será a Escola Geny Gomes, Rio Comprido			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.073	F1a/b27:24min F2: 00:20seg	F1a:06/10/1962 F1b:02/10/1962 F2: [1960/1965]	<i>Faixa 1a</i> Continuação da Faixa 3, da Fita 72 Discurso de Carlos Lacerda Contesta Lacerda que não era preciso falar contra o americano, nem contra o inglês ou o canadense para cobrar da Light o que ela devia, pois eles nada tinham a ver com a Light, ou tanto quanto os brasileiros que a dirigiam e os brasileiros que se vendiam a ela. Diz ele que não deseja fazer um comício eleitoral, porque era contra a lei e já não se precisava mais dele. Observação: aos 02:36min a fita sofre um corte entrando outro áudio com a voz de Carlos Lacerda. Neste outro áudio, Lacerda fala sobre a escolha de seu vice-governador na Guanabara. Diz que não podia continuar a governar o estado se no lugar de vice-governador, cuja única função era substituí-lo em caso de sua ausência, estivesse uma pessoa que era o contrário do que ele era, que queria o contrário do que ele queria. Acrescenta que havia um governador eleito que ninguém, a não ser Deus, podia derrubar, que ia cumprir seu mandato até o fim. Então, se lhe dessem um companheiro de governo para substituí-lo, era preciso que esse companheiro fosse um companheiro e não um inimigo. Diz que era preciso que construíssem o estado juntos e não separados, divididos. Carlos Lacerda, então, pede ao povo de Barros Filho e Honório Gurgel o voto para Lopo Coelho, para ser seu vice-governador. Exalta a figura de Lopo Coelho,
1. Assunto			
1.1.1 Faixa 1a Continuação da Faixa 3, da Fita 72 Discurso de Carlos Lacerda			
1.1.2 Faixa 1.b Discurso de Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Alípio Miranda Ribeiro, em Honório Gurgel.			
1.2 Faixa 2 Discurso sobre a Importância da Cultura			
2. Temas			
2.1.1 Faixa 1a Cobrança à Light, proibição de comício eleitoral, defesa de seu candidato a vice-governador, exalta Lopo Coelho, dívida do governo federal com a Guanabara, ausência de uma voz da Guanabara no Senado Federal,			



Juraci Magalhães desmascara Luís Carlos Prestes, Fundo Estadual de Educação, eleição de bancada atuante, hospitais transformados em autarquias, retomada da obra de Pedro Ernesto

2.2.2 Faixa 1b

Importância educativa do nome da escola, educação liberal, elogio ao patrono da escola, a defesa da liberdade e da democracia pela educação, queixa contra o tribunal de Contas

2.3 Faixa 3

Cultura como arma política, elogios a Lacerda

fala de sua atuação na Câmara dos Deputados, de sua participação efetiva na Constituição do Estado da Guanabara. Lacerda ressalta que ele que tinha evitado que a Câmara dos Deputados degenerasse de novo em Câmara dos Vereadores. Lacerda fala da dívida que o governo federal tinha com o estado da Guanabara, orçada em quase 500 milhões de Cruzeiros. Comenta que o secretário de Educação fora a Brasília convocado pelo governo para receber o dinheiro. Lacerda diz que veio a promessa de entregar, depois das eleições, 60 milhões dos 500, somente para escola. Ele atribui esse descaso ao fato de não haver uma só voz da Guanabara no Senado Federal. Diz que essa voz tinha que ser forçosamente uma grande voz no Brasil. E por isso, comenta ele, foram buscar “um cearense da Bahia para ser senador da Guanabara, a fim de ser carioca em Brasília: Juraci Magalhães”. Diz que os comunistas estavam empenhados em derrubar Juraci Magalhães, pois sabiam que em matéria de defesa da liberdade do povo ele era ‘carne de pescoço’. Ressalta Lacerda que Juraci tinha desmascarado o comunismo e o chefe do comunismo no Brasil, Luís Carlos Prestes. Lacerda assegura que para todos que queriam que a liberdade continuasse a vigorar no Brasil, era essencial eleger Juraci Magalhães para o Senado. Explica que o governo da Guanabara só agia dentro da Lei, não sabia agir fora da Lei, e por isso mesmo precisava da Lei, pois sem ela nada se poderia fazer. Fala que só os ditadores agiam sem lei. Demonstra a necessidade de uma Assembleia que votasse as leis. Ele discorre sobre os projetos que estavam tramitando na Assembleia e não viraram leis, como, por exemplo, o do Fundo Estadual de Educação; a transformação dos hospitais em autarquias, para que o ano de 1963 fosse o ano da saúde pública, atualizando o plano hospitalar, retomando a obra de Pedro Ernesto; e a reforma dos quadros da polícia da Guanabara, transformando a polícia em polícia de carreira. Nisto, continua, residia a importância do povo eleger nas eleições de 7 de outubro uma bancada que fosse efetiva e atuante, de modo que os projetos se tornassem leis. Ele manifesta o desejo de que fossem eleitos deputados capazes de entender os projetos e aprová-los.

Observação: aos 13:18min termina o discurso de Lacerda. A fita fica muda por 3 segundos e depois entra outro discurso de Lacerda.

Faixa 1.b

Discurso de Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Alípio Miranda Ribeiro, em Honório Gurgel.

Lacerda comenta que o nome na fachada de uma escola era tão educativo quanto a própria escola, que era preciso que a professora, quando



			<p>explicasse aos alunos o porquê daquele nome na fachada de uma escola, pudesse lhes dizer alguma coisa que os fizesse melhores, criando assim aquilo que se chamava de educação liberal, que preparava o homem para a liberdade. Por isso mesmo, Lacerda diz que o seu governo decidiu parar com o mau costume de colocar nas fachadas das escolas inauguradas o nome de parentes dos governadores, dos presidentes, dos ministros, dos secretários, etc. Lacerda fala do motivo da escolha do nome do zoólogo Alípio Miranda Ribeiro para uma escola. Diz que foi indicação de Antônio Melo Barreto, diretor do Jardim Zoológico. Ele exalta a figura de Alípio Miranda Ribeiro na cerimônia de inauguração da escola que leva seu nome em Honório Gurgel.</p> <p>Observação: a gravação do discurso de Lacerda na solenidade de inauguração da escola termina aos 22:25min, sendo que em seguida entra outro áudio com a voz do governador.</p> <p>Ele fala nos minutos finais da fita do papel da educação no estado da Guanabara, que era o de defender a liberdade e a democracia. Discorre sobre a atuação do professorado e exalta-o. Fala do descaso e abandono da escola Olavo Bilac e da reforma da mesma, desde que a Assembleia deixasse e o Tribunal de Contas não se opusesse.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Discurso sobre a Importância da Cultura</p> <p>Um cidadão falando falando sobre a cultura como arma política, da cultura servindo à política, completando-a. E que a personificação deste pensamento estava em Lacerda, governador da Guanabara, a quem se devia admirar por este dom supremo que possuía.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.074	F1: 01:23min F2: 15:37min F3: 09:38min F4: 01:21min F5: 23:48min	F1:16/04/1963 F2: 27/07/1963 F3:[1963] F4:[1963] F5: [1963]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração das Oficinas do Ginásio Industrial Tomé de Souza, em Bangu.</p> <p>Deseja ele todo êxito aos alunos, no momento e posteriormente. Considera muito importante, seja qual for a carreira ou o rumo que viessem a tomar a vida dos alunos, que eles aprendessem a trabalhar com as mãos aquilo que a inteligência ira aprender e abarcar. Fala das instalações, definindo-as como simples, porém eficientes.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Inauguração da Escola Municipal Ademar Tavares, em Cavalcante.</p> <p>Carlos Lacerda comenta que a partir de uma reunião com o secretário de Educação, Flexa Ribeiro, com a entusiástica adesão do governo do estado, ficou acordado que o trabalho começasse pelo bairro de Cavalcante, tão característico da Guanabara e uma das zonas mais abandonadas do estado. Conta que o governo do estado, excluídas todas as obras que beneficiavam todas as zonas – como a da água e de certos túneis – estava aplicando na Zona Suburbana 85% dos</p>
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Inauguração das Oficinas do Ginásio Industrial Tomé de Souza, em Bangu.			
1.2 Faixa 2			
Inauguração da Escola Municipal Ademar Tavares, em Cavalcanti			
1.3 Faixa 3			
Inauguração da Escola Noel Rosa			
1.4 Faixa 4			
Entrevista a Rubens Marques para o Programa 'A voz da América'			
1.5 Faixa 5			
Continuação do Discurso de Carlos Lacerda na Cerimônia de			



<p>Inauguração da Escola Noel Rosa, em Vila Isabel, Iniciado na Faixa 3.</p>	<p>seus investimentos, e que isto não significava abandonar a Zona Sul, mas praticar um ato de justiça com os subúrbios da Guanabara, trazendo-lhes o que tantos anos lhes foi negado: o carinho e a atenção do poder público. Considera o governador que o abandono que se estende por toda a zona dos subúrbios da Central era uma estiagem cívica e administrativa. Ressalta que, naquele momento, estavam construindo também na área, sob a direção imediata do administrador regional, Osmar Resende, 18,5 km de esgoto, e que isto significava tirar dessa área o tifo e outras doenças que resultavam diretamente da falta desse serviço elementar. Destaca que não tinha empreiteiro nenhum que tivesse se apresentado para fazer mais uma escola no bairro, com medo de perder dinheiro e tempo nos corredores do Tribunal de Contas. Acrescenta que seria necessário fazer a escola por tomada de preços, por aproximadamente 21 milhões de Cruzeiros. Diz que administração do estado não descuidava e nem se esquecia das aspirações legítimas de sua população. Para ela estavam voltadas as mais afetuosas intenções. Explica que não fazia promessas vãs e nem tomava o tempo de ninguém com falsos compromissos. Salaria que faziam o que não prometiam. Crê que Osmar Resende estava habilitado a encaminhar aos órgãos da administração superior do estado as reivindicações e necessidades mais imediatas e mais prementes dessa área de Cavalcante. Assegura que era com alegria de todos do governo que ele entrega a 50ª escola com que a Fundação Otávio Mangabeira enriqueceria o patrimônio material, moral e cultural do povo carioca. Justificando a escolha do nome da escola, Carlos Lacerda diz que era parte do processo educativo esta escolha. Explica que não adianta abrir uma escola para deseducar a criança que a frequênta, desde o nome. Não adianta abrir a escola e educar a criança também através do culto e da adulação, da valorização do que não tem valor. Para Lacerda, o patrono de uma escola devia ser alguém sobre o qual já se tivesse pronunciado tranquilamente o juízo dos contemporâneos e diante do qual se abrisse respeitosamente a admiração. Por conta disso, Carlos Lacerda exalta a figura de Aldemar Tavares como poeta.</p>
<p>2. Temas</p>	<p><i>Faixa 3</i></p>
<p>2.1 Faixa 1</p>	<p>Inauguração da Escola Noel Rosa Assinatura do Termo de Posse da Escola Noel Rosa pelo Governador da Guanabara Carlos Lacerda.</p>
<p>Trabalho com as mãos orientado pela inteligência</p>	<p>Ele adianta que a escola, então inaugurada, abria uma série de inaugurações de escolas nos dias que se seguiriam. Assegura que da data então corrente até o dia das eleições seriam abertas</p>
<p>2.2 Faixa 2</p>	
<p>Maior investimento no subúrbio, abandono dos subúrbios da Central, saneamento da área, construção de escola, inauguração da 50ª escola, apoio da Fundação Otávio Mangabeira, escolha educativa do patrono, exaltação do poeta Adelmar Tavares</p>	
<p>2.3 Faixa 3</p>	
<p>Abertura de inúmeras escolas, Guanabara na dianteira da educação, elogio a Noel Rosa</p>	
<p>2.4 Faixa 4</p>	
<p>Esposa do governador da Bahia presenteia Jacqueline Kennedy</p>	
<p>2.5 Faixa 5</p>	
<p>Exaltação das realizações na Guanabara, elogios a Lopo Coelho, Juraci Magalhães e Hélio Beltrão, educação: reforma de base duradoura, inflação, aumento da produtividade, exaltação do trabalhador, Fundação Otávio Mangabeira</p>	



ainda mais treze escolas na Guanabara; três dias depois das eleições seriam abertas mais duas e no restante do ano Carlos Lacerda e Lopo Coelho deveriam inaugurar mais 30 escolas na Guanabara. Afiança que assim a Guanabara iria tomar definitivamente a dianteira no comando da campanha da educação dos brasileiros, a fim de que conquistássemos a democracia para o Brasil. Diz que a escola recebia o nome de Noel Rosa para atender a um compromisso sentimental. Confessa Lacerda conhecer poucos nomes tão dignos e exalta a figura de Noel Rosa e sua produção, considerando que cada verso, cada samba, cada marcha, cada canção sua era um marco na vida sentimental da cidade.

Faixa 4

Entrevista a Rubens Marques para o Programa 'A voz da América'

Pequeno trecho da entrevista nos jardins da Casa Branca, com a esposa do governador eleito do estado da Bahia, Antônio Lomanto Júnior. Diz ela que tinha trazido para Mrs. Kennedy uma pulseira de balangandãs feita por artesãos de seu estado.

Faixa 5

Continuação do Discurso de Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Noel Rosa, em Vila Isabel, iniciado na faixa 3.

Em seu discurso ele utiliza um verso de Noel, extraído do samba *Feitiço da Vila*, para dizer que "a Vila Isabel só quer mostrar que tem escola também!" Diz que Vila Isabel tinha favela como todos os bairros do Rio, mas tinha também uma classe média, sólida e democrática, de funcionários, de pequenos empregados, pequenos comerciantes e de militares. Explica que havia muito ainda que fazer pela cidade do Rio de Janeiro. Assegura que olhando para trás e vendo o que já tinha sido feito e o quanto tinham feito aqueles antes dele, ele verificava que só havia uma coisa a fazer: continuar fazendo, não deixando que o desespero tomasse conta do povo e nem que a descrença avassalasse-o, que a desunião e a intriga os separasse. Ele exalta a Guanabara como o grande estado do Brasil, embora fosse o menor territorialmente. Considera que tínhamos uma história de amor e de busca pela liberdade e que para sermos brasileiros não precisávamos pedir licença. Chama a atenção para o fato de que a história do Rio de Janeiro se confundia com a própria história da formação nacional, pois aqui tínhamos fundado a nossa pátria. Lacerda diz que seu governo tinha confiança no futuro, tinha certeza de que se conseguíssemos juntos educar os nossos filhos, abrindo para eles escolas, tratando das doenças e das mazelas, consolidaríamos a obra da honra e da liberdade. Lacerda adverte, também, que era



preciso que os filhos tivessem orgulho das escolhas de seus pais e não vergonha. Porque ele não conhecia um modo melhor de educar um filho do que poder mostrar-lhe que os pais eram capazes de escolher e honrar a quem procurava honrá-los, de ajudar a quem procurava ajudá-los. Volta a exaltar suas realizações na Guanabara e diz que a jornada, que estava apenas começando, não poderia ser interrompida por um voto mal dado, um voto distraído. Exalta também as figuras de Juraci Magalhães, Lopo Coelho, Hélio Beltrão e os deputados presentes à cerimônia. Ele sustenta que sem estes deputados não seria possível construir escolas, como a Escola Noel Rosa. E acrescenta que juntos poderiam continuar a fazê-las, muitas, cobrindo o território da Guanabara de escolas, para realizar a única reforma de base duradoura: a da educação. Ele fala de um grande mal do Brasil que era a inflação, que degradava o trabalho e empobrecia ainda mais o trabalhador. Diz que para lutar contra a inflação teríamos que aumentar a produtividade, isto é, a capacidade de cada qual produzir para si e para a comunidade brasileira. E, para aumentar a produtividade, explica, ele contava com a importação de máquinas e de fábricas. Mas também era preciso que se melhorasse a produtividade do homem brasileiro, ou seja, dar-lhe meios de aumentar a sua capacidade de produção. Assim, o Brasil estaria aumentando de 30 a 40% a produção nacional com as mesmas máquinas existentes, mas com o melhor aproveitamento da única máquina de que até hoje não se lembraram: a 'máquina-homem', sem a qual as outras não funcionariam. Por isso, a necessidade de preparar o jovem para o trabalho, para a produção, para melhores salários, para melhores condições de vida, para uma renda nacional *per capita* maior e para um maior conforto em cada lar do trabalhador brasileiro. Este era, segundo Carlos Lacerda, o investimento mais rendoso a ser feito no Brasil. Ele menciona que cada escola que inaugurava na Guanabara era como se ele estivesse inaugurando uma fábrica, pois a escola era uma fábrica de ensinar a viver, a síntese perfeita entre o lar e a oficina, porque era ali que o lar e a oficina davam as mãos. Ele afiança que era exatamente por isso que a inauguração de uma escola na Guanabara tinha uma significação muito grande. Considera que a confiança era a tônica de seu governo, a confiança na honradez do povo e no trabalho do povo, e que este dado era ignorado pelos economistas, mas tinha sido a chave para os índices positivos econômicos da Guanabara. Encerra exaltando o povo de Vila Isabel como síntese do povo carioca. No fim da fita, o locutor diz que a Escola Noel Rosa era a 31ª escola doada ao Estado pela Fundação Otávio Mangabeira.



BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.075	F1:18:57:min	F1: 30 /11/1964	<i>Faixa 1</i>
1. Assunto	F2: 13:14min	F2: 11/12/1964	Inauguração da Escola Afonso Pena
1.1 Faixa 1	F3: 19:53min	F3: 01/12/1964	Ele comenta que a cerimônia era a continuação
Inauguração da Escola Afonso Pena	F4: 11:36min	F4: 03/12/1964	de uma homenagem ao presidente Afonso Pena,
1.2 Faixa 2			realizada há anos atrás. Estava presente, e foi
Inauguração da Escola Firmo Costa - Padre Miguel			saudado por Lacerda, Afonso Pena Neto. Afirma,
1.3 Faixa 3			também, que não era a inauguração de uma
Inauguração da Escola Bangu - Bangu			escola, e sim a continuação de uma escola. Sobre
1.4 Faixa 4			o prédio, ele diz que o projeto de construção fora
Inauguração da Escola Alberto Nepomuceno			aprovado ainda em 1958 e fora um dos muitos
2. Temas			esqueletos encontrados pelo seu governo. Então,
2.1 Faixa 1			já não sendo mais esqueleto, e sim 'recheado de
Elogios ao ex-presidente e à sua			carne e osso', ele começava a funcionar. Lacerda
família, defesa da revolução dos			diz ser um prazer ver expandir-se a escola. Ele
métodos do ensino, adoção de			fala sobre Afonso Pena Junior, filho de Afonso
tempo integral nas escolas, elogio			Pena e pai de Afonso Pena Neto. Exalta a figura
ao Massachussets Institut of			de Afonso Pena Junior e a família, ao considerar
Technology dos EUA, crítica à			a inteligência e a cultura, bem como o serviço ao
educação, qualidade de ensino X			país, como quase uma fatalidade histórica da
quantidade, escolarização de			família. Carlos Lacerda fala do Massachusetts
todas as crianças, elogio ao			Institut of Technology dos EUA. Viu o programa
professor			das escolas que formavam o Instituto e viu que
2.2 Faixa 2			este mudava de dois em dois anos. Fala de sua
Elogio ao patrono Firmo Costa, a			revolução nos métodos de ensino, como a adoção
filosofia educacional de Firmo			do tempo integral e também a prática de não
Costa, escola igual à democracia,			mais ensinar a operar as máquinas que já
comemoração do 4º ano de			existiam, e, sim, ensinar a criar o que iria ser, a
governo, construção de ginásios,			fazer o que tinha que ser feito num futuro
mania de fazer escola			próximo. Cita que lá, no instituto citado,
2.3 Faixa 3			lecionava o homem que estava preparando a nave
Crítica a nomes de parentes em			espacial que faria a viagem à lua e que foi nesta
escolas, escolha educativa do			escola que o primeiro submarino atômico teve
patrono, Elogios a Bangu, bairro			seu método de condução dirigido por inércia, que
operário, elogio aos			permitiu transformar simples submersíveis em
trabalhadores, perseguição do			submarinos capazes de viajar a uma
Supremo Tribunal federal,			profundidade até então não atingida pelo homem,
sinecuras da Light and Power,			durante mais de um ano, sem voltar à superfície.
maioria facciosa domina o			E, segundo ele, tudo isso tornou-se possível
Supremo, "Revolução", custo de			porque jovens resolveram dedicar-se a esta
vida, solução das filas nas			revolução. Lacerda sustenta que era importante
escolas, concretização da			que no Brasil se tomasse conhecimento do que
"Revolução" pelo voto, críticas a			estava se passando no mundo em matéria de
Roberto Marinho, parque Lage,			conhecimento. Diz que estávamos ainda na 'pré-
perseguição da imprensa			história' da educação. No Brasil, adianta ele, se
			discutia a quantidade, enquanto que no mundo se
			discutia qualidade de ensino. Acha que
			estávamos ainda construindo escolas, quando a
			discussão deveria ser que escola pretendíamos
			formar e não a quantidade necessária. Discorre
			sobre as realizações da Guanabara na área de
			educação, mas diz que era preciso transformar
			quantidade em qualidade. Ele afirma que
			pretendia que seu governo passasse à história
			como um governo que deu início a uma
			revolução pela educação no país; como um
			governo que considerava possível escolarizar
			todas as crianças do Brasil, assim como foi
			possível escolarizar todas as crianças da
			Guanabara. Sobre o auxílio das máquinas na
			educação, ele diz que o homem, ou seja, o



2.4 Faixa 4

Dificuldade de administrar, morosidade do Tribunal de Contas, economia nos cofres do governo, confiança na palavra do governo, elogios a Alberto Nepomuceno e ao padre José Maurício

mestre, multiplicado pela máquina, seria a resposta ao desafio da educação das grandes massas populares. Ele espera que, num futuro não muito longínquo, pudesse trazer essas novas experiências para o Brasil, que eram as da máquina de ensinar, postas a serviço da máquina insubstituível, tão preciosa e tão complicada, que era o professor.

Faixa 2

Inauguração da Escola Firmo Costa.

Ele fala do professor sergipano Firmo Costa. Faz alusão aos milhares de homens e moças que Firmo Costa formou, inclusive ele. “Formou, e não ensinou”, ratifica. Lacerda esperava que a cerimônia contasse com grande parte dos que foram alunos de Firmo Costa. Sobre o professor, diz que foi desses mestres do ensino particular que têm espírito público. Ensinava qualquer matéria, mas se espalhava em história. Era um historiador por vocação e sentimento. Lacerda conta que o conheceu quando entrou para o Liceu, então chamado Liceu Francês, mal saído do seu curso primário na escola José de Alencar, no Largo do Machado. Carlos Lacerda fala da filosofia da educação que Firmo Costa abraçara. Conta um episódio em que ele e outros colegas colavam em uma prova de geografia. “A cola com Firmo Costa era feita às claras, pois ele queria que não escondessem a cola”, lembra. Lacerda conta que eram 40 alunos na sala e todos os 40 colavam, menos dois: Carlos de Araújo Lima e um menino que se chamava Rui Barbosa de Faria. O professor definiu assim sua filosofia de ensino: “Ao menos, quando vocês colam, com o nervoso, este ponto vocês estudam!” Diz Lacerda que ele nunca se limitou a ensinar a matéria. Esta era um acidente. O que ele ensinava era caráter, era o sentimento do valor da vida e da dignidade da criatura. Ele conta que nunca encontrou alguém com mais profundo significado da obra da educação. Porque ele não ensinava uma matéria, através das matérias que ele lecionava ele ensinava a viver, e esta era a obra da educação. Lacerda diz que acreditava que ninguém como ele tinha amado tanto as crianças; que ninguém como ele tinha compreendido tão bem o sentido da obra da educação. Para Lacerda, não havia democracia onde não havia escolas para todos. Sustenta que esta não era a primeira e nem seria a última inauguração de escola na região. Menciona que no dia 04 seguinte, véspera do quarto aniversário de seu governo, haveria uma nova inauguração. E que em Realengo estava completando a construção de um ginásio. Acrescenta que o Brasil ainda não era uma democracia, porque metade dos brasileiros ainda não tinha tido oportunidade de ir à escola. Ele então diz: “Portanto, quem faz escola é democrata, quem



não faz é reacionário!” Comenta que no Brasil havia uma tendência à ternura para com os ladrões e criminosos e uma profunda antipatia para com quem queria trabalhar honestamente, uma grande dificuldade, como se parecesse loucura querer trabalhar no Brasil. Diz que *O Globo* o chamou de louco, o *Diário de Notícias*, que pela primeira vez concordava com *O Globo* desde sua fundação, e o presidente do Supremo Tribunal também concordaram. Lacerda propõe submeter-se a um tratamento médico para ver se fazer escola era loucura, porque desconfiava que devia ser uma doença nova: a mania de fazer escola. E ele diz: “Eu sofro dessa mania. E estou muito contente com isso!” E conclui dizendo que foi com Firmo Costa e com algumas pessoas como ele que ele contraiu essa contagiosa e perigosa doença: a mania de fazer escolas.

Faixa 3

Inauguração da Escola Bangu – Bangu

O governador Carlos Lacerda comenta que até quatro anos antes as escolas fundadas recebiam o nome dos parentes do governador, da sogra do presidente, do compadre, da irmã, da tia, do primo, do conhecido, da namorada, do filho do presidente... Denuncia que era o povo quem pagava as escolas com os impostos, mas na hora de dar o nome, não eram os nomes que o povo queria, mas os da família de quem estava no poder. Lacerda diz que sua mãe não era diferente das mães dos outros e, por conta disso, não havia motivo para o nome de sua mãe estar numa escola, se não fora ela nem ele quem tinha pago a escola. Acrescenta que tinha muito cuidado com a escolha do nome das escolas. “Nome só de gente que já morreu, pois não há perigo de virar um ‘tio’ e de repente a gente ter que mudar o nome”. Nome de escola faz parte da educação da criança, acrescenta ele. Acha que era preciso que a criança crescesse sabendo porque tinha aquele nome à frente de sua escola, que era preciso que a professora não tivesse dificuldade de explicar porque estava aquele nome à frente da escola. Para Lacerda, uma criança não poderia ser educada sob a ideia de adulação dos poderosos pois não se faz democracia com adulação, define. Conta que recebia sugestões, mas quem dava o nome era ele. E que se tem um bairro que merecia ter seu nome em uma escola era o bairro de Bangu. Primeiro, porque era o bairro mais bairrista do Rio de Janeiro. Segundo, porque se tratava de um bairro operário do Rio de Janeiro. Comenta que às vésperas do quarto aniversário de seu mandato, sentia-se numa casa rodeado de inimigos por todos os lados, menos por um, que era a escola. Ele supõe que era exatamente num bairro operário que ele poderia falar essa linguagem: “As pessoas para quem a vida sempre foi fácil não sabem o quanto custa o que nós



estamos fazendo. As pessoas que receberam tudo desde o berço de ouro até a herança do papai; as pessoas que receberam dinheiro facilmente, e muito dinheiro, pensam que tudo é fácil...” E continua: “Mas, para quem a vida é uma conquista de todos os dias, aqueles que têm que ganhar o seu pão com o suor do seu rosto, aqueles que trabalham numa fábrica e sabem quanto custa trazer o salário para casa são os que bem sabem o que significa o esforço do governo e as dificuldades que precisam vencer, as facilidades que precisam criar (...) Tudo que é preciso vencer para conseguir o que estamos alcançando os trabalhadores compreendem melhor do que ninguém, porque eles, para vencer, têm que conquistar toda manhã o seu direito de viver, que às vezes perdem na noite seguinte!” Fala que desejava comemorar a ‘honrosa condecoração’ que acabara de receber do Supremo Tribunal Federal. Comenta desconsiderar uma honra ser perseguido pelos senhores do Supremo. Lacerda acusa que as causas da Light and Power nunca foram julgadas no Supremo Tribunal porque os seus ministros empregavam a família em suas sinecuras. Conta que os ministros vendiam-se àqueles contra os quais tinha que fazer justiça. Diz que entre os ministros do Supremo Tribunal havia homens dignos, sem dúvida, mas, que eram minoria, tão pequena, que não tinha coragem de se colocar contra a maioria facciosa e política que dominava o Supremo Tribunal. Lacerda diz que a “Revolução” não fora feita para aumentar o custo de vida do povo brasileiro. Não tinha sido feita para os ricos ficarem mais ricos, e os pobres ficarem mais pobres. Lembra que quatro anos antes havia a fila das escolas, o que foi solucionado, pois dependia do governo do estado da Guanabara. Porém, a fila do feijão e do arroz, esta não dependia do governo do estado. Defende que a “Revolução” tinha sido feita sem armas, mas que então não podia ser concretizada sem voto. Afiança que desde logo era preciso nos prepararmos para eleições livres, fazermos valer a vontade do povo, a vontade livre e soberana do povo. Considera Lacerda que alguns jornais continuavam muito ofendidos com a mania do governo da Guanabara de trabalhar. Diz que eles gostavam do tempo em que o Dr. Roberto Marinho, quando queria instalar o jornal luminoso na Urca, pondo um anúncio no Pão de Açúcar, tinha só que telefonar para o prefeito e dizer: “se não puser, *O Globo* ataca o prefeito”. E, como o prefeito tinha ‘rabo de palha’, não podia sofrer o ataque de *O Globo*. Lacerda prossegue dizendo: “Mas, como eu não tenho o que temer, nem o que esconder, pode o Sr. Roberto Marinho atacar-me à vontade porque não leva o parque Lage, este parque é do povo!” Lacerda acha que o povo estava muito mais



sabido do que pensava esta gente. Já fora tão enganado, mas não adiantava querer enganar o povo, pois ele sabia onde estava o seu caminho e ele conhecia o seu interesse e seu dever. De maneira que, continua ele, quando o Dr. Roberto Marinho pensava que os editoriais de *O Globo* orientavam o povo, o povo comprava o seu jornal por causa do Mário Filho, no futebol, e não por causa dos seus editoriais; quando a *Última Hora* pensava que o atacando estava vendendo jornal, estava vendendo jornal por causa da *Vida como ela é*, mas não por causa dos ataques que fazia a ele. Lacerda diz que quem não deve não teme. E ele não temia jornal nenhum, rádio nenhuma, televisão nenhuma e nem o Supremo Tribunal nenhum. Ele sustenta que só tinha medo de Deus em sua consciência, mas toda vez que lhe atormentava o medo, ele pedia para inaugurar uma escola.

Faixa 4

Inauguração da Escola Alberto Nepomuceno
Carlos Lacerda manifesta o desejo de dar aos presentes uma aula prática do que era a dificuldade de administrar dentro da rotina e dentro da falta de vontade de fazer as coisas que existia em alguns lugares do nosso país. Conta que apenas no dia anterior, dia 02 de dezembro, tinha chegado a comunicação do Tribunal de Contas de que tinha sido registrado o contrato de construção da escola. Quer dizer que, adianta ele, se o governo corresse muito, a escola que estava sendo então inaugurada estaria começando sua construção apenas naquele dia. E custaria provavelmente 30% mais caro, no mínimo. Talvez 50%. Porque isso, ele pergunta. Para as contas serem bem examinadas? Não, não é isso, responde Lacerda, acrescentando: “É para as contas demorarem a ser examinadas.” E se aprofunda na questão: “Não se trata de examinar bem, trata-se de examinar devagar, o que não é a mesma coisa. Ela demora não é porque é bem examinada. Ela demora porque fica bem no fundo da gaveta”. Lacerda explica que o que foi feito no caso daquela escola foi o envio de um processo para o Tribunal de Contas e, enquanto isso, uma firma foi chamada e o governo disse ao responsável: “Vocês comecem a escola com a garantia de que vamos pagar!” Lacerda prossegue dizendo que com a garantia da palavra do governo, a firma veio e fez uma boa escola. De maneira que, no dia anterior, quando tinha chegado a autorização do Tribunal de Contas para pagar, o governo ia chamar a firma e dizer: “Tá aqui o seu dinheiro, muito obrigado pela confiança que teve em nós!” Essa palavra rendeu aos cofres do governo uma economia de quase 30 milhões de Cruzeiros, apenas nesta escola, declara o governador. Ele considera que um governo honrado representa economia do



			<p>dinheiro do povo. Explica que se a firma não confiasse na palavra do governo, ia esperar o Tribunal de Contas mastigar o processo, e a escola só teria sua construção iniciada naquele dia, ao invés de ter ali a sua inauguração. Lacerda diz que o povo precisava saber disso! Ele agradece a todos, aos incansáveis companheiros da Secretaria de Educação, e a todos da Administração Regional de Campo Grande. Logo depois da cerimônia de inauguração de outra escola, ele manifesta o desejo de ir à favela da Vila São Jorge para ver o trabalho admirável dos moradores que, com grande espírito de comunidade, estavam realizando para o seu próprio bem, e com a atenção e a dedicação da Região Administrativa de Campo Grande. Ele fala um pouco sobre o patrono da escola, Alberto Nepomuceno, que estava completando o centenário de seu nascimento, e sobre o padre José Maurício, que foi um dos primeiros músicos conhecidos na História do Brasil.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.076</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração do Ginásio Estadual José Bonifácio, na Gamboa.</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Bernardo O' Higgins em Bangu.</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Baronesa de Saavedra.</p> <p>1.4 Faixa 4 Inauguração da Escola Augusto Frederico Schmidt</p> <p>1.5 Faixa 5 Inauguração da Escola Marechal Machado Bittencourt.</p> <p>1.6 Faixa 6 Inauguração da Escola Padre José Maurício - Campo Grande</p> <p>1.7 Faixa 7 Inauguração da Escola Meralina Castro – Santa Cruz</p> <p>1.8 Faixa 8 Inauguração da Escola Eusébio de Queirós, em Bangu.</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 21:06min F2: 14:53min F3: 10:03min F4: 16:02min F5: 10:33min F6: 12:06min F7: 12:47min F8: 12:39min</p>	<p>F1: 05/12/1964 F2: 09/02/1965 F3: 02/02/1965 F4: [1964/1965] F5: 17/03/1965 F6: 03/12/1964 F7: 04/10/1964 F8: 04/12/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração do Ginásio Estadual José Bonifácio, na Gamboa. Lacerda diz que com a inauguração da escola estava pronto para funcionar o compromisso do governo do estado da Guanabara na região. Diz que logo no início, quando mal começava o seu governo, foi saber as necessidades do bairro e a primeira reivindicação era justamente uma escola, assim como em todo lugar no estado e mesmo no país. Fala que havia outras, mas esta era a primeira, a mais urgente. Sobre a arquitetura do prédio, que era um prédio já antigo, não sendo, portanto, construído para ser ginásio, ele exalta a riqueza de detalhes e diz que foi construído numa época em que havia tempo de primar por tais detalhes. Compara com as escolas que estavam sendo construídas em seu governo. Diz que havia necessidade de se construir escolas pobres em material, mas para que se pudesse construir muito, ou seja, fazer simples para fazer para todos. Conta que estava convencido de que havia no Brasil dinheiro de sobra para fazer escolas para todos. O que não tinha havido era tempo sobrando para se ver que isto era possível. Diz que com esforço semelhante, em 4 ou 5 anos, podia-se ter escolas para todas as crianças e jovens no Brasil. Acrescenta não acreditar em democracia e desenvolvimento no Brasil enquanto isto não acontecesse. Acredita que esta era uma das obras mais luxuosas do estado, porque não se tratava de uma obra nova, e sim de uma restauração meticulosa, pois alguns detalhes arquitetônicos tiveram de ser refeitos. Lacerda anuncia que foram gastos quase 80 milhões de Cruzeiros na instalação do ginásio no prédio. Diz que a obra era uma prova concreta de que pobre, usando a</p>



21. Faixa 1

Escola para todos, construções baratas, economia no mobiliário das escolas, democracia, usurpação do dinheiro destinado às escolas, trabalhadores marítimos, reformas no porto do Rio, Elkem Rana: grupo de negociastas

2.2 Faixa 2

Estatísticas da educação na Guanabara, obrigatoriedade escolar por faixa etária, bolsas escolares, educação pública de qualidade sem ostentação, exalta Bernardo O'Higgins, relações entre Brasil e Chile

2.3 Faixa 3

Recenseamento escolar, escolas de construção modesta, elogio à Carmen Saavedra,

2.4 Faixa 4

Dados da política educacional, Fundação Otávio Mangabeira, nome educativo para a escola, Crítica às posições políticas de Augusto Frederico Schmidt, elogio ao poeta Augusto Frederico Schmidt, líder cívico

2.5 Faixa 5

Antecipação da idade escolar facultativa, obrigatoriedade escolar, magistério público, concessão de bolsas de estudo, elogio a Machado Bittencourt, nome educativo para a escola

2.6 Faixa 6

Rádio Roquette Pinto, COSIGUA, Guanabara, segundo centro industrial do Brasil, usina de aço inoxidável, porto de minérios em Santa Cruz, críticas a *O Globo*, parque Lage, centro cultural, muitas escolas modestas

2.7 Faixa 7

Venezianas ao invés de vidraças, escolas modestas, elogios a Cesário de Melo e à Amaralina de Castro, termelétrica de Santa Cruz, CHEVAP, elogio à "Revolução", Companhia Siderúrgica da Guanabara em Santa Cruz

cabeça, fazia melhor do que rico sem cabeça, e que foi um grande exemplo de economia. Conta que foi ver um ginásio público em Florença, na Itália, praticando um ato que ele denomina de 'espionagem econômica'. Um ginásio caro e muito bonito. Lá encontrou uns móveis que ele considerou excelentes para o Brasil. Como o Brasil não tinha dinheiro e nem precisava importar móveis, ele fotografou o mobiliário e, a partir das fotos, operários de Triagem, técnicos da antiga oficina da Cidade Light, que passaram a trabalhar a serviço do governo da Guanabara, fizeram a mobília utilizando outra madeira mais barata. "Isso é uma lição de economia dada por quem não entende de economia", diz Lacerda, que acrescenta que esta era a prova do que era capaz o trabalhador brasileiro quando tinha escola e estímulo. Afirma que o desenho italiano foi melhorado, inclusive. Ressalta que as carteiras tinham saído mais baratas do que aquelas que antes eram adquiridas pelo governo. Isso sem falar na durabilidade, conforto e beleza. Comenta que o mobiliário adotado para o ginásio José Bonifácio estava sendo aos poucos implantado em todas as escolas da Guanabara. Lacerda acredita que democracia era isso: governos que, escolhidos pelo povo, trabalhavam para conseguir o melhor possível para o povo. "O que for mais barato, o que servir a todos, o que for útil à maioria, o que for aprovado pela maioria, o que a maioria decidir... respeitado o direito da minoria divergir". Denuncia a prática que o Congresso Nacional estava ameaçando fazer de pegar o dinheiro destinado às escolas, retirar 50% e doar aos governos para aplicarem nas escolas, enquanto que os outros 50% seriam distribuídos entre os seus cabos eleitorais. "Assim não há dinheiro para escola", lamenta Lacerda, que completa: "Cada vez que se rouba na construção de uma escola, é meia escola que fica por fazer!" Ele diz que faz parte também da democracia saber as necessidades do povo, para não gastar primeiro com coisas que poderiam ser feitas depois e gastar depois com coisas que precisavam ser feitas em primeiro lugar. Carlos Lacerda sustenta que se perguntassem à grande maioria dos trabalhadores brasileiros o que eles precisavam mais nesse momento, além da contenção do custo de vida, eles diriam: "escola, para que meu filho vá além do ponto a que eu consegui chegar!" Ele, aproveitando que discursava na zona portuária do Rio de Janeiro, dirigiu-se aos trabalhadores que viviam do porto e para o porto - aos trabalhadores, marítimos, estivadores - pedindo a eles que ajudassem o governo a se esclarecer, que ajudassem o presidente da República a compreender a necessidade de desenvolver o porto do Rio de Janeiro ao invés de esvaziá-lo; de ampliá-lo e equipá-lo, em vez de entregá-lo à Elkem Rana,



2.8 Faixa 8

Elogio a Eusébio de Queiroz,
exaltação aos homens decididos,
abolicionismo

empresa norte-americana que não tinha crédito nem nos EUA, pois tinha respondido a um inquérito no Senado norte-americano, pelo qual se verificou que em plena guerra ela roubava o governo americano lucrando indevidamente 450% no minério de níquel que vendia para o esforço de guerra norte-americano. Carlos Lacerda fala sobre a empresa referindo-se a eles como 'grupo de negociastas': "Depois de roubarem o seu próprio povo eles querem agora roubar o nosso!" Lacerda diz que era tempo de dizer não. Mas, não se trata de reproduzir o discurso de certos demagogos (referência direta aos comunistas). O fato de haver demagogos não o impedia de ver que existiam também negociastas. Ele conclui agradecendo a presença de todos!

Faixa 2

Inauguração da Escola Bernardo O' Higgins, em Bangu.

Sobre o desenvolvimento escolar da região ele fala que em 1960, no início de sua administração, havia na área 30 escolas públicas primárias; no momento da cerimônia, 54. Ou seja, foram acrescentadas 25. O número de matrículas escolares na região era de 22.654 crianças; no momento eram de 43.213 crianças. As vagas existentes eram 6.500; passaram para 9.700. O aumento em percentagem em relação ao ano de 1960, ou seja, em quatro anos de trabalho, foi, em relação à matrícula, de 91%; quanto ao número de salas e de escolas foi de 80%. Diz Lacerda que continuava a corrida entre os tijolos e as crianças. As vagas abertas na Guanabara eram 43.400, mas ele diz que era bom lembrar que na Guanabara a educação já não era obrigatória apenas a partir dos 7 anos de idade; era obrigatória até os 14 anos de idade. Lacerda conta que se tratava do dia da inauguração da escola, um dia de grande alegria. Acrescenta que estavam à disposição dos pais, para os filhos que tinham capacidade de aproveitamento, não só os ginásios do estado já existentes, mas bolsas escolares para ginásios particulares, num total de 3 bilhões de Cruzeiros, isto é, 37.500 bolsas escolares para ginásio, além das matrículas no ginásio do estado. Lacerda pede que os pais que tinham dificuldade em pagar ginásio para seus filhos que se dirigissem à Secretaria de Educação para candidatar seus filhos às referidas bolsas. "Só não tem direito quem não tiver aproveitamento para entrar no ginásio", assegura Lacerda, que conclui que era preciso estudar bem na escola primária para poder ter ginásio de graça. Sobre a escola a ser inaugurada, Lacerda diz que ela já começava lotada, pois já estava com 510 alunos. Ele diz: "É essa a corrida entre as crianças e os tijolos. Mas, eu espero que os tijolos cheguem antes que as crianças. O diabo é que os pais não nos dão



tempo!” Ao eminente representante do governo chileno e aos seus colegas de representação Carlos Lacerda pede desculpas pela modéstia da homenagem, por conta da simplicidade da escola. Assinala que preferia fazer pobre para fazer muito, pois não acreditava na opulência e na ostentação da educação pública num país que ainda não era rico o bastante para educar todos os seus filhos. Diz que o primeiro dever era fazer escolas para todos, e que o mármore e o bronze viriam depois. Conta que o único luxo da escola era a glória do nome que lhe foi dado. Ele exalta a figura de Bernardo O’Higgins., tanto ou mais do que Simon Bolívar, fala que ele representou o romantismo na política na era da independência das nações latino-americanas. Lacerda discorre, também, sobre as relações entre Brasil e Chile, marcadas pela amizade, compreensão e entendimento desde os tempos do Império. Fala da troca de experiências políticas.

Faixa 3

Inauguração da Escola Baronesa de Saavedra. O governador fala do recenseamento escolar a ser realizado pelas professoras da Guanabara, em 26 de abril daquele ano, na área de Bangu e Realengo. E acrescenta que esperava que na referida data não houvesse nenhuma criança com menos de 14 anos fora da escola, senão ele mesmo iria buscá-la em casa para colocá-la na escola, junto com seus pais, porque pai que não punha o filho na escola, tendo escola para o filho, tinha que ir junto com o filho para a sala de aula. Ele afirma que, assim como em outras escolas inauguradas na Guanabara, o luxo da escola a ser inaugurada na cerimônia era o nome dela: o de Carmem Saavedra. Diz que este era o luxo que era permitido ao seu governo, e não o mármore, a madeira fina, etc. Ele, então, exalta a figura de Carmem Saavedra como uma grande educadora, sem nunca ter dado aula. Ele lê trechos de um artigo escrito por ele mesmo, quando ainda jornalista, na época da morte de Carmem Saavedra, para falar um pouco mais sobre a Baronesa de Saavedra. Lacerda fala do pioneirismo de Saavedra, quando ela fundou sua escola, iniciando um processo de renovação da educação “pela aproximação, pela identificação, pela compreensão, pelo parentesco espiritual que se estabelece entre o verdadeiro professor e o verdadeiro aluno, realizando a obra, entre todas, capital da educação, que é a única e verdadeira intervenção do homem no processo de formação do homem”. Carlos Lacerda relembra seu breve contato com Carmem Saavedra e volta-se para sua lembrança para agradecer o que com ela aprendeu: “a tolerância e a sedução pela inteligência; a compreensão e a aflição de ajudar; a ânsia de ser útil; a permanente preocupação de fazer da sua vida alguma coisa a mais do que



simplesmente vida; a fazer da sua vida uma promessa, um sinal, uma antecipação de imortalidade.” Ele diz também que dar à escola o nome de Carmem Savedra era como trazê-la um pouco mais para perto de todos. Carlos Lacerda encerra o discurso agradecendo a presença de todos.

Faixa 4

Inauguração da Escola Augusto Frederico Schmidt.

Carlos Lacerda levanta dados sobre os resultados da política educacional de seu governo. Diz que a Secretaria de Educação e a Fundação Otávio Mangabeira tinham construído na Guanabara um total de 159 escolas, elevando assim a 539 o número delas, incluídas 44 classes em cooperação. Segundo, ainda, os dados, o número de salas de aula na Guanabara, no dia de sua posse, era de 2.960; em março do ano de 1965 o número havia passado para 4.360 salas de aula. A matrícula, que era de 231.000 crianças, passou ser de 421.000 crianças. Acrescenta Lacerda que naquele momento estavam construindo ainda 32 escolas novas, com uma programação de construção para mais 32, sendo ainda duas da Fundação Otávio Mangabeira. Acrescenta, ainda, que cabia à Fundação uma nova e não menor missão que lhe seria atribuída em poucos dias, de acordo com o seu conselho diretor. O aumento das matrículas nas escolas primárias públicas da Guanabara fora, nos últimos 4 anos, de 81%. Lacerda comenta que tinha também tido extremo cuidado na escolha dos nomes para as escolas, partindo do princípio de que o nome da escola fazia parte do processo de educação da criança. Sobre a escolha da escola em questão, comenta que foi decisiva a sugestão do deputado Armando Falcão. Carlos Lacerda discorre sobre sua relação com Augusto Frederico Schmidt. Diz que eles andaram por longo tempo em campos separados, e que quanto mais dura era a divergência entre eles, quanto mais áspera (porque indispensável, no entender de Lacerda) a sua crítica, mais ele se rendia a uma constante, a uma permanência que era a admiração pela sua poderosa inteligência. Lacerda ressalta que não fosse esse poder, ele não o temeria nem o distinguiria em sua crítica. Lacerda diz que aprendeu desde cedo o valor de sua poesia. Exalta a figura de Augusto Frederico Schmidt como poeta. Lacerda comenta desejo de Schmidt de fazer, “essa espécie de angústia de participação que o levou a saltar por cima de todas as cercas que se oferecem no Brasil à inteligência, quando ela quer se converter em ação. E na angústia de agir, na febre de fazer, e na ânsia de participar fez com que rúissem para ele todos os obstáculos das prevenções políticas e de ordem até moral para, abrindo mão das



próprias exigências da própria limpeza moral, da própria austeridade, entender que tudo era secundário, que tudo era dispensável, que todos os escrúpulos até seriam adiáveis, contanto que não se faltasse ao compromisso com a história, ao encontro com o destino nacional para o desenvolvimento do Brasil. Foi em função dessa tese do desenvolvimento a todo custo e a qualquer preço, convencido de que a prosperidade nacional traria necessariamente na sua bagagem, no seu séqüito, a dignidade nacional. E talvez aí, sim, errando, porque invertendo ou pelo menos suprimindo um dos termos essenciais da problemática brasileira, cuidando que era possível governar rapidamente mesmo que indignamente, Schmidt teria capitulado diante de um dos compromissos do poeta que é a limpeza da inteligência, que é o asseio da inteligência, que é o decoro da inteligência, que é, em suma, a dignidade indestrutível e intangível da inteligência. Não fora para a sorte dele e nossa o desafio terrível da subversão que afinal nasceu da corrupção como seu filho inevitável e necessário. E foi aí que ele acordou para o grande momento da sua vida, e foi aí que ele se engrandeceu de tal modo que transfigurou-se para passar de poeta à promoção de profeta, e foi realmente um profeta de tempos novos, confirmando na consciência dos brasileiros essa espécie quase, eu diria, de condenação à grandeza, que é o destino do Brasil." Lacerda conta que "o vimos converter-se no líder de uma espécie de oposição da inteligência, a ininteligência e a estupidez que havia se apossado do comando do Brasil." Acrescenta que "foi em nome da inteligência, e foi em nome da intolerância, mas também em nome da intransigência que ele foi capaz de trazer, ao mesmo tempo, uma palavra de amor e uma palavra de rebelião, que ele foi capaz de trazer uma palavra de afeto pelo povo e de alerta para o povo. E foi aí que o poeta se converteu num líder cívico, no maior, no melhor, no mais completo, no mais perfeito, no mais puro sentido da palavra. E assim, sem ter sido político, ajudou a formar uma nova política para o Brasil."

Faixa 5

Discurso de Carlos Lacerda na Cerimônia Oficial de Inauguração da Escola Marechal Machado Bittencourt.

Carlos Lacerda adianta que proferirá poucas palavras, apenas para sublinhar a alegria com que o governo do estado entregava a 159ª escola construída em quatro anos de seu mandato. Ele afiança que o Estado da Guanabara tinha a felicidade de poder, de forma pioneira no Brasil, e não só graças à decisão da Assembleia do Estado, antecipar para seis anos a idade escolar facultativa, permanecendo a obrigatoriedade a



partir de sete, e, não só prolongar em dois anos facultativos o curso primário para aqueles que não podendo, por qualquer motivo, ir para o secundário, quisessem aperfeiçoar ainda no primário, contando com dois anos excedentes, como, e principalmente, através da rede de ginásios públicos do estado da Guanabara. Carlos Lacerda exalta a atividade do 'admirável magistério público da Guanabara' e afirma que o ensino público da Guanabara tinha condições de assegurar o cumprimento da obrigatoriedade da educação até os 14 anos de idade. Diz que ninguém mais teria, com filhos de 12 a 14 anos, motivo para não matriculá-los na escola secundária a partir de 1966. Atesta ele que era essa a realidade que o seu governo queria deixar como legado. Ele discorre sobre a política de concessão de bolsas de estudo para o ensino secundário na Guanabara. Fala do cuidado e do critério que o governo do estado vinha tendo para a escolha dos nomes das escolas. Diz que não se forma uma criança ensinando-a a adular os poderosos. Ele então exalta a figura do patrono da escola, o Marechal Machado Bittencourt.

Faixa 6

Inauguração da Escola Padre José Maurício

Trata-se da 13ª escola entregue à região. Ele diz que são poucas as palavras, em primeiro para agradecer a participação do excelente coral da rádio Roquette Pinto. Reconhece que a rádio estava muito 'fraquinha', e por conta disso pouca gente a ouvia, mas ele esperava que antes do fim do seu governo ela ficasse mais forte um pouco, porque era uma rádio que merecia ser ouvida. Sobre o patrono da escola, ele fala mais uma vez dos critérios do governo para a escolha dos nomes das escolas inauguradas e sobre a possibilidade da RRana tomar conta da exportação de minério de ferro do Brasil. Diz que se isso ocorresse, adeus COSIGUA (Cia Siderúrgica da Guanabara). E se a COSIGUA não viesse, o segundo centro industrial do Brasil, que era a Guanabara, teria muito mais dificuldades para consolidar o seu progresso econômico. Avisa que precisávamos de uma usina de aço inoxidável e de um porto de minérios na zona de Santa Cruz para criar, nesta área, "o centro solar de uma constelação, isto é, uma espinha dorsal, uma coluna vertebral industrial" na qual surgisse uma porção de vértebras de indústrias. Carlos Lacerda diz que a ideia da COSIGUA não era sonho, não era utopia. Afiança que a construção da usina e do porto era uma ideia viável e inteiramente realizável, que consumiria três anos de trabalho, ao preço de cerca de 30 milhões de dólares. Mas, para isso, ele explica que era preciso que o povo elegeisse um governo honrado e trabalhador. Ele deseja que a RRana e seus parceiros no governo



não viessem a perturbar este projeto. Lacerda conta que essa era a luta que estava travando e que quando *O Globo* dizia que ele era louco, era porque ele rasgava o dinheiro deles, não o do povo. Louco porque tomava o Parque Lage - que o 'dono de *O Globo*' queria transformar num loteamento de luxo - , para abrir o parque ao povo e fazer da casa de Henrique Lage o primeiro centro cultural da juventude do Rio de Janeiro. Lacerda sustenta que denunciava isso para que o povo soubesse o porquê do ataque de *O Globo* a seu governo. Ressalta que se tivesse feito a vontade do 'Sr. Roberto Marinho' *O Globo* o consideraria o 'maior homem do mundo'. Lacerda diz que não queria ser um grande homem para *O Globo*, e sim para seus filhos e netos e para os filhos e netos do povo. Salienta que ainda tinha mais seis escolas em construção na região, a serem entregues até o começo do ano seguinte. Finaliza avisando que não adiantava construir escolas de luxo se, a um custo maior, não pudesse construir muitas. E que era preferível fazer escola modesta, para fazer muitas.

Faixa 7

Inauguração da Escola Meralina Castro – Santa Cruz

Carlos Lacerda fala do tipo de escola construído na Guanabara: com cinco salas e sem vidraças, para as crianças não quebrarem as vidraças, "pois quem conhece repartição pública sabe da dificuldade de se trocar uma vidraça quebrada e o vidro está muito caro". Completa afirmando que o tipo de veneziana implantado era perfeitamente adaptável ao clima do Rio de Janeiro, pois aqui não faltava luz solar para iluminar as salas. Para ele, era mais importante uma boa veneziana do que uma vidraça quebrada. Ele acrescenta: "Nós fazemos simples, para fazer muito. Nós fazemos escolas pobres para que o povo todo estudando possa enriquecer o Brasil!" Ele agradece ao deputado Cesário de Melo pelo favor feito a ele e ao secretário de Educação, que era o verdadeiro autor da obra de educação da Guanabara (Lacerda reconhece que só levava a fama), de levar o nome de Amaralina de Castro para patrono da escola. Ele fala, mais uma vez, dos critérios de escolha dos nomes das escolas pelo seu governo: "Entendo que ninguém gosta mais de sua respectiva mãe ou de sua esposa do que eu da minha. Mas isso não me dá o direito de por o nome de minha mãe nem de minha esposa em escola feita com o dinheiro dos outros!" E daí ele exalta a figura da educadora Amaralina de Castro. Ele diz que o aumento de 36% no número de escolas públicas sem Santa Cruz era uma resposta àqueles que acreditaram na falácia dita nas eleições de que ele acabaria com a escola pública. Ele fala sobre o funcionamento e



			<p>progresso da usina termelétrica de Santa Cruz, construída pela CHEVAP (Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba), graças à nova direção honrada e capaz do presidente Castelo Branco. Ele lembrou da ameaça de não se ter energia para a região e para a Guanabara, mas depois da “Revolução” a região estava progredindo. Uma outra notícia boa que ele transmitiu aos presentes, sem o exagero de dizer que era ótima, refere-se à prontidão do decreto que regularizava de uma vez por todas a construção de casas em Santa Cruz. Ele enaltece a participação do deputado Cesário de Melo e do administrador regional, Dr. Almiro. Uma última coisa que ele desejava informar ao povo de Santa Cruz era o seguinte: o governo do estado estava lutando com todas as forças a seu alcance para que não morresse o sonho, que já não era só um sonho, era uma próxima realidade, da Companhia Siderúrgica da Guanabara em Santa Cruz. Considera Lacerda, como parte de seu dever de governador do estado, colaborar o mais possível, fazer todos os esforços possíveis para que a Companhia Siderúrgica da Guanabara não fosse prejudicada, não fosse retardada, destruída ao nascer por qualquer outro interesse ou projeto.</p> <p><i>Faixa 8</i> Inauguração da Escola Eusébio de Queirós, em Bangu. Lacerda agradece a inesperada e comovedora celebração, e a gentileza da cooperação, naquela cerimônia, da banda do glorioso regente Sampaio. Afiança que seriam poucas as palavras na cerimônia de entrega de mais uma escola ao povo de Bangu e que se tratava da 50ª escola construída na área, perfazendo um total de 142 escolas novas em toda a Guanabara. Ele exalta a figura de Eusébio de Queirós. Diz que sua ação e obra demonstravam que grandes transformações pelas quais passava uma nação não eram feitas por homens ‘mornos’, ‘incolores’, e sim pelos ‘homens nítidos’, ‘definidos’, pelos homens que dos quais se poderia dizer que ‘se mede sua qualidade pelos inimigos que soube fazer’. Lacerda fala da importância da atuação de Eusébio de Queirós na luta pelo fim da escravidão.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.077</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Dalila Tavares – Campo Grande</p> <p>1.2 Faixa 2 Mesmo Conteúdo da Faixa 1</p> <p>1.3 Faixa 3</p>	<p>F1: 16,39min F2: 18:43min F3: 17:02min F4: 07:55min F5: 22:09min</p>	<p>F1: 19/03/1965 F2: 19/03/1965 F3: 30/03/1965 F4: 30/03/1965 F5: 18/03/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Dalila Tavares – Campo Grande - Transmissão da Rádio Roquette Pinto. Lacerda apresenta a nova mobília das escolas da Guanabara, implantada pela primeira vez em Campo Grande. Conta, mais uma vez, a história que o levou a adotar esta mobília nas escolas da Guanabara. Diz que graças aos artífices da Cidade Light, considerados por Lacerda a ‘fin-flor’ em matéria de trabalho em oficinas na Guanabara, estava podendo fabricar, a partir daquele mês, o mobiliário inteiro de uma escola,</p>



Inauguração da Escola Rio Grande do Norte – Campo Grande

1.4 Faixa 4

Inauguração da Escola Pérola Byington - Jacarepaguá

1.5 Faixa 5

Inauguração da Faculdade de Ciências Médicas do Estado da Guanabara

2. Temas

2.1 Faixa 1

Mobiliário das escolas, artífices da Light, participação da comunidade na construção da escola, Administração Regional de Campo Grande, DER, Fundação Otávio Mangabeira

2.2 Faixa 2

Mesma gravação da Fita Anterior

2.3 Faixa 3

Construção de escolas, escolas com 3 turnos, construção de famílias mais rápida que construção de escolas, construção de uma escola por semana, ginásio para todos, estatísticas escolares, vagas em escolas particulares custeadas pelo estado, inspetor da obrigatoriedade escolar, eleições para governo da Guanabara

2.4 Faixa 4

Estatísticas escolares, elogio à Pérola Byington, alistamento eleitoral dos jovens, voto dos pais, continuidade de gestão

2.5 Faixa 5

UEG, recursos, custeio básico, formação de um proletariado intelectual, universidades sem pesquisa, crítica às universidades brasileiras, autonomia universitária, liberdade de cátedra, debate, universidade sem comunistas e fascistas

atingindo cinco salas por dia! Sobre a escola, ele fala que ela era a única construída, em quatro anos de trabalho, integralmente com trabalho, dinheiro e material dados diretamente pela população. Salienta que ela era “um milagre de amor, de dedicação, um prodígio de compreensão, um fruto do entusiasmo, da união e do trabalho”. Carlos Lacerda discorre sobre o programa da Administração Regional de Campo Grande, com a cooperação do DER (Departamento de Estradas e Rodagem), da Secretaria de Educação e da Fundação Otávio Mangabeira. Diz que Gilson conseguiu reunir um elenco de pessoas, de materiais, de títulos de obra que constituíam uma honra para o povo de Campo Grande e um exemplo do povo do Rio de Janeiro. Ele exalta a figura e a ação de seu amigo Gilson e sua capacidade de mobilização “no comércio, na indústria, nos artífices, nos trabalhadores, nos moradores desses bairros que constituem uma parte da ‘cidade carioca’ de Campo Grande”, e na construção da escola Dalila Tavares. Lacerda fala que o nome da escola foi uma vontade de Gilson, para homenagear uma professora de Campo Grande.

Faixa 2

Mesmo Conteúdo da Faixa 1

Faixa 3

Inauguração da Escola Rio Grande do Norte – Campo Grande

Lacerda comenta ser aquela a quinta escola a ser entregue no mesmo dia à população da Guanabara, sendo que tinha ultrapassado a faixa dos 50% de acréscimo no número de escolas no estado. Ressalta que com uma diferença: agora elas são construídas mesmo, pois antes muitas eram instaladas em prédios alugados ou em casas de família transformadas em escolas, compara ele. As áreas que concentravam o maior número de escolas construídas eram Bangu, Jacarepaguá e Campo Grande. E ele diz que ainda assim em Campo Grande existiam muitas escolas ainda com três turnos. Ele compara dizendo que a construção de famílias vai mais depressa do que a construção de escolas. Ele diz que não iria pedir às famílias que se construíssem mais devagar, mas que iria, sim, pedir que elas auxiliassem a construir governos que construíssem escolas mais depressa. Lacerda diz em quatro anos foram construídas 163 escolas novas, contando com a que estava sendo inaugurada. Dá mais ou menos uma escola por semana, calcula. E ele diz que, naquele momento, construir uma escola saía ao custo de 65 milhões de Cruzeiros. Acrescenta que era por isso que o povo deveria aprender a eleger governos que usassem bem o seu dinheiro, em vez de pôr o seu dinheiro no bolso dos outros.



Ele dá uma boa notícia aos presentes. Ele diz que não era mais só a escola primária na Guanabara que existia para todos. Era o ginásio também. Ele fala que o número de ginásios tinha passado de 32 para 64 e que o número de vagas tinha saltado de 12.000 para 147.000, contando as vagas nos ginásios particulares por conta do estado. Ou seja, quem não encontrasse lugar para o filho no ginásio público do estado, mas tivesse dinheiro, punha o filho na escola particular, é claro. Mas, quem tinha pouco dinheiro o estado dava o resto, e quem não tinha dinheiro o estado dava tudo, contanto que os pais de filhos de 14 anos não deixassem de mandar seus filhos para o ginásio. Carlos Lacerda diz que este tinha sido o decreto assinado no dia anterior. Mas, para ele, não era um decreto para ficar no papel, porque lei o Brasil tinha demais, o que era preciso era um governo para cumprir a lei! Ele fala do recenseamento a ser realizado no dia 26 de abril para saber o índice de jovens em idade escolar que estavam fora da escola. Diz que os pais não deviam ter vergonha de dizer que não tinham dinheiro para bancar o ginásio dos filhos, pois ele tinha ciência de que o ginásio era caro. Ele fala da importância do papel do inspetor da obrigatoriedade escolar, porque se falava da obrigação dos pais em colocar o filho na escola, mas não se falava da obrigação do governo em buscar os jovens que estavam fora da escola. Ele acrescenta que a obrigação era de mão-dupla. Ele conclui que essa era a grande e feliz novidade que trazia para todos. Não como um favor, mas como uma obrigação. Sobre a continuidade de seu governo, ele diz que seria preciso mais quatro anos para aperfeiçoar o sistema de administração regional. Mas, por conta da Constituição, ele não poderia – e nem queria, assegura – ser reeleito. O que ele afirma querer e poder era ter o direito de pedir a todos os presentes que lhe dessem a oportunidade de ajudá-los a escolher bem. Fala das eleições para escolha do novo governo na Guanabara. Ele espera que todos o perdoassem por lembrar, numa hora tão feliz que era a da abertura de uma escola, como era Campo Grande há quatro anos atrás, sem telefone, sem água, sem escola... Acredita que esta era a hora de todos pensarem se queriam voltar para trás ou se queriam caminhar para a frente. Ele fala das eleições de outubro. E destaca que a democracia era assim: um governo, por melhor que fosse, precisava mudar, pois se não, começava a piorar. Acredita que já estava mesmo em tempo de sair do governo. Mas, ele afiança que não foi à cerimônia pedir voto para ninguém, apenas pediria ao povo que se lembrasse como era a Guanabara há quatro anos passados. Ele afirma que desejava pedir ao povo uma só oportunidade: se havia alguma coisa que em quatro, quase



cinco anos de trabalho ele merecia era apenas o direito de antes de sair do governo prestar ao povo da Guanabara um último serviço, que era o de ajudá-lo a escolher bem. E ele desejava que não fosse um governo pior que o dele, e sim melhor, capaz de tocar adiante as escolas, pois ainda havia muitas a fazer.

Faixa 4

Inauguração da Escola Pérola Byington.

Em poucas palavras, segundo Lacerda, ele desejava sublinhar a alegria com a inauguração da escola Frei Leopoldo, em Cavalcanti, que representava o alcance de 50% de aumento do número de escolas na Guanabara, e que a escola Pérola Byington abria o caminho para se atingir os 51%, ou seja, metade mais um. Ele fala sobre a patronesse da escola, exalta sua figura, dizendo que ela foi pioneira em acreditar no povo. Sustenta que quando o povo tem escola ninguém o domina, todos aprendem a servi-lo, e que numa democracia era necessário que o povo aprendesse para poder ensinar. Fala que Pérola acreditava que a democracia só era possível quando os filhos do povo iam à escola. Carlos Lacerda diz concordar com isso e acrescenta que o governo que fazia escola mostrava que não tinha medo do povo, e mostrava mais, mostrava que precisava realmente do povo. E explica que foi por isso que seu governo aumentara em 50% o número de escolas que havia na Guanabara. Ele pede ao povo, aos jovens, que se alistassem para votar naquele ano, que os pais e as mães não deixassem de votar. Lacerda assegura que não vinha pedir para um partido, tampouco para um nome ou para um homem, e sim que o povo se preparasse para que surgisse na Guanabara um governo melhor do que o seu. Ele conclama o povo a votar pelas crianças, pelos jovens, pelas mães, para que elas não voltassem a amanhecer na fila à espera de um favor, de um lugar na escola para seu filho, e para que não houvesse dentro da mesma família filhos mais velhos que tinham aprendido e irmãos mais novos sem escola, por conta de um governo que não desse continuidade à sua obra, sob o risco de haver humilhação dos mais velhos sobre os mais novos, o que faria com o que o filho mais novo perguntasse: “Minha mãe, por que eu não tenho escola e meu irmão teve?” Ele encerra dizendo que contava com o voto de todos para o melhor candidato, e só pedia uma coisa: que o ajudassem a dizer a todos qual era o melhor!

Faixa 5

Inauguração da Faculdade de Ciências Médicas do Estado da Guanabara – 18/3/65

Leitura dos Relatórios do Reitor e da Aula Inaugural dos Cursos da Universidade

Ele anuncia o reitor da Universidade do Estado



da Guanabara, os professores, estudantes, funcionários, os presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa, os secretários do estado, autoridades e as senhoras e senhores presentes. Carlos Lacerda fala sobre a UEG. Diz que era a Universidade mais pobre do Brasil, que começou pelo idealismo e pelo sacrifício de um grupo de professores, que em várias escolas decidiram pensar a grande aventura da cultura universitária do Brasil. Fala do melhoramento na Constituinte, por iniciativa do professor Adhemar Baleeiro, pois a Constituinte, em boa hora, tinha destinado verba do orçamento do estado ao custeio básico, precário, pobre, humilde da universidade. Acrescenta Lacerda que era necessário ter plena e permanente consciência do fato de que pretender fazer uma universidade com 8 ou 9 bilhões de cruzeiros do orçamento estadual por ano era uma impostura. Ele fala da importância de permear a universidade, fazendo-a participar da vida coletiva, dos cursos de extensão, impedindo que nascesse estratificada como um conjunto de escolas profissionais de nível superior, com a pretensão de conferir privilégios de exercícios de profissão através de diplomas. “Essa é a doença infantil que assola e degrada a universidade brasileira”, segundo Carlos Lacerda, que acrescenta que a universidade, em vez de formar corpos dirigentes, estava formando um proletariado intelectual. Explica que mais importante do que a quantidade que poderia comportar uma universidade, ela soubesse qual o tipo de aluno que poderia e deveria formar. Por exemplo, o que interessa para Lacerda não era formar muitos médicos, mas sim formar bons médicos. Lacerda diz que não existia universidade onde não houvesse pesquisa; não existia universidade onde em vez de se preparar lideranças, se preparava funcionários para as autarquias. Sobre a democracia, Lacerda acredita que ela não era um privilégio, e sim um compromisso de convivência e não apenas de coexistência física e tática. A democracia era, sobretudo, uma técnica de viver, aprender e ensinar. Chama a atenção para o fato de que reivindicações de massa, por cartazes e por pressão de praça pública, fazem-se exatamente nos regimes totalitários. Nos regimes democráticos, ressalta, aprendia-se pela humildade a conquistar um lugar ao sol, e não através da pressão, julgando que o desejo eleitoral dos políticos pudesse prevalecer sobre o seu dever para com a nação. Carlos Lacerda acrescenta que jamais tentaria conquistar votos adulando a popularidade fácil que consistia em tumultuar o ensino, julgando ou pensando que assim se servia a quem queria estudar. Ele se coloca a favor da autonomia da universidade. Diz que ela deveria existir, e, para tal, o primeiro que



			<p>deveria respeitá-la era a figura do governador. Por isso ele diz que não intervinha na universidade. Para que o Brasil pudesse ter mais dinheiro seria preciso que os estudantes estudassem mais e produzissem mais; seria necessário que os professores dessem aula, ou seja, era premente que as universidades deixassem de ser “uma cozinha de terceira e uma capela de primeira, para serem centros de pesquisa e investigação”. Ele fala sobre a liberdade de cátedra e salienta que o que se defendia nesta liberdade não era o privilégio do professor ensinar ao aluno a sua verdade, mas preparar o aluno para todas as verdades, a fim de formar a da sua própria inteligência. A liberdade de cátedra não era o monopólio da verdade imposto pelo professor à consciência de seus alunos; não era o assalto da surpresa de quem se prevalecia dos livros que já aprendera para negar ao aluno a oportunidade de aprender em outros livros. Lacerda sustenta que a liberdade de cátedra era um debate e não um monólogo; era a investigação e não a supressão dele. Por isso que, para ele, não poderia haver liberdade de cátedra para um comunista ou para um fascista, porque eles acreditavam em uma só verdade. A ressurreição da universidade, a reabilitação do conceito da universidade só se daria na medida em que os alunos compreendessem que a revolução a fazer no Brasil ou começava pela universidade ou não saberia onde acabar. A revolução, de acordo com ele, consistia numa tomada de consciência pelos jovens “de que sim, eles devem falar, mas devem, por isso mesmo, primeiro aprender a falar; de que sim, eles devem pensar livremente, mas precisam, por isso, aprender o que é liberdade e para que serve”. Afirma Lacerda que era diante do empenho de grande humildade, de deliberada humildade do reitor e de seus auxiliares, que o governo do estado, com honrosa participação dos chefes dos demais poderes em que o estado se harmoniza para trabalhar, que ele vinha falar aos estudantes, aos professores que trabalhassem e confiassem em si mesmos, para que pudessem ter a confiança do governo e então reivindicar e alcançar o que pretendiam. Carlos Lacerda denuncia que se podia contar nos dedos da mão os que realmente lutaram pela universidade da Guanabara.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.078</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Inauguração da Escola Mervam de Figueredo - Jacarepaguá –</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Trecho de uma Fala de Gaspar</p>	<p>F1: 16:03min F2: 00:28seg F3: 11:47min F4: 18:23min F5: 14:51min F6: 14:00min</p>	<p>F1: 30/03/1965 F2: [1962/1965] F3: 30/03/1965 F4: 08/05/1965 F5: 08/05/1965 F6: 30/03/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração da Escola Morvan de Figueiredo - Jacarepaguá.</p> <p>Carlos Lacerda fala que a escola inaugurada tinha uma peculiaridade especial, pois ela não fora construída pelo estado, e sim pelos bancários. Diz que este era o testemunho do valor cívico da compreensão brasileira e democrática da classe dos bancários. Explica que ao estado incumbia apenas agradecer e receber a</p>



Coelho, direto de Nova York.	<p>oferta. Acredita que amor com amor se paga e ele tinha uma boa notícia: informa que acabara de receber um memorial pedindo a criação de um ginásio noturno no prédio. Acrescenta que o secretário de Educação, Flexa Ribeiro, acabara de concordar com a criação de concurso para contratar professores para o ginásio estadual dos bancários, no conjunto dos bancários, à noite. Carlos Lacerda diz que o memorial sugeria que o ginásio recebesse o nome de sua mulher. Ele agradece a gentileza, mas diz que isso era “contra a sua religião”. Acrescenta que quando constrísse uma escola dentro de sua casa, aí sim, ela receberia o nome de sua mulher! Salienta que o nome do ginásio haveria de ser um nome capaz de inspirar as crianças. Seria um nome que as professoras poderiam citar como parte da educação que as crianças iriam receber. Conta que uma última palavra que ele desejava dizer aos presentes não era uma palavra política, partidária e facciosa, mas sim uma palavra cívica. Afirma que naquele ano a democracia iria funcionar mais uma vez no Brasil, pois competiria ao povo a escolha do novo governo da Guanabara. E ele desejava lembrar, antes que aparecessem os ‘salvadores do povo’ pedindo votos, como seu governo, ao ser eleito, encontrou o estado. Ele lembra que Jacarepaguá talvez fosse a zona do estado que mais necessitava de escola. E assinala que tinha passado quatro anos de seu governo inaugurando incessantemente escolas em Jacarepaguá, sendo que ainda havia muitas a inaugurar, para se chegar ao limite mínimo do indispensável. Ressalta que em 396 anos tinham sido feitos apenas 32 ginásios no Rio de Janeiro, e que nos quatro anos de seu governo este número tinha pulado para 65. Carlos Lacerda afiança não querer saber o que os pais pensavam, nem quais partidos preferiam, mas desejava que, em nome de seus filhos, preferissem o partido da ‘escola’, e não o partido da ‘não escola’. Para Lacerda, democracia sem escola não era democracia, e sim demagogia, e, apregoa, a demagogia era a porta de entrada para a ditadura. Ele pede que o povo o ajudasse a escolher um governo melhor do que o dele, que tivesse à frente um homem não com os seus defeitos, mas com as qualidades dos homens de seu governo; que o ajudasse a escolher um homem capaz de fazer mais escolas, e não entregar as que já tinham sido feitas nas mãos de políticos demagogos e aventureiros. Carlos Lacerda exalta o professorado da Guanabara e a estrutura e nomeação dos professores. Fala que não havia pistolões e que o processo de nomeação era feito eletronicamente. Fala da liberdade dos professores da Guanabara em ensinar. Pede ao povo que não escolhesse um governo que fizesse com que o professorado da Guanabara ficasse escravizado nas mãos dos</p>
1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Pires do Rio – Senador Câmara	
1.4 Faixa 4 Inauguração do Ginásio Estadual Irã, em Vila Isabel.	
1.5 Faixa 5 Segunda Parte da Cerimônia de Inauguração do Ginásio Estadual Irã.	
1.6 Faixa 6 Inauguração da Escola Frei Leopoldo, em Cavalcanti.	
2 Temas	
2.1 Faixa 1 Escola construída pelos bancários, pedido de ginásio noturno, concurso para o magistério, eleições para governador, nome educativo para escola, “partido da escola”, nomeação eletrônica de professores, liberdade, democracia	
2.2 Faixa 2 Instrumento utilizado por astrônomos, galaxias, energia em frequência de rádio	
2.3 Faixa 3 Elogio à Terezinha Saraiva, processo de alocação de professores, mérito, professores e crianças independentes, eleições para governador	
2.4 Faixa 4 Homenagem ao Irã, discurso do Xá do Irã, educação popular, consolidada a obra da Secretaria de Educação, ensino obrigatório	
2.5 Faixa 5 Emenda Nelson Carneiro	
2.6 Faixa 6 Bolsas de estudo, pavimentação de ruas, homenagem a Frei Leopoldo, Estado leigo, eleições para o governo da Guanabara	



políticos, pois quem era escravo não poderia ensinar liberdade a ninguém.

Faixa 2

Trecho de uma Fala de Gaspar Coelho, direto de Nova York.

Ele fala de um instrumento utilizado por astrônomos, que seria, na opinião do Dr. Gothan Stanley, diretor do observatório local, o mais possante e flexível do mundo, dedicado ao estudo de corpos existentes em nossa galáxia, e além dela, e que emitiam energia em frequência de rádio.

Faixa 3

Inauguração da Escola Engenheiro Pires do Rio - Senador Camará.

Carlos Lacerda chama a professora Terezinha ao palanque e antes de falar sobre a escola ele exalta a figura dela no seu papel de educadora, como diretora do Departamento de Ensino Primário do Estado. Afirma Lacerda que se trata de um 'símbolo do magistério da Guanabara'. Conta como a conheceu. Tinha sido na campanha eleitoral, quando ele foi ao morro do Salgueiro, em visita à escola Checoslováquia, que então mudara de nome para Geraldo Dias. Lá, há 15 anos, trabalhava Terezinha e Lacerda, quando visitou a escola, logo sentiu a marca de uma mestra, segundo ele relata. O governador conta que ofereceu a ela a Administração Regional de Jacarepaguá, mas ela não aceitou. A impressão de Lacerda era que ela queria ficar apenas no terreno da educação. E Lacerda conta que Flexa Ribeiro foi buscá-la para dirigir o referido departamento. Carlos Lacerda discorre sobre o processo de alocação dos professores da Guanabara, que era comandado por uma máquina e não por 'pistolões'. Fala da importância da capacidade profissional e diz que Terezinha era justamente desse tempo em que o professor não chegava ao magistério por pistolão e sim por mérito. Ele discorre sobre eleições de sucessão do governo da Guanabara. Pede ao povo que o ajudasse a eleger um governo igual ou, preferencialmente, melhor do que o dele. "Nunca pior!" Justamente, afiança ele, para manter a obra da educação iniciada por seu governo. Carlos Lacerda diz que era preciso professores independentes para ajudar a formar crianças independentes. Comenta que viriam candidatos fazendo promessas, mas ele esperava que o candidato da maioria da população fosse o candidato que firmasse com ele o compromisso de continuar o progresso do estado. Ele cita como exemplo ele mesmo, dizendo que nunca foi a Bangu fazer promessas, e que, inclusive, foi mais a Bangu depois das eleições, para cumprir as promessas feitas pelos outros. Salienta que ainda tinha algo para dar ao povo, mais



importante do que escola: orientação, ajuda, conselho e que “Na hora de escolher, eu só peço que me perguntem, porque eu não vou escolher para mim, eu vou escolher para todos!”

Faixa 4

Observação: No início da fita há resquícios de uma gravação feita na cerimônia de inauguração da escola Suécia, em 20 de abril de 1965. O governador Carlos Lacerda não compareceu.

Inauguração do Ginásio Estadual Irã - Vila Isabel.

O secretário Estadual de Educação, o professor Flexa Ribeiro, fala em francês, e depois o governador Carlos Lacerda, em português. O governador Carlos Lacerda diz que o imperador do Irã tivera a bondade de aceitar a ideia de dirigir aos presentes algumas palavras. E acrescenta que era uma grande honra anunciar a palavra de Sua Majestade Imperial, o Xa do Irã. O imperador fala em francês também. Depois, Carlos Lacerda diz que começaria por resumir, em português, as palavras do imperador do Irã, que disse não haver honra maior do que participar de uma cerimônia na qual se entrega ao povo um colégio. E, por conta disso, manifestou sua alegria por estar presente à cerimônia, quanto mais porque nela se prestava homenagem ao seu país. Salientou o imperador que se falava na igualdade entre os homens, nos seus direitos e na justiça social. Mas, não havia maior injustiça, nem maior desigualdade do que privar os homens dos meios de ver e de saber, para que todos pudessem exercer os seus direitos e beneficiar-se da igualdade com que nasceram perante Deus. Rememorou o Xa que seu país, que foi um dos berços da civilização, depois de chegar ao apogeu, teve anos de decadência, e sofreu a humilhação do analfabetismo e da ignorância. Mas, os ‘soldados do exército do saber’, como ele denominou o movimento pela educação popular no Irã, junto com voluntários, prepararam-se e percorriam todo o país para dar a todos a igualdade de oportunidades, sem a qual os homens jamais serão iguais perante Deus. E concluiu, formulando votos pelo êxito do programa e do trabalho que se desenvolvia no estado da Guanabara, para dotar o povo brasileiro dos mesmos instrumentos com os quais ele procurava dotar o povo do Irã. Carlos Lacerda prossegue dizendo que após a apresentação de Sua Majestade, o imperador, pelo secretário de Educação, Flexa Ribeiro, ele gostaria de acrescentar poucas palavras. Explica Lacerda que a construção de mais um ginásio, que aumentara a oferta de matrículas nos ginásios da Guanabara em 300%, consolidava a obra da Secretaria de Educação, que conseguiu tornar obrigatório, na Guanabara, já não apenas o ensino primário, mas também o ensino secundário de primeiro grau,



isto é, até os 14 anos de idade.

Faixa 5

Segunda Parte da Cerimônia de Inauguração do Ginásio Estadual Irã. O governador Carlos Lacerda inicia um discurso que é interrompido.

Observação: Aos 00:00:59 o áudio sofre um corte e entra outra gravação, na qual uma pessoa (parece ser um deputado na tribuna da Câmara) está falando a um outro deputado, discorrendo sobre cassação e suspensão de direitos políticos e dizendo que era preciso pensar numa coisa: que nunca era tarde, ou nunca demasiado cedo para impedir que os inocentes continuassem pagando pelos crimes que não praticaram. Outra pessoa fala da surpresa e estranheza causadas pela posição tomada por Vossa Excelência (o dono da primeira voz) perante a Emenda Nelson Carneiro. Acrescenta que foi ao microfone o 'seu modesto colega' – ele próprio – para emprestar a sua solidariedade e afirmar que não poderia esperar outra atitude de um representante autêntico, que encarnava muito bem o pensamento e o sentimento do povo brasileiro. E então parabeniza o primeiro, concluindo que fazia essa afirmativa em seu próprio nome.

Faixa 6

Cerimônia de Inauguração da Escola Frei Leopoldo - Cavalcanti.

Carlos Lacerda fala do aumento de 50% no número de escolas na Guanabara, ao longo dos 4 anos de seu governo; do aumento de 100% do número de ginásios no estado. Fala da concessão de bolsas de estudo no ginásio, integrais e parciais, pelo estado, ao povo da Guanabara. E acrescenta que, no ano em curso, seria iniciada a construção do ginásio público de Cavalcanti. Fala de outras obras na região como, por exemplo, a pavimentação das ruas Herculano Pena, Barbosa Rodrigues, Itália, Núncio Teixeira e Zeferino Costa. Um trabalho que custaria, ao todo, cerca de 80 milhões de Cruzeiros. Sobre o patrono da escola, comenta que devia a Frei Daniel, por intermédio de seu assessor, professor Monerat, a sugestão do nome da escola, e acrescenta que foi com emoção e reconhecimento que ele recebeu e aceitou a sugestão. Diz saber bem o que foi o sacrifício e o exemplo de um homem como Frei Leopoldo, nascido em outras terras. Exalta a perseverança, a tenacidade, a paciência e o engenho do povo holandês na construção de sua terra. Sustenta que o fato de ser holandês acrescentado ao prodígio de ser franciscano, multiplicava a qualidade de holandês, como no caso de Frei Leopoldo. Sobre religião, Carlos Lacerda enfatiza que embora o estado fosse leigo e não tivesse uma religião oficial, acolhia a fé do povo, respeitando-a e ajudando-a a se desenvolver. Afirma que era



			<p>justamente por isso que o estado não era hostil e nem nunca indiferente à fé, até porque não poderia um estado democrático ser assim perante a força que movia, alimentava, consolava, confortava, exaltava e estimulava o povo, do qual o estado da Guanabara era mera representação. E conclui que era por isso que o governo tinha o orgulho de dar a uma escola pública o nome de um homem de Deus, o nome de um filho do evangelho, o nome de um semeador, que semeando a fé, plantou uma cidade dentro da cidade do Rio de Janeiro. Sobre as eleições de sucessão ao governo da Guanabara, ele fala ao povo de Cavalcanti presente pedindo que se alistassem para votar no fim do ano, de modo a ajudá-lo a escolher um candidato que, caso viesse a vencer, não derrubasse as escolas que tivessem sido construídas; um sucessor que não abandonasse as escolas da Guanabara. Lacerda alerta o povo para as promessas feitas pelos então futuros candidatos ao governo da Guanabara no passado, pois no passado eles já haviam feito promessas e não as tinham cumprido. Lacerda pede ao povo que perguntasse a eles o por quê do não cumprimento. Ele aproveita para agradecer ao povo pela confiança depositada no seu governo. Agradece, inclusive, àqueles que presentes, embora não tivessem votado nele há 4 anos atrás, eram o vivo testemunho da solidariedade prestada a um governo que inspirava confiança.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.079</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Continuação da Faixa 4, da Fita 78</p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Ginásial Irã, Após o Discurso do Imperador do Irã.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Continuação da Fita Anterior</p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Ginásial Irã, Após o Discurso do Imperador do Irã.</p> <p><i>Faixa 3</i></p> <p>Cerimônia de Entrega do Título de Cidadão Carioca ao Prefeito de Londres, Jones Miller.</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p>	<p>F1: 10:50min F2: 14:15min F3: 18:44min</p>	<p>F1: 08/05/1965 F2: 08/05/1965 F3 [1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Continuação da Faixa 4, da Fita 78</p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Escola Ginásial Irã, Após o Discurso do Imperador do Irã.</p> <p>Trata-se do mesmo áudio da fita 78 (faixa 4). A gravação termina aos 00:06:23, quando entra outra gravação com execução de músicas, inclusive, já no fim da fita, dos hinos nacionais brasileiro e português, na cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional Brasileiro pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, enquanto o governador Carlos Lacerda procedia ao hasteamento do Pavilhão do Estado da Guanabara. O Reverendíssimo padre Carlos deu a bênção ao ginásio Nun. Álvares Pereira.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Continuação da Fita Anterior, Inauguração do Ginásio Nun. Álvares Pereira.</p> <p>O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, anuncia as autoridades presentes, inclusive a comitiva vinda de Portugal. Ele já apresenta o secretário de Educação da Guanabara, Flexa Ribeiro, como seu favorito na sucessão do governo da Guanabara. Ele exalta a figura de Nun. Álvares Pereira através da leitura de um texto escrito por um contemporâneo do patrono</p>



Execução dos hinos do Brasil e do Portugal, hasteamento de bandeiras do Brasil e do estado da Guanabara

2.2 Faixa 2

Favorito de Carlos Lacerda à sua sucessão, homenagem a Portugal, elogio à juventude e ao magistério, elogio ao patrono Nun. Álvares Pereira

2.3 Faixa 3

Homenagem ao prefeito de Londres, auxílio aos moradores de favelas, jornada “Lacerda 1966”

da escola, Fernão Lopes. Carlos Lacerda pergunta: “Que melhor nome poderia a história inventar para luzir, para iluminar o frontão de uma escola de adolescentes do que o desse adolescente que, salvando Portugal, salvou a cruz, e salvando a fé, salvou o mundo?” Carlos Lacerda aproveita a questão para salientar que “parece que as nações se salvam quando os jovens tomam o seu comando e nos momentos de crise são capazes de doar, já não apenas o pobre dom da vida, mas o dom sobrenatural da fé, transfigurada pela esperança e pela caridade, as três virtudes de que Nun. Álvares se fez expoente e exemplo.” Diz Lacerda ao ministro português que se tratava da modesta homenagem que o governo da Guanabara, pela voz do secretário de Educação, Flexa Ribeiro, do inestimável magistério público do estado da Guanabara e da população do bairro, quis prestar a Portugal. Um modesto tributo de gratidão e veneração aos portugueses, por ocasião das comemorações do aniversário do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Após o discurso de Lacerda, toma a palavra o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira. Ele fala sobre a importância da juventude para um país e do prazer e emoção de estar numa cerimônia ao lado da juventude do Rio de Janeiro, o que seria o mesmo que dizer estar ao lado da juventude do Brasil. Diz-se grato ao governador Carlos Lacerda e que toda sua profunda emoção se dava pelo fato de aquele ginásio ser dedicado a um herói de seu país. Destaca que Nun. Álvares Pereira ainda era lembrado por toda a juventude portuguesa. Acrescenta que ele era um alto exemplo para a juventude de todos os países. Ele conclui desejando a todos que viessem a ser alunos da escola que seguissem o exemplo do patrono da escola. Afirmo que tal exemplo seria seguido pelos alunos se estes estudassem, se aproveitassem, se disciplinadamente seguissem a lição de seus mestres.

Faixa 3

Cerimônia de Entrega do Título de Cidadão Carioca ao Prefeito de Londres, Jones Miller.

A fita começa com uma salva de palmas após o discurso de Mr. Roland, presidente da Câmara de Comércio Britânico. O locutor anuncia que com a palavra então estaria Lorde Jones Miller, prefeito de Londres. Aos 00:06:35 termina o seu discurso em inglês e o locutor anuncia a palavra do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que discursa também em inglês. O prefeito de Londres depois retorna ao microfone para agradecer o título recebido. A gravação da transmissão pela rádio Roquette Pinto termina aos 00:13:20 da fita. Depois deste trecho entra outra gravação.

O general Salvador Mandin discursa, dizendo



			<p>que estaria com os presentes em qualquer época e tempo em que eles precisassem de sua ajuda, desenvolvendo, junto à administração do estado, todo o esforço possível no sentido de trazer para o morro tudo aquilo que ele necessitava para poder viver e trabalhar em paz. Promete aos senhores, senhoras e crianças presentes, sobre sua palavra de honra, que todas as dificuldades que eles tivessem, se chegassem a ele, seria ele o interprete fiel junto ao governador do estado, Carlos Lacerda. Ele fala do lançamento da grande jornada 'Lacerda 1966', desejando que fosse aquele o dia do marco inicial da arrancada para levar o governador Carlos Lacerda à Presidência da República. Ele exalta o governador e seu zelo para com o povo da Guanabara, assegurando que ele teria o mesmo zelo para com o povo brasileiro. Ele pede o apoio de todos na campanha para conduzir Lacerda à presidência. Depois do general, tem a palavra uma pessoa chamada Eurico. Ele relaciona as autoridades que estavam presentes ao encontro, representando o governo. Diz ser essa sua maior satisfação. Ele agradece ao povo e aos homens que compareceram e oferece o 'pobre banquete', com chope e churrasco, comprados com o dinheiro do povo, aos presentes.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.080</p> <p>Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Inauguração da Escola Almirante Barroso, na Tijuca.</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Inauguração da Escola Leonor Coelho Pereira.</p> <p>1.3 Faixa 3</p> <p>Continuação da Fita Anterior.</p> <p>Inauguração da Escola Leonor Coelho Pereira</p> <p>1.4 Faixa 4</p> <p>Inauguração da Escola Atenas</p> <p>1.5 Faixa 1</p> <p>Inauguração da Escola Azul e Branco - Flamengo</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Tijuca bairro fraternal, elogio ao patrono da escola, exaltação da Marinha, eleição sem gasto de dinheiro público, filas de matrículas, sucessão no governo da Guanabara</p>	<p>F1: 15:35min</p> <p>F2: 45min</p> <p>F3: 10:35min</p> <p>F4: 07:57min</p> <p>F5: 09:27min</p>	<p>F1:11/06/1965</p> <p>F2: 21/02/1961</p> <p>F3: 21/02/1961</p> <p>F4: 1962</p> <p>F5: 29/06/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração da Escola Almirante Barroso, na Tijuca.</p> <p>Carlos Lacerda anuncia os presentes, entre os quais as autoridades da Marinha. Fala da honra com que o governo do estado recebia a representação da Marinha. Exalta a Tijuca como um bairro 'fraternal', da 'fraternal' cidade do Rio de Janeiro. Ao falar sobre o patrono da escola, ele traz à tona uma lembrança muito pessoal. Diz que foi criado na casa de um médico da Marinha, botânico e professor, que esteve em várias das batalhas, uma das quais se travava naquele dia, ver passar o primeiro centenário, o do médico Joaquim Monteiro Caminhoá, seu bisavô, um amigo íntimo do almirante Barroso. Fala da existência, na casa de sua mãe, de um álbum de autógrafos, que foi primeiro de sua avó, que começava com a seguinte frase: "Pedir a um velho que comece o álbum de uma jovem é como pedir ao inverno que faça florescer um jardim!" Carlos Lacerda conta que a frase estava assinada pelo almirante Barroso. Acrescenta que se o Almirante os pudesse ouvir, ele saberia que era possível a um velho fazer florescer um jardim, "pois aqui se abre um jardim com o nome de Barroso!" Ele exalta a Marinha do Brasil, a quem devotava apreço e confiança e atribui à sua honra, vocação, destemor e dedicação uma larga parcela do destino do futuro do país. Sobre sua sucessão no governo da Guanabara, ele assegura ao povo que não seria gasto um vintém do dinheiro público para eleger o seu sucessor. Mas,</p>



2.2 Faixa 2

Política educacional, estatísticas de construção de escolas, Flexa Ribeiro candidato a sucessor, elogio a Teresinha Saraiva, Hospital das Clínicas Pedro Ernesto, UEG, campanha eleitoral, obra educacional, volta dos privilégios

2.3 Faixa 3

Escolha a favor ou contra escolas, Guanabara, maior escola do Brasil, campanha Flexa Ribeiro, exaltação da patronesse

2.4 Faixa 4

Votar bem, crianças fora da escola, candidatura Carlos Lacerda a presidente, centro industrial e cultural, candidatura Flexa Ribeiro

2.5 Faixa 5

Defensores do palácio Guanabara, democracia, cores da lealdade e da liberdade, mobiliário das escolas, Secretaria de Serviços Públicos, crianças de 7 a 14 anos na escola, extensão ao jardim, democracia, eleições

o que ele via com preocupação, e ao mesmo tempo com esperança, era que a sucessão da Guanabara se fizesse de tal maneira, que o Rio não voltasse ao dia das filas das mães em busca de escolas. Ele alerta ao povo que não se deixasse iludir, pois na hora da campanha tudo eram promessas. E promessas que já tinham sido feitas antes por eles mesmos, 'democratas', que queriam eleitores, mas não queriam cidadãos, pois não abriam escolas. Os mesmos que queriam os votos dos pais, mas não davam livros aos filhos. Ele promete que devolveria à Tijuca em escolas o que ela lhe tinha dado em votos, por gratidão. Exalta o seu "admirável" companheiro de trabalho, Flexa Ribeiro, e diz que só podia pedir ao povo da Tijuca que se defendesse, defendendo para o governo da Guanabara o melhor, e não o mais ou menos, porque para a Guanabara só poderia servir o melhor, e o melhor era quem tinha provado na honradez, na luta, no trabalho e no resultado, do qual a escola Almirante Barroso era uma fração infinitamente pequena. Afiança Lacerda que não havia democracia sem escolas e não havia escolas sem governos escolhidos com a inteligência do povo e não com o engano do povo. E acrescenta que era para a inteligência do povo que ele vinha apelar. Conclui pedindo que votassem certo.

Faixa 2

Inauguração da Escola Leonor Coelho Pereira. Carlos Lacerda fala sobre a região da Penha, Penha Circular, Olaria, Vigário Geral, Braz de Pina, Cordovil, Lucas e Jardim América e diz que, ao chegar ao governo, havia, em todos esses bairros, apenas 15 escolas primárias. Acrescenta que tinha entregue ao povo da área mais 14, isto é, quase tanto quanto seu governo tinha encontrado, sem falar em mais três que estavam sendo construídas e mais duas que estavam sendo programadas, totalizando 19. Ele conclui que em 5 anos de seu governo a região tinha obtido mais escolas do que havia tido em 396 anos, ou seja, desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Comenta que o aumento de matrículas na região fora de 107%. Acredita Lacerda que o resumo da obra de Flexa Ribeiro, enquanto secretário de Educação, era o caso da Penha. "Eis aí o que ele fez em matéria de educação!" Lacerda diz que se trata do último dia em que Flexa Ribeiro apareceria em público como secretário de Educação, pois no dia seguinte, às 17 horas, ele passaria o cargo à professora Terezinha Saraiva. Carlos Lacerda exalta a figura de Flexa Ribeiro, professor, filho de mãe professora e de pai professor. Considera admirável a sua realização como educador no estado da Guanabara. Fala da ascensão de Terezinha, a quem considerava representativa do que o magistério carioca possuía como melhor qualidade, ou seja,



“devoção à missão de educar, como um prolongamento daquela missão de mulher e de mãe que ela exerce com exemplar dedicação”. Carlos Lacerda menciona o fato de que a faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara estava em regime de trabalho e estudo integral, dotada, afinal, de um hospital de clínicas – o Hospital Pedro Ernesto – com os rapazes estudando de manhã e à noite. Lacerda acrescenta que eles ainda ganhariam uma biblioteca, doada pelo Banco do Estado, para que os jovens que não tivessem dinheiro para comprar livros pudessem se formar em medicina e serem bons médicos para o povo carioca. Diz que era preciso manter a obra da educação na Guanabara, e que, justamente por isso, não tinha vergonha nenhuma de fazer da cerimônia de inauguração de uma escola pública um comício, e um comício eleitoral. Acrescenta que não vinha impor sua vontade à ninguém, nem muito menos fazer a propaganda de um partido político determinado. Ele diz que o que tinha vindo fazer era justamente o que a escola tinha a obrigação de fazer: “ajudar o povo a escolher o caminho certo, ajudar o povo a se defender de seus inimigos e a escolher aqueles que podem ser os seus servidores”. Alerta o povo da Penha, avisando que o que estava em perigo, se o povo não escolhesse certo, se se inclinasse a favor da intriga, a favor da briga, da injúria, da disputa meramente política entre os políticos do passado, que abandonaram a cidade, entre os que nada mais queriam do que a volta ao passado, a volta dos pistolões para escolhas de professoras, privilégios e agrados a algumas delas, enquanto a maioria era injustiçada, o que estava em perigo, repete, era a continuidade de 5 anos de trabalho. Dessa forma, conclui Lacerda, as escolas andariam para trás e o estado teria perdido 5 anos de sua vida, de sua história.

Faixa 3

Continuação da Fita Anterior.

Carlos Lacerda explica que o povo teria de escolher nas eleições não apenas entre candidatos, nem entre partidos, nem entre legendas. O povo tinha de escolher a favor ou contra escolas, pois, ele acrescenta, o que foi encontrado pelo seu governo foi o que foi deixado por um governo contra a escola, por um governo que não fazia escola. Ele pede ao povo que ajudasse um homem a continuar a fazer o que se vinha fazendo. Ele pede ao povo que vote por escolas, a fim de tornar a Guanabara, estando nas mãos de Flexa Ribeiro, na ‘maior escola do Brasil’. Lacerda diz que os olhos do Brasil inteiro estavam voltados para a Guanabara, e diz isso com ‘amorosa’ inveja, com ‘afetuosa’ inveja. Acrescenta que a transformação pela qual vinha passando a cidade do Rio de Janeiro fora a



verdadeira revolução, pois revolução não se fazia com leis no Congresso, mas com crianças na escola, para que elas construíssem seu próprio destino. Exalta a figura de Leonor Coelho Pereira, a patronesse da escola. Deseja que ela fosse o símbolo da união entre a mãe e a mestra, símbolo do completamento da escola como prolongamento da obra do lar. Deseja, também, que a cerimônia consistisse em um compromisso firmado entre o povo da Penha e os educadores da Guanabara. Pede que se fizesse das eleições também uma obra de educação, uma obra como deveria ser a escola: uma obra da razão, uma obra do entendimento esclarecido, uma obra de cidadãos que, ao votarem, soubessem que estavam decidindo o futuro de seus filhos e a sobrevivência de sua terra. Ele então lança ao povo da Penha, oficialmente, a candidatura de Flexa Ribeiro ao governo da Guanabara, nas eleições de 1965, seu secretário de Educação até à solenidade, quando sairia do cargo, e seria substituído pela professora Terezinha Saraiva.

Faixa 4

Inauguração da Escola Atenas.

O governador Carlos Lacerda realiza o corte da fita simbólica. Aos 00:20 a fita sofre um corte e fica sem áudio, retornando 10 segundos depois, já com o discurso do governador. Ele crê que seja a 19ª escola entregue pelo governo à região de Campo Grande. Diz que vinha fazendo o possível para cumprir o seu dever. Acrescenta que desejava que nas eleições do ano corrente o povo cumprisse o seu. Ou seja, se quisessem um governo que continuasse a fazer escolas, deveriam ajudar a continuar o seu governo votando bem (neste caso, em Flexa Ribeiro, candidato apoiado por ele), pensando em seus filhos, seus irmãos e na sua mocidade; se não quisessem, votassem mal, votassem nos homens ou nas forças que tinham mantido durante tanto tempo a Guanabara na ignorância e no abandono. Ele conclui que ao povo competia resolver, não a ele, pois cada um fazia o que devia. Mas, alerta que, quando chegou ao governo, encontrou 110 mil crianças fora da escola. E, ao fim de seu governo, não havia crianças fora da escola. Ele espera que o povo de Campo Grande soubesse escolher. Discorre sobre o nome da escola, uma homenagem à capital da Grécia, mas também uma homenagem à figura que na Antiguidade foi o símbolo da sabedoria e da inteligência. Fazendo uma análise de seu governo, ele diz que não foi de todo ruim, mas crê que o próximo poderia ser ainda melhor, sobretudo, se houvessem eleições presidenciais em 1966, para que existisse em Brasília um governo amigo que ajudasse a Guanabara, em vez de atrapalhar (Carlos Lacerda faz alusão à sua candidatura à Presidência da República nas eleições que ele



esperava que ocorressem em 1966). Assegura que o desenvolvimento da Guanabara dar-se-ia, sobretudo, na região de Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz. Carlos Lacerda sustenta que em estudos realizados foi constatada a importância dessa área para o futuro do estado. Diz que Campo Grande e Santa Cruz estavam destinadas a serem o futuro centro industrial com ramificações até ali, sendo o centro a passagem do grande eixo rodoviário, que faria da área uma das áreas de maior e mais rápido desenvolvimento industrial e cultural do Brasil. Tudo iria depender de duas coisas, afirma Lacerda: das eleições presidenciais de 1966, em vez da usurpação, isto é, de retirar o direito do povo de escolher, dos deputados e senadores escolherem por ele; e da eleição de 1965 ao governo da Guanabara, ou seja, do povo escolher certo, deixando de lado qualquer outra consideração. Carlos Lacerda, em nome da necessidade de manter um governo trabalhando, pede ao povo de Campo Grande que o ajudasse a escolher um bom governo para suceder a ele, melhor do que o dele, o que não seria muito difícil, segundo suas palavras, mas, sobretudo, melhor do que os que vieram antes dele, o que era fácil de acordo com Lacerda, não custando nada obter um governo melhor do que os que tinham vindo antes. Carlos Lacerda aproveita para dizer que se tratava da primeira inauguração de escola tendo à frente da Secretaria de Educação a professora Terezinha Saraiva, mas que, de certo modo, ainda representava o trabalho desenvolvido pelo professor Flexa Ribeiro.

Faixa 5

Inauguração da Escola Azul e Branco - Flamengo

Carlos Lacerda anuncia o secretário de Obras engenheiro Tamoyo, o presidente da Fundação Otávio Mangabeira, Otávio Borghetti, o Monsenhor Ivo, o tenente-coronel, síndico do condomínio em que estavam os presentes, o professor Flexa Ribeiro, deputado Armando Falcão, senhoras e amigos. Lembra o governador que azul e branco eram as cores da Guanabara; eram as cores dos lenços que na noite de 31 de março deviam distinguir os defensores do Palácio Guanabara dos seus eventuais atacantes. Azul e branco, portanto, tornaram-se as cores dos que se dispuseram a arriscar a vida para defender o estado da Guanabara e a democracia na Guanabara. Não podia ser, portanto, na sua opinião, a cor dos omissos, a cor dos covardes. Não era nunca a cor dos que, tendo a responsabilidade de defender o estado, não o defenderam, ou, tendo a possibilidade de lutar por ele, não lutaram. Sobre a escola, Lacerda diz que ela tinha sido feita por iniciativa dos



			<p>moradores, com a colaboração dos porteiros, com o trabalho de cada um, o esforço e a contribuição de cada família e de cada empregado daquele prédio. Sob a animação do seu infatigável síndico e criador. Carlos Lacerda diz que era bem o local para dar o nome de azul e branco, cores da Guanabara, cores da valentia e da lealdade, cores da fidelidade a um ideal e a um princípio. Anuncia que queria dar uma boa notícia aos presentes relativa à pequena escola que estava sendo inaugurada: “o mínimo que o estado podia fazer era dar o mobiliário. E de acordo com o que foi combinado antes com o professor Flexa Ribeiro e com a infatigável participação do secretário de Serviços Públicos, general Salvador Mandim, que trabalhava nas oficinas da antiga Light, então sob tutela do estado, o governo faria o mobiliário da escola, bastando que o síndico procurasse o general Mandim na secretaria de Serviços Públicos, outro ‘azul e branco!’” Lacerda exalta o exemplo dado pelos moradores do local. E diz que se cada pequeno núcleo, cada comunidade da Guanabara seguisse esse exemplo, o estado teria em pouco tempo aquilo que ele esperava que seu amigo Flexa Ribeiro fizesse em seu governo: estender a educação à idade do jardim de infância, que ele já estendia a todas as crianças dos 7 aos 14 anos de idade. Carlos Lacerda reconhece que estava fazendo um comício eleitoral em favor da candidatura, ao governo do estado da Guanabara, do professor Flexa Ribeiro. Estava porque considerava uma hipocrisia separar a eleição da democracia. Diz que a ‘oração’ que ele pregava tinha predicados, sujeito e objeto direto: “objeto direto é a eleição, predicados são as qualidades do sujeito e o sujeito chama-se Flexa Ribeiro!”</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.081</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Continuação da Faixa 5, da Fita 80</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Inauguração da Escola Professor Escragnole Dória em Costa Barros</p> <p>1.3 Faixa 3</p> <p>Inauguração de Ginásio Gil Vicente, em Realengo</p> <p>1.4 Faixa 4</p> <p>Continuação da Faixa 3</p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda na Inauguração de Ginásio Gil Vicente, em Realengo</p>	<p>F1: 2 min</p> <p>F2: 15 min</p> <p>F3: 15 min</p> <p>F4: 8 min</p> <p>F5: 25 min</p>	<p>F1: 29/06/1965</p> <p>F2: 11/08/1965</p> <p>F3: 16/08/1965</p> <p>F4: 16/08/1965</p> <p>F5: 18/08/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Continuação da Faixa 5, da Fita 80</p> <p>Lacerda afirma que a eleição daquele ano condicionaria a do ano seguinte. Se perdessem naquele ano, iriam dizer que era melhor não fazer eleição no ano seguinte. Conta uma história que ouviu no dia anterior: Com a derrota de Flexa Ribeiro na Guanabara naquele ano, não houve eleições em 1966, e, por volta de 1975, uma criança perguntou para mãe: Mãe o que é fila? E a mãe disse: Minha filha, eu nem me lembrava mais desta palavra. Mas com a permanência dos nossos beneméritos governantes durante todos estes anos sem eleição, com a entrega da telefônica a um grupo privado que quer comprá-la, com a política econômica admirável que nós seguimos nos últimos dez anos do benemérito presidente que temos há dez anos no poder sem eleições, acabou esta história de fila. De maneira que eu nem me lembrava mais desta palavra. Então diz a menina: Mas mãe, o que é fila? A mãe embaraçada, sem saber como explicar uma coisa que não existia mais, diz: Minha filha, era o</p>



<p>1.5 Faixa 5 Inauguração do Ginásio Camilo Castelo Branco - Lagoa</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Eleições, filas, candidatura de Flexa Ribeiro</p> <p>2.2 Faixa 2 Promessas de véspera de eleição, campanha para Flexa Ribeiro, cobrança de merenda, elogios ao patrono da escola e à Terezinha Saraiva, alusão à candidatura Lacerda</p> <p>2.3 Faixa 3 Jornais defendem seus interesses, propaganda da candidatura de Flexa Ribeiro, "Revolução", comunistas, elogio, vida e obra do patrono</p> <p>2.4 Faixa 4 Governo honrado e honesto, construção de escolas, Vila Kennedy, casas populares, emprego, união entre militares e civis, candidatura de Flexa Ribeiro, candidatura de Lacerda</p> <p>2.5 Faixa 5 Flexa Ribeiro continuador de Lacerda, obra barata e de qualidade, elogio, vida e obra do patrono, sucessão, voto com amor</p>		<p>seguinte: quando a gente queria comprar leite, a gente ficava uma atrás da outra na calçada e chegava a dobrar a esquina. Você não sabe rabo de cachorro? Pois era assim, um rabo de gente na calçada. A menina disse: Mas fazia isso para comprar leite? Diz ela: É, hoje não há mais fila. Diz ela: É mãe. Agora me diz uma coisa, você já me explicou o que é fila, agora me diz o seguinte, o que é leite? Lacerda diz que se não queriam que as crianças, dentro de dez anos, perguntassem o que era leite, votassem em Flexa Ribeiro para haver eleição no ano seguinte.</p> <p><i>Faixa 2</i> Inauguração da Escola Professor Escragnole Dória, em Costa Barros Carlos Lacerda conta que já tinha construído muitas escolas em seu governo. Destaca o aumento do número de crianças matriculadas e afirma que antes de o seu governo acabar ainda seriam construídas mais três escolas. Menciona que sairia do governo com 51 anos de idade, e com a mesma idade entraria no governo o seu sucessor Flexa Ribeiro, isso se a população quisesse. Pede para a população tomar cuidado com as promessas de véspera de eleição e para darem o voto a quem já tinha feito e não a quem prometia fazer. Explica que a sua especialidade era cumprir a promessa dos outros. Lacerda garante que só prometia o que podia cumprir e que não era qualquer um que merecia o nome na frente de uma escola. Lembra-se da acusação de que iria acabar com a escola pública quando fosse governador, e que diziam também que a merenda iria ser cobrada. Pede votos para a eleição presidencial no ano seguinte. Conta que recebeu o estado da Guanabara destruído, e que as pessoas diziam que não havia solução. Salieta que aplicava o dinheiro do povo em obras e defende o seu direito de fazer campanha para seu candidato na inauguração de obras. Faz elogios ao professor Dória, que emprestava seu nome à escola. Faz elogios à secretária de Educação, Terezinha Saraiva. Lacerda ressalta que se escolhessem errado, depois não poderiam reclamar, e cita o ditado: quem avisa amigo é. Explica que o voto era importante para defender a escola e as crianças.</p> <p><i>Faixa 3</i> Inauguração de Ginásio Gil Vicente, em Realengo Diz que este era o primeiro ginásio inaugurado no bairro, mas que outro seria construído no local, se Flexa Ribeiro fosse eleito. Critica os que reclamavam por ele fazer propaganda do candidato Flexa Ribeiro em inaugurações e comenta que não precisaria fazer isso se os que o criticavam não utilizassem os seus jornais para defender seus interesses, ao invés de defender os</p>
--	--	---



interesses públicos. Diz que a “Revolução” tinha se tornado indispensável porque os governantes faziam uso indevido do dinheiro do povo. Menciona que quando usava os microfones nas inaugurações para defender o Brasil dos comunistas, todo mundo achava muito bom. Por isso tinham que achar bom também que ele defendesse o Brasil dos desonestos, pedindo votos para o professor Flexa Ribeiro. Salienta que queria evitar que a cidade voltasse a ser o que era quando assumiu o governo do estado da Guanabara. Agradece o apoio recebido do deputado Ubaldo de Oliveira à campanha de Flexa Ribeiro. Diz que ele se unira à campanha para defender os interesses do povo que representava. Faz elogios ao patrono da escola, Gil Vicente. Elogia Gil Vicente por sua habilidade em usar as palavras. Conta que Gil Vicente tinha sido um homem do Renascimento, um criador da Língua Portuguesa. Diz que Gil Vicente era um discípulo de Shakespeare e de Erasmo. Agradece a presença do embaixador de Portugal à cerimônia. Elogia a vinda de um grupo de portugueses de diferentes áreas ao estado da Guanabara. Volta a falar sobre a eleição de três de outubro. Diz que o maior amigo da colônia portuguesa na cidade era Danilo Nunes, candidato a vice na chapa de Flexa Ribeiro. Sustenta que governava para todos, inclusive para os que não tinham votado nele, mas que então pedia para que votassem em Flexa Ribeiro, para o bem da própria população. Afirma que quanto mais pobre, mais importante era eleger um bom governante.

Faixa 4

Continuação da Faixa 3

Afirma que os mais pobres precisavam ajudá-lo com votos, de forma a garantir mais quatro anos de governo honesto e honrado. Lacerda cobra a gratidão do povo, mas diz que ninguém era mais grato ao povo do que ele, por ter sido eleito para o governo da Guanabara. Diz que o voto a Flexa Ribeiro seria um sinal de gratidão a ele. Afirma que todos deveriam poder ser candidatos porque cabia ao povo votar e escolher quem deveria ser eleito. Diz que enquanto os outros decidem quem podia e quem não podia ser eleito, Flexa Ribeiro podia e devia ser eleito. Pede para a população eleger um governo que estava a serviço de Jesus. Acredita que Jesus servia às crianças que tiveram escola com Flexa Ribeiro, que Jesus servia aos humildes que tiveram casa na Vila Kennedy, que Jesus servia aos mais pobres, aos mais abandonados, aos quais pela primeira vez um governo estendera sinceramente as mãos. Conta que brigava por mais escolas, por mais casas para os trabalhadores, por mais justiça, por mais trabalho por parte dos governos. Explica que ao inaugurar o ginásio Gil Vicente desejava falar



			<p>especialmente aos moradores de Realengo, no qual se encontram integrados fraternalmente militares e civis, união que era desejada por todos. Afirma que a eleição de Flexa Ribeiro era a garantia de eleições no ano que seguinte e de permanência da democracia.</p> <p><i>Faixa 5</i> Inauguração do Ginásio Camilo Castelo Branco, Lagoa</p> <p>A secretária de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, discorre sobre a vida e a obra de Camilo Castelo Branco. Pede votos para Flexa Ribeiro. Diz que ele iria continuar a obra do governo Lacerda. Afirma que estava defendendo a educação de todas as crianças e adolescentes da Guanabara e por isso pedia que toda a população votasse no candidato do governo. Carlos Lacerda fala sobre a inauguração de mais um ginásio em seu governo. Comenta que a obra era barata para poder se fazer muito, mas era uma obra de boa qualidade. Discorre sobre a obra de Camilo Castelo Branco e diz que leu os seus livros. Fala também sobre a vida do escritor. Ressalta que não quis dar o seu nome a uma escola de crianças, mas a uma escola de adolescentes, para que eles tivessem um exemplo de grandeza e de advertência contra os perigos do romantismo, levado a todas as suas consequências. Agradece a presença de um grupo de portugueses à cerimônia. Acha que conseguiu dar esperança novamente à população do Rio de Janeiro. Afirma que a missão de quem governa era ensinar e aprender com o povo. Explica que aprendeu no governo que o povo era capaz de gratidão, que o povo era capaz de ser justo e de dar o dobro da amizade que tinha recebido. Menciona que a sucessão do seu governo não estava relacionada a preferências pessoais. Afirma que a liberdade de escolher não deveria ser usada em vão e não poderia deixar de ser usada, mas precisava ser usada de maneira consciente. Acredita que a população precisava se lembrar da cidade sem escolas, para se lembrar do seu dever de escolher com amor e não com ódio.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.082</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Fita 81, Faixa 5 Inauguração do Ginásio Camilo Castelo Branco</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola de Jardinagem - Caju</p> <p>1.3 Faixa 3</p>	<p>F1: 10 min F2: 20 min F3: 20 min F4: 5 min</p>	<p>F1: 18/08/1965 F2: 23/08/1965 F3: 23/08/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Continuação da Fita 81, Faixa 5 Inauguração do Ginásio Camilo Castelo Branco</p> <p>Lacerda afirma que muitas escolas ainda precisavam ser feitas. Diz que o seu governo fez tudo o que era possível, mas era preciso fazer mais e por isso o povo deveria saber escolher. Alerta a população para não acreditar nas promessas de época de eleição. Diz que tem a autoridade de quem lutou e sofreu, e foi no governo o líder da sua própria oposição, e que esta autoridade lhe dava o direito de se dirigir ao povo carioca para lhe pedir que tomassem a decisão de não permitir que a Guanabara voltasse</p>



Continuação da Fita Anterior
Inauguração da Escola de
Jardinagem

2. Temas

2.1. Faixa 1

Flexa Ribeiro candidato do governo, continuidade das ações, eleições de 3 de outubro, esperança, gratidão

2.2 Faixa 2

Desaparecimento da profissão de jardinagem, jardins cariocas, crise do café, êxodo do campo, arborização da cidade, palmeiras do Mangue, ação do estado na arborização

2.3 Faixa 3

Profissão de jardineiro, manutenção de jardins, nome das plantas, imitação de Burle Marx, elogios ao Departamento de Parques, necessidade de arborização, parque do Flamengo, importância social de parques e jardins, turismo, árvores frutíferas nacionais

F.4. Faixa 4

Estatísticas escolares, construção de ginásios, campanha eleitoral

às mãos ávidas de poder, mas, incapazes de exercê-lo. Lacerda diz que havia quatro anos e oito meses lutava para defender a beleza da cidade e a esperança de seus moradores. Fala sobre o risco de tudo ser destruído nas eleições de 3 de outubro. Diz que pensando em todos, mas principalmente na juventude, que era a maioria no país, pede o voto em Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, que dariam continuidade a seu governo. Diz que se o povo fosse justo e correspondesse á amizade, o povo havia de compreender a sua ansiedade e a esperança de que nas eleições de 3 de outubro se confirmasse que o povo merecia o governo que escolhia.

Faixa 2

Inauguração da Escola de Jardinagem no Caju
O governador Carlos Lacerda conta que esta era a escola mais importante que iria inaugurar em seu governo, porque ela aperfeiçoava uma profissão que estava desaparecendo no Brasil. Faz uma recapitulação do que tinham sido os jardins no Rio de Janeiro. Diz que as crianças tinham mais espaço para brincar quando as casas tinham jardins. Diz que a desgraça começou em Copacabana, onde foram morar pessoas que não gostavam de plantas, saídas do campo por causa da crise do café. Diz que à medida que os apartamentos foram sendo construídos, os cariocas começaram a sentir nostalgia das árvores. Fala sobre os parques públicos do Rio de Janeiro. Diz que a arborização das ruas tinha sofrido uma perseguição sistemática. Explica que o Rio de Janeiro foi perdendo árvores com a construção de prédios e a formação das favelas e que era muito difícil arborizar uma rua entre arranha-céus. Menciona que apenas os Oitis tinham sobrevivido às constantes podas, fosse por causa da Ligth, fosse por causa dos moradores. Lacerda afirma que existia uma hipocrisia em relação ao canal do Mangue, porque todos sabiam que as palmeiras lá plantadas estavam condenadas. Acha que era preciso plantar outras árvores no canal do Mangue. Afirma que as palmeiras deveriam ser plantadas em outros locais. Lacerda considera que estava na hora de rever as ideias sobre jardins. Sustenta que a ideia de pequenos jardins era inviável. Defende a criação de parques, cada um com um grupo de jardineiros responsável. Afirma que havia um renascimento do interesse nos jardins particulares. Diz que poderia haver jardins em hospitais, escolas, universidades e que todas estas instituições deveriam receber auxílio do estado, em mudas, técnicas de jardinagem, em viveiros e em jardineiros que pudessem formar-se pelo estado e que pudessem trabalhar nestas instituições.

Faixa 3



Continuação da Inauguração da Escola de Jardinagem no Caju

Lacerda explica que os jardineiros precisavam ter uma formação específica. Critica a ideia de fazer jardins e não se preocupar com a sua manutenção. Diz que todos os jardins precisavam de manutenção e que o jardineiro precisava saber o nome das plantas, tanto o científico quanto o popular. Lacerda considera que os viveiros do estado eram insuficientes, que o horto florestal era um dos fracassos do governo, tinha mais funcionários que plantas. Mas elogia o Departamento de Parques. Lacerda destaca que deveria acabar a mania de se imitar Burle Marx e critica a falta de incentivos das escolas para que os alunos plantassem árvores. Comenta que um jardim público seria a solução para uma cidade com poucas praças, muitos arranha-céus e morros ocupados por favelas. Acredita que não se podia falar em turismo sem que se pensasse em lugares para ver no Rio de Janeiro. Comenta que o Parque do Flamengo dava uma perspectiva da cidade. Lacerda ressalta que Londres era uma cidade horrenda, mas conseguia ser bonita por causa de três ou quatro parques. Cita o Central Park e as praças de Roma para falar sobre a importância social de jardins, praças e parques. Sustenta que deveriam ser proibidas novas construções em Copacabana, na Tijuca e em outros bairros da cidade. Lacerda afirma que era preciso construir mais parques para poder continuar a construir arranha-céus. Acha que cada parte deveria ter os seus próprios jardineiros, que a arborização de ruas deveria ser fundada com o setor de paisagismo do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Lacerda menciona que quis realçar a importância que o governo do estado dava à criação daquela escola. Avisa que era preciso fazer um esforço para valorizar as árvores frutíferas nacionais, pois considera que isso era importante para atrair os turistas. Defende que se plantassem mangueiras, jaqueiras, árvores de fruta-pão.

Faixa 4

Discurso da Secretária Terezinha Saraiva

Terezinha Saraiva informa que esta era a escola número 554 da Rede de Escolas Primárias da Guanabara. Terezinha afirma que foram construídas 174 escolas em quatro anos e oito meses de governo, e que ainda estavam em construção 50 escolas. Lembra aos presentes que Lacerda prometera construir 100 escolas e iria terminar o governo tendo construído o dobro. Fala sobre a construção de 37 ginásios que, somados aos 32 que já existiam e um que estava em construção, iriam somar 71 ginásios. Terezinha ressalta a importância de Flexa Ribeiro para a construção destas escolas. Menciona que



			estavam sobrando vagas nas escolas da Guanabara. Assinala que naquele momento em que os cariocas iriam decidir a sucessão do governo da Guanabara era preciso meditar para escolher bem o candidato.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.083	F1: 25 min F2: 10 min F3: 30 min	F1: 24/08/1965 F2: 26/08/1965 F3: 26/08/1965	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração do Escola Max Fleuiss - Pavuna</p> <p>Discorre sobre outras realizações do governo, além da área de educação, citando a construção de viadutos, a obra da água, a urbanização de favelas, a construção da Cidade de Deus, a construção de casas na Vila Kennedy e Vila Aliança. Fala também sobre o asfaltamento de ruas, da eletrificação, dos telefones. Diz que para isso continuar, e para que as crianças da Guanabara tivessem um futuro feliz, era preciso escolher bem o candidato. Faz elogios ao governador Carlos Lacerda e pede para votarem por amor à Guanabara e por amor ao futuro dos seus filhos. O governador Carlos Lacerda comenta que a secretária Teresinha Saraiva já tinha dito tudo o que ele poderia dizer. Mas, mesmo assim, ele queria prestar um tributo do governo e pessoal à memória e à obra de Max Fleuiss. Explica que não fazia favores pessoais com nomes nas escolas, não homenageava os vivos porque o conceito sobre eles poderia mudar. Diz que conheceu Max quando era estudante, e que ele era, sobretudo, um homem bom, que era um homem voltado para os outros homens, que prestou um grande serviço à historiografia com a sua obra sobre a história administrativa do Brasil, que virou referência para qualquer livro de História que se escrevesse no país.</p> <p><i>Faixa 2</i></p> <p>Inauguração Escola Normal Professor Azevedo do Amaral, na Lagoa</p> <p>Discurso da secretária de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, que fala sobre a esperança de que daquela escola saíssem os mestres que iriam educar e não simplesmente instruir as crianças cariocas. Comenta que os jovens, que estavam então naquela escola, deveriam manter o idealismo quando exercessem o magistério. Diz que naquele momento, em que as eleições se aproximavam, era preciso avaliar as conquistas do governo Carlos Lacerda na área da educação. Avisa para os eleitores não se iludirem com as propostas que ouviriam naquela época de eleição. Garante que a merenda continuaria a ser gratuita se o candidato certo fosse eleito. Anuncia que não iria falar apenas sobre educação, falaria sobre a construção de viadutos, pavimentação de ruas, a obra da água e sobre outras realizações do governo Carlos Lacerda. Diz que Lacerda era justo, leal, humano e trabalhador e que naquele momento deveriam escolher entre a continuidade do governo Lacerda, ou a volta ao que era o</p>
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração do Escola Max Fleuiss - Pavuna</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração Escola Normal Professor Azevedo do Amaral na Gávea</p> <p>1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 Inauguração da Escola Professor Azevedo do Amaral</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Obras, água, construção de escolas, casas populares, favelas, asfaltamento de ruas, eletrificação, telefone, elogio, vida e obra do patrono, eleições, candidatura Lacerda</p> <p>2.2 Faixa 2 Conquistas do governo Lacerda na área da educação, continuação da merenda gratuita, continuidade do governo, realizações do governo</p> <p>2.3 Faixa 3 Elogio à Teresinha Saraiva, escola pública, lembranças da infância, escolas para alunos e para professores, elogios ao patrono, Escola de Desenho Industrial, aumento dos salários do magistério, candidatura Flexa Ribeiro, eleição direta para presidente da República</p>			



			<p>estado da Guanabara, colocando em risco o futuro das crianças do estado.</p> <p><i>Faixa 3</i> Continuação da Faixa 2 Inauguração da Escola Professor Azevedo do Amaral Elogia o discurso da secretária de Educação. Diz que quando ouvia o discurso das professoras lembrava-se das professoras que teve na infância. Lacerda fala sobre a importância das professoras em sua formação como ser humano. Afirma que a escola pública da Guanabara era o que mais se aproximava de uma comunidade, com seus defeitos e qualidades. Menciona que era com um sentimento de indisfarçável emoção que reinaugurava a escola. Elogia Azevedo do Amaral por seus serviços prestados à comunidade. Diz que não havia nome melhor para a escola. Lacerda comenta a inauguração de mais escolas nos meses seguintes. Acha que tão importante quanto construir escolas para os alunos, era construir escolas para os professores. Conta sobre a inauguração, no seu governo, da primeira escola de Desenho Industrial da América Latina e sobre a escola de formação de professores de ensino técnico que seria construída. Afirma que tinha um compromisso com o professor Flexa Ribeiro de deixar recursos para ele aumentar o salário dos professores, em 1966. Explica que optou por construir escolas e contratar mais professores antes de aumentar os seus salários. Avisa que não era uma promessa eleitoral e que se sentia plenamente realizado e plenamente feliz com o seu governo, porque tinha feito tudo o que era possível. Considera que a última coisa que estava a seu alcance era pedir que a população votasse com consciência no professor Flexa Ribeiro. Assegura a todos os presentes que, no que dependesse dele, se houvesse a vitória de Flexa Ribeiro, ninguém impediria a eleição direta para presidente da República, em 1966.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.084</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Discurso de Carlos Lacerda como Paraninfo no Instituto de Educação</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Inauguração da Escola Adlai Stevenson, em Irajá</p> <p>1.3 Faixa 3</p> <p>Discurso de Teresinha Saraiva na Inauguração da Escola Cícero Pena, em Copacabana</p>	<p>F1: 5min F2: 10min F3: 10min F4: 20min F5: 8 min</p>	<p>F1: [1965] F2: 30/08/1965 F3: 31/08/1965 F4: 31/08/1965 F5: [1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso de Carlos Lacerda como Paraninfo no Instituto de Educação Afirma que se sentia honrado em ser paraninfo quando já se preparava para deixar o governo. Agradece ao Instituto de Educação por ter escolhido a ele como paraninfo das turmas. Diz-se plenamente realizado na sua vida pública. Pede ao povo que vote em Flexa Ribeiro para governador. Garante que iria defender o direito e o dever da população de votar, por isso assegura que, se dependesse dele, haveria eleições diretas para a Presidência da República e Flexa Ribeiro seria eleito governador da Guanabara.</p> <p><i>Faixa 2</i> Inauguração da Escola Adlai Stevenson, em</p>



<p>1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa 3 Inauguração da Escola Cícero Pena em Copacabana</p> <p>1.5 Faixa 5 Inauguração da Escola Roma, em Copacabana</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Realização na vida pública, agradecimento por ser paraninfo, candidatura Flexa Ribeiro, eleições diretas para presidente</p> <p>2.2 Faixa 2 Aliança para o Progresso, duplicação do número de escolas, elogio, vida e obra do patrono, John Kennedy, Flexa Ribeiro e a política de educação, voto revolucionário</p> <p>2.3 Faixa 3 Demolição e construção de escolas, elogios ao arquiteto, votos para Flexa Ribeiro, conjuntos habitacionais, sorteio da casa própria</p> <p>2.4 Faixa 4 Sorteio de casa na Vila Kennedy, inauguração de escolas, "Revolução", eleições para presidente da República, revolução na escola e na educação, crítica ao governo federal, política econômica e social corajosa, progresso, candidatura Flexa Ribeiro</p> <p>2.5 Faixa 5 Escola pronta antes do prazo, escolas simples, sorteio de casas na Vila Kennedy</p>		<p>Irajá Lacerda diz que aquela era a quarta das vinte e oito escolas financiadas pela Aliança para o Progresso. Conta que tinha duplicado o número de escolas naquela região. Consequentemente, afirma, tinha aumentado o número de alunos. Explica que Adlai Steveson era o chefe da delegação dos EUA na ONU, e que tinha morrido no mês anterior à inauguração. Faz elogios a Stevenson e fala sobre sua amizade com ele. Diz que Stevenson não tinha o perfil para ser candidato à presidente da República e acabou apoiando a candidatura de Kennedy. Afirma que os dois eram defensores da democracia. Pede votos para Flexa Ribeiro, mencionando que se sentia muito à vontade para pedir votos para outra pessoa. Afirma que Flexa tinha sido fundamental para o sucesso da sua política de educação e que poderia fazer muito mais como governador. Crítica os governos anteriores, pede um voto pelo futuro, um voto declaradamente revolucionário.</p> <p><i>Faixa 3</i> Inauguração da Escola Cícero Pena, em Copacabana A secretária de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, fala sobre a escola que tinha sido construída no mesmo local e que teve de ser demolida para que fosse construída uma escola com capacidade de atender a mais alunos. Elogia o trabalho do arquiteto Francisco Bolonha, responsável pelos projetos de construção das escolas do estado. Teresinha Saraiva enumera as realizações do governo Carlos Lacerda na área da educação e se diz à vontade para pedir o voto dos pais dos alunos, presentes à inauguração, para Flexa Ribeiro, candidato a governador da Guanabara. A secretária discorre sobre as obras do governo, sobre a construção dos conjuntos habitacionais, viadutos e outras obras. Afirma que a escolha do candidato poderia afetar diretamente o futuro das crianças do estado da Guanabara. Faz elogios ao governador Carlos Lacerda. Teresinha Saraiva informa que seria sorteada uma casa entre os 49 operários que tinham trabalhado na construção da escola. O governador Carlos Lacerda preside o sorteio da casa própria entre os operários que entregaram a escola pronta antes do prazo e por isso mereceram o prêmio.</p> <p><i>Faixa 4</i> Continuação da Faixa 3 Inauguração da Escola Cícero Pena, em Copacabana Lacerda faz o sorteio da casa entre os operários que trabalharam na construção da escola. O sorteado ganha uma casa em Vila Kennedy. Diz que havia em Copacabana, quando chegou ao</p>
---	--	--



			<p>governo, oito escolas, e que então iria sair do governo tendo inaugurado sete escolas no bairro. Menciona o aumento do número de estudantes matriculados nas escolas do estado. Contesta a fama de Copacabana ser um bairro granfino. Comenta que o ginásio Pedro Álvares Cabral, situado no bairro, tinha grande procura de alunos moradores da região. Salienta que a “Revolução” tinha se comprometido a realizar eleições e que seria candidato à Presidência da República. Fala que tinha ambição de promover uma revolução onde ela deveria ocorrer, ou seja, na escola. Critica o governo federal por buscar recursos na Rússia. Afirma que o Brasil precisava ter uma política econômica e social corajosa e deveria abandonar as políticas ortodoxas, que não serviam para as nações em níveis de desenvolvimento diferentes. Lacerda sustenta que para que a Guanabara continuasse a promover o progresso do Brasil, era necessário que a população não permitisse a volta da Guanabara à mediocridade nas eleições de 3 de outubro. Lacerda lembra que quando assumiu o governo diziam que a Guanabara não tinha solução, era um caso perdido, e que ele provou que era possível governar. Por isso, pede que os eleitores votem no seu candidato. Diz que a sua intenção não era obrigar ninguém a votar em seu candidato. Garante que jamais perguntou a um servidor do estado em quem tinha votado. Acredita que estava apenas cumprindo um dever elementar, pedir ao povo, em nome da sua experiência, que elegeisse Flexa Ribeiro governador.</p> <p><i>Faixa 5</i> Inauguração da Escola Roma, em Copacabana Carlos Lacerda agradece a todos que trabalharam na construção da escola, que foi entregue à população dois meses antes do prazo estipulado. Lacerda recorda o dia em que recebeu o projeto da escola do secretário de Educação. Reafirma que sempre deu preferência por construir escolas simples, para poder construir muitas escolas. Mas o secretário pediu que abrisse uma exceção para esta escola, que ficava de frente para a praia de Copacabana. Sustenta que conseguiu que fosse construída uma escola sem luxo, mas bonita. Volta a mencionar que a escola foi entregue dois meses antes do prazo e que, como recompensa, o governo sortearia duas casas na Vila Kennedy entre os operários que trabalharam na obra. Lacerda preside o sorteio.</p>
<p>BRRJAGCRJ.CL.FAM.1.085</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Continuação da fita 84, Faixa 5</p> <p>Inauguração da Escola Roma, em</p>	<p>F1: 20 min</p>	<p>[1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Continuação da fita 84, Faixa 5 Inauguração da Escola Roma, em Copacabana Lacerda menciona o prefeito de Roma na cerimônia. Fala sobre a importância de Roma para a humanidade. Diz que o nome Roma foi dado pelos fundadores da cidade, os etruscos, e</p>



<p>Copacabana</p> <p>1.2 Faixa 2 Com defeito</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Importância de Roma, fundação de Roma, escolas, eleições livres, voto errado, dever cívico, voto do subúrbio e da Zona Sul, classe média abandonada, prisão, ditadura, atentado, prestação de contas,</p> <p>2.2 Faixa 2 Com defeito</p>			<p>que vem da palavra rumem, que significa a cidade do rio, assim como o Rio de Janeiro. Conta que se sente alegre e honrado por ter governado a cidade e pede que todos o ajudassem a manter na cidade uma obra de dedicação e amor. Comenta que além das escolas era preciso lutar por eleições livres naquele ano e no ano seguinte. Por isso, ele pede ao povo para tomar cuidado ao votar, porque o voto errado poderia levar a nenhum voto no ano seguinte. Afiança que o dever cívico consistia em escolher quem tinha dado escolas ao povo. Acredita que a eleição estava para a democracia como a diplomação estava para a escola. Sustenta que Copacabana não haveria de ficar atrás do subúrbio. Acha que tinha o voto do subúrbio, mas precisava do voto da Zona Sul. Lacerda diz que a classe média não deveria votar com ódio, apesar da “Revolução” não estar dando atenção a ela. Diz que era com amor que se governava uma cidade e não com ódio. Faz elogios a Roma, que considerava uma cidade admirável. Diz que para que o povo fosse livre ele, Lacerda, tinha sido preso durante a ditadura [refere-se à era Vargas]. Critica os que participaram da ditadura e queriam governar novamente. Lacerda reafirma que chegou ao governo pelo voto do povo. Recorda o atentado que sofreu [na rua Tonelero], e prevê que as provocações seriam maiores, mas que iria responder a cada provocação com as realizações do seu governo. Crê que o programa de prestação de contas que tinha feito na TV tinha custado o mesmo que uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa. Afirma que só naquele mês tinha havido três sessões extraordinárias. Salienta que era com um sentimento de profunda gratidão e de alegria que saudava a presença de representantes de Roma na cerimônia. Considera que eles tinham trazido uma mensagem de fé, paz e esperança.</p> <p><i>Faixa 2</i> Com defeito</p>
<p>BRRJAGCRJ.CL.FAM.1.086</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração de Escola Diogo Feijó, na Tijuca</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Arthur Friedenreich, Maracanã</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração do Ginásio Estadual Pedro I, em Coelho Neto,</p> <p>1.4 Faixa 4</p>	<p>F1: 17 min F2: 15 min F3: 17 min F4: 15 min</p>	<p>F1: 28/09/1965 F2: [1965] F3: 28/09/1965 F4: 27/09/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração de Escola Diogo Feijó, na Tijuca Carlos Lacerda diz que inaugurar escola era sempre a hora mais agradável do seu dia de trabalho. Lembra que foi estudante de escola pública e ressalta a dedicação das professoras das escolas do governo. Elogia as professoras do estado da Guanabara. Lacerda critica reportagens que saíram no jornal <i>O Globo</i> em que se questionava o fato de as professoras do estado trabalharem apenas 3 horas. Lacerda diz que nos colégios particulares as professoras trabalhavam 4 horas. Ele afiança que o terceiro turno fora invenção de Anísio Teixeira, que tinha sido considerado, durante 30 anos, um papa da educação no Brasil. Sustenta que não se encontraria no Brasil ou na América Latina</p>



Inauguração da Escola Clotilde Guimarães em Ramos

2. Temas

2.1. Faixa 1

Elogio às professoras, aluno de escola pública, carga horária, Anísio Teixeira, política educacional, Candidatura Flexa Ribeiro, elogio ao patrono

2.2 Faixa 2

Obras no maracanã, ADEG, elogio ao patrono, futebol, FUNGAG, apoio ao jogador

2.3 Faixa 3

Escolas modestas, Fundação Otávio Mangabeira, obrigatoriedade escolar, candidatura Flexa Ribeiro, divisão das Forças Armadas, guerra civil, ditadura comunista, ditadura contra o comunismo, D. Pedro II

2.4 Faixa 4

Aliança para o Progresso, União das Operárias de Jesus, elogios à patronesse, máscara das eleições

educação melhor do que nas escolas públicas do estado da Guanabara. Lacerda defende a manutenção das escolas normais e que os pais deveriam ter o direito de escolher entre o ensino público e o ensino privado. Ele ressalta que Flexa Ribeiro ajudou-o a aprovar na Câmara dos Deputados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Pede que votem em Flexa Ribeiro para governador do estado, pois seu governo precisava ter continuidade. Fala que o padre Diogo Feijó, que emprestava seu nome à escola, era um homem duro, que salvou o Império e a unidade nacional, exercendo na vida civil papel semelhante ao de Caxias na vida militar. Conta que o padre era acusado de ser orgulhoso, mas deu uma das maiores provas de humildade da História do Brasil.

Faixa 2

Inauguração da Escola Arthur Friedenreich
Carlos Lacerda ressalta que aquele era um momento de satisfação, pelo término das obras de embelezamento do Maracanã. Explica que abriu uma exceção ao dar o nome de uma pessoa viva a uma escola, mas que este fato tinha uma justificativa. A escola tinha sido construída com a cooperação da ADEG (Associação Desportiva do Estado da Guanabara) e da Secretaria, portanto, deveria ter o nome de um grande desportista brasileiro. E nenhum poderia ser mais bem indicado para esta homenagem que Arthur Friedenreich, um símbolo da criação do futebol no Brasil. Discorre sobre o início do futebol no Brasil, trazido pelos ingleses. Menciona que os heróis da sua infância eram os jogadores de futebol. Comenta sobre a importância do futebol para a população brasileira e que o Maracanã era o paraíso de algumas horas. Lacerda salienta que naqueles dias o jogador de futebol tinha mais conforto do que os jogadores mais antigos, mas em compensação a sua carreira era mais curta, por isso era preciso se preocupar com o futuro. Para dar assistência aos ex-jogadores o estado tinha criado a FUNGAB, que mediante uma mínima participação do público, assegurava o encaminhamento do ex-jogador a outras profissões, criando para ele um fundo de garantia, para que ele não fosse abandonado após o fim da carreira. Diz que o espírito esportivo deveria estar presente em todas as atividades humanas, inclusive na política. Mas afirma que este espírito não estava sendo respeitado nas eleições. Por isso, pede mais votos, mais esforço, mais luta, para ser bicampeão na Guanabara. Lacerda comunica que iria disputar o campeonato nacional em Brasília, mas pede que não abandonassem o time do estado.

Faixa 3

Inauguração do Ginásio Estadual Pedro I, em

**Coelho Neto**

Carlos Lacerda diz que o ginásio era resultado de uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Fundação Otávio Mangabeira. Comenta que não fazia escolas luxuosas, mas escolas bonitas, que atendessem a toda a população. Informa que a Guanabara era o primeiro estado do Brasil no qual todas as crianças até 14 anos tinham condições de estudar nas escolas estaduais. Lacerda promete que a partir do ano seguinte todos os adolescentes da Guanabara teriam vagas nas escolas estaduais. Comenta que não era obrigação votar certo nas eleições de 3 de outubro, mas também não era favor. Lacerda destaca que se Flexa Ribeiro não fosse eleito, as Forças Armadas iriam se dividir, alguns iriam defender que qualquer um tinha o direito de tomar posse, e outros iriam defender que a “Revolução” era mais importante que a posse de qualquer um. Segundo Lacerda, a desunião das Forças Armadas levaria o país a uma guerra civil. Lacerda diz que as Forças Armadas teriam que escolher entre uma ditadura comunista ou uma ditadura contra o comunismo, e nenhuma das duas opções seria boa para o Brasil. Lacerda sustenta que uma democracia verdadeira não era aquela em que o povo votava em qualquer um, mas era aquela na qual o povo exigia escola para seus filhos e elegia quem podia fazer isso. Lacerda agradece o apoio da Fundação Otávio Mangabeira à construção de escolas e fala sobre a transformação do Parque Lage em um centro de recreação e cultura pré-universitária para a juventude carioca, organizada pela Fundação. A respeito de Pedro I, diz que ficou surpreso ao saber que ele ainda não tinha dado nome a nenhuma escola no Rio de Janeiro. Conta que D. Pedro I era acusado de ser impulsivo, paranóico e desonesto. Lacerda compara Pedro I com Dom Quixote e considera que não se deveria procurar os defeitos de D. Pedro I porque, se fosse feito um balanço, o saldo seria altamente favorável, pois ele tinha fundado uma grande nação.

Faixa 4

Inauguração da Escola Clotilde Guimarães, em Ramos

Lacerda diz que já deveria ter inaugurado uma escola com este nome antes, e afirma que estava emocionado. Conta que as últimas escolas foram construídas com recursos da Aliança para o Progresso. Explica a homenagem a Clotilde Guimarães. Menciona que conheceu Clotilde quando ela o chamou para conhecer a União das Operárias de Jesus, para dizer que ela e a União das Operárias de Jesus iriam apoiar a sua candidatura para vereador. Conta que mais importante do que os votos que ela conseguiu para ele, foi o clima de amor e respeito pela criatura de Deus. Diz que nunca viu nada menos



			parecido com um asilo, ou com um hospital, parecia uma grande família, a União das Operárias de Jesus. Acha que todos os que passaram por lá ficaram marcados com o selo do amor, que sobre eles imprimiu o dedo de uma criatura marcada por Deus para fazer a felicidade dos outros. Lacerda afirma que ninguém merecia mais uma homenagem do governo da Guanabara do que Clotilde Guimarães. Saúda o povo de Ramos ao entregar mais uma escola e ressalta que não precisava mais fazer campanha, porque o povo já sabia o que se passava por detrás da máscara das eleições.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.087	F1:2 min F2: 11 min	F1: 27/09/1965 F2: 25/09/65	<i>Faixa 1</i> Continuação da Fita 86, Faixa 4 Inauguração da Escola Clotilde Guimarães, em Ramos Lacerda diz que se o povo votasse certo e completasse pelo voto o que as armas apenas tinham começado, seria possível manter no Brasil a liberdade e a paz. Mas, se o povo votasse errado, o país caminharia para dias de agonia que deveriam ser evitados. Lacerda afirma que era o seu dever alertar o povo até o último dia antes das eleições. Faz um apelo a todos para que votassem no melhor, para que pudesse deixar o governo em mãos confiáveis. <i>Faixa 2</i> Inauguração da Escola Berthier, na Base Aérea de Santa Cruz Lacerda destaca a construção de nove escolas em Santa Cruz, em quatro anos e meio do seu governo. Mas, lembra que faltava uma escola na base aérea de Santa Cruz. Explica que com aquela escola, e mais uma a ser construída, encerrava-se a primeira fase do apoio da Fundação Otávio Mangabeira ao governo do estado. A segunda fase seria o aproveitamento integral do parque Lage, criando cursos de extensão universitária. Lacerda fala que se sentia honrado e emocionado por inaugurar aquela escola. Menciona que o nome da escola fora escolhido pelo comando da base aérea. Recorda que o coronel escolhido para dar nome à escola era um símbolo do destemor, da bravura e da lealdade com que os homens da FAB serviam ao Brasil. Ressalta que era também carioca e ratifica que o nome da escola também tinha a finalidade de educar.
1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da fita 86, Faixa 4 Inauguração da Escola Clotilde Guimarães, em Ramos 1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Berthier na Base Aérea de Santa Cruz 2. Temas 2.1. Faixa 1 Liberdade, paz, voto errado, dias de agonia 2.2 Faixa 2 Apoio da Fundação Otávio Mangabeira, parque Lage, FAB, elogios ao patrono			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.088	F1: 15 min F2: 15 min F3: 5 min F4: 15 min F5: 12 min	F1: 04/03/1962 F2: 05/02/1962 F3: 05/02/1962 F4: 01/03/1962 F5: 06/04/1962	<i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Dom Aquino Correa, em Copacabana Carlos Lacerda lembra que há 30 anos atrás, a coordenadora de Educação da Administração Regional de Copacabana, professora Elisa, participava da inauguração daquele prédio como professora caloura e, agora, estava sendo inaugurado o prédio remodelado. Faz elogios ao patrono da escola Dom Aquino Correa. Conta
1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração de Escola Dom Aquino Correa, Praça Arcoverde, em Copacabana 1.2 Faixa 2			



Inauguração da Escola Augusto Paulino Filho, no Leme

1.3 Faixa 3

Continuação da Faixa Anterior
Inauguração da Escola Augusto Paulino Filho no Leme

1.4 Faixa 4

Inauguração da Escola Jorge Pfisterer

1.5 Faixa 5

Inauguração da Escola Manuel de Abreu, na Pavuna

2. Temas

2.1. Faixa 1

Remodelação da escola, da praça da Bandeira, remoção de favelas, burocracia do governo federal

2.2 Faixa 2

Elogio ao patrono, apoio da Fundação Otávio Mangabeira, CPI, novo método de construção de escolas

2.3 Faixa 3

Parceria Fundação Otávio Mangabeira, responsabilidade do comércio e da indústria, Constituição, ensino através do rádio e da TV, liberdade X comunismo

2.4 Faixa 4

Apoio Fundação Otávio Mangabeira, elogios ao patrono, crédito extraordinário, lentidão dos órgãos de fiscalização, projeto educacional, concurso público

2.5 Faixa 5

Educação primária obrigatória, elogio ao magistério, metas para a educação, Fundação Otávio Mangabeira, ensino falsamente enciclopédico, técnico politicamente neutro, elogios ao patrono, Abreugrafia

que começou o dia visitando as obras do estado, na favela João Goulart, em Santa Teresa. Depois foi ver a nova avenida Radial Oeste, saindo da praça da Bandeira, já restaurada. Explica que esta obra deveria ter sido feita há dez anos. Comemora a remoção pacífica dos moradores da antiga favela do esqueleto, que agora habitavam o bairro Nova Holanda, atrás da favela da Maré. Diz que na abertura daquela escola, em um prédio remodelado, queria anunciar os planos para Copacabana. Lacerda conta que planejava construir mais quatro escolas no bairro. Promete fazer um parque em um terreno do estado, no largo do Machado e lamenta a burocracia do governo federal que impedia que o governo da Guanabara recebesse um empréstimo de 200 milhões de marcos do governo alemão, destinados à área hospitalar. Lacerda se compromete a investir 32 bilhões de cruzeiros na saúde.

Faixa 2

Inauguração da Escola Augusto Paulino Filho, no Leme

Carlos Lacerda afiança que a escola que estava sendo inaugurada, mesmo antes de dar aula às crianças, dava aula aos adultos, a começar pelo seu nome, Augusto Paulino Filho, grande cirurgião, cidadão exemplar e amigo querido. Menciona que se lembrava dele como o menino da rua Alice, e que tinha duas razões para ser escolhido o patrono de uma escola, era um mestre em sua vocação e uma lição na sua infância. Diz que ele nasceu para servir à medicina, e morreu servindo à medicina. Acredita que o nome da escola deveria servir de inspiração para os alunos. Agradece a Otávio Teixeira, representante da fundação Otávio Mangabeira, pela construção da escola. Critica a convocação de Otávio para prestar depoimentos em uma CPI, que não chegou a nenhum resultado. Diz que Otávio deu uma lição de perseverança e coragem. Conta que outra lição dada pela escola era a das vantagens do bairrismo, pois tinha sido o bairrismo dos moradores do Leme que tinha feito a escola. Lacerda faz um apelo para que o Exército cedesse um terreno no bairro, para que fosse construída outra escola no Leme. Ele valoriza o que o seu governo tinha conseguido em matéria de educação naquele ano, no estado da Guanabara, mesmo enfrentando diversas dificuldades. Elogia o professor Flexa Ribeiro por ter conseguido abrir vagas para 70 mil crianças que estavam fora da escola. Ressalta que a escola tinha sido feita com uma técnica revolucionária de construção, pela metade do preço. Lamenta, apenas, que a construtora fosse de outro estado. Afirma que acompanhou o projeto da escola passo a passo.

*Faixa 3*

Continuação da Faixa Anterior

Inauguração da Escola Augusto Paulino Filho, no Leme

Lacerda afirma que pretendia implantar o novo método na construção das próximas escolas, que seriam construídas em parceria com a Fundação Otávio Mangabeira, que se comprometia a entregar 80 escolas. Lacerda faz um alerta para a responsabilidade das indústrias e do comércio da Guanabara. Ele lembra que a Constituição determinava que as indústrias e estabelecimentos de mais de cem funcionários custeassem a educação primária dos filhos dos empregados. Lacerda conta que a indústria e o comércio comprometeram-se a cumprir a Constituição. Lacerda anuncia que a Fundação Otávio Mangabeira tinha se oferecido para receber dinheiro da indústria e do comércio para a construção de escolas. Defende o ensino através do rádio e da televisão, desde que não fosse usado para substituir o ensino em sala de aula que, segundo ele, era insubstituível. Por isso afirma que o estado não reconhecia como cumprimento da Constituição o apoio da indústria e do comércio à educação pelo rádio e pela televisão. Lacerda diz que seu objetivo era realizar a revolução pela educação. Afirma que os brasileiros teriam que escolher entre a liberdade e o comunismo. Lacerda considera que só se chegaria à paz através da educação.

Faixa 4

Inauguração da Escola Jorge Pfisterer

Carlos Lacerda faz elogios ao patrono da escola e à sua família. Fala que se considera honrado de colocar o nome de um industrial em uma escola. Espera que o nome de um industrial servisse de estímulo aos estudantes da escola. Enumera as escolas que seriam construídas pela Fundação Otávio Mangabeira. Comunica que 20 escolas estavam com a construção atrasada, porque o governo não tinha conseguido na Assembleia a aprovação do crédito extraordinário para os reajustamentos. Informa que este crédito era necessário por causa da inflação e da lentidão dos órgãos de fiscalização do estado que resultavam no encarecimento das obras. Mas, garante que entre março e abril daquele ano, 50 escolas seriam inauguradas. Lacerda comemora os resultados do seu primeiro ano de governo, e assegura que iria entregar o estado livre do problema do ensino primário, livre do problema de ensino profissional e das instalações escolares. Anuncia que o mais importante era fazer a reforma do sentido da educação, da substância do ensino e que iria rever todos os programas de concursos que não se adequassem aos objetivos do governo. Promete realizar concursos para



			<p>todos os cargos que estavam vagos no estado. Diz que governar também era uma forma de educar e constituía a soma dos esforços individuais.</p> <p><i>Faixa 5</i> Inauguração da Escola Manoel de Abreu, na Pavuna Lacerda diz que em 1961 tinha criado 70 mil vagas nas escolas estaduais e que naquele ano de 1962 o governo estava vencendo dificuldades, com o apoio da indústria e do comércio, com o trabalho da Secretaria de Educação e com a colaboração das professoras da Guanabara, que trabalharam antes de terminarem o seu curso normal. Lacerda ressalta que o estado da Guanabara era o primeiro do país no qual a educação primária era obrigatória, pois havia vagas para todas as crianças do estado. Mas, ressalta que ainda havia escolas em mal-estado de conservação e escolas com três turnos. Lacerda considera que sem a ajuda da Fundação Otávio Mangabeira seria difícil cumprir as metas do governo na educação. Critica a educação no ginásio e no ensino médio, por ser falsamente enciclopédico, que não preparava para a vida, nem para o trabalho da vida. Afirma que mesmo com o esforço da Secretaria de Educação, que tinha ampliado para 25mil o número de matrículas no ensino médio, ainda era gigantesca a diferença em relação às 400 mil crianças matriculadas na escola primária. Lacerda diz que não era possível uma nação prosperar sem educação. Ressalta que todo o esforço de seu governo era para que se considerasse o continente americano como um todo, como uma unidade do ponto de vista da formação técnico/profissional. Acha que o técnico era politicamente neutro. Considera fundamental que o Brasil formasse trabalhadores tecnicamente qualificados. Faz elogios ao patrono da escola, professor Manoel de Abreu, que nasceu em São Paulo, mas trabalhou no Rio de Janeiro. Diz que ele participou do movimento modernista no Brasil. Fala sobre a importância da Abreugrafia, para promover o diagnóstico precoce da tuberculose.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.089</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Miguel Ângelo, em Vicente de Carvalho</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Rondon, em Realengo</p> <p>1.3 Faixa 3</p>	<p>F1: 15 min F2: 12 min F3: 3min F4: 15 min F5: 7 min</p>	<p>F1: 18/05/1962 F2: 30/05/1962 F3: 30/05/1962 F4: 25/06/1962 F5: 03/07/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Miguel Ângelo Lacerda comenta que estava esperando a Assembleia votar a lei que criaria as Regiões Administrativas. Agradece a presença do embaixador italiano à cerimônia de inauguração da escola e faz um breve relato sobre a vida e a obra de Miguelângelo. Destacando a sua habilidade como escultor, citando obras como o Davi e a Pietá. Lacerda conta que Miguelângelo pintou a Capela Sistina contra a sua vontade, obrigado pelo Papa a ser pintor. O objetivo de dar o nome do grande mestre à escola não era</p>



<p>Continuação da Faixa Anterior Inauguração da Escola Rondon, em Realengo</p> <p>1.4 Faixa 4 Inauguração da Escola Normal Heitor Lima, Tijuca</p> <p>Faixa 5 Inauguração da Escola 5 de Julho, em Engenheiro Leal</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Criação das Regiões Administrativas, elogio à vida e obra do patrono</p> <p>2.2 Faixa 2 Fundação Otávio Mangabeira, recursos da indústria e do comércio, rede de ginásios industriais, nome educativo da escola, elogio ao patrono</p> <p>2.3 Faixa 3 Integração nacional, elogio a Rondon, comunismo, soberania das nações</p> <p>2.4 Faixa 4 Professores precursores da democracia, professor mais importante do que político, falta de educação da população, Cosmos Engenharia, homenagem aos professores e alunos</p> <p>2.5 Faixa 5 Agradecimentos à Fundação Otávio Mangabeira, à Secretaria de Educação e a deputados, marco decisivo na civilização, revolta dos 18 do Forte, justiça para os dois lados, brigadeiro Eduardo Gomes</p>		
--	--	--

apenas o de homenagear um grande artista, mas dar às crianças um exemplo de uma luta constante contra as adversidades. Salienta que ele teve uma vida marcada por tragédias e dificuldades, que aprendeu a fazer as suas próprias tintas, conhecia os segredos das pedras e fazia as próprias ferramentas.

Faixa 2

Inauguração da Escola Rondon, em Realengo
Carlos Lacerda promete inaugurar mais uma escola com o apoio da Fundação Otávio Mangabeira, que recebia recursos da indústria e do comércio da Guanabara, cumprindo a Constituição, que exigia o ensino primário obrigatório. Informa que a nova escola prevista também seria inaugurada em Realengo. Promete que também inauguraria um ginásio industrial no bairro. Lacerda acredita que o ginásio não deveria ter a pretensão de formar sábios, mas o de preparar trabalhadores, capazes de sair da sujeição do salário mínimo e ganhar mais para si, para sua família e para a sua terra, para a sua pátria. Por isso, o plano da Secretaria de Educação era o de investir no ensino primário e criar uma rede de ginásios industriais, em que ao lado do livro o estudante tivesse também a ferramenta, para aprender o seu ofício, para aprender a trabalhar melhor, com menos esforço e maior resultado. Afirma que a escolha do nome das escolas seguia um critério rigoroso, porque considerava que tudo na escola deveria ser educativo, até o seu nome. Diz que os nomes deveriam servir de inspiração e exemplo que deixassem as professoras orgulhosas, por ensinarem em escolas assim denominadas. Diz que não havia nome melhor para aquela escola que Rondon. Segundo Lacerda, o Marechal Rondon não aceitara receber homenagens enquanto estava vivo, por isso estava sendo homenageado naquele momento. Menciona que Rondon era um homem singular, que surgiu da massa dos anônimos e que ele não foi apenas um grande brasileiro, foi um grande servidor da espécie humana.

Faixa 3

Continuação da Faixa Anterior

Lacerda fala sobre a importância de Rondon para a integração nacional. Menciona também o seu trabalho com os índios. Conta que Rondon, apesar de ser um homem das armas, não as utilizou para conquistar territórios e corações. Era defensor da liberdade e abominava a tirania, por isso foi levar a liberdade às selvas. Lembra que quando se via então o comunismo ameaçar a liberdade dos povos e a soberania das nações, o nome de Rondon apresentava-se como o nome tutelar de uma nação livre, de um povo que queria conquistar pela cultura e pelo amor à



prosperidade e à paz.

Faixa 4

Inauguração da Escola Normal Heitor Lima, na Tijuca

Carlos Lacerda anuncia que aquele era um dia de grande alegria, por estar inaugurando a Escola Normal Heitor Lira. Conta que tinha uma especial alegria, porque considerava que os professores eram os precursores da democracia no Brasil. Lacerda considera que só haveria mesmo democracia no Brasil quando o professor fosse bastante para todos os alunos e quando os alunos fossem capazes de entender o que os professores tinham a lhes dizer. Isto aconteceria no dia em que o professor fosse mais importante do que o político. Lacerda avisa que pretendia contar com o apoio da Assembleia para votar a transferência de crédito, para que pudesse começar a instalação definitiva da escola Carmela Dutra. Explica que tinha pensado em construir uma Escola Normal em Copacabana, mas desistiu porque o prédio onde ficaria a escola era cercado de arranha-céus, na rua República do Peru. Lacerda salienta que havia risco dos alunos serem atingidos por garrafas vazias dos prédios vizinhos e lamenta a falta de educação de parte da população. Compromete-se, em um ou dois anos, a instalar definitivamente a Heitor Lira e a Azevedo do Amaral. Esclarece que instalação definitiva significava fazer uma escola normal em um local adequado, e não em um lugar apropriado para uma escola primária. Aproveita a oportunidade para agradecer à Cosmos, empresa de engenharia responsável pela construção da escola. Convida a todos para uma homenagem que o governo do estado iria prestar à escola Heitor Lira, aproveitando a oportunidade de sua mudança de endereço. Comunica que seria realizado um concerto sinfônico na escola Grécia e que gostaria de homenagear os futuros professores, e os em exercício, com aquele concerto.

Faixa 5

Inauguração da Escola 5 de Julho, Engenheiro Leal

Lacerda fala que aquele era um momento de grande emoção, a inauguração de uma escola com o nome 5 de julho, em Engenheiro Leal. Agradece à Fundação Otávio Mangabeira, à Secretaria de Educação e, graças a alguns deputados, a inauguração de muitas escolas. Lacerda menciona que nunca viu tantas pessoas presentes à inauguração de uma escola. Destaca o grande número de homens e afirma que era uma boa oportunidade para ter uma conversa de homem para homem. Relata que a escola tinha um nome singular, e que a data 5 de julho representava um marco decisivo na civilização e



			<p>na evolução do povo brasileiro. Lacerda fala que no “primeiro 5 de julho “ em 1922, 18 rapazes, sendo um civil, saíram do Forte de Copacabana e, para não bombardear uma população indefesa e desarmada, enfrentaram mil e tantos de um tropa armada, que o governo mandara para combatê-los. Comenta que já se podia fazer justiça aos dois lados, pois um defendia a autoridade, e o outro, contra a ela, contrapondo-se, defendeu-a também, porque defendeu-a naquilo que era inseparável dela, o instinto, o sentimento da liberdade. Comenta que estes 18 acreditavam que a liberdade valia mais do que a vida e, portanto, muito mais do que tudo aquilo que empobrecia ou enriquecia a vida. Destes homens, enfatiza, restava um, que todos aprenderam a respeitar, o brigadeiro Eduardo Gomes, que a vida toda defendeu a liberdade do povo brasileiro. Acredita que naquele tempo as brigas tinham sempre um certo ar de briga em família.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.090</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Fita 89, Faixa 5 Inauguração da Escola 5 de Julho</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração do Ginásio Industrial D João VI, na Penha</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1. Faixa 1 Desespero do povo, projeto educacional, fim da escola pública, críticas injustas, vigília subversiva, greve dos bancários, alta dos preços, defesa da paz e da liberdade</p> <p>2.2 Faixa 2 Dinheiro dos impostos, reformulação do ensino ginasial, reforma agrária, êxodo rural, elogios a D. João VI, combate ao comunismo, invasor interno,</p>	<p>F1: 25 min F2: 22 min</p>	<p>F1: 03/07/1962 F2: 09/07/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i> Continuação da Fita 89, Faixa 5 Inauguração da Escola 5 de Julho Lacerda afirma que naqueles dias as dificuldades eram fabricadas contra o povo, para levá-lo ao desespero. Ele alerta que a liberdade do povo estava em perigo. Lacerda diz que uma força nova e ao mesmo tempo antiquíssima surgia no Brasil, organizada para industrializar o ódio, para explorar tudo que pudesse lançar brasileiros contra brasileiros. Diz que com um ano e meio de governo se dirigia às famílias do subúrbio carioca para afirmar, com absoluta segurança, que não havia um problema no Brasil que não tivesse solução, desde que todos fossem capazes de compreender que, acima das ambições de cada um, estava o dever de todos de valorizar o trabalho de todos. Lacerda considera que sem educação não há democracia. Pede que o seu exemplo de construir escolas na Guanabara fosse seguido por outros governantes, no Brasil. Menciona que quando assumiu o governo encontrou setenta mil crianças sem escola e enfrentou críticas injustas de seus adversários, como a de que iria acabar com a escola pública. Lacerda comemora o fato da Guanabara ter escola primária para toda a sua população e promete construir uma nova escola Normal. Informa que, na manhã daquele dia, no rádio, tinha havido uma vigília subversiva feita por homens treinados em Moscou, Praga e Havana, para fazer o povo se levantar contra si mesmo, desenvolver a arte de fazer o povo destruir pelas próprias mãos a liberdade que Deus lhe tinha dado. Lacerda relata que correu de banco em banco para evitar que o povo deixasse de receber o seu salário, por causa da ameaça de greve dos bancários. Mas, alerta que os bancários queriam trabalhar, não queriam fazer greve. Conta que foi</p>



parado por um cidadão na rua Buenos Aires, que lhe pediu arroz e ele respondeu que o cidadão deveria reclamar com quem tinha aumentado o preço do arroz no Rio Grande do Sul, que, ao sair de lá, estava mais caro do que quando chegava aqui. Lacerda ressalta que não estava defendendo a alta de preços, mas afirma que a falta de arroz e feijão era intencional e tinha o objetivo de levar o povo ao desespero, para desencadear uma greve política, nascida da briga de políticos em Brasília. Destaca que a lembrança da data de 5 de julho trazia uma lição, a de que para sermos dignos da liberdade que tínhamos em nossa vida era preciso, às vezes, ser dezoito contra mil. Observa que representando a todos, governando igualmente para todos, não precisava que ninguém sacrificasse a sua vida para defender a paz e a liberdade do povo do seu estado, a sua bastaria.

Faixa 2

Inauguração do Ginásio Industrial D João VI, na Penha

Carlos Lacerda conta que iria construir, com o dinheiro dos impostos, tantos ginásios quantos já existiam antes da sua administração. Relata que a Lei de Diretrizes e Bases tinha sido fundamental para decidir os rumos da educação. Sustenta que o ensino ginásial precisava ser reformulado. Anuncia que no Brasil estava acontecendo uma falsa reforma agrária, que prendia o homem à terra. Lacerda salienta que havia uma tendência mundial de êxodo para as cidades, que deveria ser seguida pelo Brasil. Critica a visão pejorativa que existia no Brasil a respeito de D João VI. Elogia Oliveira Lima, por mostrar uma nova visão sobre D. João. Lacerda menciona o episódio da fuga da família real portuguesa para o Brasil, destaca o papel do Rio de Janeiro na implantação da corte no país. Discorre sobre as realizações do governo de D. João VI. Volta a dizer que, ao inaugurar uma escola, estava cumprindo o seu dever, e que se recusava a admitir que a minoria comunista dominasse o seu país. Avisa que mais do que nunca era preciso alertar, que quanto mais pobre, mais se deveria lutar contra o comunismo, porque os ricos sempre conseguiam compor-se com o domínio comunista. Mas, os pobres precisavam ter liberdade para que não perdessem os seus direitos. Acredita que o Rio de Janeiro deveria capitanear o Brasil na luta contra o invasor interno, o traidor da pátria e da liberdade, que queria implantar o domínio do comunismo russo. Ressalta que era nos subúrbios que a população se manifestava contra o comunismo. Para finalizar, comenta a importância das escolas na manutenção da democracia e no combate ao comunismo.



1. Assunto	F2: 19:31min F3: 13:35min F4: 14:08min	F2: 10/04/1962 F3: [1962] F4: 12/05/1962	Inauguração da Escola Fernão Dias, em Marechal Hermes, Sito à Rua Marapendi Carlos Lacerda fala da importância da escola para o advento de qualquer democracia, sendo ela o único instrumento da revolução democrática. Ele comenta estranhar o silêncio da imprensa carioca a respeito das inaugurações de novas escolas no estado da Guanabara. Relata que um antigo colega de jornal deu-lhe a seguinte explicação: "É que já virou rotina, não é mais notícia abrir escolas na Guanabara!" Carlos Lacerda conta que respondeu a ele: "Roubar também não é mais notícia de tanto que se rouba, ainda, nesse estado e, no entanto, os jornais todos os dias dão notícias de roubos no estado!" O que parece digno de relevo para Lacerda era exatamente o fato de haver se transformado em rotina a abertura de escolas na Guanabara. Eis a grande notícia, salienta ele. Repousa, também, segundo o governador, em poder contar com a admirável colaboração, com a fusão, com a aliança, e esperava Lacerda que fosse duradoura e fecunda, entre a iniciativa privada e a iniciativa do governo, isto é, o povo ajudando o governo para que o governo pudesse ajudar o povo. Ele também exalta o papel da Fundação Otávio Mangabeira na construção de novas escolas no estado da Guanabara. Comenta que a tarefa estava muito longe de ser dada por realizada, pois havia ainda muita escola na Guanabara caindo aos pedaços, e muita por fazer, pois havia muitas escolas com três turnos e o terceiro turno precisava desaparecer na Guanabara. Lacerda avisa que não se deveria supor que o problema da escola primária na Guanabara estava resolvido, porque não estava. O que estava decidido era que o seu governo, junto com o povo, estava resolvido a resolvê-lo. Ele discorre sobre o problema dos ginásios, alertando que a Guanabara ficaria com quase 400 mil crianças na escola primária, e quando os alunos fossem para a escola secundária, para o ginásio, não encontrariam um ginásio que preparasse trabalhadores capazes de ir além do salário mínimo. Fala que sem ter dinheiro para pagar ginásios particulares, cujos preços os pais não podiam custear, ficavam sem ter uma formação adequada, resultando no "gargalo que era então o ensino técnico-profissional da Guanabara!" Lacerda reconhece o prejuízo que seria, para 400 mil crianças que passariam pelo ensino primário, o fato de haver apenas 25 mil vagas no ensino técnico-profissional, de grau médio, no estado. Isto porque, naquele ano, o trabalho realizado pela Secretaria de Educação, tendo à frente o secretário professor Flexa Ribeiro, tinha ampliado o número de vagas de 12 mil para 25 mil. E no ensino superior, continua ele, a situação era mais grave, de cada 10 mil brasileiros, menos de 4 chegavam à Universidade. E acrescenta que
1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Fernão Dias, em Marechal Hermes			
1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Thomas Jefferson, na Avenida Automóvel Clube, em Acari			
1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Imaculada Conceição.			
1.4 Faixa 4 Inauguração da Escola Laís Neto dos Reis.			
2. Temas			
2.1 Faixa 1 Educação, instrumento da revolução democrática, silêncio da imprensa, abertura de escolas é rotina, aliança com a iniciativa privada, elogios à Fundação Otávio Mangabeira, escolas aos pedaços, desaparecimento do terceiro turno, preparação dos trabalhadores, gargalo do ensino técnico-profissional, greve estudantil			
2.2 Faixa 2 Acari, região sem escola, benemérita Fundação Otávio Mangabeira, burocracia do estado, morosidade do Tribunal de Contas, elogios ao patrono. liberdade X ignorância, América Latina, analfabetismo, reformas nas escolas			
2.3 Faixa 3 Democracia, bairro do Jacarezinho, falta de confiança do povo, liberdade e responsabilidade, construção de ginásios, trabalho industrial			
2.4 Faixa 4 Semana da Enfermagem, apoio Fundação Otávio Mangabeira, elogios à patronesse, nomes educativos para escolas, elogios à carreira de enfermagem, enfermagem destruída, máquina			



engessada, escola obrigatória e gratuita, verbas públicas presas, missão alemã, rede hospitalar, pavilhões dos hospitais Miguel Couto, Souza Aguiar e Getúlio Vargas, impostos, rede hospital autêntica

ainda havia, no país, estudantes em universidades que estudavam de graça às custas dos trabalhadores que não tinham escolas para seus filhos e ainda se davam ao luxo de fazer greve por causa de ditadores estrangeiros!

Faixa 2

Inauguração da Escola Thomas Jefferson, na Avenida Automóvel Clube, em Acari

Carlos Lacerda começa contando que pela segunda vez que tinha ido a Acari, já eleito governador, perto da estrada de ferro, havia um grupo numeroso de crianças empunhando cartazes de cartolina, em que informavam a ele aquilo que ele dizia já saber: que na região não havia escola. E, por conta disso, era com honra que ele anunciava na solenidade que completava-se, “pela mão da benemérita Fundação Otávio Mangabeira”, a primeira escola pública de Acari. Diz que era preciso urgentemente uma reforma na administração pública do estado, pois ele atribui a demora em fazer escolas à burocracia da ‘máquina de moer paciências’ do estado e compara com a agilidade da Fundação Otávio Mangabeira que, semanalmente, inaugurava uma nova escola doada ao estado para a sua rede de escolas públicas. Divulga que havia mais de 20 escolas construídas pelo estado aguardando que o Tribunal de Contas do Estado entrasse em acordo com os órgãos da administração e estes com os empreiteiros para os ‘finais de obras’, para ‘arremates de obras’. Carlos Lacerda entende que tudo na escola é educativo, e não apenas o livro, o papel, a professora. Por isso, ele fala da importância de se ter no frontão da escola o nome de alguém consagrado, não necessariamente alguém que tivesse sido poderoso, mas alguém que tivesse tido o carinho, o amor e a consideração da criança que iria estudar na escola à qual ele emprestava seu nome. Dessa forma, quando as professoras fossem perguntadas pelas crianças sobre quem fora aquele que tivera seu nome escolhido para nomear a escola em que estudavam, elas poderiam responder sem constrangimento, pois não teria sido, de certo, alguém que fora homenageado por conta das conveniências do poder. Carlos Lacerda discorre sobre o patrono da escola, Thomas Jefferson, e cita uma frase sua, a respeito da liberdade de um povo: “Se uma nação pretende ser ignorante e ao mesmo tempo livre, ela espera o que nunca houve e nunca haverá!” Carlos Lacerda completa dizendo que não pode haver liberdade onde a ignorância impera, e que no Brasil, naquele momento, a maior prova de que o povo brasileiro amadurecia para a democracia era a ânsia, a exigência de aprender que se sentia em todas as famílias, que se viam em todos os pais, em todas as mães e em todos os jovens do Brasil. Comenta que onde



quer que se abrisse uma escola, antes de que se abrissem as portas, as matrículas já estavam repletas; onde quer que se iniciasse um curso, antes mesmo de iniciá-lo, para ali se dirigia uma multidão de jovens. Por isso Carlos Lacerda afirma que não havia investimento, não havia apoio econômico de efeito social mais rápido, de efeito político mais eficaz do que o apoio que se dava ao desenvolvimento da educação. Prossegue, entretanto, dizendo que não precisava e nem queria este apoio para a escola primária, pois uma nação, um estado, uma unidade política que não fosse capaz de compreender que todos os seus recursos deveriam ir para a escola primária e o resto, depois não era “capaz de merecer ajuda e nem tem o que fazer com ela!” Carlos Lacerda fala da trágica realidade da América Latina de então, na qual de 200 milhões de habitantes, mais de 100 milhões não sabiam ainda nem ler e nem escrever! Entretanto, diz que na Guanabara o problema da educação primária estava sendo combatido. Promete ao povo que naquele ano não haveria falta de escolas e que no ano seguinte recuperaria a rede de escolas com reformas naquelas que estavam “caindo aos pedaços”. Menciona, também, a necessidade de solucionar o problema do ‘funil vertiginoso’ que era a passagem de 400 mil crianças do ensino primário para apenas 25 mil vagas no ginásio da Guanabara. Isto porque, segundo ele, tinha se ampliado o número de 12 mil para 25 mil vagas no último ano, e, antes disso, durante 12 anos tinha-se passado apenas de 5 mil para as 12 mil que seu governo encontrou. Carlos Lacerda encerra seu discurso dizendo que o nome de Thomas Jefferson na escola então inaugurada significava para todos um exemplo, uma inspiração e um desafio. Diz que o povo de Acari não devia ao governo favor nenhum, pois era o governo que vinha dizer ao povo que tinha chegado tarde, não por sua culpa, mas, enfim, tinha chegado!

Faixa 3

Inauguração da Escola Imaculada Conceição.

Carlos Lacerda. discorre sobre a democracia. Diz dever a ela, entre outras coisas, o fato de ter sido eleito governador da Guanabara e de ter estudado em escola pública e ali aprendido a ler e escrever. Conta que ainda faltava muito para fazer uma democracia no Brasil. Sobre o bairro do Jacarezinho, que as pessoas insistiam em chamar de favela, mas que para Lacerda tratava-se de um bairro, pois já estava se encaminhando para tal, ele fala que o governo da Guanabara ainda não tinha feito o que precisava, o que deveria e o que desejava fazer. Comenta que seu governo tinha encontrado a cidade arrebitada e isso não era segredo pra ninguém. Diz que a grande falta na Guanabara não era a falta de água, nem a falta de



casas, nem de escolas, mas sim a falta de confiança do povo em si mesmo e em seus representantes. Era o desprezo dos representantes pelo povo e o desprezo do povo pelos representantes. Sobre liberdade, Lacerda diz que não adiantava tê-la se não soubéssemos o que fazer com ela, se não soubéssemos usá-la com a consciência da nossa responsabilidade. Ter liberdade era ter responsabilidade e acrescenta que isto era uma coisa que só se aprendia na escola. Por essa razão, ele acredita que era inútil falar em democracia num país que não tinha escolas suficientes para formar os democratas. Para Lacerda, não adiantava falar em progresso se a substância do progresso não estivesse assegurada. Conta que já ouviu alguém dizer a barbaridade de que uma nação só poderia ter escolas quando ficasse rica, quando na verdade era o inverso, uma nação só poderia ficar rica quando tivesse escolas. Ele aproveita a solenidade para dizer que, naquele ano, o seu governo abriria no estado mais de 60 escolas primárias. E, no mesmo ano, iria passar para a segunda etapa do trabalho, que consistia na construção de ginásios de preparação para o trabalho industrial.

Faixa 4

Inauguração da Escola Laís Neto dos Reis

Carlos Lacerda discorre sobre o serviço de enfermagem do povo carioca. Fala que quis o estado da Guanabara, pioneiro que vinha sendo através dos tempos, com figuras como Laís Neto dos Reis e de Raquel Haddock Lobo, celebrar a abertura da Semana da Enfermagem dando o nome de uma grande educadora de enfermeiras à escola que a Fundação Otávio Mangabeira entregava à Secretaria de Educação e ao povo carioca. Lacerda recorda, mais uma vez, a escolha de nomes dignos de figurar nas fachadas das escolas da Guanabara. Nomes capazes de inspirar a infância e de servir de exemplo e estímulo para as mestras que nas escolas iriam lecionar. Ele afiança que não se quis homenagear apenas uma pessoa, mas uma carreira; não somente uma carreira, mas uma vocação; e não apenas uma vocação, mas uma alta, uma nobre, uma sagrada missão. Comenta que os serviços de enfermagem no estado da Guanabara encontravam-se destruídos, estavam muito abaixo das necessidades mínimas da sua população. Explica que no estado sempre se tinha encontrado verbas para obras novas, mas poucas vezes para manter e desenvolver as existentes. Exalta a Fundação Otávio Mangabeira e sua iniciativa ante a máquina engessada do estado que, burocraticamente, impedia que obras fossem postas em prática. Acrescenta que, naquele ano, graças às 60 inaugurações das escolas previstas, o princípio de escola primária gratuita e



			<p>obrigatória para todas as crianças pela primeira vez seria cumprido no Brasil. Ele dá graças às mestras e administradores do sistema escolar da Guanabara. Carlos Lacerda se diz convencido de que não poderia haver democracia onde o povo não tivesse como aprendê-la, e o povo só aprendia a ser democrata e a usar a liberdade com responsabilidade na escola. Ressalta que não sabia como se podia falar em democracia e, ao mesmo tempo, prender as verbas públicas para construção de escolas, ou diminuir as verbas necessárias à expansão do sistema educacional. Ele fala sobre a missão econômica alemã, que dela esperava obter o financiamento para a recuperação, reabilitação, reconstrução e expansão da rede hospitalar da Guanabara. Menciona a recuperação do pavilhão do hospital Getúlio Vargas, que estava caindo aos pedaços, em quase trinta anos de existência; do pavilhão do hospital Souza Aguiar, do hospital Miguel Couto, a formação das unidades sanitárias mistas, a exemplo da que fora feita no ano anterior em Bangu; a formação de enfermeiras; a criação de centros de saúde, não apenas nominais, para justificar a folha de pagamento, como tantos dos que existiam com filas imensas em suas portas e instalados em pardieiros que caíam aos pedaços a cada dia. Carlos Lacerda refere-se a uma rede hospitalar autêntica, fundada no trabalho técnico e consciencioso das enfermeiras diplomadas; num salário adequado aos serventes e atendentes, em vez da exploração desumana do que era o chamado 'trabalho do gandula'. Tudo isso, segundo Lacerda, exigia que houvesse impostos como os que existiam, sem exageros. Diz que ninguém na cidade se recusava a pagar impostos para que os hospitais funcionassem, para que as enfermeiras trabalhassem, para que as escolas se abrissem, para que as mestras recebessem aquilo a que tinham direito pelo seu trabalho. Lacerda diz que não havia nada mais antipatriótico, nada mais demagógico do que pretender tirar os impostos dos que tinham casa própria e negar o direito aos que não a possuíam.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.092</p> <p>Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Rodolfo Garcia, em Vaz Lobo</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Debret, em Vila Valqueire.</p> <p>1.3 Faixa 3 Continuação da Fita Anterior</p> <p>1.4 Faixa 4</p>	<p>F1: 23:59min F2: 09:23min F3: 08:26min F4: 13:36min F5: 11:37min</p>	<p>F1:23/08/1962 F2: 27/08/1962 F3: 27/08/1962 F4: 27/08/1962 F5: 27/08/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração da Escola Rodolfo Garcia, em Vaz Lobo</p> <p>Sobre o patrono da escola, Lacerda salienta que poucas seriam as palavras, pois após o discurso do representante da família do patrono não havia muito o que se falar sobre Rodolfo Garcia. Adianta que embora não tivesse tido a honra de conviver com ele, tinha o raro privilégio de conviver com duas criações suas, com duas obras suas: a família e os livros. Ele exalta a figura de Rodolfo Garcia em sua atividade de historiador. Destaca que, ao que parece, foi ele, junto com Capistrano de Abreu e outros - todos patronos de escolas públicas na Guanabara, , “ um desses historiadores que criam parecendo apenas</p>



Inauguração da Escola Nicolau de Taunay, em Del Castilho

1.5 Faixa 5

Inauguração da Escola Evaristo da Veiga

2. Temas

2.1 Faixa 1

Elogios ao patrono, nome educativo da escola, uma sala de aula por dia, reconstrução de escolas, escolas novas, Fundação Otávio Mangabeira, eliminação do terceiro turno, semiescraidão do salário mínimo, elogios ao secretário de Saúde, eleições Assembleia Legislativa, rede de ensino secundário público e gratuito, crítica à concessão de títulos de cidadão carioca, voto em homens dignos

2.2 Faixa 2

Nome educativo da escola, exaltação do patrono, ato de fazer escolas não significa democracia

2.3 Faixa 3

Eleições na Assembleia Legislativa, boa Assembleia, deputados que não precisassem ser comprados, máquina administrativa engessada,

2.4 Faixa 4

Estatísticas educacionais, impostos, dedicação do magistério, escola para todos, obra da água, questão da saúde, patrono das escolas, exaltação ao patrono

2.5 Faixa 5

Obra da democracia, o “demolidor”, impostos para fazer escolas, exaltação ao patrono, independência X escravidão

acentuar a criação dos outros”. Carlos Lacerda fala do critério de escolha dos nomes para as escolas da Guanabara, salientando que fazia parte do processo educativo da criança. Lamenta o fato que estava ocorrendo de as escolas da Guanabara estarem se transformando em números, sendo identificadas por um número. Justifica tal prática exercida pelas professoras do estado dizendo que elas se ‘refugiavam’ no número das escolas por não terem o que dizer sobre os patronos das mesmas, pois eram nomes escolhidos entre os parentes dos poderosos do momento. Carlos Lacerda elogia um dado de seu governo que ele ainda não tinha visto nos jornais: o fato de em apenas um ano e meio seu governo ter construído uma sala de aula por dia, ou seja, mais de 400 salas de aula com as inaugurações de escolas na Guanabara pelo Departamento de Prédios e Melhoramentos, mais pelo menos 100 salas em funcionamento doadas ao estado pela Fundação Otávio Mangabeira. Ele também refere-se ao ‘agradável trabalho’ de reconstruir o que estava em ruínas, evidenciando que eram 135 escolas sendo restauradas e que estavam ‘quase caindo’. Conta Lacerda que seu governo encontrava-se num tríplice programa de trabalho em matéria de escola primária: construção de novas, sendo que até o fim do ano corrente 40 delas seriam abertas só pela Fundação Otávio Mangabeira, fora as do próprio estado; restauração da rede escolar do estado; e eliminação do terceiro turno. Ele diz esperar que, em 1963, seu governo conseguisse acabar com o terceiro turno na Guanabara e, ao mesmo tempo, pudesse incorporar todas as crianças a partir de 6 anos, e não mais apenas a partir de 7. Prevê Carlos Lacerda que, em 1963, e, sobretudo, em 1964, seria posto em prática o programa de ampliação de mais dois anos no curso primário, para uma preparação melhor para o trabalho e para a vida. E sobre o ginásio, diz que o secretário de Educação, Flexa Ribeiro, esperava no ano corrente inaugurar 5 novos. Ele fala do plano de tornar o estado da Guanabara pioneiro na instalação de uma rede de ensino secundário público e gratuito, tendo em vista preparar jovens trabalhadores para a indústria, para o comércio e para as atividades produtivas. Não seria apenas um ensino secundário para preparar apenas futuros ‘bacharéis’ e ‘latinistas’. Ele fala da importância de se formar uma juventude trabalhadora com condições de escapar à semiescraidão do salário mínimo, para ganhar mais, produzir mais, trazer mais dinheiro, conforto, bem-estar para sua família e poder formar o seu lar com mais tranquilidade e segurança sobre o seu futuro. Carlos Lacerda enaltece o trabalho do secretário de Saúde do Estado da Guanabara, Marcelo Garcia, filho do patrono da escola, Rodolfo Garcia. Diz que como não escolhe o nome de pessoas vivas, escolher o



nome de Rodolfo Garcia era uma forma de homenagear também seu filho, cujo trabalho tinha sua importância reconhecida pelo governador. Por último, ele agradece a presença de todos e fala das eleições na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, que estavam próximas. Diz que não desejava fazer campanha eleitoral na cerimônia de inauguração de uma escola, mas considerando que tinha o dever de defender a cidade que o povo lhe entregara para governar, pede ao povo que não elegeisse gatuno ou demagogo, homens que deviam fazer leis e não sabiam como fazê-las. Carlos Lacerda critica a atuação da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Salvo alguns deputados, ele acha que a maioria preocupava-se apenas em conceder títulos de cidadão carioca. Diz que o governo precisava de leis para governar e que por isso que ele pedia ao povo que votasse em quem queria trabalhar, que não votasse em ladrão, em gente que não sabia o que fazer ou porque fazer, em gente que por ódio ao governador ou ódio ideológico a quem quer que fosse, viesse a privar o povo das leis de que ele precisava para ser governado. Ele diz não querer uma Assembleia com homens incondicionais para com o governo e de amigos pessoais dele, apenas ele queria uma Assembleia formada por homens dignos, por homens capazes.

Faixa 2

Inauguração da Escola Debret, em Vila Valqueire
Carlos Lacerda exalta a figura do patrono da escola e fala sobre a importância da escolha do nome para as escolas da Guanabara como parte do processo educativo da criança. Diz que o programa de escolas prosseguia e não se limitava à escola primária. Afiança que até o fim daquele ano quarenta novas escolas primárias seriam inauguradas na Guanabara, e cinco novos ginásios. Acredita Lacerda que tal programa decorria de uma convicção e resultava de uma firme determinação. Afirma que desejava um povo livre, consciente, um grande povo para uma grande nação, pois nada que não fosse grande serviria para a nação em que nascemos. Acrescenta que era na escola que o sujeito aprendia o valor da liberdade, na escola democrática, diga-se de passagem, pois Lacerda diz que nos países totalitários também se faziam escolas e que o simples fato de fazer escola não significava que se estava construindo democracia. Era preciso que se abrissem escolas com professoras que vivessem democraticamente a sua missão. A escola democrática para Lacerda era a escola em que o estado não mandava as professoras automatizadas ensinar só aquilo que convinha ao estado, ou ao governo do estado, ou ao partido que dominava o governo do estado.

*Faixa 3*

Continuação da Fita Anterior

Inauguração da Escola Debret, em Vila Valqueire.

Carlos Lacerda fala da proximidade das eleições na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara e da importância da escolha de deputados que não precisassem ser 'comprados' para fazer leis, pois Lacerda diz que preferia fracassar em seu governo a ter que gastar dinheiro do povo para comprar deputado, apenas porque precisava de uma determinada lei em vigor. Ele cita, por exemplo, o caso da lei de criação das Administrações Regionais que tinha sido solicitada à Câmara há mais de um ano, e encontra-se engavetada sob a alegação de falta de tempo para votá-la. Lacerda diz que isso engessava a máquina administrativa do estado, e os reformadores que pregavam reformas e mais reformas não se preocupavam com isso. Ele acrescenta que se o povo desejava que as mudanças em marcha permanecessem, se desejava, por exemplo, que o que foi feito com as escolas fosse feito também com os hospitais da Guanabara, votassem certo, dando-lhe uma boa Assembleia. Ele sustenta que não desejava fazer da cerimônia de inauguração de uma escola um discurso eleitoral.

Faixa 4

Inauguração da Escola Nicolau de Taunay, em Del Castilho.

Carlos Lacerda comunica ser aquela a quinta inauguração do dia, na Guanabara. Ele fala do esforço e do resultado do trabalho incessante feito no âmbito da educação no estado. Exalta o aumento de matrículas: 52% no ensino primário e 98% no secundário. Considera que tal resultado não se conseguia por acaso, e sim pela soma de três parcelas: a boa vontade do povo, a sua disposição em trabalhar e pagar dignamente os seus impostos, para com esse dinheiro fazer escolas; a admirável dedicação do magistério da Guanabara; a disposição firme e inabalável de exercer com honra o mandato sem olhar quem tinha votado a favor e quem tinha votado contra, pois todos eram a favor de uma coisa: escola para todos. Por isso ele fala da importância da escolha de homens sérios e trabalhadores nas eleições de 07 de outubro daquele ano, para eleger os deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, para que o trabalho pudesse continuar. Ele acredita que havia muito que fazer na Guanabara ainda. E relata que a obra da água estava caminhando, e em dois anos seria concretizada; mas a dos hospitais... Reconhece que os hospitais da Guanabara estavam 'caindo aos pedaços'. Ressalta que não conseguira ainda 'pôr as mãos neles', pois a ALEG (Assembleia



			<p>Legislativa do Estado da Guanabara) até então não tinha votado a lei que dava autonomia aos hospitais da Guanabara. Sobre o nome da escola, ele sustenta que em seu governo ninguém veria o nome de algum parente ou familiar seu no frontão de uma escola. Ou mesmo o seu próprio nome, algo que ele desejava que fosse feito quando ele estivesse já ‘aspirando uma vaga no Reino de Deus’, pois para ele não havia honra maior do que ter seu nome no frontão de uma escola. Afirma não querer a glória fácil dos poderosos do dia, e querer para as escolas nomes como o de Nicolau Taunay. Ele, então, exalta a figura do patrono da escola.</p> <p><i>Faixa 5</i></p> <p>Inauguração da Escola Evaristo da Veiga, Carlos Lacerda destaca que, naquele momento, estava evidente para o povo, com a obra então inaugurada, mais eloquente do que qualquer discurso que ele pudesse fazer, o contraste: o que foi encontrado e o que se estava fazendo! Mas, reconhece que não fora feita ainda a obra completa, porque faltava demolir o antigo para se prolongar a nova escola até à frente. Considera que era assim uma obra de governo, uma obra de democracia, como qualquer obra humana: primeiro ia-se construindo o que era possível; depois, se ia demolindo o que não servia mais, para que em seu lugar pudesse ser construída alguma coisa nova, útil e boa. Lacerda reconhece que passou boa parte de sua vida demolindo, e por isso mesmo foi acusado de ‘demolidor’. Até que o povo da Guanabara lhe deu a oportunidade de ser o seu primeiro governador eleito, chegando então a hora de construir. Lacerda diz que a velha escola Evaristo da Veiga tinha sido uma preocupação de todos os envolvidos na reforma do aparelhamento educacional do estado da Guanabara, da professora Terezinha Saraiva, do diretor de ensino primário, do diretor de Prédios e Aparelhamentos e do secretário de Educação. Diz que tinha sido com o apoio de alguns deputados que se tinha tornado possível obter créditos tirados do dinheiro dos impostos que o povo pagava para fazer as escolas. Sobre o patrono da escola ele exalta a figura de Evaristo da Veiga, a quem considera “um jornalista dos mais bravos e mais lúcidos”. Diz que ele foi um dos paladinos da Independência e, sobretudo, da luta para que a Independência não fosse tomada das mãos do povo, daqueles que tinham, sempre, a palavra Independência na boca e a palavra escravidão no coração.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.093</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Continuação da Faixa 5, da Fita</p>	<p>F1: 10:38min F2: 21:34min F3: 12:32min F4: :13:19min</p>	<p>F1: 27/08/1962 F2: 27/08/1962 F3: 30/08/1962 F4: 30/08/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Continuação da Faixa 5, da Fita 92</p> <p>Inauguração da Escola Evaristo da Veiga Carlos Lacerda diz que queria cobrar do povo – pois era seu dever cobrar do povo – um voto justo, um voto livre e limpo de sentimentos subalternos;</p>



92

Inauguração da Escola Evaristo da Veiga

1.2 Faixa 2

Inauguração da Escola Visconde de Porto Seguro, em marechal Hermes

1.3 Faixa 3

Inauguração da Escola Júlio Mesquita, em Bangu

1.4 Faixa 4

Inauguração da Escola Nova Holanda, em Bonsucesso

2. Temas

2.1 Faixa 1

Voto para a defesa das escolas, crítica à concessão do título de cidadão carioca, Assembleia de gente séria, venda de votos, boa Assembleia

2.2 Faixa 2

Futuro senador da Guanabara, Juraci Magalhães, problema das favelas, bairro projetado, estilo campo de concentração, soluções na Sulacap

2.3 Faixa 3

Bangu, coração da vida proletária, redenção educacional, democracia, processo educativo, elogios ao *Estado*, cita *O Globo* e o *Correio do Povo*, Júlio Mesquita, educador da democracia, jornais de família, combate ao comunismo

2.4 Faixa 4

Mordida de cachorro, campanha de vacinação, uma sala d aula por dia, elogio ao magistério, mentiras da campanha eleitoral, eleições para a Assembleia, remoção da favela do Esqueleto, avenida Radial Oste, enchentes na praça da Bandeira, SURSAN, casas populares, Nova Holanda, elogio ao povo holandês

um voto pelas suas crianças e para defender as suas escolas, um voto para que não continuassem a negar ao estado as leis a que o povo tinha direito, leis que ele, o povo, pagava para serem votadas pelos deputados, e que, portanto, tinham que ser votadas, porque para isso o povo elegia o deputado, “e não apenas para votar moções de censura ou de aplauso, nem dar título de cidadão carioca a quanto cavalheiro por aqui aparece!” Ele sustenta que era preciso que a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) não reproduzisse “nem por seus homens, nem por seus métodos a triste, defunta, mas nunca assaz esquecida Câmara de Vereadores;” continua, afirmando que era preciso que a Assembleia do Estado da Guanabara fosse uma assembleia de gente séria, de gente que tomasse “a sério os seus deveres e a suas responsabilidades perante às mães, os pais e as crianças da nossa cidade”. Carlos Lacerda pede ao povo que não votasse nos deputados pelos que eles prometiam, mas sim pelo que eles eram. Solicita que votassem em homens honrados, fiéis, capazes. E completa: “Não me mandem para a Assembleia homens que deviam estar entrando nesta escola e não na Assembleia, pois a Assembleia não é o lugar de ensinar a ler a ninguém!” Lacerda pede que o povo tivesse o cuidado de não mandar à Assembleia deputados que vendiam votos, pois ele ficava sem o voto, o povo sem as escolas e o deputado sem o dinheiro, porque uma coisa que ele não fazia era comprar voto de deputado. Prevê Lacerda que ou o estado da Guanabara conquistaria uma boa Assembleia ou as dificuldades seriam ainda maiores.

Faixa 2

Inauguração da Escola Visconde de Porto Seguro, em Marechal Hermes
Carlos Lacerda fala que, sem nenhum favor ou desejo de fazer lisonja, o Jardim Sulacap era um dos bairros “mais simpáticos, mais acolhedores e mais progressistas do Rio de Janeiro”. No meio do discurso de Carlos Lacerda chega ao local o governador da Bahia e então futuro senador da Guanabara, Juraci Magalhães, arrancando aplausos dos presentes. Lacerda interrompe seu discurso e fala: “Parece que todos ou quase todos reconheceram o governador da Bahia e futuro senador da Guanabara, Juraci Magalhães”. Sobre o bairro da Aliança, em Bangu, conta que foi o primeiro bairro projetado para resolução do problema das favelas. Lacerda confessa que na solução ali adotada ele se lembrou muito da solução do bairro Sulacap. Explica que buscou evitar o que ele denominou de ‘estilo penitenciário’, ‘estilo campo de concentração’. Afirma que uma das coisas mais importantes da democracia era não desumanizar o homem, era fazer com que a família pudesse viver, morar, e



conviver, o que estava desaparecendo nos imensos arranha-céus, nas 'imensas gavetas', segundo sua acepção. Comenta que o bairro Sulacap era um ponto de referência na Guanabara de como era possível organizar a população com seus próprios recursos e, através da iniciativa privada, chegar às soluções felizes, como a que a Sulacap tinha adotado.

Faixa 3

Cerimônia de Inauguração da Escola Júlio Mesquita, em Bangu

O bairro de Bangu é considerado por Lacerda o 'coração da vida proletária carioca'. Diz que já esta se constituindo rotina a abertura de escolas na Guanabara, e não havia porque senão considerá-la assim, pois abrir escolas não se era favor nem acontecimento digno de maior retumbância, senão num país em que de 14 milhões de crianças em idade escolar primária apenas 7 milhões tinham acesso à escola. Comenta que a Guanabara caminhava para a completa redenção educacional do povo carioca. Portanto, caminhava para uma função pioneira na evolução democrática do Brasil. Carlos Lacerda exalta a priorização da funcionalidade da escola em detrimento do aspecto suntuoso. Diz que as escolas da Guanabara eram a expressão da humildade de seu povo. E que por isso, aqueles que se habituaram a palácios apenas nas pedras fundamentais nunca prosseguidas, chamam tais escolas de 'barracões de zinco'. Lacerda responde: "Pois que o fossem! Acredito que se o país se povoasse de barracões de zinco como este, de zinco e de alumínio, mas povoados por almas e por consciências lucidamente compenetradas do seu dever, nós teríamos já aquilo que ainda não temos: uma verdadeira democracia no Brasil!" Fala da importância da escolha do patrono para as escolas da Guanabara, que fazia parte também do processo educativo da criança. Exalta a obra do patrono da escola, Júlio Mesquita, realizada a partir de São Paulo, que foi o jornal *O Estado de São Paulo*, que Lacerda considerava, assim como o 'admirável' *O Globo*, da família Marinho (Roberto Marinho estava presente à cerimônia) e o grande jornal do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*, da família Caldas, mais que um patrimônio de um clã, mais do que propriedade de uma família. Segundo Lacerda, o Estadão era referência pela segurança com que a família o conduzia, pela firmeza com que ela se compenetrava da sua missão nacional, da sua responsabilidade nacional, estando à frente de um dos maiores jornais do mundo, uma indispensável e indestrutível instituição nacional. Acrescenta que feliz era o homem cuja obra prosseguira em seus filhos, sem quebra de continuidade, nem receio de incompreensão. Chama Júlio Mesquita de 'educador da



democracia brasileira'. Em referência direta ao combate ao Comunismo, Lacerda conclui dizendo que tinha orgulho de conduzir um povo livre, um povo disposto a lutar pela sua liberdade, um povo em cuja casa o Comunismo não entrava, em cuja casa não desertava o amor, a vida livre, limpa e digna e que contava com homens probos como Júlio Mesquita

Faixa 4

Inauguração da Escola Nova Holanda, em Bonsucesso

Carlos Lacerda começa o discurso de forma bem humorada, explicando às crianças presentes, que ele julgava estarem curiosas, o porquê de um curativo em sua mão. Ele disse ter sido mordido pelo seu cachorro. Aproveitou a ocasião para fazer campanha de vacinação dos animais, pois diz que a vantagem de se ter um animal vacinado era que, caso ele viesse a morder, quem teria tomado injeção era ele – antes -, e não o dono, depois. Diz que a escola a ser inaugurada era fruto de um devotamento insuperável de Otávio Borghetti e seus companheiros, e da exemplar dedicação do magistério da Guanabara, tornada possível no novo bairro da Nova Holanda. Carlos Lacerda exalta seu governo, mencionando que tinha feito uma sala de aula por dia, na Guanabara. E ele acrescenta que se tratava de uma resposta àqueles que diziam que se fosse eleito ele iria acabar com a escola pública. Agradece a Deus pelo fato de muita gente não ter acreditado nesta história e o resultado era justamente o que então se via. Ele alerta o povo para as mentiras da campanha eleitoral. Diz não querer transformar o discurso da cerimônia de inauguração de uma escola em comício político-eleitoral, mas pede ao povo que desse o voto para os candidatos a deputados da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), em eleições que seriam realizadas naquele ano, no dia 07 de outubro. Mas que o dessem para os que eram tão honrados quanto o próprio povo, aos interessados em ter escola, hospital e casa tanto quanto o próprio povo, e não gente que queria ser eleita para enriquecer à custa do povo, fazer promessa na véspera da eleição e esquecer de pagá-la no dia seguinte. Comenta que era com imenso prazer que entregava a escola ao bairro que era o 'filho mais sofrido', o 'primeiro filho' do seu governo. Conta que foi justamente no local, ainda sem dinheiro, ainda sem saber onde ia arrumar o dinheiro, que eles conseguiram a primeira, modesta, mas séria e honesta, tentativa de atender ao problema que tanto afligia a quase 1 milhão de cariocas que moravam nas favelas do Rio de Janeiro. Explica que tudo tinha começado com a necessidade de remoção da favela do Esqueleto, por conta da abertura da avenida Radial Oeste, para solucionar o problema das



			enchentes da praça da Bandeira, com a aplicação do dinheiro da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) na construção de casas para os moradores da favela então a ser removida. Lacerda diz que foi preciso vencer intriga, vencer incompreensão, pois não poucos pensavam que se ia entrar com trator esmigalhando as casas dos moradores. Mas, Lacerda relata que foram os próprios moradores da favela do Esqueleto que ajudaram o governo a resolver o problema. Comenta que a Nova Holanda era, talvez, o mais modesto dos projetos de bairros novos, em que se havia de transformar a série de favelas do Rio de Janeiro. Explica que ainda era feito de madeira, mas tinha a seu favor coisas consideradas extraordinárias: não era um mangue, não era um atoleiro, não era um brejo, tinha sido drenado e aterrado; tinha água, esgoto, luz, escola, rua, portanto, tinha melhor condição de saúde, de trabalho de moradia e de alegria, de acordo com o governador. Fala que o nome da escola era o mesmo nome do bairro, não por falta de criatividade, mas sim para exaltar o feito de um grande povo na sua pequena terra – a Holanda -, que secando e drenando o mar, nele plantou suas casas e suas lavouras, tirando do que era fundo do oceano vacas de leite, morangos e trigo para comer.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.094 1.Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Osvaldo Aranha, em Rocha Miranda 1.2 Faixa 2 Inauguração do Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana 1.3 Faixa 3 Continuação da Fita Anterior. Inauguração do Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana 1.4 Faixa 4 Inauguração do Ginásio José do Patrocínio, em Irajá. 2. Temas 2.1 Faixa 1 Abertura de escolas, véspera de eleição, maioria na Assembleia Legislativa, intervenção federal, referência ao patrono, vontade da maioria, patrimônio cívico e moral, líder do Brasil, nazismo,	F1: 12:12:min F2: 15:37min F3: 12:04min F4: 15:04min	F1: 21/05/1962 F2: 01/10/1961 F3: 01/10/1962 F4: 03/10/1962	<i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Osvaldo Aranha, Rocha Miranda Carlos Lacerda diz que se trata de mais uma escola das 10 que o governo tinha aberto nos dias anteriores, fora os três ginásios públicos que até antes do dia 07 daquele mês, data das eleições da ALEG (Assembleia Legislativa do estado da Guanabara), seriam abertos. Mas, queria que ficasse bem claro que não estava abrindo escola apenas porque era véspera de eleição. Conta que na semana seguinte à eleição mais duas ou três seriam abertas também. Ele adverte o povo que se queriam que a obra de inauguração de escolas na Guanabara continuasse, que dessem a ele maioria na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, pois não seria possível continuar uma obra construtiva quando havia na Assembleia deputados que pediam a intervenção federal no seu estado, que pediam tropa federal para vir ao seu estado para interromper a paz, a alegria, a liberdade com que o povo carioca se preparava pra exercer o seu direito. Por ultimo, Lacerda manifesta o desejo de fazer uma referência ao patrono da escola. Discorre sobre suas divergências com Osvaldo Aranha, mas se diz honrado e satisfeito com a nomeação da escola com o seu nome. E, acrescenta ele, fazia-o por três motivos: porque tinha a certeza de que o povo apoiava este nome para uma escola; porque o dever de um governante era sobrepor-se a qualquer sentimento pessoal que acaso existisse,



democracia, aliados, liberdade X
escravidão, comunismo

2.2 Faixa 2

Recursos de Brasília, elogios ao patrono, falta de terrenos para construção de escolas, escolas em Copacabana, ginásio público na Zona Sul, educação liberal, crítica à excessiva especialização, investimentos e retornos na educação, Plano Nacional de Educação

2.3 Faixa 3

Escolha do vice-governador, fidelidade a um programa, grande voz nacional, indenização pela mudança da capital, elogios a Lopo Coelho e a Juraci Magalhães, projetos não votados, Fundo Estadual da Educação, hospitais transformados em autarquias, críticas à concessão do título de cidadão, carioca, ginásio em Copacabana, professorado classe nervosa, salário

Faixa 4

Departamento de Prédios e Aparelhamento Escolares, campanha para Lopo Coelho, feitos do governo na área da educação, eleições para a ALEG, Revolução de 1930, voto secreto e feminino, sindicato dos trabalhadores, pelegos, comunistas, Juraci Magalhães, futuro senador, elogios ao patrono

pois o seu dever era atender ao que considerava a vontade da maioria do povo que representava; e porque entendia que a morte era o grande momento, era o instante decisivo e que aos que sobreviveram importava separar tudo aquilo que fora contingente, que fora passageiro na vida dos homens públicos, para consolidar e receber a herança do seu patrimônio cívico e moral, e essa herança em Osvaldo Aranha era muito grande. Salienta que Osvaldo Aranha se redimira de quaisquer erros que por acaso tivesse cometido em sua vida pública, ao se tornar um verdadeiro líder do Brasil num momento em que a pátria ameaçava descambar para o lado totalitário dos nazistas, comandando o povo brasileiro para levá-lo para o lado da democracia e dos aliados, ou seja, ressalta, para o lado da honra e da liberdade do povo. Carlos Lacerda compara a situação do Brasil da década de 1960 com a de 1940. Diz que o país estava frente à escolha entre liberdade e escravidão novamente, e o que ontem se chamava nazismo, no momento em que ele falava chamava-se comunismo. Acrescenta que a escolha do nome de Osvaldo Aranha representava a homenagem ao homem que no momento culminante da sua vida e da vida da nossa terra teve a coragem de escolher, e escolhera com bravura e determinação, entre a escravidão e a liberdade, ele tinha apontado ao povo brasileiro o caminho da liberdade.

Faixa 2

Inauguração do Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana

Carlos Lacerda justifica a ausência, na cerimônia, do secretário de Educação, professor Flexa Ribeiro. Diz que ele tinha faltado à cerimônia por conta do cumprimento de um dever ainda mais alto: o de cobrar em Brasília cerca de 500 milhões de cruzeiros que o governo federal devia à Guanabara para fazer mais escolas. Explica que a construção da escola tinha sido iniciada no governo de seu antecessor, Sete Câmara, mas que coubera a ele o mérito de terminar. Diz que uma tabuleta informava que o prédio então construído destinava-se a ser uma escola primária, com o nome do antigo presidente de Minas Gerais (no tempo em que os governadores eram chamados de presidente) João Pinheiro. Lacerda menciona que embora tivesse o mais alto respeito e a maior admiração, além dos vínculos de profunda amizade que o ligavam a muitos dos membros da família de João Pinheiro - pois conta que foi na casa de um dos filhos dele, Paulo Pinheiro, na rua Paula Freitas, que ele se tinha refugiado escapando da polícia quando lutava pela liberdade no Brasil - , já havia uma escola primária com o nome de João Pinheiro, de maneira que não poderia haver duplicata. Daí a mudança no nome. Salienta que tinha sido decidido também que seria construído um



ginásio. Lacerda conta que havia uma superstição de que entre a ponta do Leme e o Forte de Copacabana não havia terreno para a construção de escolas. Ele diz que aceitou o desafio de mostrar o contrário e cita a escola construída no Leme, a conclusão da que estava sendo então inaugurada e, entre o fim do ano corrente e o primeiro semestre do ano seguinte, anuncia a inauguração de mais duas escolas primárias em Copacabana: a escola Penedo, na rua Francisco Otaviano, e a escola dos 18 do Forte, junto ao Forte de Copacabana, no posto 6. Acredita que a razão pela qual tinha sido feito um ginásio era óbvia, porque faltava na Zona Sul um ginásio público. Carlos Lacerda exalta a atuação de Flexa Ribeiro na Secretaria de Educação, pois abrindo ginásios públicos ele calava a boca daqueles que o caluniavam. Discorre sobre a educação que seu governo pretendia implementar na Guanabara, a educação liberal, a educação que formava homens livres, a educação para o uso consciente e responsável da liberdade, a educação que repelia o conceito que a certa altura ia afundando a educação moderna no mundo da excessiva especialização, chegando-se a definir o especialista como o homem que entendia cada vez mais de coisas cada vez menores. Acrescenta que a finalidade dos ginásios na Guanabara era formar jovens – moças e rapazes - com uma base de educação liberal, isto é, educação com responsabilidade, consciência e lucidez para que ele se preparasse para qualquer carreira, qualquer profissão – manual ou intelectual -, de modo que nunca um jovem pudesse ser transformado num autômato, nunca pudesse o Estado, ou um partido, ou um caudilho, ou um ditador sobrepor-se à massa da juventude da sua pátria, e que ela, sim, deveria conduzir sua pátria em vez de ser por tais condutores conduzida. E brada: “Esta é a educação que nós devemos ter em vista!” Ele fala sobre os investimentos em educação a serem feitos e os possíveis retornos, como o aumento da produtividade brasileira pelo melhor uso dos instrumentos, dos implementos e das ferramentas. Discorre sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diz que afinal, depois de anos de boicote, conseguiu ser votada no Congresso, constituindo a base para o Plano Nacional de Educação. Carlos Lacerda informa que se congratularia com o governo da República se o Plano Nacional de Educação se mostrasse bom, e, sendo bom, fosse posto em prática. Mas, acredita que não seria, mas também não esperava que não viesse a ser mais uma promessa de véspera de eleição. Em todo o caso, ele se diz aliviado com o fato de a Guanabara estar cumprindo com o seu dever, uma vez que não acreditava em democracia num país cujo povo não podia educar seus filhos para a liberdade. Diz Lacerda que não desejava fazer da cerimônia



de inauguração da escola um comício político, mas sim o que ela era de fato, um ato cívico, um chamamento à consciência cívica da população de Copacabana, às vésperas de um ato decisivo para a formação e redenção do nosso país.

Faixa 3

Continuação da Fita Anterior

Inauguração do Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana

Carlos Lacerda fala da importância da escolha de um vice-governador aliado, que se preocupasse com a obra que estava sendo feita pelo governo, e não um vice-governador que viesse a destruí-la e desagregá-la. Diz que o vice-governador não poderia ser escolhido apenas pelos laços de amizade, tampouco pelos da vinculação partidária, mas sim pela mesma compreensão das responsabilidades de seu governo, pela fidelidade a um programa comum de trabalho e de reconstrução da cidade do Rio de Janeiro. Sustenta Lacerda que a Guanabara precisava ter em Brasília uma 'grande voz nacional', para que não ocorresse o que tinha ocorrido em 1960 e 1961, algo que pouca gente sabia; em 1960, quando apressadamente fizeram a mudança da capital para Brasília, o presidente da República e o Congresso, à guisa de indenização, resolveram dar à Guanabara 3 bilhões de Cruzeiros para suas obras como, por exemplo, a obra da água, que custaria 1 bilhão desses 3. Acrescenta que a Guanabara estava desprotegida por falta de uma grande 'voz nacional' no Senado Federal. Comenta que, naquele momento, um dos que eram candidatos a Senador pela Guanabara fora um dos que se levantaram na Câmara dos Deputados para protestar e votar contra a entrega dos 3 bilhões de Cruzeiros à Guanabara. Ele agradece a presença do deputado, presidente da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), Lopo Coelho, e do governador da Bahia, Juraci Magalhães, a quem ele comenta que só não chamava de senador porque dependia do povo a sua eleição. Lacerda discorre sobre a dificuldade que vinha enfrentando para por em prática os projetos de seu governo. Fala sobre os projetos que não tinham sido votados ainda, como o Fundo Estadual de Educação, e que, em 1963, seria preciso que os hospitais da Guanabara virassem autarquias, para que fosse feito com os hospitais o que tinha sido feito com as escolas. Assegura que fazia parte de um governo que queria governar somente dentro da lei, mas que, para governar dentro da lei, era preciso que a lei existisse, e para que ela existisse, era preciso que os deputados se dispusessem a fazê-las e não apenas dar votos de "cidadão carioca", de "congratulações" e outras 'perfumarias', que não resolviam o problema de ninguém. Lacerda salienta que Copacabana



precisava de um ginásio também porque dos que lá moravam nem todos eram ricos, nem todos tinham condição de pagar um ensino cada dia mais caro. Acrescenta que eram milhares os elementos da classe média e os trabalhadores das suas favelas. Ele desejava dizer às professoras presentes - que para ele era 'classe nervosa', 'classe difícil', porque acreditava em boato e muito traumatizada por toda sorte de disse-me-disse -, mas sem assumir um compromisso, pois compromisso era coisa séria, que esperava entrar no ano de 1963 com um melhor nível de vencimentos para o professorado público da Guanabara.

Faixa 4

Inauguração do Ginásio José do Patrocínio, em Irajá.

Carlos Lacerda informa que o ginásio tinha sido construído pelo Departamento de Prédios e Aparelhamentos Escolares da Secretaria de Educação, com 12 salas, abrigando em 3 turnos, para melhor aproveitar o prédio, 1200 alunos. Diz que se tratava do terceiro ginásio inaugurado naquele mês, sendo que haveria ainda mais dois: o Tomé de Sousa, no dia seguinte; e no dia 30, o Charles Dickens, em Campo Grande, inauguração esta que Lacerda esperava que fosse feita pelo deputado Lopo Coelho, na condição de futuro vice-governador da Guanabara, se o povo assim o quisesse. Ele exalta os feitos de seu governo na área da educação, apesar de poucos meses de mandato. Comenta que não sabia o que era feito pelos governos anteriores, mas de uma coisa ele tinha certeza: escola não era! E gaba-se com o fato de ser com tal credencial, a de construtor de escolas, que ele e seus companheiros de governo chegavam a Irajá para pedir ao povo que votasse certo nas eleições da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), que seriam realizadas no dia 07 daquele mês, para que ele pudesse ter uma Câmara que trabalhasse e permitisse que o governo trabalhasse também, contribuindo para que se continuasse a construir escolas. Lacerda menciona que durante anos falara-se que a cidade do Rio de Janeiro era uma cidade ingovernável, com problemas sem solução; e em 18 meses de mandato ele diz ter provado o contrário, pois alguns problemas estavam sendo solucionados e outros ainda seriam. E acrescenta: "Nós confiamos no povo, por isso eu acho que é justo que o povo confie em nós. Neste momento, não estou pedindo nada para mim. Já estou eleito, tenho ainda 3 anos e meio de mandato e pretendo exercê-lo até o fim, não pretendo renunciar!" Carlos Lacerda lembra da Revolução de 1930 e do surgimento do voto secreto e do voto da mulher. E ele reconhece que: "ela (a mulher) precisava votar, pois ninguém melhor do que ela



			<p>sabe o que convém aos seus filhos!” Em vez de votar na frente do patrão, ou na frente do chefe do cabo eleitoral, que depois ia cobrar, tomar o emprego de quem votasse contra ou dar emprego a quem votasse a favor, veio o voto secreto, o segredo da consciência de cada um. Mas, se o voto secreto era, por um lado, uma garantia para quem vota, era, por outro, para Lacerda, uma responsabilidade também. Ele ainda acrescenta que quem escolhe mal pelo voto secreto escolhe mal porque quer, pois não tem nem a desculpa do medo da perseguição. Pode escolher bem, e só ele pode escolher e mais ninguém. Ele fala do surgimento dos sindicatos de trabalhadores, embora estes ainda não estivesse libertados dos pelegos e dos comunistas que procuravam dominar a classe trabalhadora para implantar uma ditadura no Brasil. Mas, os sindicatos deram ao trabalhador o direito de se organizar, de lutar pelos seus direitos, pelo melhor nível de vida para a sua família. Carlos Lacerda fala da atuação de Juraci Magalhães no movimento de 1930, como tenente, aos 27 anos de idade, exaltando-o e apresentando-o como futuro senador da Guanabara, falando para o Brasil. Sobre o patrono da escola, ele fala que para José do Patrocínio a luta tinha começado há muito mais tempo. Ele exalta a trajetória de José do Patrocínio e seu papel na abolição da escravidão. Diz ser um dos nomes mais dignos de figurar no frontão de um ginásio público do estado.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.095</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Cerimônia de Inauguração da Escola Pace, em Higienópolis</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração do Ginásio Estadual Tomé de Sousa, em Senador Camará</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Aspirante Carlos Alfredo</p> <p>1.4 Faixa 4 Inauguração do Ginásio Charles Dickens, em Campo Grande</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Homenagem à escola americana, estatísticas escolares, apoio da Fundação Otávio Mangabeira, construção de ginásios, públicos e</p>	<p>F1: 19:24min F2: 09:12min F3: 06:38min F4: 19:08min</p>	<p>F1: 06/09/1962 F2: 06/10/1962 F3: 06/10/1962 F4: 05/12/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i> Cerimônia de Inauguração da Escola Pace, em Higienópolis. Carlos Lacerda diz que o nome da escola é uma homenagem à escola de mesmo nome existente nos EUA, do professor Young, presente à cerimônia com uma comitiva de norte-americanos. A homenagem foi também uma surpresa, conforme divulga o governador Carlos Lacerda, ao longo de seu discurso, pois a comitiva não sabia que a escola receberia este nome. O presidente do Diretório do Colégio da Universidade Pace entrega o anel à diretora da escola, para passar como relíquia para o seu patrimônio. Após a entrega, com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele diz ser a 30ª escola que a Fundação Otávio Mangabeira, com o dinheiro entregue pela indústria e pelo comércio da Guanabara, no cumprimento de um dispositivo da Constituição, construía e entregava à Secretaria de Educação. Conta que em um ano e meio seu governo tinha construído mais de uma sala de aula por dia. Ou seja, cada dia cerca de 80 crianças encontravam lugar na escola, nos primeiros um ano e meio do seu governo. Acrescenta que até o fim daquele ano, a Fundação Otávio Mangabeira ainda entregaria cerca de 40 escolas. E a Secretaria de Educação entregaria também um número considerável.</p>



gratuitos, candidatura de Lopo Coelho, pavimentação das avenidas Suburbana e Democráticos, verba alocada, intercâmbio com outros países, homenagem ao patrono

2.2 Faixa 2

Construção de ginásios, eleição de vice-governador, candidatura Lopo Coelho, eleição de bancada digna

2.3 Faixa 3

Nome educativo para escola, homenagem ao heroísmo do patrono, ameaça comunistas

2.4 Faixa 4

Reforma de escolas, elogios ao patrono, subdesenvolvimento, escola para o desenvolvimento, revolução/tirania, educação /liberdade

Discorre também sobre a restauração dos antigos prédios escolares, constante do programa escolar para fins de 1962 e 1963. Diz que mais de 300 prédios escolares estavam sendo reparados e restaurados. Assinala que outro ponto do programa era o corpo a corpo na batalha do ginásio, do ensino secundário. Cinco novos ginásios seriam, desde logo, construídos. Ginásios públicos, gratuitos. Lacerda faz menção à eleição de Lopo Coelho como vice-governador da Guanabara. Diz que se por ventura ele vier a faltar, Lopo Coelho poderia dar continuidade ao programa, sendo um 'reserva' de Carlos Lacerda no 'campeonato da educação'. Lacerda fala que na falta do governador, era necessário que o vice fosse seu amigo e companheiro. Mas, mais do que amigo e companheiro, fosse um homem capaz de entender e abraçar a mesma causa. Carlos Lacerda: "Inimigos não se substituem, destroem-se!" Ao povo de Higienópolis Lacerda fala de duas obras muito importantes: a pavimentação e remodelação das avenidas Suburbana e dos Democráticos. Anuncia que já estava começando, mas o povo ainda não tinha visto nada, porque no momento em que ele falava era que o trabalho iria começar mesmo, pois ele diz que retirou uma verba que estava destinada a uma estrada de turismo. Diz que para o turismo ainda havia tempo, o que se precisava mais era fazer avenidas decentes nos subúrbios. Carlos Lacerda comenta que já era tempo de estudantes brasileiros conhecerem outros países, e também de estudantes estrangeiros conhecerem o Brasil. Conta que teve a alegria de obter passagens gratuitas, não para a agitação e subversão, mais sim para uma missão de paz, entendimento e fraternidade. E acrescenta que foi graças às passagens concedidas pela Pan American que se tinha conseguido o seguinte resultado: entre 700 alunos do Colégio Pace norte-americano alguns tinham sido então escolhidos para irem ao Brasil, e eram justamente os que estavam presentes e apresentados por Lacerda na cerimônia. Carlos Lacerda fala um pouco de como o professor Young estreitou os laços com o Brasil. Foi quando ele veio dos EUA para cá estudar na Universidade de São Paulo, com apenas 25 dólares no bolso. Diz Lacerda que não deixaram ele ingressar na Universidade, pois seus estudos nos EUA não eram compatíveis. Mas, conseguiu fazer enfim seu curso na USP, depois de estudar bastante aqui. Casou-se com uma brasileira, de Belém, e tornou-se professor de Relações Internacionais, quando retornou para os EUA. Lacerda diz que a homenagem - ao nomear a escola inaugurada como o nome da escola do professor Young - era um sinal de entrelaçamento e amizade entre "o bom, competente e dedicado magistério público da Guanabara" e o professor Young, o seu Colégio e



seus colegas, e entre os estudantes do Rio e os estudantes de Nova Iorque.

Faixa 2

Inauguração do Ginásio Estadual Tomé de Sousa, em Senador Camará.

Carlos Lacerda anuncia que aquele era o 4º prédio de tamanho proporcional que o governo do estado da Guanabara abria ao povo e aos filhos do povo, naquela semana. Dos quatro, explica ele, aquele era o terceiro ginásio, e nomeia os três: o José do Patrocínio, o Pedro Álvares Cabral e o recém-inaugurado, o Tomé de Sousa. Ele promete ao povo outro ginásio, em Realengo, cuja construção tinha acabado de ser autorizada. Ele discorre sobre as eleições do dia 07 de outubro daquele ano e pede ao povo de Senador Câmara que o ajudasse a eleger um vice-governador, e não um 'anti-governador'. Diz que apóia a candidatura de Lopo Coelho, então deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Conta que Lopo Coelho era "uma prova do valor da educação numa vida nacional democrática". Ele também pede ao povo que desse a ele, nas eleições, uma bancada de 'deputados honrados', uma bancada de 'deputados capazes', que soubessem o que era um projeto de lei. Pede para que não elegessem homens que faziam demagogia antes e depois das eleições, não elegessem homens que fizessem promessas que não podiam cumprir

Faixa 3

Inauguração da Escola Aspirante Carlos Alfredo
Carlos Lacerda manifesta sua satisfação pela inauguração de uma escola aguardada há 34 anos, pois o bairro, que praticamente nascia, desde então esperava uma escola. Ele promete também a construção da praça principal do bairro para o início do ano seguinte. Ele fala do patrono da escola, da justificativa da escolha do nome do aspirante Carlos Alfredo. Fala sobre a importância da escolha de nomes para as escolas da Guanabara como parte do processo educativo da criança. Sobre Carlos Alfredo ele conta um episódio decisivo para a escolha: em 1957, um moço de 21 anos servia no Exército no estado de Mato Grosso. E no dia da festa de comemoração de aniversário de seu batalhão, este jovem participava da festa quando viu cair ao chão uma granada e em volta havia famílias e numerosas crianças. Sabendo que a granada ia explodir em pouco tempo, ele tentou retirá-la do local. E eis que o moço de 21 anos, noivo, jovem, com saúde, tendo diante de si todos os motivos para acreditar numa brilhante carreira militar, tendo a vida e o futuro diante de si, ao ver que a granada ia matar os inocentes, ao ver que a granada ia matar crianças, atirou-se com seu corpo sobre a granada e despedaçando-se salvou a vida



daqueles que estavam em volta. Carlos Lacerda diz que era preciso que alguém se lembrasse desse nome para por na frente de uma escola. Porque ele sacrificou sua mocidade para que as crianças pudessem viver. Acrescenta que os jovens do país não precisariam atirar-se sobre granadas para salvar a vida das crianças; basta que se livrassem e nos livrassem do comunismo, para salvar a liberdade das crianças

Faixa 4

Inauguração do Ginásio Charles Dickens, em Campo Grande, com Transmissão da Rádio Roquette Pinto, Emissora do Estado da Guanabara

Carlos Lacerda anuncia que aquele dia era o dia do segundo aniversário do primeiro governo do estado da Guanabara, mas um dia de trabalho como outro qualquer. E que, por isso, todos tinham a alegria de entregar ao povo aquilo que lhe pertencia: uma escola feita com o seu dinheiro, e não com o dinheiro de ninguém; feita à custa do esforço, do trabalho, da dedicação, da competência e da confiança de uma população honrada, digna de tudo que se fazia por ela. Sobre os esforços da Secretaria Estadual de Educação, tendo à frente o seu secretário, o professor Flexa Ribeiro, Lacerda fala que além dos prédios novos construídos, praticamente não havia nenhum dos antigos prédios da rede escolar que não estivesse em processo de reforma, restauração e, muitos deles, de ampliação. Tais reformas eram, segundo as palavras de Carlos Lacerda, substanciais, chegando a ser verdadeiras reconstruções dos antigos 'pardieiros'. Carlos Lacerda fala do patrono da escola: Charles Dickens. Diz que ele figurava entre os grandes escritores que a humanidade até então tivera e aquele que tinha demonstrado pela criança o maior carinho. Fala do momento pelo qual passava a Inglaterra, quando surgiu a figura de Charles Dickens como escritor. Diz que o próprio Marx, o criador do comunismo moderno, tinha por Dickens uma admiração sem limites, e o colocava como um dos mais perigosos homens do seu tempo, pois sentiu que Dickens, fazendo o que fazia com seus romances, uma espécie de retrato das injustiças da sociedade, era também um homem capaz de, através dos personagens de sua ficção, mudar e modelar os personagens da vida real para a reforma social. Nunca os revolucionários do ódio temeram tanto a inteligência, como em casos como o de Charles Dickens, diz Lacerda. Inteligência essa através da qual ele mostrou que a sociedade podia mudar, e mais, que só mudaria através da compreensão, da educação, da informação, do esclarecimento e nunca através daquilo que se chama slogan, a ideia crua, a ideia bruta, incapaz de se traduzir em atos e esclarecimentos recíprocos. Carlos



			<p>Lacerda discorre sobre o crescimento da nação brasileira, acompanhado do crescimento da necessidade de se ter uma parcela cada vez maior de pessoas qualificadas e preparadas para resolverem os problemas do país que, à medida que ele crescia, iam se tornando cada vez mais complexos. Fala da exigência de equipes de homens numerosos e competentes para resolver problemas que tinham solução, contanto que não aparecessem homens decididos a caminhar para a dissolução, conclui Lacerda, dizendo ser esta a causa do famoso subdesenvolvimento. Para ele, era a escola que transformava o subdesenvolvimento em progresso real e duradouro. E avisa: não havia quem pudesse dizer que não existia dinheiro no Brasil para se fazer escolas, pois havia. Carlos Lacerda diz que a educação poderia evitar e substituir a revolução, pois a revolução só conduzia a tiranias, enquanto que a educação conduzia à democracia. Mais do que a obra da educação primária em curso - que ele diz que o muito que já tinha sido feito ainda não era suficiente, fazendo com que esta obra ainda permanecesse -, ele fala da obra do ensino público ginásial gratuito, próximo desafio do seu governo na área de educação. Encerra o discurso demonstrando a enternecida gratidão ao povo da região de Campo Grande que com a sua presença e ajuda veio sublinhar o esforço do governo, dando novas razões para ele prosseguir e confiar.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.096</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração do Ginásio Gomes Freire de Andrade, na Penha.</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Berlim, em Olaria.</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Conselheiro Zacarias de Góis, em Bangu.</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Iniciativa privada, poder público, viaduto Lobo Júnior, praça na Penha, remodelação do hospital Getúlio Vargas, atendimento a doentes de outros municípios, verba federal, elogio a Paulo Sarasate, número de matrículas dobrado, reorganização da UEG,</p>	<p>F1: 29:12min F2:23:42min F3: 09:23min</p>	<p>F1: 24/01/1963 F2: 05/02/1963 F3: 30/04/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração do Ginásio Gomes Freire de Andrade, na Penha. Carlos Lacerda sustenta que o ginásio não era o ginásio de um partido, tampouco de um homem, e sim o ginásio de uma ideia, a ideia de que a democracia só existiria no dia em que o povo soubesse o que ela significava. Salienta que o ginásio era dos pais e das mães da Guanabara, pois fora construído com o dinheiro deles. Explica Lacerda que moradores e trabalhadores da Guanabara tinham para com a Penha e para com a região da Leopoldina uma dívida muito grande, pois eram as que mais deviam à iniciativa privada de seus moradores e as que menos deviam à iniciativa dos poderes públicos. Fala da construção do viaduto Lobo Júnior, e da primeira grande praça arborizada da Penha, uma praça coberta de mangueiras e com campos de esporte para o acesso gratuito da juventude local. Lacerda fala do hospital do bairro, o Getúlio Vargas, construído há mais de trinta anos, para atender a uma população que mal chegava a 300 mil habitantes. Diz que o hospital atendia a quase 1 milhão de pessoas, sendo que cerca de 30% delas eram pessoas vindas do estado do Rio de Janeiro, de municípios como Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, etc. Destaca que não se devia fechar as portas a essas pessoas, mas que não</p>



ampliação da rede pública de ginásios, hospital Pedro Ernesto, bolsas de suplementação, Lei de Diretrizes e Bases, concurso público, aprovação de projeto na Assembleia, elogios a Raul Brunini e a Átila Nunes, episódio mudança de nome da escola Sarah Kubitscheck, elogios ao patrono

2.2 Faixa 2

Terceiro turno, visita de estudantes alemães, Berlim dividida, operários livres e operários escravos, ameaça comunista, tanques do Exército Vermelho, o muro monstruoso, Berlim exemplo para o Brasil, fuga para a liberdade, elogios a Berlim, experiência do nazismo, conspiração em escala internacional

2.3 Faixa 3

Impontualidade, ausência de Célio Borja, elogios ao patrono, parceria com a Fundação Otávio Mangabeira, Escola de Desenho Industrial, Instituto de Educação Industrial, cumprimento da Constituição, população cresce rápido, insuficiência de escolas

tinha condições de sustentar sozinho demasiado encargo, e que por isso, por iniciativa do deputado Menezes Cortes, foi conseguido junto ao governo federal uma verba de 200 milhões de Cruzeiros para remodelação e ampliação do hospital Getúlio Vargas. Carlos Lacerda saúda um dos presentes, o deputado Paulo Sarasate e exalta seus feitos como governador do Ceará. Diz Lacerda que ele era o que se poderia chamar de 'o deputado do Brasil', pois a Guanabara vinha tendo dele, na sua influência, no seu talento, na sua dedicação na Câmara Federal, um dos seus mais constantes 'advogados'. Diz Carlos Lacerda que com o ginásio então inaugurado, seu governo estava se aproximando do objetivo traçado pelo secretário de Educação, Flexa Ribeiro, e por seus excelentes auxiliares na Secretaria: dobrar, em dois anos, isto é, elevar para 200% o aumento de matrículas no ensino médio público e gratuito no estado da Guanabara. Salienta o governador, com orgulho, que não punha o filho na escola na Guanabara quem não queria. Mas, diz também que não bastava a escola primária, ainda com precariedades e com o terceiro turno. Informa que seu governo tinha ainda duas tarefas: a reorganização da Universidade do Estado através da sua transformação em Fundação, cujos estatutos em revisão final, no dia anterior, após reunião com o reitor e a comissão de professores para isso designada, pôde finalmente ser preparado para aprovação; e a ampliação, a expansão da rede pública de ginásios, ou seja, do ensino médio e do ensino técnico do estado. Ressalta, com respeito às duas tarefas, duas coisas: que a Universidade acabara de ganhar do estado o seu hospital de clínicas, o Hospital Pedro Ernesto, e que foi graças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - lei que quase fez com que ele não fosse eleito, por conta das calúnias -, que seu governo pôde por em marcha tal expansão. Lacerda comenta a possibilidade de em fevereiro do ano seguinte injetar um suplemento financeiro, para que os pais que não tivessem condições de pagar o ginásio dos filhos pudessem financiar os estudos com empréstimos, através de bolsas de suplementação, com prazo de 8 a 10 anos para pagar. Defende a ideia de que os professores do ensino médio público e gratuito do estado só deveriam nomeados por concurso e não por pistolão, pois eles eram caros, custavam, cada um, 1 milhão de Cruzeiros por ano à população do estado da Guanabara. Carlos Lacerda diz que, quem abrisse as páginas políticas dos jornais, teria a impressão de que havia uma luta entre o governo do estado e a Assembleia Legislativa. Ele fala dos entraves e dos problemas enfrentados para aprovação de projetos na Câmara dos Deputados como, por exemplo, a isenção de impostos para quem construísse hotéis na Guanabara para incentivar o



turismo, com melhores condições de hospedagem. Lacerda conta que ‘proveitadores’ votaram a emenda que previa a isenção de imposto para aqueles que abrissem estabelecimentos comerciais dentro desses hotéis. Isso para Lacerda configurava-se em uma injustiça, pois justamente aqueles que se instalavam dentro de hotéis de luxo, com seus estabelecimentos comerciais, eram os que tinham mais condições de pagar impostos. Ele presta uma homenagem, através da figura do deputado Raul Brunini, à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, pelo que ela tinha de autenticamente representativo e prestativo. Exalta também a figura do deputado Átila Nunes. Diz que partiu de ambos o pedido insistente de calçamento da avenida Nossa Senhora da Penha, que fez arrancar do governador ‘este favor imenso’, ‘essa proteção descabida’, cita ironicamente Lacerda. Carlos Lacerda fala do patrono do ginásio, o Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela – seus feitos e sua importância como extraordinário administrador, renovando áreas inteiras da cidade, secando pântanos e criando a Cidade Nova, que se estende pela zona do Lavradio, Inválidos, Senado e muitas outras ruas. Sobre a escolha dos nomes para as escolas da Guanabara, Lacerda esclarece um episódio: diz que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi informado de que ele haveria mudado o nome da escola normal Sara Kubitschek, em Campo Grande, e atribuiu isso a “uma perseguição mesquinha, a uma prevenção pessoal, medíocre e indigna de qualquer um”. Lacerda conta que mandou explicar a ele a verdade dos fatos: havia uma escola normal em Campo Grande em construção, a qual foi dada, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, o nome de sua distinta esposa. Continuava a haver em Campo Grande uma escola normal com o nome da Sra. Sara Kubitschek. Quando esta escola se expandiu e através de outras unidades (ginásios, jardim de infância, escola de aperfeiçoamento, etc) formou um conjunto, o deputado Miécimo da Silva, e não o governador, que foi quem deu o nome primitivo, manteve o nome, mas passou a chamar o conjunto de Instituto de Educação de Campo Grande. A moral da história era assim resumida por Lacerda: “Quem não quiser ser intrigado, e não quiser passar por dissabores desse tipo, nunca deixe de dar o nome de sua família a uma escola enquanto estiver vivo!” Ele conclui acrescentando: “Não viemos aqui para mudar o nome das escolas, viemos para fazê-las; não viemos aqui para mudar o nome de ninguém, viemos para identificar as pessoas, e é por isso que o nome de Gomes Freire de Andrade à frente desta escola servirá para recordar aos meninos e às meninas da Penha um dos seus grandes



administradores, um dos homens que iniciaram a renovação do Rio de Janeiro, para transformá-lo na cidade em que hoje, entre penas, desilusões, amarguras, malogros, desapontamento, mas, ao mesmo tempo, entre a alegria de um povo que renasce, entre o aperto de mão da mãe comovida, agradece aquilo que não precisa agradecer, do pai que vê que, finalmente, o que ele paga em impostos está sendo devolvido em serviços. É esse o nosso esforço, é isso que nós procuramos fazer e quem achar assim nos ajude, porque os outros já atrapalham bastante.”

Faixa 2

Inauguração da Escola Berlim, em Olaria.

Carlos Lacerda comunica que com a abertura da escola, que estava sendo inaugurada, a outra mais próxima passaria a ter apenas dois turnos, o que proporcionaria uma melhor qualidade de ensino aos alunos da outra, graças à abertura daquela. Informa que mesmo preenchendo as vagas da escola então inaugurada com os alunos do terceiro turno da outra, ainda contavam com 200 vagas abertas. Ele afiança que não iria parar por aí. Lacerda fala sobre liberdade e faz alusão à visita de dois estudantes alemães, vindos de Berlim, e acompanhados por uma jornalista alemã, para que eles vissem aqui, aquilo pelo qual lutam lá. Relata que também teve a oportunidade de ver Berlim antes e depois do muro, que viu Berlim dividida, como estava dividido o próprio mundo: em uma parte escrava e em uma parte livre. Na parte livre de Berlim, conta que se via fábricas onde operários prosperavam e tinham alegria, pois sabiam que não estavam trabalhando para senhores, mas sim para si e para a comunidade; e do outro lado se viam fábricas em que os operários sabiam que estavam trabalhando como escravos para o Estado e só para o Estado, porque o Estado era o dono de tudo, ele era o senhor de tudo, ele mandava no trabalho e na consciência das pessoas. Alerta Carlos Lacerda que em Berlim se via a ‘miniatura’ do que poderia acontecer no Brasil e no mundo se o povo não lutasse pela sua liberdade, quer dizer, se o povo não derrotasse o comunismo como antes tinha derrotado o nazismo. Em Berlim, uma geração que não tinha conhecido Hitler e a ditadura nazista conhecia, então, a ditadura comunista. Carlos Lacerda salienta que o povo de Berlim tinha dado um exemplo ao povo do mundo inteiro, quando se levantou e com suas mãos desarmadas tomou as pedras da rua para atirá-las contra tanques do Exército Vermelho, a fim de defender a sua liberdade e a vida de seus filhos. Lacerda narra que tanta gente saiu do lado escravo para o lado livre de Berlim, que levou, um dia, o dirigente da Alemanha Oriental, Walter Ulbricht, traidor de sua pátria, a sair da parte oriental da cidade, indo



a Moscou receber ordens do chefe da polícia secreta da ditadura russa, sendo que uma delas era a construção do muro, considerado por Lacerda “o muro mais estranho, o muro mais esquisito, o muro mais monstruoso de quantos muros até hoje mãos humanas chegaram a construir!” Ele diz que, até então, na história do mundo, os muros tinham sido feitos para que as pessoas ficassem do lado de fora. Nas casas os muros eram feitos para que a família ficasse protegida dentro de casa, para que não houvesse invasores, para que ladrões não entrassem, para que animais não viessem a comer o jardim. Em Berlim, ao contrário, pela primeira vez, na história do mundo, construiu-se um muro para aprisionar as pessoas atrás dele; pela primeira vez, na história do mundo, fez-se um muro para que as pessoas não pudessem sair, diz Lacerda. Era preciso construir o muro para que a população comunista de Berlim não diminuísse, pois muitos estavam passando do lado da ditadura para o lado da democracia, lembra o governador. Sobre isso ele ressalta, justificando a escolha do nome da escola: “17 milhões de pessoas... Milhões de trabalhadores, milhões de lavradores, milhares e milhares de estudantes, milhares de engenheiros, de médicos, de juízes, de industriais, de operários, maquinistas, foguistas, carpinteiros, metalúrgicos, gente de toda classe e condição uniu-se na fuga em caminho da liberdade, uniu-se na repulsa à ditadura comunista. Portanto, a lição de Berlim não pode ser ignorada, nem esquecida por um povo que tem a vocação da liberdade e horror à traição como é o povo brasileiro!” Acrescenta Lacerda que atrás desse ‘estranho muro’, construído com toda a espécie de materiais, nunca ficava um soldado sozinho, pois um soldado sozinho do lado comunista também fugiria para o lado da liberdade. Soldados? Sempre aos pares, para que um denunciasse o outro, para que um matasse o outro se o outro escolhesse a liberdade. “É como se a avenida dos Democráticos de repente fosse dividida em dois: os que moram de um lado ficam livres, e os que moram do outro lado ficam escravos; é como se no meio da avenida Suburbana de repente se levantasse um muro para dividir a nossa humanidade, para dividir o pai de um lado e a mãe do outro, o filho de um lado e os pais do outro, os netos de um lado e a avó do outro, o esposo de um lado e a esposa do outro lado, divididos por um muro pela vontade de ferro, de aço e de lama dos ditadores comunistas!” Lacerda afirma que nenhum povo seria digno de liberdade se não fosse capaz de lutar por ela. E admira-se com o fato de a Alemanha ter tido de enfrentar outra ditadura após passar pela experiência do nazismo. E foi esse sentido, segundo o governador, que inspirou o governo do



estado a dar à escola o nome glorioso da cidade de Berlim, cidade de imensas tradições, sempre um foco de cultura, de arte, de técnica, de inteligência e de vocação para a liberdade. Lacerda comenta que o berlinense e o carioca tinham muitas afinidades: punham apelido em tudo, riam de suas próprias dores, gostavam da anedota, da festa, do barulho da música, etc. Ele salienta que tínhamos no Brasil um dever: o de evitar que a Rússia, através do Rio, através do Brasil, trouxesse para a América do Sul a desgraça que tinha levado à Alemanha e aquela que tinha pretendido levar, e não conseguiu, à África, que era o comunismo, considerado por Lacerda “uma conspiração em escala internacional”.

Faixa 3

Cerimônia de Inauguração da Escola Zacarias de Góis, em Bangu.

Carlos Lacerda desculpa-se pelo atraso e menciona que a impontualidade era um dos privilégios da oposição, o governo deveria ser pontual. Manifesta seu sentimento pela ausência do deputado Célio Borja, a quem Lacerda devia a excelente ideia da escolha do nome da escola. Concorda com o engenheiro Ronaldo Monteiro que acentuara que se tratava de uma injustiça o fato de um homem do valor, da combatividade e da dedicação patriótica de Zacarias de Góis não tivesse o seu nome numa escola, quando havia tanto pilantra que já tinha tido nome em escola, em nosso país. Carlos Lacerda exalta e comemora o trabalho desenvolvido em 1 ano pela Fundação Otávio Mangabeira. Lacerda comenta que a escola Zacarias de Góis era a 47ª escola construída e entregue à Secretaria de Educação do Estado pela Fundação Otávio Mangabeira. Carlos Lacerda comunica que o secretário de Educação anunciara não só a entrada em funcionamento, naquele ano, da escola de desenho industrial, a primeira de toda a América Latina, para o desenvolvimento industrial do estado e do país, como a formação do primeiro Instituto de Educação Industrial do Brasil, isto é, do Instituto destinado a formar professores do ensino industrial. Destaca que para fazer as escolas que a Fundação Otávio Mangabeira vinha fazendo, não fora preciso mexer na Constituição, pelo contrário, fora preciso apenas cumpri-la, pois havia um artigo que dizia: “todo estabelecimento industrial e comercial de mais de 100 operários ou empregados deverá prover os meios para a educação dos filhos de seus empregados”. Acrescenta que existiam fábricas em Bangu que sempre fizeram isso, mas existiam numerosas outras que nunca o fizeram. Diz que não foi difícil fazer com que o comércio e a indústria do estado da Guanabara cumprissem a Constituição.



			<p>Bastou apenas que o estado cumprisse também! A Fundação Otávio Mangabeira teve pequenas dificuldades com a inflação, que obrigaram a realizar o reajustamento dos preços na construção de escolas, mas tinha retomou o ritmo anterior, assegura Lacerda. O governador diz que essa preocupação exacerbada com a construção de escolas não era propaganda eleitoral, até porque longe estavam as próximas eleições. Explica que era por uma questão de brio e que se os presentes permitissem diria, 'brasileiramente', que se tratava de uma questão de 'vergonha na cara'. Ele sustenta que houve quem votasse em demagogo, por acreditar na mentira que dizia que ele acabaria com a escola pública, ao se tornar governador, e que o secretário de Educação, Flexa Ribeiro, seria um 'tubarão da educação'. Pois bem, ele ressalta que o governador que iria acabar com a escola pública e o 'tubarão da educação' fariam, em 5 anos, mais escolas na Guanabara do que tinham sido feitas nos últimos 50 anos. Mas, a outra razão para se fazer escolas, ressalta ele, esta mais importante na sua concepção, era que os brasileiros tinham muitos filhos e o povo crescia mais depressa do que tudo o mais no Brasil.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.097</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 3, da Fita 96 Inauguração da Escola Conselheiro Zacarias de Góis</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Luís Camilo, em Jacarepaguá</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Penedo, em Copacabana.</p> <p>1.4 Faixa 4 Continuação da Fita Anterior, Inauguração da Escola Penedo, em Copacabana</p> <p>1.5 Faixa 5 Inauguração da Escola Miguel Ramalho Lobo, em Realengo.</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Revolução na educação, reforma agrária</p> <p>2.2 Faixa 2</p>	<p>F1: 05:02min F2: 19:52min F3: 07:09min F4: 09:53min F5: 19:47min</p>	<p>F1: 30/04/1963 F2: 15/05/1963 F3: 27/11/1963 F4: 27/11/1963 F5: 04/10/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Continuação da Faixa 3, da Fita 96 Inauguração da Escola Conselheiro Zacarias de Góis</p> <p>O governador Carlos Lacerda continua discursando e afirmando ser mais barato, mais rápido e mais eficiente fazer escola do que fazer uma guerra civil no Brasil. Prossegue sustentando que sem comprar mais máquinas, embora fosse preciso comprá-las sempre, sem tomar terra de ninguém e sem mudar a Constituição poder-se-ia aumentar em 30% a produção geral do Brasil e aumentar a capacidade dos jovens trabalhadores para produzir. Acrescenta que a revolução a fazer no Brasil consistia no seguinte: em pouco tempo pôr muita gente na escola. Fora disso, afirma, era pura demagogia. Ele cita, como exemplo, a caso da reforma agrária, pois preconizava-se que para fazer reforma agrária era preciso mudar a Constituição, enquanto que para Lacerda não se tratava de mudar a Constituição, mas sim de cumpri-la apenas. Afiança que os maiores latifundiários do Brasil eram os próprios governos da União, dos estados e dos municípios, que detinham 2/3 das terras do país, e que, portanto, cabia a eles não enganar o povo, dizendo que era preciso mudar a Constituição para se fazer reforma agrária. Ele encerra o discurso fazendo seus agradecimentos e dizendo que era uma coincidência para ele 'tão feliz', o fato de que naquela manhã abrira cinco escolas, amenizando um pouco a abertura de seu 49º aniversário.</p>



Elogio ao patrono, destruição da Previdência Social, organização do arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Manifesto dos Mineiros, censura à imprensa, Departamento de Imprensa e Propaganda, fascismo

2.3 Faixa 3

Estatísticas Escolares, elogios à cidade de Penedo, SURSAN, Departamento de Obras, Enaldo Cravo Peixoto

2.4 Faixa 4

Recenseamento escolar, escolarização do estado da Guanabara, SUDENE, centralização excessiva, descentralização, Nordeste, Aliança para o Progresso, sabotagem, bravo povo nordestino

2.5 Faixa 5

Elogios ao patrono, excedentes, terceiro turno, eleição de vice-governador, candidatura Lopo Coelho, voz nacional em nome da Guanabara, Juraci Magalhães, projetos engavetados, criação das Administrações Regionais, criação da Companhia de Habitação Popular, recuperação de favelas, recuperação da Fundação Leão XIII, inércia da Assembleia, Tribunal de Contas

Faixa 2

Solenidade de Inauguração da Escola Luis Camilo, em Jacarepaguá.

Carlos Lacerda. anuncia as autoridades presentes e os membros da família de Luis Camilo, entre outros. Começa o discurso falando sobre o patrono da escola. Considera Luís Camilo um 'homem raro', desses que muitas vezes não apareciam nos livros de História, mas que quase silenciosamente, mais para realçar os outros do que a eles próprios, mudavam o curso da História. Diz que ele pertenceu a um 'tipo pouco abundante' de homens e quem o conheceu jamais o poderia esquecer, pois ele marcava com a sua presença os seus amigos de uma forma a um tempo sóbria e discreta, mas absolutamente inapagada, pois tinha a característica de ser uma personalidade inesquecível. Carlos Lacerda ressalta a 'mania' de Luís Camilo de catalogar, de organizar, de pôr ordem às coisas, assim como às ideias. Salienta que ele tinha organizado a biblioteca de um dos institutos e o próprio instituto, e que ele, Lacerda, via como salvados de um incêndio da Previdência Social alguns dignos representantes ou remanescentes que vinham testemunhar a sua fidelidade à memória, ao exemplo e à obra daquele seu grande companheiro, pioneiro com Hélio Beltrão e tantos outros, da obra então destruída da Previdência Social no Brasil. Para Carlos Lacerda, Luís Camilo fora, por assim dizer, um dos que construíram as Fundações da Previdência Social no Brasil. Tinha organizado também o arquivo e a biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, transformando o seu arquivo, não o deixando ser apenas um arquivo morto de memórias do passado, mas um repositório permanente para a defesa e ilustração, para a edificação e consolidação do Brasil. Lacerda lembra do episódio em que Luís Camilo foi demitido de suas funções no Ministério, pelo governo. Isto porque, ao ver a nação sem eleições, sem o direito de falar, os brasileiros sem o direito de se reunirem, sob pena de serem considerados fora da lei, entregou-se à articulação do chamado 'Manifesto dos Mineiros' e assinou-o. Tratava-se da declaração pela qual um grupo de brasileiros eminentes de Minas Gerais declaravam ao país a necessidade de dar aos brasileiros o direito elementar de escolher pelo voto os seus representantes. Lacerda ressalta que Luís Camilo tinha percebido que o país corria o risco de se tornar o satélite do fascismo, das nações dominadas pelos regimes totalitários fascistas. Lacerda conta que depois disso ele passou a ser um articulador infatigável de um movimento que era então conspiração: a conspiração da liberdade, a conspiração pelas eleições, a conspiração para que os brasileiros



pu dessem novamente, como todos os povos 'adultos', escolher o seu governo. Carlos Lacerda relata que foi Luís Camilo quem o tinha aproximado de José Américo de Almeida, cuja entrevista com Lacerda iria derrubar a censura à imprensa. Prossegue dizendo que foi ele – Luís Camilo - quem convenceu José Américo a conceder tal entrevista. Sobre o fim da censura da imprensa, com a dissolução do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), ela ocorreu no dia seguinte à publicação da entrevista no *Correio da Manhã*, após Luís Camilo percorrer as redações dos principais jornais, 'esmolando' a oportunidade de publicá-la, embora eles se negassem a assim proceder. Lacerda sustenta que os homens mais afortunados e poderosos do país, os que tinham vários automóveis e mulheres como sinal de sua opulência, eram os que não tinham coragem de por em risco uma delas ou um deles para devolver a liberdade ao povo. Comenta que era justamente para que soubessem os que ainda desconheciam e para que se lembrassem os que não podiam esquecer-se, era que o seu governo entendia de colocar na escola da Fundação Otávio Mangabeira, naquele momento entregue, o nome que, havia um tempo, era pouco conhecido e famoso, porém modesto e glorioso, de um homem cuja a vida fora mais importante do que a biografia, cuja obra não se encontrava nas estantes, pois se encontrava no procedimento, nas atitudes, nas liberdades que cada um de nós desfrutávamos, ou seja, Luís Camilo.

Faixa 3

Cerimônia de Inauguração da Escola Penedo, em Copacabana.

Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes, inclusive da cidade alagoana de Penedo, homenageada por nomear a escola. Começa o discurso dizendo que ao iniciar o ano letivo de 1964, haveria no estado da Guanabara a oferta de 100 mil vagas no ensino público primário. Diz que naquele momento 60 novas escolas estavam sendo construídas, a grande maioria nos subúrbios. Menciona que a escola não fora feita pela Fundação Otávio Mangabeira, e sim pela SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento), através da Secretaria de Obras, pelo Departamento de Esgotos Sanitários da Guanabara. Lacerda justifica a escolha do nome Penedo, nome da cidade alagoana, para a escola então inaugurada. Diz que quando visitou o local e viu ser possível a construção de uma escola, era necessário falar com o dono do local, que era o secretário de obras Enaldo Cravo Peixoto. Lacerda destaca que tinha 'comprado' o secretário como o nome Penedo, sendo que, para ele, nunca houve uma compra tão vantajosa, nem tão honrosa, nunca houve suborno fundado em tamanha liberdade, nunca houve prevaricação tão



generosa, nem tão honrada: vendeu-se o secretário de Obras pelo nome de sua cidade na escola; vendeu-se o governador ao secretário, dando para a honra sua o nome de Penedo para a escola.

Faixa 4

Continuação da Fita Anterior

Inauguração da Escola Penedo, em Copacabana.

Ele anuncia que, cumprindo o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os professores da Guanabara tornar-se-iam recenseadores, fariam o recenseamento escolar no estado, pois o governo queria saber quantas crianças ainda havia que não iam à escola, queria saber porque não iam, em que condições poderiam ir, como viviam seus pais, que razões tinham para não freqüentar a escola. Manifesta a intenção de escolarizar por inteiro toda a população do estado da Guanabara. Diz que isso seria feito pelas professoras, como um serviço ao povo, que contaria para elas como ponto para a sua promoção, pois se orgulhava de ter substituído o pistolão pelo serviço prestado à comunidade. Sobre o papel da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), ele diz que se ela, além de fazer, permitisse que os outros fizessem, se conferisse aos governos estaduais delegação para executar obras e serviços, se em vez de agravar a centralização que asfixiava o Brasil ela desdobrasse em delegação e descentralização o congestionamento do país, se ela valorizasse realmente o Nordeste, “dando-lhe a possibilidade de realizar por si mesmo as obras que no passado demonstrou ser capaz de fazer sem recursos; se ela, por mobilizar os recursos disponíveis, em cruzeiros ou em dólares, da nação inteira que para ela contribuiu jubilosamente, repleta de esperanças teimosas; se ela der validade, vitalidade, aplicação prática ao sonho generoso da Aliança para o Progresso, nós teríamos todos juntos resolvido o problema do Nordeste, vale dizer, resolvido o problema número 1 do Brasil.” Carlos Lacerda condena a centralização como um ‘resíduo’ do caudilhismo e da ditadura. Destaca que não poderia persistir a ideia de nem fazer e nem deixar que os outros fizessem, ideia essa pela qual a SUDENE sabotava conscientemente, torpedeava deliberadamente a Aliança para o Progresso, para poder culpar os americanos pela miséria brasileira. Ele acrescenta: “Se ela, explorando um falso nacionalismo, destruir a verdadeira nação; se ela chorar a morte do presidente Kennedy em exéquias oficiais, mas celebrar o malogro da Aliança para o Progresso em entrevistas não menos oficiais; se ela celebrar quase jubilosa a entrada do Brasil no caos, no momento em que o povo inteiro ansiosamente aguarda a entrada do Brasil na ordem e no progresso, que em vão se



inscreve na sua bandeira...” Carlos Lacerda no fim do seu discurso exaltando o governo de Alagoas e seu governador, proclama a força do povo nordestino e a importância dessa força nas políticas que levavam ao desenvolvimento do país, como a política educacional. Defende a união, como a união que estava sendo perpetuada quando a Guanabara se voltava para Alagoas, pois separados “sucumbiremos pelo trabalho da intriga e pela erosão da inércia, da incompetência e da corrupção”. Encerra pedindo que contra a “trinca maldita” – a inércia, a incompetência e a corrupção – se levantasse a escola como símbolo, a educação como um programa e a criança como a única e verdadeira meta para a grandeza do Brasil.

Faixa 5

Inauguração da Escola Ramalho Lobo, em Realengo.

Carlos Lacerda anuncia o governador da Bahia, Juraci Magalhães, o presidente da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) Lopo Coelho, o secretário de Educação, professor Flexa Ribeiro, o chefe da Polícia, general Newton Cruz, os deputados Raul Brunini e Waldemar Viana, o comandante da Polícia de Vigilância, coronel Deschamps, o Diretor de Ensino Primário, professor Antônio Carlos, o presidente da Fundação Otávio Mangabeira, Otávio Borghetti, os administradores regionais de Bangu e Campo Grande, a coordenadora de educação, a diretora da escola, as professoras e os alunos, entre outros presentes. Carlos Lacerda fala sobre Ramalho Lobo, patrono da escola então inaugurada, e que havia sido seu professor de matemática: “O homem que ensinava a língua dos símbolos com o talento e o fundamento de um humanista. Um homem para quem a matemática não era senão a projeção em símbolos misteriosos da imensa riqueza do espírito humano, através de uma formação humanista”. Diz que a escolha do nome para a escola foi sugestão do secretário de Educação, professor Flexa Ribeiro. Sustenta Lacerda que com a escola encerrava-se na região a fase triste dos chamados excedentes. E que com ela acabava-se o terceiro turno em duas outras. Diz Lacerda que a escola era o testemunho ao povo da região da presença do governo que deixava de ser ausente, distante, isolado, para comunicar-se com a população, transmitindo-lhe sob a forma de escolas aquilo que recebia sob a forma de contribuições e de votos. Sobre as eleições para vice-governador do estado, a serem realizadas no domingo seguinte ao dia da inauguração em questão, Lacerda diz não confundir a cerimônia de inauguração de uma escola com comício eleitoral, mas que se sentia no dever de orientar o povo para que ele votasse



certo. Alerta para o povo que se tratava não de eleição do 'antigovernador', mas sim do vice-governador. Tal eleição não era, e nem poderia ser, a de um inimigo para atrapalhar a vida do estado e perturbar a obra administrativa do governo, diz Lacerda. Salienta que o vice-governador não poderia ser um homem que exercesse oposição ao governador, e que a oposição só ganharia espaço no governo quando fosse chegado o momento de substituir todo o governo. A não ser que o povo quisesse que no restante de seu mandato, ao invés de escolas, viessem intrigas, ao invés de obras viessem calúnias entre o governador e o seu vice. Lacerda reafirma então a candidatura do deputado Lopo Coelho à vice-governança do estado e realça a sua trajetória política. E sobre a eleição para senador da República pelo Rio de Janeiro, ele diz ser necessário que houvesse uma grande voz nacional que se levantasse para falar em nome da Guanabara e fosse necessariamente ouvida por todos os estados do Brasil. E, justamente por isso, ele diz que ia procurar Juraci Magalhães, governador em fim de mandato na Bahia. Sobre a ALEG, Carlos Lacerda fala que existiam muitos projetos que estavam engavetados, aguardando a ação dos deputados para que se tornassem leis a serem votadas e aprovadas. Cita o Fundo Estadual de Educação e a Lei de Reforma Administrativa para criar as Administrações Regionais como exemplo. Fala da pendência de decisão, havia mais de um ano, da criação da Companhia de Habitação Popular para que o estado pudesse cumprir a Constituição que mandava entregar 2,5% da arrecadação para a obra de recuperação das favelas do Rio de Janeiro. E enquanto a Assembleia, por falta de uma maioria sólida, não conseguisse votar a criação da Companhia, Lacerda destaca a reforma e a renovação de um órgão existente, a Fundação Leão XIII, para que ela recebesse o dinheiro e o aplicasse imediatamente nas favelas. Lacerda conta um episódio em que o Tribunal de Contas do Estado, por uma maioria, resolveu interpretar a lei não em favor do povo, mas contra o povo, considerando que o dinheiro que ia para a Fundação Leão XIII para lá não poderia ir até que a ALEG votasse a criação da Companhia de Habitação Popular. E sobre isso fala Carlos Lacerda: "Ontem fomos postos contra a parede, entre a inércia da maioria da Assembleia e a intolerância da maioria do Tribunal de Contas; mas o dinheiro das favelas é sagrado, o interesse dos favelados é sacro-santo. Hoje vamos depositar esse dinheiro em conta bloqueada no banco do Estado e vamos levantá-lo e entregá-lo em nome do banco do Estado à Fundação Leão XIII, para que a obra das favelas não se interrompa. E a Assembleia que se decida votar a lei ou o Tribunal recuar de sua decisão.



			Entendam-se ou desentendam-se os dois órgãos, mas nós é que não vamos parar a obra de recuperação das favelas!” Lacerda diz que isso era fácil de resolver. Salienta que na ALEG já existiam deputados ‘bravos’ e ‘bons’ e cita como exemplo Raul Brunini e Waldemar Viana, mas diz que era preciso ter uma maioria substancial na Assembleia para que “as leis não fossem pretexto para, em nome de falsas divergências ideológicas, negar ao povo as leis que ele carecia para poder realmente resolver os seus problemas”.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.098	F1:15:55min F2: 14:35min F3: 16:23min F4: 13:11min	F1: 01/10/1963 F2: 13/01/1964 F3: 28/01/1964 F4: 30/04/1963	<i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Jorge Gouveia, em Vigário Geral. Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes, entre as quais a viúva e a família de Jorge Gouveia. Fala que antes de começar desejava congratular-se com o povo de Vigário Geral que lhe tinha dado uma grande lição, pois foi convencido pelo povo da região que seria um erro construir uma escola no lugar da única praça do local, derrubando o coreto. Lacerda conta que recebeu um telefonema do deputado Amaral Neto informando que subia à tribuna da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) outro deputado eleito pela legenda da UDN (União Democrática Nacional) e comunicando o rompimento com o governo, justamente porque Lacerda decidira fazer a escola em outro lugar, preservando a praça. E apenas pelo fato de a ideia de manter a praça ser uma ideia de um homem do PSD (Partido Social Democrático) e Amaral Neto queria provar que o PSD não mandava em Vigário Geral. Sobre isso Carlos Lacerda diz: “Há certas coisas que vão além da nossa capacidade de ter paciência. Nós não fomos eleitos para acabar com praças ou fazer praças, conforme a UDN, o PSD ou o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) desejam ou não desejam. Nós fomos eleitos para servir ao povo, e praça não tem partido, nem coreto tem legenda!” Carlos Lacerda comenta este episódio, segundo ele mesmo, justamente para que o povo soubesse que quase ficava sem a escola, porque um homem tinha resolvido por seus ódios pessoais e seus coretos, colocar-se acima dos interesses da população de Vigário Geral. Por isso ele fala da conveniência de mandar para a Assembleia homens que não deixassem de votar as leis de que o governo precisava por causa de ‘ódios pessoais e por questão de coreto’. E pede que em 07 de outubro do ano corrente, quando haveria eleições para deputados da ALEG, o povo desse a ele uma ‘bancada sólida’, uma ‘maioria verdadeira’. Lacerda diz que seu governo agia dentro da lei, e que, por conta disto, para agir precisava das leis votadas, aprovadas e em vigor. Acrescenta que na Assembleia havia homens valorosos sim, mas em número insuficiente. Diz
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Jorge Gouveia, em Vigário Geral			
1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Marechal Heitor Augusto Borges, no Jardim América			
1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Emílio Carlos, em Santo Antônio, Honório Gurgel			
1.4 Faixa 4 Inauguração da Escola Dom Meinrado, em Campo Grande			
2. Temas			
2.1 Faixa 1 Elogio ao patrono, desmanche de coreto, construção de escola, Amaral Neto, PSD, eleições para a ALEG, lei para transformar hospitais em autarquias, campanha para Lopo Coelho, cerco à Guanabara, voz da Guanabara no Senado,			
2.2 Faixa 2 Elogios ao patrono, apoio da Fundação Otávio Mangabeira, nomes educativos para as escolas, atraso na obra, devolução de globos de iluminação, reformas nas Forças Armadas, aproveitamento dos militares em funções civis, especialistas, desenvolvimento harmonioso, melhor remuneração			
2.3 Faixa 3			



Elogios a Raul Brunini, bolsas gratuitas, nomes educativos para as escolas, elogios ao patrono, militante antinazista, PTN, escola é a devolução do imposto

2.4 Faixa 4

Nome educativo para as escolas, escolas construídas com os impostos, elogios ao colégio São Bento

que era preciso aumentar o número dos bons e diminuir o número de maus. Ele cita como exemplo o fato de querer, em 1963, fazer com os hospitais da Guanabara o mesmo que tinha feito com as escolas. Mas, para isso, precisava da lei que transformaria os hospitais em autarquias. Sobre as eleições para vice-governador, ele salienta a importância de ter alguém que fosse a favor das obras que o governo vinha implementando. Diz que a atitude inteligente, de interesse da população, consistia em eleger para a vice-governança um homem que ajudasse, não um que atrapalhasse. Porque, para Lacerda, eleger um inimigo era fazer da Guanabara a casa do cabrito e da onça, “onde o cabrito e a onça, por medo e raiva um do outro, nunca se entendem e um desmancha à noite o que o outro de dia procurou fazer”. Comenta que, não estava fazendo propaganda eleitoral, mas cumprindo o seu dever cívico de pedir ao povo de Vigário Geral que desse, no dia 07 de outubro do ano corrente, nas eleições para vice-governador do estado da Guanabara, um voto de confiança para o vice a quem ele pudesse entregar com confiança o governo: Lopo Coelho! E no Senado ele afirma ser necessário a Guanabara ter uma voz com autoridade, para que o ‘cerco que foi armado contra ela’ fosse desfeito. E por essa razão, ele tinha pedido a Juraci Magalhães, então governador da Bahia, que fosse essa voz. Sobre o patrono da escola ele fala da importância de se escolher com cuidado os nomes para as escolas, pois o nome de uma escola era, para ele, talvez, o seu fator mais educativo. Fala que as crianças aprendiam a ler, escrever e contar na escola, “mas, mais do que isso, devem aprender a ser livres, a usar a cabeça e a usá-la para o bem”. Carlos Lacerda então exalta Jorge Gouveia, dizendo que ele não fora só um bom médico, mas, sobretudo, um médico bom. Ele ressalta que Jorge Gouveia não se entregara ao ceticismo que imperava nos homens de ciência de então e, cheio de religiosidade, carregava Deus nas pontas de seus dedos. Encerra o discurso agradecendo a todos os presentes e ao povo de Vigário Geral.

Faixa 2

Inauguração da Escola Marechal Heitor Augusto Borges, no Jardim América

Carlos Lacerda menciona ser aquela a 54ª escola que a Fundação Otávio Mangabeira entregava à Guanabara. Discorre sobre os melhoramentos implementados no Jardim América. Salienta que o bairro poderia ter a honra de ser o primeiro bairro da cidade a receber um novo tipo de iluminação pública, com que seria dotado o estado, em comemoração ao 4º Centenário do Rio de Janeiro. Carlos Lacerda só pede desculpas pela demora, pois tinha sido preciso devolver à



fábrica os primeiros globos, pois ele mesmo os tinha examinado e constatara que eram feitos de um material que deixava a desejar. Mas, avisa que se tratava de uma demora pela necessidade de fazer bem, pois não bastava por luz; era preciso por luz que durasse. Carlos Lacerda fala sobre o patrono da escola. Sobre a escolha dos nomes para as escolas construídas com o dinheiro do povo. Lacerda comenta que era importante que fossem escolhidos nomes capazes de inspirar os filhos do povo, que fossem nomes educativos, pois numa escola o primeiro fator de educação era o seu nome. Exalta a obra de educador militar do marechal Heitor Augusto Borges, como a obra do escotismo, como a presença militar na vida civil, da qual ele foi, segundo as palavras do governador, 'admirável inspirador'. Lacerda considera isso um 'militarismo positivo', absorvendo para atividades úteis o dinamismo próprio da infância e da adolescência. Entende ser urgente e indispensável a adoção da doutrina do Estado Maior para uma reforma de bases nas Forças Armadas, para dar aos militares do Brasil a sua inteira e completa capacidade de servir à nação, para considerar a defesa nacional como um conceito global, não mais apenas como uma especialidade confinada a uma determinada categoria de brasileiros. Fala também do papel das Forças Armadas na formação de especialistas, já que as Universidades ainda formava especialistas em pouca quantidade e qualidade. Seriam então as Forças Armadas, como 'universidades ativistas', que formariam especialistas de todos os graus e setores, e assim institucionalizando o devido e racional aproveitamento dos militares em funções civis, de modo a melhorar aquilo que a nação pagava aos seus militares e aproveitar melhor aquilo para o qual os militares tinham se preparado em tempo de paz. Sustenta que o Brasil precisava de quadros dirigentes em todos os setores, para indústria, para o desenvolvimento tecnológico, para o preparo educacional do povo. E isso, ressalta Lacerda encontrava-se de sobra nas Forças Armadas que tinham, em relação ao mundo civil, uma certa inibição, pois toda vez que se intrometiam era como se fossem de fato intrusos, quando na realidade a nação pagava a eles, o povo bancava o custo de seus estudos para que seus elementos dessem à nação, imediatamente, e não apenas em tempo de guerra, senão que em tempo de paz, a preparação para a prosperidade, para um desenvolvimento harmonioso e autêntico. Destaca que se levava anos para formar um oficial, e Lacerda considerava nada mais justo que a nação tirasse dessa formação imediatamente o maior proveito possível, até mesmo para remunerá-los melhor.

*Faixa 3*

Inauguração da Escola Emílio Carlos, em Santo Antônio, Honório Gurgel.

Carlos Lacerda anuncia os presentes, entre eles o deputado Raul Brunini, como presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Sobre o ginásio do estado ele diz haver 20 mil bolsas gratuitas à espera de candidatos. Salienta que havia 8 mil bolsistas, mas ainda havia vagas em ginásios particulares pagos pelo estado. Afiança que já havia ginásios para todos. Sobre a escola em que se encontrava, ele conta que o governo do estado da Guanabara tomava muito cuidado na escolha de nomes para suas escolas, porque numa escola o nome também educava ou deseducava uma criança. Alerta que não se devia por qualquer nome numa escola, nem muito menos nome de parentes do governador. E, então ele pergunta: "Por que demos o nome de Emílio Carlos a esta escola?" Antes de responder ele ressalta que nunca dava o nome que não desse orgulho explicar. Discorre sobre o patrono da escola, Emílio Carlos. Alerta Lacerda que ele representava, como ninguém, "a imagem do garoto filho de imigrantes que se fez triunfante pelo valor da sua inteligência, pelo fulgor do seu espírito, pelo talento com que soube sair da humildade e da profundidade de suas origens libanesas, tendo os seus pais desembarcado no Brasil, para atingir a culminância a que chegou". Lembra que a escolha era também uma homenagem às suas convicções democráticas. Lacerda exalta seu papel como locutor na BBC de Londres, no tempo em que perigosamente o Brasil parecia se entregar aos braços do nazismo, quando através do noticiário e dos comentários que transmitia mantinha na alma do povo brasileiro a confiança na liberdade e no valor da paz com honra. Era Emílio Carlos um combatente, um militante antinazista durante o tempo da guerra. Lacerda relata que já no Brasil, no Estado de São Paulo, era Emílio Carlos um colega seu de profissão. Recorda que ele tinha sido um apaixonado pela obra de Getúlio Vargas. Conta que ele não conhecia outro presidente e na obra de Vargas ele tinha encontrado para seu espírito elementos de gratidão e de admiração. Acredita que havia em Emílio Carlos a qualidade eminente do povo brasileiro, que era o sentimento de gratidão e a capacidade de admirar. Conclui dizendo que esse tinha sido o caminho para a vida pública de Emílio Carlos. Exalta sua trajetória política como presidente do PTN (Partido Trabalhista Nacional), sendo para com Lacerda um dos mais dedicados e mais cordiais aliados e companheiros. Carlos Lacerda exalta a idoneidade de Emílio Carlos, pois ele deu exemplo de um homem público que "tendo todos os instrumentos da vitória na mão usou somente os lícitos e desprezou cordialmente e



afastou displicentemente todos os instrumentos ilícitos de que poderia lançar mão para triunfar”. Carlos Lacerda diz que era preciso “que não se perca este exemplo de humildade na evolução e no aperfeiçoamento, e de altivez na afirmação dos valores da inteligência, pois Emílio Carlos deveu o seu triunfo unicamente à inteligência e é um tributo à inteligência dar-lhe o nome a esta escola do bairro de Santo Antônio”. Ele entrega a escola ao povo acrescentando ser ela apenas o pagamento de uma dívida que o governo tinha contraído com o povo, quando cobrava a ele impostos para governar. Ele conclui: “Aqui está o imposto feito pedra e cal. Aqui está o imposto transformado em tijolo e livro. Possa ele libertar vossas crianças para que elas consigam manter livre a pátria em que nasceram!”

Faixa 4

Inauguração da Escola Dom Meinrado, em Campo Grande

Carlos Lacerda comenta que achava que estava ficando um pouco velho, pois já não conseguia dominar certas emoções... Fala da calúnia que quase fez com que ele perdesse as eleições e que consistia em espalhar que, uma vez eleito governador, iria acabar com a escola pública. Lacerda alivia-se com o fato de a maioria ter acreditado nele, e conta que resultado era um governo honrado, modesto, mas limpo, cujo único objetivo era dar ao povo aquilo que ele precisava receber em troca de seus impostos. Ele avisa que estava na hora de cobrar à outra parcela da população, que não tinha acreditado nele. Mas, não cobraria para ele, mas sim para seu governo. Carlos Lacerda diz saber que havia pais que recebiam as escolas que seu governo vinha construindo como favor, mas não deveriam, pois era para isso que eles pagavam impostos, para receberem do governo escolas para seus filhos. Lacerda diz que duas preocupações do governo com as escolas eram: o problema de mantê-las e o de dar o nome a elas, pois numa escola tudo deveria ser educativo: “uma escola cujo terreno o zelador deixa que se transforme em capinzal não é uma boa escola, por mais bonito que seja o prédio”, diz ele, que acrescenta que uma escola escura, feia, que educava para a feiúra e não para a beleza não seria uma boa escola, assim como também não seria boa a escola em que professores e alunos não fossem as aulas. Acrescenta o governador que escolas que tinham em seu frontão o nome do governador no governo, ou da mãe do governador, ou da sogra do governador ou do compadre do governador, não eram boas escolas... Discorre sobre a importância de se escolher nomes certos para as escolas da Guanabara. Diz que era preciso um nome que desse às professoras o orgulho que as fizessem dizer: “eu trabalho na escola fulano de



			tal...” Carlos Lacerda relata, ao fim do discurso, a importância do Mosteiro de São Bento para a História do Brasil e do Rio de Janeiro. Ele o considera, pelo seu valor de ordem moral, uma parte inseparável do patrimônio do povo carioca e do povo brasileiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.099	F1:03:45min F2: 10:06min F3: 14:04min F4: 02:30min F5: 06:47min F7: 21:32min	F1: 30/04/1963 F2: [1963/1964] F3: 10/04/1964 F4: 10/04/1964 F5: 10/04/1964 F6: 13/04/1964	<i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Municipal Dom Meinrado, em Campo Grande. Encerramento do discurso do governador Carlos Lacerda. Ele elogia a devoção dos monges beneditinos e justifica a escolha do nome de Dom Meinrado para o frontão da escola então inaugurada. Ele exalta, em particular, Dom Meinrado. <i>Faixa 2</i> Inauguração da Escola Municipal Rômulo Gallegos Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes, entre elas o representante da embaixada da Venezuela. Diz Lacerda que a escola recebe o nome de um dos “escritores mais representativos da inteligência e da cultura do continente”: o romancista venezuelano Rômulo Gallegos. Ele exalta o patrono da escola e aproveita a solenidade para prestar solidariedade do Brasil à Venezuela por ter sido ela vitimada pelos agentes comunistas a serviço da ditadura de Fidel Castro: “Fiel aos seus compromissos, respeitador de sua palavra, dentro da invariável tradição de solidariedade continental, de fidelidade à paz e de serviço à liberdade, o povo brasileiro, restaurado em sua fé e em sua honra, em sua segurança e em sua paz há de cumprir os compromissos assumidos, e, tão logo a Organização dos Estados Americanos assim deliberar, há de romper relações com a tirania de Fidel Castro para ficar fiel à fraternidade que nos une à Venezuela e às demais nações do continente!” Comenta que no Brasil tinha sido feita uma “Revolução”, sim. Mas, uma “Revolução” de servidores da lei e do povo, e não uma revolução de usurpadores. Diz que éramos vítimas de um outro tipo de guerra: “a guerra subversiva, a guerra da agressão interna, a guerra da agressão das minorias traidoras contra as maiorias traídas!” Carlos Lacerda defende a atuação do Exército na “Revolução” dizendo que não era somente para guerras externas que as nações pagavam e confiavam nos seus exércitos, mas também para que na hora da traição pudessem contar com os que tinham armas para defendê-los contra seus traidores. Acredita Lacerda que o povo brasileiro poderia orgulhar-se e dizer ao mundo que tinha vencido o comunismo internacional sem derramar o sangue dos brasileiros e sem esmagar a liberdade dos homens livres. Lacerda encerra seu discurso dizendo que os pobres tinham compreendido que
1. Assunto			
1.1 Faixa			
Continuação da Faixa 4, da Fita 8			
Inauguração da Escola Dom Meinrado, em Campo Grande			
1.2 Faixa 2			
Inauguração da Escola Municipal Rômulo Gallegos, em Cosmos			
1.3 Faixa 3			
Inauguração da Escola Marcílio Dias			
1.4 Faixa 4			
Continuação da Faixa 3			
Inauguração da Escola Marcílio Dias			
1.5 Faixa 5			
Continuação da Fita Anterior.			
Inauguração da Escola Marcílio Dias			
1.6 Faixa 6			
Inauguração da Escola Marechal Alcides Etchegoyen, em Vila Kennedy.			
2. Temas			
2.1 Faixa 1			
Elogios ao patrono			
2.2 Faixa 2			
Exaltação ao patrono, solidariedade à Venezuela, agentes comunistas, romper relações com Fidel Castro, “Revolução” dos servidores da lei e do povo, guerra subversiva, atuação do Exército na repressão interna, comunismo internacional,			
2.3 Faixa 3			
Justificativa de atraso, inúmeras inaugurações, exaltação a Marcílio Dias, batalha do			



Riachuelo, guerra interna, comunismo, miséria, arma militar, Marinha de Guerra, restauração da ordem, “Revolução” restauradora da paz

2.4 Faixa 4

Elogio a Augusto Frederico Schmidt, eleição do vice-governador, Rafael de Almeida Magalhães, “Revolução” contra o comunismo

2.5 Faixa 5

Revolução contra o mesquinho Brasil, falsa exploração da miséria verdadeira, eleições presidenciais

2.5 Faixa 6

Investimento em Vila Kennedy, Castelo Branco na presidência, reconstrução nacional, guerra subversiva, eleições livres, movimento sindical livre, “Revolução” contra a demagogia, elogio ao patrono

sem honra não se livraria da pobreza e que sem liberdade não se conseguiria viver com honra. E acrescenta que esta foi a lição do escritor, do professor e do estadista Rômulo Gallegos e da Venezuela.

Faixa 3

Inauguração da Escola Marcílio Dias.

Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes, entre elas as da Marinha do Brasil e as religiosas. Ele pede desculpas pelo atraso e informa não ser próprio do seu governo atrasar-se, justificando-se por conta do excesso de inaugurações de escolas no mesmo dia, em pontos distantes da cidade. Assinala que nenhum nome poderia ser melhor para por no frontão de uma escola pública na Guanabara do que o nome de Marcílio Dias. Ele exalta então o patrono da escola, considerando Marcílio Dias como símbolo da glória e honra da Marinha do Brasil, por seu papel na batalha do Riachuelo, na guerra do Paraguai. Lacerda salienta que havia no mundo um medo generalizado da guerra internacional. No entanto, o equilíbrio das armas do terror, o equilíbrio pelo terror, a precária paz que vivia o mundo devia-se à existência de um lado e do outro do mundo de armas tão terríveis de destruição que ninguém ousaria empunhá-las ou desencadeá-las. E, por conta disso, a guerra enveredou por outro caminho, assegura. Entende que a guerra se fazia, então, dentro de cada nação, pela agressão, usando a pobreza, a ingenuidade, a boa fé, a propaganda e a traição. Acrescenta que era justamente esta guerra interna que proporcionava à Rússia e a seus satélites, servindo-se de uma ideologia estranha – o comunismo –, a capacidade de se expandir em cada nação, usando a miséria, que intensificava e que explorava, para poder transformá-la numa arma militar, ainda mais do que uma simples arma política. Acredita Lacerda que o comunismo não era apenas um movimento político, não era apenas uma posição ideológica, era uma arma de guerra, uma agressão ideológica. Sobre o papel das Forças Armadas, Lacerda pergunta para que serviriam elas se não se unissem, não se mobilizassem e não se desencadeassem em defesa dos princípios, ideais, aspirações e interesses de sua pátria. Relata Lacerda que a Marinha de Guerra do Brasil foi, entre as corporações militares, a primeira e a mais agredida, e gravissimamente ameaçada na sua estrutura, pelo temor da guerra interna engendrada pela presença do comunismo no Brasil. E que foi ela, que se alertando, alertou a nação. E com a ‘valorosa’ ajuda do Exército, da Aeronáutica e da opinião pública civil, o Brasil tinha se levantado para desafogar-se, fazendo uma “Revolução” pela paz, uma “Revolução” que não tinha sido uma sublevação, mas sim a



restauração da ordem contra a ordem sublevada, a restauração da paz contra a guerra que se ameaçava. Carlos Lacerda fala da liberdade com responsabilidade, único meio de fazer com que a liberdade fosse para todos. Discorre sobre o combate ao comunismo no Brasil e ressalta que era com esta ideia que o Brasil se reabilitava diante dos olhos de seus filhos aliviados, desafogados... Salaria que o que estava ocorrendo no Brasil não era apenas uma guerra civil entre irmãos, mas algo muito maior: uma guerra internacional, que se servia de irmãos para lançá-los contra a fraternidade no Brasil. Encerra o discurso dizendo que o Brasil, libertando-se, trouxera para o continente americano a palavra da liberdade, da ordem, da paz, da lei, da honra, do trabalho e da justiça a todos os povos da América. E que levava ao mundo a palavra de fraternidade que era a sua vocação.

Faixa 4

Continuação da Faixa 3

Inauguração da Escola Marcílio Dias.

Carlos Lacerda encerra a cerimônia após discurso de Augusto Frederico Schmidt. Agradece a presença dos representantes da França, do encarregado de Negócios e do conselheiro cultural da embaixada. Ele formula um apelo perante o povo do Méier aos deputados presentes: que o deixassem descansar tranquilo, recuperar a saúde, elegendo o vice-governador do estado, o seu jovem companheiro de trabalho, Rafael de Almeida Magalhães. Ele agradece a Augusto Frederico Schmidt, pelo seu discurso. Finaliza dizendo que o Brasil tinha sido o primeiro país do Ocidente a fazer a tempo sua “Revolução” contra o comunismo.

Faixa 5

Continuação da Faixa Anterior

Inauguração da Escola Marcílio Dias.

Diz Lacerda que não se tinha feito uma “Revolução” para ficar parado, nem muito menos uma “Revolução” para esperar que a maré baixasse e nos fizesse voltar ao ponto de partida. Acrescenta que se tinha feito uma “Revolução” para projetar o grande Brasil contra o ‘mesquinho Brasil’, da demagogia e da falsa exploração da miséria verdadeira. Entende Lacerda que teríamos que fazer do Brasil uma nação com audácia, uma nação de ímpetos, uma nação corajosa, uma nação sem medo do destino, pois se havia uma nação à qual o destino parecia sorrir, era exatamente o Brasil. Acrescenta que o Brasil não era subdesenvolvido, como alguns diziam, a não ser na cabeça de alguns subdesenvolvidos que o tinham governado. Ele faz campanha em torno de sua candidatura para as eleições presidenciais que, presumia, ocorreriam no ano de 1965, dois anos adiante.



Acha que a demagogia consistia em usar contra o povo a força de desprezar o povo, e que só amava verdadeiramente o povo quem sentia que ele era sério demais, importante demais para que um político tivesse a audácia de pretender servir-se dele. Considera que o povo precisava tomar em suas mãos a “Revolução”, e tendo à frente do governo da República, finalmente, um homem de bem.

Faixa 6

Inauguração da Escola Marechal Alcides Etchgoyen, em Vila Kennedy.

Carlos Lacerda menciona ser aquele um momento de grande emoção para ele. Fala dos investimentos em Vila Kennedy, não só em habitação, mas também na área educacional e no incentivo à pequena indústria e geração de empregos. Discorre sobre a importância de se integrar a comunidade, que fora favelada, mas que já não era mais, sendo tratada como gente, com seus direitos humanos respeitados. Na quarta-feira seguinte à inauguração, seria iniciado o exercício do general Castelo Branco na Presidência da República. E Carlos Lacerda diz que o Brasil começava dias novos, de confiança e entusiasmo, de honradez e de lealdade às instituições nacionais. E desejava que o presidente Castelo Branco pudesse receber de todos, do mais humilde ao que se julgava o mais importante de seus cidadãos, o apoio necessário para a obra gigantesca de reconstrução nacional que ele tinha, então, a honra de iniciar. Carlos Lacerda comenta o golpe militar de 1964. Diz que muita gente podia estranhar o fato dos militares terem saído às ruas e tomado o lugar dos políticos. Mas, ele diz que gostaria de explicar que a guerra então a ser travada não era mais como a guerra de antigamente, pois agora a guerra tinha várias modalidades, entre elas a guerra subversiva, que Lacerda conta que chamavam erroneamente de ‘guerra revolucionária’. Lacerda acredita que na realidade tratava-se de uma ‘guerra reacionária’, a guerra da subversão comunista. Foi num episódio da guerra subversiva que os militares foram chamados a intervir, assinala ele, acrescentando que eles tinham esperado até demais. Deseja Lacerda que os militares não saíssem enquanto todos os objetivos da “Revolução” não fossem atendidos, enquanto alguns políticos ‘apóstolos da corrupção’, ‘raposas da política’, pretendessem roubar a todos como um ladrão de carteiras. Espera Carlos Lacerda que militares e civis tivessem juízo, patriotismo e compreensão para que pudessem levar por diante a obra da reconstrução, preparando o Brasil para eleições livres, sem máquinas eleitorais, sem institutos pondo dinheiro na eleição, sem fundo sindical, com



			<p>movimento sindical livre e independente, e com os comunistas fora de combate, para que não pudessem trair o Brasil. Entende Lacerda que a “Revolução” não tinha sido uma “Revolução” reacionária, mas uma “Revolução” contra-reação, contra a demagogia e contra o desperdício, contra a indolência e a incompetência dos governos. Voltando a falar da inauguração da escola, ele menciona seu patrono. Antes de encerrar ele fala o porquê da escolha do nome para o frontão da escola então inaugurada. Diz que Alcides tornou a polícia não temida, mas sim respeitada pelo povo e que foi Alcides que começou o combate à corrupção dentro da polícia. Acrescenta que ele foi um pioneiro, um grande reformador da polícia carioca. Diz Carlos Lacerda que a ‘vitória de abril’, numa alusão ao golpe de 1964, foi em grande parte semeada pela mão de Alcides Etchgoyen, cujo nome no frontão da escola figurava como um exemplo e um símbolo para as futuras gerações.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.100</p> <p>1 Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração da Escola Ari Barroso, em Cordovil</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Miguel Couto, em Olaria</p> <p>1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola IV Centenário</p> <p>1.4 Faixa 4 Discurso de Carlos Lacerda</p> <p>1.5 Faixa 5 Inauguração da Escola Luxemburgo</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Elogios ao patrono da escola, Ari Barroso</p> <p>2.2 Faixa 2 Lincoln Gordon, Aliança para o progresso, dinheiro americano, eleições para sucessão do governo da Guanabara, campanha eleitoral, Flexa Ribeiro, fim da escola pública, perseguição aos favelados, governar para Copacabana, candidato à</p>	<p>F1: 10:05min F2: 17:09min F3 :07:31min F4: 22:52min F5: 09:59min</p>	<p>F1: 10/04/1964 F2: 17/08/1965 F3: 02/08/1965 F4: [1964/1965] F5: 02/08/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração da Escola Ari Barroso, em Cordovil Carlos Lacerda anuncia que aquela era a 4ª escola que o governo entregava no dia, construída com o dinheiro do povo. Ele diz que não seria possível por no frontão da escola o nome de todos aqueles que pagaram pela construção dela, mas que, como toda escola até então inaugurada na Guanabara, esta precisava de um patrono, um patrocinador cujo nome fosse inspirador no processo educativo. Ele volta a elogiar os nomes das escolas inauguradas no dia: Rômulo Gallegos, o pintor Lasar Segall e Marcílio Dias. E exalta também a figura de Ari Barroso. Diz que Ari Barroso tinha a virtude singular de ser “uma espécie de ponte entre a música espontânea do povo e a música erudita que volta para o povo depois de filtrada nos lentos, poderosos, laboriosos filtros da emoção e da cultura artística”. Acrescenta que ele era uma fonte inesgotável de ritmos e emoções. E conclui dizendo que Ari Barroso era um nome que faltava numa escola da Guanabara.</p> <p><i>Faixa 2</i> Cerimônia de Inauguração da Escola Miguel Couto Carlos Lacerda anuncia que aquela era a 16ª escola que o governo entregava ao bairro, sendo que ainda havia 4 em construção, fazendo com que o governo entregasse, ao todo, no final do governo, 20 escolas. Ele agradece a presença de Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos, e de seus colaboradores no programa da Aliança para o Progresso. Conta que se tratava da primeira escola construída na Guanabara com a ajuda financeira do povo americano, através da Aliança para o Progresso. Sobre o patrono da escola, ele diz que ele tinha no Brasil um</p>



<p>presidência</p> <p>2.3 Faixa 3 Mudança do nome da escola, problema de telefone, problemas com a Light, remoção e urbanização de favelas do Esqueleto, Baixa do Sapateiro, Jacarezinho, continuísmo, escolha de um bom substituto</p> <p>2.4 Faixa 4 Relação entre a Guanabara e o governo federal, eleição de um correligionário para a Guanabara, eleição para presidente, promessas de campanha, Guandu, rio para levar água, exaltação do trabalho de Flexa Ribeiro, política educacional</p> <p>2.5 Faixa 5 Escolas modestas, escolas para todos, elogios a Luxemburgo, nome educativo para as escolas, centro industrial do país</p>		<p>exemplo da versatilidade e da capacidade de se interessar por muitos assuntos, que parecia uma característica dos homens de tempo passados, dos homens do Renascimento. E no momento, com a excessiva especialização, não era mais possível encontrar homens deste tipo. Acrescenta que uma outra palavra que ele desejava dizer era eleitoral. Ele discorre, então, sobre as eleições para sua sucessão no governo da Guanabara. Diz que todos deveriam ter uma opinião, inclusive ele, mas que sua opinião não valia mais nem menos do que a de ninguém. Mas, depois de 4 anos e 8 meses de trabalho no governo, ele fala do perigo da cidade voltar à rotina, à inércia, ser devolvida ao desperdício, de ser entregue à desonestidade, ser recapturada pela incompetência. Explica que a razão pela qual ele pedia votos numa escola era simples: ele afirma não forçar ninguém a votar, nem muito menos a votar num, noutro ou em qualquer candidato. Mas, a sua palavra era um apelo à consciência, à inteligência. Diz que tinha um candidato e pedia votos para ele porque tinha sido ele quem tinha feito as escolas inauguradas na Guanabara. Ele assinala que o que tinha sido feito até então fora apenas o começo do que se poderia fazer se o povo quisesse que se fizesse. Faz campanha para Flexa Ribeiro, para que ele fosse o governador da Guanabara. Explica que se todos que tinham votado nele votassem em Flexa Ribeiro, ele já estaria eleito. Faz um apelo, também, àqueles que não tinham votado nele e não votaram por acreditar na calúnia que consistia em dizer que ele acabaria com a escola pública. A essa calúnia ele responde: “Está aqui a escola pública!”. Acrescenta que esses não votaram também por acreditarem que ele perseguiria os favelados e só iria governar para Copacabana. E, sobre essas questões, ele pede que perguntassem ao povo de Vila Kennedy, do Méier, Cascadura, Penha, Olaria e Ramos se isso era verdade! Ele pede que votassem, mas não apenas num homem, mas, sobretudo, numa ideia, num programa, que já começara a ser realizado, e parte de uma filosofia de vida, de uma ideia sobre a vida, a ideia de que o homem criado por Deus não deveria ceder a ninguém o seu direito de escolher e que só Deus poderia tomar-lhe. Sobre seu futuro político, ele enfatiza que seria candidato a presidente da República e encerra o discurso agradecendo a presença de todos.</p> <p><i>Faixa 3</i> Ampliação da Escola e Mudança do Nome para Escola do 4º Centenário Carlos Lacerda fala sobre a ampliação da escola e sobre a mudança de seu nome para Escola do 4º Centenário. Ele refere-se a dois problemas concretos, sendo um o do telefone. Conta que estava instalando 20 mil telefones públicos, com</p>
--	--	---



base para 200 mil em 90% da área da Guanabara. Explica que a área em que se encontrava a escola infelizmente estava ainda nas garras da Light e Lacerda diz que só poderia 'aparar' as garras da Light na Presidência da República, pois o governador nada podia fazer. Ele discorre sobre a urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Assinala que havia favelas que precisavam ser removidas porque a lama era tamanha e a água mais suja do que o esgoto, de modo que não havia como manter os moradores no local. Mas, diz que se tratava da minoria: das 180 favelas da cidade, somente 11 precisaram ser removidas. Outras 40 estavam sendo urbanizadas. Acrescenta que a população da favela do Esqueleto tinha sido transferida para outro lugar e com boa vontade, ninguém lá foi contra, assegura. Sobre a favela da Baixa do Sapateiro ele diz que ela estava sendo urbanizada, assim como a favela do Jacarezinho, ou seja, tinha condições de melhorar no local mesmo, abrindo ruas, colocando esgoto, água e luz. Sobre a sucessão no governo da Guanabara, ele lembra ao povo que seu governo terminaria no dia 05 de dezembro, sendo que ele estava discursando no fim de agosto. Conta que um amigo seu, um português, pedira a ele que permanecesse no governo, mas salienta que isso não dependia da vontade dele, que a lei mandava substituir e que ninguém era insubstituível. Alerta, apenas, que tinha o dever de ajudar o povo a escolher um bom substituto.

Faixa 4

Discurso de Carlos Lacerda

Carlos Lacerda discorre sobre a relação entre a Guanabara e o governo federal. Ele denuncia que durante todo o seu mandato os 'homens de lá' não queriam que seu governo fizesse algo na Guanabara, para que o povo tivesse a sensação de que o governo estadual nada faria. Lacerda diz que com sua possível ida para Brasília isso iria mudar. Mas, iria mudar apenas se o povo escolhesse para governador da Guanabara um candidato que fosse aliado do governo federal [então sob sua responsabilidade] -, e não inimigo, porque do contrário ocorreria o inverso: seria o governo federal que iria querer ajudar a Guanabara e o governo da Guanabara negaria a ajuda. Isso constituiria uma tragédia, um atraso para a Guanabara, assegura Lacerda. Ele pede ao povo da Guanabara que conduzisse ao governo alguém que o entendesse e soubesse trabalhar com ele, pois tudo indicava que ele teria de firmar um novo 'contrato de trabalho' com o povo, para um trabalho de 4 anos em Brasília. Lacerda alerta o povo para que ele não se deixasse levar por promessas de campanha, feitas por políticos que só apareciam em vésperas de eleições, e até punham uma bica aqui e ali, mas



ao ganharem o voto, no dia seguinte à eleição, como não tinha mais voto, também não teria mais bica. Ele acrescenta que eram os mesmos políticos que fizeram promessas e que tiveram de ser cumpridas pelo seu governo; que deixaram vários esqueletos de construções e que tiveram de ser terminadas em sua gestão. Lacerda relata que tinha ido ao Guandu e por conta dessa visita dava grande notícia ao povo presente, isto é, que no dia 30 de novembro, 5 dias antes de deixar o governo, o Guandu estaria cheio de água, e 43 km de túnel seria um 'rio', correndo dentro da montanha, para levar água a todo o estado da Guanabara. Ele fala do compromisso que deveria assumir um político quando eleito para um cargo cuja principal atribuição era servir ao povo. Menciona que a oposição nunca tinha ido ver o Guandu e que dos 50 deputados da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), talvez 10 tenham ido ver a obra do Guandu, sendo que 40 nunca foram lá e falavam do que não tinham visto, diziam o que não sabiam. Ele faz campanha para eleger Flexa Ribeiro para governador da Guanabara. Comenta que as 18-20 horas diárias de trabalho, ao longo do seu mandato, davam-lhe o direito de pedir ao povo que se juntasse a ele para por Flexa Ribeiro no governo da Guanabara. Ele exalta o trabalho realizado por Flexa Ribeiro na Secretaria Estadual de Educação, durante o seu mandato. Lacerda ressalta a política educacional de seu governo e atribui grande importância a Flexa Ribeiro no processo. Lacerda menciona que a Baixa do Sapateiro seria um pedido que ele faria a Flexa Ribeiro, para que sua urbanização fosse tratada como prioridade, logo que ele assumisse o governo.

Faixa 5

Cerimônia de Inauguração da Escola Luxemburgo.

Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes: as altezas reais, o grão-duque e a grã-duquesa de Luxemburgo, o embaixador dos Países Baixos e de Luxemburgo, o embaixador do Brasil e senhora Afrânio de Melo Franco, autoridades de Luxemburgo, a secretária de Educação, professores, senhoras e amigos. Enfatiza que seriam poucas palavras para sublinhar a alegria com que o governo do estado inaugurava mais uma escola. Defende Lacerda que só com escola se fazia democracia, e que se podia fazer escola sem democracia, mas o contrário não. Acrescenta que, de todas as obras feitas pelo seu governo, a da educação era a de que ele tinha mais orgulho, porque era aquela que trazia tranquilidade, segurança e bem-estar aos pais, além de se projetar para o futuro. Salienta que preferia fazer escolas pobres e humildes para poder fazer escolas para todos. Acrescenta que era parte



		<p>inseparável, parte indispensável da obra de educação, dar um nome à escola. O nome do governador, nem de sua mulher ou de sua sogra jamais figurariam no frontão de escola que viesse a ser inaugurada no estado da Guanabara, durante sua gestão, assegura ele. Agora, o nome de heróis e de países; o nome de educadores, de artistas e de exemplos de trabalhadores de sua pátria e da humanidade, estes, sim, eram dignos para Lacerda, que acredita que só os grandes nomes serviam para que as professoras pudessem ensinar a seus alunos o que significava o nome da escola onde estudavam. Ele adota este discurso para justificar a escolha do nome Luxemburgo para a escola então inaugurada. Carlos Lacerda diz que Luxemburgo era 'a Guanabara da Europa' e que a Guanabara tinha a ambição de vir a ser o Luxemburgo do Brasil. Ele exalta o tamanho pequenino do estado frente à sua importância como o segundo maior centro industrial do país. Lacerda garante que a Guanabara havia de ser para o Brasil a escola de democracia, porque era uma democracia que dava escola para todos os filhos de trabalhadores.</p>
--	--	---